

A HABITAÇÃO POPULAR NOS MUSSEQUES DE LUANDA: TRANSFORMAÇÃO E URBANIZAÇÃO

Ensaio para uma intervenção sustentável

Tânia Dominique Andrade dos Reis de Barros Rosário

Licenciada

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
EM ARQUITETURA DE INTERIORES E REABILITAÇÃO DO EDIFICADO

Orientação Científica:

Professora Associada Isabel Ortins de Simões Raposo

Presidente Júri: Cristina Henriques

Júri Arguente: Paulo Moreira

Documento Definitivo

Ao meu pai Carlos Rosário (in memoriam)

E à minha mãe Ivilizia Reis

por tudo o que me ensinaram e por me terem permitido chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

A minha gratidão ao universo e à minha mãe. “Deus no céu e mãe na terra”.

À minha irmã Paula Rosário de Carvalho por estar sempre presente, pelo incentivo, encorajamento, colo e calor.

Ao meu companheiro Ivani dos Santos, por fazer parte de cada momento desta jornada. Por acreditar sempre em mim, por me encorajar, participar nos bons e maus momentos.

Aos meus tios José Martins e Aura Martins por me receberem, agregarem e confortarem ao longo dos primeiros desafios enquanto estudante do ensino superior. À minha tia Antónia, matriarca da família, inspiração e fonte de bênção. Ao meu tio Nelson por tornar tudo mais descontraído e único. Ao Márcio Alexandre pelo seu carinho e encorajamento paterno.

Aos meus queridos sobrinhos por tornarem esta fase mais especial e pelos restantes membros da família, em especial aos que sempre acreditaram em mim, por transmitirem entusiasmo e criatividade durante o meu percurso académico.

À minha amiga, Felícia Monteiro por estar presente, pelo encorajamento e tranquilidade. À minha amiga e companheira de curso Eliana Guimarães por partilharmos vários momentos de dedicação, paciência e aventura. À Inês Melina que sempre esteve presente e sempre me mostrou luz. Ao meu amigo fora de série, Jacimar Costa pelo apoio incansável e disponibilidade. Ao Samuel e ao Ronaldo pela disponibilidade no apoio ao trabalho de investigação.

Aos meus colegas do ensino secundário: que mesmo distantes sempre me enviaram boa energia e apoio: Margarida Fastudo, Alcénio Afonso, Dilson Bento.

Aos meus colegas do ensino superior: da Universidade Lusófona que tornaram esta caminhada mais descontraída e memorável, Luísa Miala minha companheira fiél de todos os momentos hoje e sempre, ao Mário Rodrigues, Valdemiro Pombal, Paulino Gunji, Francisco Madeca, Kénia Cruz, Leonel Franco, Pedro Oliveira, Ivanildo dos Santos, Luís Alexandre, Celestino Silva. E aos meus colegas da Universidade de Lisboa, Cristina Azevedo e Michel Té pelo encorajamento e dedicação.

Aos professores: que me puxaram para ser melhor, António Santa-Rita e José Vieira (in memoriam), Filipa Antunes, Pedro Ressano Garcia, Filipe González, Alexandrino Diogo, Dulce Loução e em especial a professora Catarina Patrício pela co-orientação inicial e encorajamento. À Arquiteta Maria Alice Correia pela disponibilidade e prontidão.

E em especial à professora Isabel Raposo pela paciência, entusiasmo, dedicação, exigência, amor ao trabalho e encorajamento e também pelo enquadramento no Projeto África Habitat, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e pela Rede Agakhan para o Desenvolvimento.

Uma referência muito particular às cinco famílias entrevistadas que se disponibilizaram a partilhar as suas histórias e espaços.

“Uandala kukalakala, uzula, kazuatê.”

Ditado popular em *kimbundu*, língua nacional (Quem quer trabalhar, despe-se, não se veste. Significado: Sem sacrifício não há prosperidade)

“Catené obstáculo tcheú se bu vontade de vençê sê tcheú.”

Ditado popular em crioulo de Cabo-Verde (Não existem obstáculos quando a tua vontade de vencer for maior)

RESUMO

Os musseques de Luanda acompanharam o crescimento da cidade, refletindo os vários períodos da sua história e expressando a segregação racial e social desde as primeiras ocupações coloniais até a miragem dos envidraçados contemporâneos em altura. Com a expansão da cidade, os assentamentos autoproduzidos estenderam-se sem monitorização, sofrendo ameaças naturais e carecendo de infraestruturas apesar da sua riqueza cultural. Os seus sinais de precariedade têm constituído preocupação para a gestão da cidade e nos últimos anos diversas entidades e especificamente arquitetos-urbanistas buscam novas abordagens contrariando o paradigma da tabula rasa.

O nível de precariedade elevado das habitações dos musseques, a carência de estudos sobre a habitação e a falta de identidade cultural das construções contemporâneas motivou o interesse pelo modo de habitabilidade nos musseques populares de Luanda. O revisitar de casas levantadas por outros autores, inseridas em contextos diferentes, como o bairro Boa Esperança (a 10Km do centro) e o bairro 11 de Novembro (a 11,6km do centro) e o aprofundamento do estudo de casas do bairro Chicala (inserido no centro), permitiu compreender os anseios e racionalidades das famílias, refletir sobre as diferentes formas de intervir nos musseques e repensar o papel do arquiteto numa sociedade como Luanda que em grande parte autoconstrói os seus bairros e casas.

Os ensaios esboçados no último capítulo têm subjacente as noções abordadas no primeiro, de arquitetura vernacular, processo de urbanização das cidades africanas, da sustentabilidade do habitat e incorporam um olhar antropológico sobre a cultura e práticas no espaço. Esta abordagem confere ao arquiteto um maior poder de escuta dos habitantes e instintivamente uma maior empatia e um mais adequado impacto no local e nos residentes.

PALAVRAS-CHAVE Habitação Popular | Musseques de Luanda | Urbanização | Ensaios para uma intervenção sustentável

ABSTRACT

The musseques of accompanied the city's growth, reflecting the different seasons of its history and expressing racial and social segregation from the first colonial occupations to the mirage of contemporary high glazing. With the city's expansion, the self-produced settlements spread out wildly, suffering natural threats and lacking infrastructure despite its cultural richness. Its signs of precariousness have been a concern for the city's management, and in recent years, several entities and specifically urban planners have sought new approaches, contradicting the tabula rasa paradigm.

The high level of precariousness of the houses in the musseques, the need of studies on housing and the lack of cultural identity of contemporary buildings motivated the interest in the habitability mode in the popular musseques of Luanda. The revisiting houses surveyed by other authors, inserted in different contexts, such as the Boa Esperança neighborhood (10 km from the center) and the 11 de Novembro neighborhood (11.6 km from the center) and the deepening of the study of houses in the Chicala neighborhood (inserted in the center), allowed us to understand the anxieties and rationalities of families, reflect on the different ways of intervening in the musseques and rethink the role of the architect in a society like Luanda that largely self-builds its neighborhoods and houses.

The essays outlined in the last chapter are based on the notions addressed in the first chapter, of vernacular architecture, the urbanization process of African cities, of habitat sustainability, and incorporate an anthropological look at culture and practices in space. This approach gives the architect greater listening power to the inhabitants and instinctively greater empathy and a more appropriate impact on the place and residents.

Keywords *Popular Housing | Musseques of Luanda | Urbanization | Essay for a sustainable intervention*

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	2
RESUMO.....	4
ABSTRACT	5
ÍNDICE DE FIGURAS	8
ÍNDICE DE TABELAS	15
LISTA DE ABREVIATURAS.....	16
INTRODUÇÃO.....	1
1 SUSTENTABILIDADE DO HABITAT POPULAR EM CONTEXTO AFRICANO	8
1.1 ARQUITETURA VERNACULAR	9
1.2 URBANIZAÇÃO E EXPANSÃO DE BAIROS AUTOPRODUZIDOS	13
1.3 DIMENSÃO SOCIO-ANTROPOLÓGICA	17
1.4 SUSTENTABILIDADE	18
1.5 CASOS DE REFERÊNCIA PARA UMA ARQUITETURA ADEQUADA EM CONTEXTO AFRICANO	20
2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DE LUANDA.....	28
2.1 APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE	28
2.2 EXPANSÃO URBANA E DEMOGRÁFICA DE LUANDA	32
2.3 INSTRUMENTOS JURÍDICOS E URBANÍSTICOS.....	39
2.4 DESALOJAMENTO, REASSENTAMENTO E REALOJAMENTO DOS HABITANTES DOS MUSSEQUES.....	46
2.5 DIVERSIDADE DE MALHAS URBANAS E DE ASSENTAMENTOS POPULARES.....	51
3 PROJETOS HABITACIONAIS DE REFERÊNCIA EM ANGOLA, LUANDA	57
3.1 PROJETOS HABITACIONAIS DURANTE O PERÍODO COLONIAL.....	58
3.2 PROJETOS RECENTES.....	65
4 HABITAÇÕES POPULARES EM ANGOLA E NOS MUSSEQUES DE LUANDA	73
4.1 BREVE INTRODUÇÃO ÀS HABITAÇÕES VERNACULARES EM ANGOLA	73
4.2 HABITAÇÕES EM DOIS MUSSEQUES DE LUANDA: BOA ESPERANÇA E 11 DE NOVEMBRO	78
4.3 CHICALA: CASO DE ESTUDO	92
5 REFLEXÕES FINAIS SOBRE A HABITAÇÃO DOS MUSSEQUES: TRAÇOS GERAIS E ENSAIOS	144
5.1 ALGUNS INDICADORES DAS CASAS ESTUDADAS	145
5.2 ALGUMAS NOTAS DOS ELEMENTOS DO “LOTE” E DA CASA	150
5.3 OBJETOS DO QUOTIDIANO E A SUA CUSTOMIZAÇÃO	160

5.4 ENSAIOS PROJETUAIS PARA MELHORIA DOS CASAS LEVANTADOS, 2020	172
CONCLUSÃO DA DISSERTAÇÃO	197
BIBLIOGRAFIA	197
WEBGRAFIA	205
FONTES AUDIOVISUAIS	206
LISTA DE ENTREVISTADOS PELA AUTORA	207
ANEXOS.....	210

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Projeto de dinamização do espaço público numa povoação na Namíbia, pelos arquitetos Droomer & Christensen, Dordabis Community Spine (de 2014). Fonte: Morten Nielsen (2015, p. 20)	11
Figura 2. <i>Penc</i> : Planta tradicional de antigas tribos de Dakar. Fonte: Abdel (2021)	12
Figura 3. À esquerda: assentamentos rurais na África Subsariana que configuram um desenho circular. Centro: assentamentos rurais em aglomerados autoconstruídos. À direita: assentamentos planeados. Fonte: Holm & Kallehauge (2015).	12
Figura 4. Mark e Nick Francis, <i>SpeakitFilms / England: When Chine Met Africa</i> , 2010. Fonte: Holm & Kallehauge (2015, p. 50).	15
Figura 5. Colonial antigo. Vilas de Mbandaka, República Democrática do Congo, 2013. Fonte: Patrick Willocq (Holm & Kallehauge, 2015, p. 48) .Figura 5. Sunday in Brazzaville, 2011. Fonte: Enric Bach e Adrià Monés (Holm & Kallehauge, 2015, p. 49)	17
Figura 6. Escola flutuante de Makoko, Lagos, Nigéria. Fonte: NLÉ, 2020.	20
Figura 7. Projeto de mapeamento em assentamento autoproduzido em Kibera, Quênia. Fonte: <i>GroundTruth.In</i> (2021).	21
Figura 8. Mapeamento de <i>Kibera Public Space</i> . Fonte: KDI (2020, p. https://www.kounkuey.org/projects/kibera_public_space_project_network)	22
Figura 9. Fotos tiradas durante o workshop no Kénia, realizado por ASF. Fonte: Architecture Sans Frontieres UK (2011).	23
Figura 10. À esquerda: conceitos chave do projeto. À direita: proposta da habitação. Centro abaixo: Intervenções já feitas no bairro. Fonte: Marchina & Fagilde (Casa minha nosso bairro: projeto, 2016).	24
Figura 11. À esquerda: intervenção de vias/becos. Centro: vista exterior da habitação (relação com a vizinhança). À direita: vista do interior da habitação (quintal). Fonte: Marchina & Fagilde (Casa minha nosso bairro: projeto, 2016)	25
Figura 12. Imagens do processo do projeto com a equipa Arquitetura na Periferia. Fonte: Arquitetura na Periferia (2013).	26
Figura 13. Cidade de Luanda no século XIX, vendo ao longe a Fortaleza de São Miguel e a cidade Alta tendo como primeiro plano a cidade baixa. Fonte: Alamy Photo Stock (2012).	28
Figura 14. Cidade Baixa de Luanda no século XIX, vendo a ermida de N ^a S ^a da Nazaré e um aglomerado de nativos. Fonte: Não identificada.	29
Figura 15. Planta de Luanda de 1862. Fonte: Amaral (1968, p. 56).	30
Figura 16. Planta de Luanda de 1862. Fonte: Amaral (1968, p. 56), trabalhada pela autora sobre a planta anterior.	30
Figura 17. (Em cima) Luanda em 1964, mostrando na linha do horizonte à esquerda o morro da Fortaleza de S. Miguel e o início da Cidade Alta e, em primeiro plano, a Cidade Baixa. Fonte: Postal publicado em (Santos, Luanda d'outros tempos , p. 8) (Em baixo) Marginal de Luanda em 2018,	

mostrando ao fundo a Fortaleza de São Miguel. Fonte: Onde, L. (2018) http://www.novojornal.co.ao/economia/interior/shopping-fortaleza-devolve-salas-de-cinema-ao-centro-de-luanda-51720.html	31
Figura 18. Mapa de Luanda com a distribuição da população. Fonte: Amaral (1968).	32
Figura 19. Cidade de Luanda. Fonte: Francisco Miúdo (Luanda enfrenta conflitos arquitetónicos, 2020).	33
Figura 20. Planta de Luanda e os seus arredores indicando a ocupação urbana e populacional. Fonte: Amaral (1983, p. 15).	34
Figura 21. Tabela da distribuição da população de Luanda em 1970. Fonte: Amaral (1983, p. 314)..	35
Figura 22. Cidade urbana e os musseques. Fonte: Amaral (1968).	35
Figura 23. Musseques e hortas da periferia urbana. Fonte: Amaral (1968).	36
Figura 24. Esquema evolutivo das habitações nos musseques. Fonte: Alexandre (<i>apud</i> PDGML, 2016 p. 54).	37
Figura 25. Vista sobre a cidade urbanizada e a baía, a partir do musseque do Bairro Operário. Fonte: Afonso em ("Houve independência mas não descolonização das mentes", 2015).	38
Figura 26. Luanda a partir do Catambor. Fonte: Matteo de Mayda (The line that separates the slums from the rich area of Luanda, 2017).	38
Figura 27. Plano de Urbanização de Luanda com os satélite, segundo Etienne de Groër e D. Moreira da Silva, de 1942. Fonte: Fonte (2007, p. 181).	39
Figura 28. 3D do projecto no Boavista, Sambizanga. Edição da imagem trabalhada pela autora, marcando o musseque adjacente ao projeto sem informação volumétrica. Fonte: Top Designers (2015, em: https://www.bestinteriordesigners.eu/top-designers-dar-al-riyadh-group	43
Figura 29. Centralidade do Kilamba. Fonte: TPA (2017).	44
Figura 30. (À esquerda) Projeto Nova Vida. Fonte: Belo (2009). (À direita) Conjuntos habitacionais no Talatona. Fonte: Wikimapia (2006).	45
Figura 31. Bairro da Coreia, Sector B. Fonte: Autora.	46
Figura 32. Os três conjuntos da Chicala e ocupações arredores. Fonte: Autora sobre google maps.	48
Figura 33. Vista da Chicala 1 para antiga Chicala 3. Fonte: Autora.	49
Figura 34. Evolução da mancha urbana de Luanda, de 1950 até 2016. Fonte: Nações Unidas Angola (2018).	51
Figura 35. Plano do Uso do Solo elaborado por Chissola. Fonte: Chissola (2015, p. 70).	52
Figura 36. Interpretação sobre Luanda e as suas costuras. Fotomontagem da autora sobre uma fotografia capturada pela autora e outra por Francisco Miúdo (Luanda enfrenta conflitos arquitetónicos, 2020).	52
Figura 37. Diferentes malhas urbanas de Luanda. Fonte: Autora sobre <i>maps</i>	55
Figura 38. Diferentes malhas de alguns musseques de Luanda. Fonte: Autora.	56
Figura 39. Planta do Bairro dos Pescadores da Ilha de Luanda. Fonte: Simões de Carvalho (<i>apud</i> Fonte, 2007, p. 419). Figura 40. Perspetiva do Bairro dos Pescadores da Ilha de Luanda. Fonte: Desenhos cedidos pelo arquiteto Simões de Carvalho em entrevista à Venâncio (2013, p. 110).	59

Figura 41. Habitações tradicionais dos Axiluanda à esquerda Ilha de Luanda. À direita: Perspetiva do Arq. Simões de Carvalho e Arq. Pinto da Cunha. Fonte: Fonte (2007, p. 419).	59
Figura 42. À esquerda: Edifício do Ministério do Urbanismo e Obras Públicas Fonte: André Figueiredo (2020, p. https://hpip.org/pt/heritage/details/76). À direita: Antigo Hotel Panorama. Fonte: Portal de Angola (2020, pp. https://www.portaldeangola.com/2018/10/30/	61
Figura 43. Planta da vivenda alterada pelos habitantes. Figura 44. Fachada da habitação em banda, uso dos blocos. Figura 45. Nova cozinha da vivenda. Figura 46. Alpendre frontal da casa gradeado. Fonte: Venâncio (2013, pp. 139-141).	62
Figura 47. À esquerda, Escola de Kapalanga, exterior de sala nova. À direita: interior de sala nova. Fonte: Fotografias Paulino Damião “Kota 50” em <i>The Sanzala</i> , 2018.	65
Figura 48. Maquete do projeto, fotografada por <i>Paulo Moreira Architects</i> . Fonte: <i>The Sanzala</i> (2018).	66
Figura 49. Projeto Habitação Social Rural, Prémio Kubikuz, 2018. Fonte: <i>The Sanzala</i> (2018).	67
Figura 50. Projeto Habitação Rural Social, Prémio Kubikuz edição 2018. À esquerda: sistema de ventilação passiva. Centro: Captação das águas pluviais. À direita: Aproveitamento das águas pluviais. Fonte: <i>The Sanzala</i> (2018).	67
Figura 53. Primeiro Prémio do Concurso <i>A House in Luanda</i> . Projeto de Pedro Sousa, Tiago Ferreira, Tiago Coelho, Bárbara Silva e Madalena Madueira. Esquemas concetuais 3D. Fonte: Sebastian Jordana (2010).	68
Figura 54. Primeiro Prémio do Concurso <i>A House in Luanda</i> . Projeto de Pedro Sousa, Tiago Ferreira, Tiago Coelho, Bárbara Silva e Madalena Madueira. Interior (esquerda) e planta (direita). Fonte: Sebastian Jordana (2010).	69
Figura 51. Segundo Prémio do Concurso <i>A House in Luanda</i> . Projeto de arquitetos Cristina Peres, Diogo Aguiar, Teresa Otto e Tiago Andrade: vista da rua (esquerda) e para o pátio (direita).	70
Figura 52. Segundo Prémio do Concurso <i>A House in Luanda</i> . Projeto de arquitetos Cristina Peres, Diogo Aguiar, Teresa Otto e Tiago Andrade: conceito e esquema construtivo (esquerda) e planta (direita cima) e diagrama de sobreamento, ventilação e circulação do ar (direta baixo). Fonte: Alison Furuto (2010).	70
Figura 55. Evolução ao longo do tempo da casa típica da Chicala (entre 1987 e 2007). Fonte: Elaborado por Paulo Moreira (2018, p. 202).	72
Figura 56. Alguns modelos mais típicos da habitação nativa, segundo uma relativa ordem evolutiva. Fonte: Redinha (1964, p. 9).	74
Figura 57. Evolução da habitação tradicional. Fonte: Redinha (<i>A habitação tradicional angolana. Aspectos da sua Evolução</i> , 1964, p. 44).	74
Figura 58. Interior de uma cubata caluanda. Cama feita com conjunto de troncos e luando. Fonte: Redinha (1964, p. 44).	74
Figura 59. Estrutura de paredes de pau-a-pique das habitações nos musseques de Luanda. Fonte: Fonte (2007, p. 157).	75
Figura 60. Acima, extensão da habitação tradicional. Figura 61. Abaixo, casas com quintal nos musseques antigos. Fonte: Redinha (1964, p. 9).	75

Figura 62. Habitação tradicional com extensão. Fonte: Costa (2016, p. 17).....	76
Figura 63. Construção de pau-a-pique com argila bem alisada. beiral avançado, Caluanda. Dimensões exteriores máximas: 6x2.60m Fonte: Redinha (1964, p. 49).	76
Figura 64. Fachada e interior de lote da Luanda colonial. Fonte: Alexandre (2016, p. 80).	77
Figura 65. Composição de mapas (mapa de Luanda) com extratos dos bairros de estudo (bairro 11 de Novembro, Bairro Boa Esperança e Chicala). Fonte: Autora sobre maps.	78
Figura 66. Quatro Habitações do Bairro Boa Esperança. Fonte: Raposo & Salvador, 2004, anexo. ..	81
Figura 67. Mapa de morfologia dos quarteirões do bairro 11 de Novembro, 2020. Fonte: Sobreposição sobre imagem google earth atual de mapa trabalhado pela autora.	85
Figura 68. Mapa comparativo de redes viárias entre 2000-2020 do bairro 11 de Novembro. Fonte: Sobreposição sobre imagem google earth atual de mapa de 2000 elaborado por Cristina Salvador (2007) e montado pela autora.	85
Figura 69. Quatro Habitações do Bairro 11 de Novembro. Fonte: Desenhado por Cristina Salvador (Raposo & Salvador, 2004).	87
Figura 70. Mapas da Chicala de 1937 (à esquerda) e de 1964. Planos de 1964. Fonte: IICT (<i>apud</i> Moreira, 2018, pp. 8-9).	92
Figura 71. Elementos simbólicos que circundam a Chicala em 2007. Composição de imagem sobre mapa google earth montado pela autora. Fonte: Cidadela Online (2019).	93
Figura 72. Entrada da Ilha e Chicala. À esquerda: 1930, à direita: 1968. Fonte: Amaral (1968).	94
Figura 73. Processo de transformação e ocupação da Chicala. Fonte: Montagem de imagens trabalhados pela autora a partir de Mapas de Moreira e <i>google earth</i> (Chicala Site, 2021).	94
Figura 74. Vista da Chicala 1 sobre a Chicala 2. Fonte: Autora.	96
Figura 75. Vista da Chicala 2 sobre a Chicala 1. Fonte: Autora.	96
Figura 76. Mapa de vias, da Chicala 1 em 2020. Fonte: Autora.	99
Figura 77. À esquerda: Avenida Massano de Amorim (via principal). Centro: Via secundária. À direita: Acesso pedonal ou beco.	99
Figura 78. Mapa de designação dos quarteirões pelos moradores. Imagem trabalhada pela autora sobre google earth.	100
Figura 79. Ruela no início da Chicala, Praia do Banho. Figura 80. Rua de New York. “A zona que nunca dorme”. Figura 81. Rua correspondente ao quarteirão Soyo. Figura 82. Abrigos localizados perto da praia denominado Buri.	100
Figura 83. Mapa de serviços da Chicala 1. Imagem trabalhada pela autora sobre google earth com base no levantamento de 2020.	101
Figura 84. Centro infantil Chiela. Figura 85. Igreja Pentecostal. Figura 86. Largo construído pela comunidade. Figura 87. Guest House frente a rua Massano de Amorim. Figura 88. Ponto de produção de barcos. Fonte: Autora.	101
Figura 89. Casa 1 e 2 levantadas e estudadas por Paulo Moreira em 2011 (2018, p. 210).	103
Figura 90. Casas 2, 3 e 4 levantadas e estudadas por Paulo Moreira em 2011 (2018, pp. 211-213).	104

Figura 91. À esquerda: Quintal da casa 2. Centro: Divisão interior das casas na Chicala. À direita: Vista do quintal da Casa 4. Fonte: Moreira (2018).....	104
Figura 92. Mapa da Chicala com os casos de estudos levantados por Moreira (em 2011) e pela autora (em 2020). Montagem sobre imagem google earth trabalhada pela autora.	105
Figura 93. Localização dos Casos de estudo. Imagem trabalhada pela autora sobre google earth. .	106
Figura 94. Localização da habitação Casa 1. Imagem google maps trabalhada pela autora.	107
Figura 95. Esboço da Planta da Primeira Habitação da Casa 1, década de 80. Desenhada pela autora com base na informação do entrevistado.	108
Figura 96. Esboço da Planta da Segunda Habitação da Casa 1, década de 90. Desenhada pela autora com base na informação do entrevistado.	109
Figura 97. À esquerda: convívio familiar entre a cozinha e a sala. À direita: Mãe a cozinhar. Fonte: Fotografias da década de 90, cedidas pelo entrevistado.....	109
Figura 98. Fachada principal da Casa 1, em 2020. Fonte: autora.....	110
Figura 99. Usos da Casa 1, em 2020. Planta - Piso 0 com legenda das divisões. Levantado e desenhado pela autora, 2020.....	111
Figura 100. Usos da Casa 1, em 2020. Planta - Piso 1 com legenda das divisões. Levantado e desenhado pela autora, 2020.....	111
Figura 101. Mobiliário e Organização Interna da Casa 1, em 2020. Planta - Piso 0. Levantado e trabalhado pela Autora, 2020.	113
Figura 102. Mobiliário e Organização Interna da Casa 1, em 2020. Planta - Piso 1. Levantado e trabalhado pela Autora, 2020	113
Figura 103. Composição de fotografias (antes e depois) de um móvel reaproveitado com mais de 27 anos. Fotografias trabalhadas pela autora, sendo as de 2000 cedida pelo entrevistado e a de 2020 da autora.....	115
Figura 104. Localização da Casa 2, em 2020. Fonte: Autora.....	116
Figura 105. Implantação da Casa 2 no lote, em 2020. Fonte: Autora.	117
Figura 106. Fotografia da fachada nos anos 1980. Fonte: cedida pelo entrevistado.	118
Figura 107. Planta do r/c da Casa 2, em 1980. Desenho da autora com base em informação do entrevistado.	118
Figura 108. À esquerda: alpendre nos anos 2000. À direita: noite de música no quintal em 2005. Fonte: fotografias cedidas pelo chefe da casa e trabalhadas pela autora.	119
Figura 109. Fachada nos anos 1980. Fonte: cedido pelo entrevistado.	119
Figura 110. Vista da frente da casa do Ti Lima, nos anos 2001 (à esquerda – Foto cedida pelo entrevistado) e em 2020 (à direita - Foto da autora).....	120
Figura 111. Planta do r/c da Casa 2, em 2020. Levantamento e desenho da autora.	121
Figura 112. Esquissos evolutivos da fachada. Fonte: autora, com base em fotos e descrição do entrevistado.	122
Figura 113. Frequência de ocupação de cada divisão em 2020. Planta do r/c Casa 2. Fonte: Autora.	123

Figura 114. Alterações cronológicas do quintal entre 2005 e 2020. Fotografias trabalhadas pela autora.	124
Figura 115. À esquerda: sistema construtivo das paredes. À direita: teto do quarto dos pais. Fonte: Autora, em 2020.	124
Figura 116. Quintal usado como oficina, cercado por grades e esteira para impedir visibilidade do exterior. Fonte: Autora, em 2020.	125
Figura 117. Pormenores da casa em 2020. Fonte: Autora, em 2020.	126
Figura 118. Divisões da casa antes (em 1990-2000) e depois (em 2020). Fonte: Fotografias antigas cedidas pelo entrevistado e fotografias atuais da autora.	127
Figura 119. Localização da Casa 3, em 2020. Montagem sobre imagem google earth. Fonte: autora.	129
Figura 120. Esquema evolutivo da ocupação da parcela de terreno. Fonte: Autora.	130
Figura 121. Evolução da Planta do r/c da Casa 3, em 1990, 2003 e 2020. Levantado e trabalhado pela autora, 2020.	130
Figura 122. Implantação da Casa 3, em 2020. Montagem sobre imagem google earth. Fonte: Autora.	131
Figura 123. Fachada da Casa 3, em 2020. Fonte: Autora.	132
Figura 124. Planta r/c atual da Casa 3, em 2020. Levantado e projetado pela autora, 2020.	132
Figura 125. Frequência de ocupação de cada divisão. Planta r/c da Casa 3, em 2020. Fonte: Autora.	134
Figura 126. Localização das Casas 4 e 5, em 2020, com legenda das divisões. Fonte: autora.	135
Figura 127. Implantação da Casa 4, em 2020, com legenda das divisões. Fonte: autora sobre <i>google earth</i>	136
Figura 128. Planta da Casa 4. Levantado e desenhado pela Autora, em 2020.	137
Figura 129. Usos da Planta Casa 4, em 2020. Levantado e desenhado pela autora.	137
Figura 130. Exterior da casa 4, em 2020. Fonte: Autora.	138
Figura 131. Casa 4, em 2020. À esquerda: entrada do quarto dos pais. À direita: vista da casa de banho. Fonte: Autora.	139
Figura 132. Implantação da Casa 5, em 2020. Imagem trabalhado pela autora sobre <i>google earth</i>	140
Figura 133. Planta da Casa 5, em 2020. Levantada e desenhada pela autora.	141
Figura 134. Uso da Casa 5, em 2020. Levantado e desenhado pela autora.	141
Figura 135. Vista frontal da Casa 5, em 2020. Fonte: Autora.	142
Figura 136. Interior da Casa 5, em 2020. À esquerda, quarto dos pais, à direita instalação sanitária. Fonte: Autora.	143
Figura 137. Espaço construído, quintal e rua. Cheios e vazios dos 11 casos de referência e dos 5 casos levantados. Fonte: Autora.	152
Figura 138. Organigrama das funções das cinco casas levantadas em 2020 pela autora na Chicala.	154
Figura 139. Composição de objetos domésticos. Fonte: Autora.	161
Figura 140. Usos de objetos domésticos de plástico. Fonte: Autora.	162

Figura 141. Usos de objetos domésticos de metal. Fonte: Autora.	163
Figura 142. Usos de objetos domésticos em têxtil. Fonte: Autora.	164
Figura 143. Uso doméstico do tijolo. Fonte: Autora.	165
Figura 144. Objetos domésticos mais usados. Fonte: Autora.	166
Figura 145. Composição de fotografias da Chicala com marcação do mobiliário móvel. Fonte: Autora.	167
Figura 146. Composição de fotografias da Chicala com marcação do mobiliário semifixo. Fonte: Autora.	168
Figura 147. Composição de fotografias da Chicala com marcação do mobiliário fixo. Fonte: Autora.	169
Figura 148. Customização das grelhas “cobogós” feita pela autora com inspiração na impressão de tecido Samakaka. Fonte: Taloua (Angolan fabric small patterns, 2020).	170
Figura 149. Grelhas personalizadas pela autora.	171
Figura 150. Painél 1, Proposta da Casa 1, Chicala 2020. Fonte: Autora.	174
Figura 151. Painél 2, Proposta da Casa 1, Chicala 2020. Fonte: Autora.	175
Figura 152. Painél 3, Proposta da Casa 1, Chicala 2020. Fonte: Autora.	176
Figura 153. Painél 4, Proposta da Casa 1, Chicala 2020. Fonte: Autora.	177
Figura 154. Painél 1, Proposta da Casa 2, Chicala 2020. Fonte: Autora.	179
Figura 155. Painél 2, Proposta da Casa 2, Chicala 2020. Fonte: Autora.	180
Figura 156. Painél 3, Proposta da Casa 2, Chicala 2020. Fonte: Autora.	181
Figura 157. Painél 4, Proposta da Casa 2, Chicala 2020. Fonte: Autora.	182
Figura 158. Painél 1, Proposta da Casa 3, Chicala 2020. Fonte: Autora.	184
Figura 159. Painél 2, Proposta da Casa 3, Chicala 2020. Fonte: Autora.	185
Figura 160. Painél 3, Proposta da Casa 3, Chicala 2020. Fonte: Autora.	186
Figura 161. Painél 4, Proposta da Casa 3, Chicala 2020. Fonte: Autora.	187
Figura 162. Painél 1, Proposta da Casa 4, Chicala 2020. Fonte: Autora.	189
Figura 163. Painél 2, Proposta da Casa 4, Chicala 2020. Fonte: Autora.	190
Figura 164. Painél 3, Proposta da Casa 4, Chicala 2020. Fonte: Autora.	191
Figura 165. Painél 1, Proposta da Casa 5, Chicala 2020. Fonte: Autora.	192
Figura 166. Painél 2, Proposta da Casa 5, Chicala 2020. Fonte: Autora.	193
Figura 167. Painél 3, Proposta da Casa 5, Chicala 2020. Fonte: Autora.	194
Figura 168. (à esquerda) construção da casa com a técnica de garrafas de plástico (à direita) pormenor da construção. Fonte: Pensar Contemporâneo (2021) https://www.pensarcontemporaneo.com	195
Figura 169. Exemplo de bairros com características de aldeia ou sanzala situadas a volta do centro da cidade. Fonte: Autora.	Erro! Marcador não definido.
Figura 170. Inquérito de apoio ao trabalho de campo. Fonte: Autora.	210
Figura 171. Planta de análise da casa 2, Chicala 2020. Fonte: Levantada pela autora.	210
Figura 172. Corte perspético da Casa 2. Fonte: Autora.	211

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Escala 1/1000. Fonte: Autora.....	146
Tabela 2. Escala 1/1000. Fonte: Autora.....	147
Tabela 3. Tabela de indicadores de usos. Escala 1/1000. Fonte: Autora.	148
Tabela 4. Escala 1/1000. Fonte: Autora.....	149

LISTA DE ABREVIATURAS

AOA	Unidade Monetária de Angola
APDES	Agência Piaget para o desenvolvimento
ANGOP	Angola Press
CACS	Conselho de Auscultação e Concertação Social
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
EMPROE	Empresa de Obras Especiais
ENDE	Empresa de Distribuição de Eletricidade
EPAL	Empresa Pública de Águas de Luanda
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
GPL	Governo Provincial de Luanda
IPGUL	Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda
MINUA	Ministério do Urbanismo e Habitação
MINUP	Ministério do Urbanismo e Construção
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAM	Omnium Technique d'Aménagement
PP	Plano de Pormenor
PU	Plano de Urbanização
PIB	Produto Interno Bruto
PDM	Plano Diretor Municipal
PHS	Programa de Habitação Social de Luanda

PRP	Programa de Realojamento das Populações
PDMV	Plano Diretor Municipal de Viana
PNUH	Programa Nacional de Urbanismo e Habitação
PPOT	Planos Provinciais de Ordenamento do Território
TPA	Televisão Pública de Angola
PRP	Programa de Realojamento das Populações
UNCHE	<i>United Nations Conference on the Human Environment</i>
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UN-Habitat	United Nations Human Settlements Programme
USD	<i>United Stated Dollars</i>

Título: A habitação popular nos musseques de Luanda: transformação e urbanização. Ensaio para uma intervenção sustentável

INTRODUÇÃO

Luanda carrega uma miscigenação de povos, culturas e práticas arquitetónicas que se expressam nos diferentes tipos de habitação dos musseques. Estes assentamentos autoproduzidos embora tenham sofrido constantes ameaças de extinção, caracterizam as cidades africanas, constituindo atualmente tema de interesse de várias entidades e organizações bem como de arquitetos e urbanistas pelo facto de terem grande impacto sobre o desenvolvimento da cidade e sobretudo por sofrerem intervenções, violentas, temporárias ou insuficientes.

As formas de abordagem e intervenções direccionadas aos assentamentos informais ou autoproduzidos têm-se direccionado essencialmente ao nível urbano, carecendo de um olhar mais atento ao nível do habitar. Esta lacuna incita na autora a vontade de contribuir para a melhoria da habitação popular – que se entende como a primeira expressão arquitetónica que responde à necessidade do homem se abrigar e proteger (concha) - combinando com o interesse de reivindicar a cultura e identidade das habitações autoconstruídas.

Visto que os assentamentos informais constituem grande parte das cidades africanas, esta dissertação debruçou-se no primeiro capítulo sobre temas de forte influência e relação como a arquitetura vernacular, o processo de urbanização das cidades africanas, as formas de responder aos problemas causados pelo crescimento acelerado e descontrolado das cidades sob princípios sustentáveis. Para a compreensão e reintegração da identidade e cultura da habitação, pretendeu-se compreender de forma sucinta, no segundo capítulo, o percurso da cidade de Luanda através da sua história, desde a sua génese, escutando transformações políticas, sociais e económicas e consequentemente urbanas, de modo a enquadrar as diferentes abordagens realizadas atualmente ao nível da dimensão habitacional em Luanda.

Procedeu-se a seleção de três conjuntos, de extratos urbanos diferenciados (urbano, semiurbano e periférico) que foram objeto de levantamento empírico por outros autores e pela autora - envolvendo a relação do investigador com o campo, com as pessoas e com o espaço habitado. Desta forma se reforçou o entendimento sobre os traços fundamentais da habitação traduzidos no modo de vivência, hábitos, relação do homem com os objetos e intenções de adaptabilidade, para conceber em interação com os moradores formas mais adequadas de intervir ao nível da habitação popular em contexto sensível remetendo a noções vernaculares e princípios sustentáveis.

Este ensaio teórico-prático, permitiu refletir sobre o papel do arquiteto na sua relação com os habitantes (principais autores da construção das suas casas) e com os objetos domésticos, questionando os meios técnicos, enaltecendo a identidade e refletindo sobre a adaptabilidade ao crescimento das cidades.

Objetivos

O tema em estudo e o que ele envolve, foi desenvolvido em torno de quatro dimensões: conhecer, compreender, procurar soluções e desenvolver a capacidade de resposta face as situações encontradas (adaptabilidade).

Ao nível do conhecimento pretendeu-se explorar estudos já realizados sobre a origem, história, características, razões, preocupações e respostas ao habitar nos assentamentos informais tendo em conta o processo de urbanização das cidades africanas. Pretendeu-se entender o sentido da arquitetura, a sua relação com o meio ambiente, os princípios de sustentabilidade subjacentes.

A investigação visou compreender o modo como se habita nos musseques populares autoproduzidos - desde o seu contexto sociocultural, suas características, seus percursos, adaptações e desafios – tendo subjacente um olhar antropológico sobre a realidade empírica, envolvendo o contacto físico e sensitivo. O trabalho de campo de proximidade permite ao investigador colocar-se no lugar dos que vivem o bairro e a casa.

O conhecimento adquirido sobre estudos já realizados em assentamentos autoproduzidos, conjuntamente com a experiência de mergulhar em estudos empíricos concretos - compreendendo a sua razão de ser - , visam permitir encontrar novas formas de responder aos vários problemas, e de propor novas soluções.

Com base em noções da arquitetura vernacular e princípios de sustentabilidade, a investigação pretendeu ensaiar soluções que incluíssem o factor de adaptabilidade como uma forma de resposta para as habitações inseridas em musseques reivindicando traços culturais de identidade.

Objeto de estudo

A dimensão da habitação como elo condutor de identidade ao nível do espaço que caracteriza a cidade de Luanda, os musseques, constitui objeto de estudo desta investigação. Abordaram-se as formas e o modo de habitar e a sua materialização no espaço familiar dentro dos musseques. Tratando-se de uma investigação em arquitetura, procuraram-se as soluções espaciais e materiais para responder a necessidade de abrigo em contexto informal e autoproduzido.

Casos de estudo, de Luanda a Chicala

A motivação para a escolha da cidade de Luanda, cidade natal, e do caso de estudo deveu-se a força de memórias, experiências e vivências da infância e adolescência. A Chicala inicialmente apresentava características rurais, porém, foi sendo progressivamente urbanizada sobretudo desde a independência. A localização próxima à casa dos pais, o percurso constante, as suas características peculiares e os estudos já realizados sobre o lugar (Pires, 2015 e Moreira, 2018), a Chicala tornou-se a escolha coerente para a realização desta pesquisa sobre a habitação popular nos assentamentos informais e autoproduzidos.

Antes de abordar este caso de estudo, abordaram-se outros casos, com base em estudos anteriores de outros autores (Raposo & Salvador, Subúrbios de Luanda e Maputo, 2007) que serviram de apoio para expandir o processo de conhecimento, compreensão e observação sobre estes assentamentos. Estando inseridos em diferentes contextos: bairro Boa Esperança (contexto periurbano) e bairro 11 de Novembro (contexto pericentral). Conjuntamente com o caso de estudo (Chicala) inserido em contexto urbano, permitem compreender diferentes formas de habitar nos musseques e simultaneamente intervenções que têm sido e podem ser realizadas.

Conceitos de referência

O entendimento sobre os assentamentos informais e autoproduzidos (musseques), está intimamente ligado à arquitetura vernacular, rural e urbana, em que o habitante é o autor principal da construção da sua casa. A influência do modelo de casas rurais (suas formas, organização, técnicas, materiais e identidade) nas habitações populares urbanas traduzem o que são atualmente os assentamentos autoproduzidos. Autores como Amos Rapoport (1969) e Hubert Guillaud (2014) contribuíram para olhar a arquitetura vernacular como um contributo simbólico e sustentável para pensar a arquitetura e o meio ambiente.

A não resposta de entidades governamentais e a prática ancestral de autoconstrução, permitiu que os musseques crescessem entre as zonas urbanizadas e se estendessem nas periferias da cidade. Como vários autores referem, o nome musseque, deriva do aportuguesamento da palavra *kimbundu* que significa local de areia vermelha. Surgem com o crescimento da cidade urbanizada no período colonial sob forma de quintais que os traficantes de escravos usavam para acumular os seus “bens” de exportação. Estes mesmos bairros de “miséria” foram posteriormente habitados por africanos escravos libertos (Amaral, 1983, pp. 297-299).

O crescimento da população e expansão das cidades africanas acompanhado do processo de urbanização, provocaram o adensamento dos assentamentos autoproduzidos de forma descontrolada. A cidade de Luanda, capital africana, constitui um exemplo do processo urbanização em África desde a sua origem à expansão, aos elementos que o envolvem e o que reflete. Autores como Edgar Pieterse

(2015), Morten Nielsen (2015) e Michiel Hulshof (2015) retratam o modo como a cidade em contexto africano é vivida desde as suas dinâmicas, ao comércio até à sua materialidade.

A sustentabilidade tem sido um tema discutido em prol de um ambiente e uma arquitetura com melhor qualidade de vida. Autores como Nascimento (2012) e Manuel Guedes (2011), abordam o tema apresentando exemplos de projetos de arquitetura com princípios sustentáveis em assentamentos informais em contexto africano.

A compreensão da dimensão habitacional dos assentamentos autoproduzidos de Luanda pressupõe perceber a localização, escala, aspectos socioculturais e políticos. A cidade de Luanda, fundada pelos portugueses em 1576, inclui atualmente 9 municípios, 41 distritos e 14 comunas. A capital é identificada como o centro económico de Angola e local de forte miscigenação de culturas (ocidentais e africanas) e dinâmicas diferentes expressas a nível urbano. Abrange uma área de 18.835 quilómetros quadrados com uma população de estimativa oficial para 2019 de 8.247.688 habitantes. Para o estudo sobre a sua história, desenvolvimento, expansão e morfologias vários autores constituem referência como Ilídio do Amaral (1983), Isabel Martins (2005), José Redinha (2009) entre autores.

A pesquisa empírica envolveu a perceção do espaço doméstico por observação e pela compreensão de quem os habita, traduzindo-se a linguagem verbal, como abordado por Hall (1966, p. 110), na linguagem do espaço. O modo como o entrevistado descreve a sua casa desde as suas funções, transformações, patologias e soluções, usos dos equipamentos, análise proxémica entre os familiares e localização da casa, para além de apurar os sentidos, define tipos e usos das divisões.

Este suporte bibliográfico sobre noções de forte ligação aos assentamentos, mostrou ser pertinente para o levantamento de exemplos de intervenções adequadas realizadas em Luanda, assim como para o trabalho empírico fornecendo bases sólidas para desenvolver não somente propostas de melhorias, mas acima de tudo compreender a racionalidade por detrás da habitação e o impacto que o investigador ou arquiteto têm sobre o terreno.

Questões

A questão primordial subjacente a estas reflexões e ensaios é perceber como este exercício académico se poderá repercutir na melhoria de vida e condições das famílias dos assentamentos e qual será o impacto sobre o seu modo de vida. A investigação procurou responder às seguintes questões:

1. Até que ponto e que princípios da arquitetura vernacular de origem rural persistem em situação de urbanização acelerada em Luanda?
2. Qual foi e tem sido a (in)capacidade da arquitetura habitacional colonial, moderna e contemporânea para responder aos desafios habitacionais que se colocam nestes assentamentos autoproduzidos?
3. Quais as referências subjacentes às práticas familiares de arquitetura popular destes assentamentos, quais os seus traços dominantes, tipos, transformações e adaptações ao modo de vida e cultura?

4. Quais são os princípios e conceitos subjacentes a uma intervenção arquitetónica mais adequada ao espaço habitacional dos musseques, que se articule e incorpore as práticas locais?

Estrutura da dissertação e nota metodológica

Esta dissertação foi dividida em cinco capítulos sendo três sobre o estado da arte (noções estruturantes, Luanda, projetos de arquitetura habitacional colonial e contemporânea) e dois empíricos com diferentes abordagens metodológicas. O primeiro capítulo assenta sobre uma recolha e análise bibliográfica de vários autores, em torno de conceitos pertinentes para o objetivo do trabalho como: arquitetura vernacular, urbanização nas cidades africanas, sustentabilidade e notas para uma abordagem antropológica. O segundo capítulo também foi desenvolvido a partir da recolha e análise bibliográfica e cartográfica sobre a cidade de Luanda desde a sua história, processo de expansão, surgimento e crescimento dos assentamentos informais, transformações urbanas e habitacionais até ao contexto atual. O terceiro capítulo aborda, com base na análise crítica da literatura os tipos de intervenções e exemplos a nível habitacional, realizados no período colonial e na atualidade (habitações autoconstruídas, inclusivas e participativas).

O quarto capítulo, sobre a habitação no musseque, parte do estudo de outros autores: (1) sobre habitações vernaculares ou tradicionais de Angola (transformações e resultados); (2) sobre habitações do musseque periférico do Boa Esperança e do musseque suburbanizado do 11 de Novembro (Raposo e Salvador, 2014); e (3) sobre habitações da Chicala, um musseque mais centrado (Moreira, 2018), permitindo uma melhor compreensão da configuração, usos e materialidades das habitações. A análise de algumas das casas levantadas por esses autores permitiu encaminhar para a fase empírica de levantamento aprofundado de cinco casas na Chicala 1. Esta pesquisa empírica incluiu visitas guiada por um morador do bairro, para um primeiro contacto com o bairro, com alguns líderes e com as famílias, as suas vivências e a materialidade da sua habitação. Estas visitas¹ permitiram identificar e estabelecer contactos com as cinco famílias a entrevistar e as casas a levantar. Em função da aceitação, duas das habitações foram visitadas duas vezes. As visitas incluíam observação, levantamento físico detalhado da habitação e do lote, fotografias, conversas informais e entrevista aberta ao chefe do agregado familiar. Estes levantamentos permitiram a descrição de cada casa e a sistematização da configuração e materialidade de cada uma e organização em tabelas comparativas, que permitiram identificar os traços comuns e transformações.

O processo de levantamento e análise conduziu a reflexões que permitiram a realização de exercícios projetuais para a melhoria das habitações com princípios vernaculares, sustentáveis e de adaptabilidades sustentados que são apresentados no último capítulo. Aqui o objetivo foi sistematizar

¹ Os nomes das pessoas entrevistadas foram alterados nesta dissertação.

e compreender o modo de habitar nos musseques para que se consiga intervir de forma económica e sustentável.

Os ensaios de projeto realizados pretendiam incluir a participação direta dos habitantes, porém, tal não foi possível devido as dificuldades impostas face a pandemia do covid-19. Pretende-se, no regresso ao local de estudo, apresentar os levantamentos realizados e as propostas elaboradas pela autora como forma de retribuir e ouvir o retorno dos habitantes.

“[...] Luanda é um reino de lata, com brilho de prata [...]” (excerto da canção “Luz Foi” de Aline Frazão)

1 | SUSTENTABILIDADE DO HABITAT POPULAR EM CONTEXTO AFRICANO

Este capítulo aborda três noções que se consideram importantes para compreender o tema em estudo: arquitetura vernacular, urbanização de bairros autoproduzidos e sustentabilidade. Estas noções são abordadas sobre um ponto de vista espacial, mas também económico e socio-antropológico.

Hubert Guillaud (2014, pp. 35-38), aborda a noção de arquitetura vernacular central nesta dissertação, explorando as suas interpretações, categorizações e caracterizações, bem como a sua relação com o meio ambiente, referindo-se ao ciclo da ecologia, às construções conscientes da envolvente ambiental, aos seus impactes, à conexão entre a arquitetura e a cultura, o modo de habitar e a natureza.

Pela importância para o tema em pesquisa, abordam-se também as práticas desafiadoras de projetar para comunidades de condições materiais e habitacionais precárias, a que se referem autores como Rafael Balanzó, Camillo Boano (2012, pp. 13-19; 73-75) e tantos outros ligados a organizações, comunidades, associações e projetos desenvolvidos nestes contextos. Em “*Challenging Practice*” (Tovovich & ASF-UK, 2012, pp. 13-19; 73-75) referente ao capítulo sobre “Participação”, os autores referidos abordam as implicações de trabalhar para as comunidades, do desfocar da vertente económica – que está na origem da falta de urbanização para todos, da falta do direito à cidade – para o focar na vertente social. Os autores ressaltam que todo o arquiteto ganharia em trabalhar em urbanizações num contexto mais sensível, para ganhar experiência e profissionalismo no que se refere a trabalhar com pessoas expostas a riscos constantes.

Como terceiro tema aborda-se a noção de **urbanização**, cruzando com os paradigmas políticos, económicos e sociais, com a sua expressão arquitetónica e urbanística, com o modo de viver a cidade em África, na sua dualidade, da cidade dita formal e informal, com a coexistência de diferentes influências, estrangeiras e locais, com transformações que provocam as adaptações e resistências, entre a busca do crescimento económico e a resistência cultural. Sublinha-se o papel decisivo do comércio (in)formal na configuração das metrópoles africanas e a emergência do mercado chinês.

A partir de autores como Nielsen, Seeberg, Pieterse e Hulshof no livro “*Architecture Culture Identity*” (Holm & Kallehauge, 2015, pp. 13-15; 59-62; 129-133; e 243-248), aflora-se a dimensão da visibilidade e invisibilidade social em contexto africano para maior aproximação do modo de viver e habitar, à sua materialidade, à importância do objeto construído e à conexão com a dimensão espiritual.

A noção de visibilidade e invisibilidade no modo como as pessoas vivem a cidade, a relação entre a comunidade e a arquitetura é também abordada no livro “*African Cities Reader*” num diálogo entre os autores Rao, de Boeck e Simone no capítulo “Em Kinshasa: contos de uma cidade invisível”² (Rao, de

² In *Kinshasa: Tales of Invisible City* (texto original traduzido pela autora).

Boeck, & Simone, 2010, pp. 33-45). Através de um olhar antropológico, os autores procuram entender o ser e a materialidade na transformação acelerada atual das cidades, marcadas de dualidade, em que através de estratégias de adaptação e de sobrevivência os habitantes lutam por se tornar visíveis. Os autores incluem uma vertente espiritual, para aprofundar a questão da (co)existência, do mundo dos vivos e dos mortos, que se reflete sobre o espaço construído.

Retoma-se o pensamento de Elimar do Nascimento (2012) sobre a trajetória da noção da **sustentabilidade**, que se considera essencial para entender o momento presente. Ele aborda as várias dimensões do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade que se referem aos níveis social, económico, político e do ambiente.

1.1 | ARQUITETURA VERNACULAR

Desde meados do século passado, com o final da Segunda Guerra Mundial e a crítica modernista, vários autores refletiram sobre a arquitetura vernacular. Destaca-se a obra de referência do arquiteto Amos Rapoport, *House, Form and Culture* (1969) que cruza uma perspetiva arquitetónica e etnográfica para mostrar como a cultura, o comportamento humano e o ambiente influenciam a forma da casa, na sua dimensão de arquitetura vernacular. No seu subcapítulo sobre materiais, construção e tecnologia, Rapoport aborda o carácter simbólico do uso da tecnologia considerando a técnica mais importante que o seu consumo e reiterando que a forma não depende necessariamente da técnica e da materialidade:

“A mudança de materiais não muda necessariamente a forma da casa.”³ (Rapoport, 1969, pp. 25-26).

“A construção primitiva e vernacular fornece exemplos em que o conhecimento da tecnologia não significa que ela será usada”⁴ (Rapoport, 1969, p. 25).

Mais recentemente Guillaud 2014⁵ no capítulo que aborda sobre “Definindo a arquitetura vernacular”⁶ (2014, pp. 33-38; 38-41) aproxima a reflexão sobre a arquitetura vernacular das práticas quotidianas de autoconstrução em assentamentos autoproduzidos em contexto africano. O autor explora a questão da sustentabilidade da construção, incentivando o uso de materiais locais, a redução dos custos de produção, de transporte, de energia, sublinhando os recursos a manter (ciclo ecológico), optando pela

³ “*Change of materials does not necessarily change the form of the house*” (texto original traduzido pela autora)

⁴ “*Primitive and vernacular building provides examples in which knowledge of technology does not mean that it will be used*” (texto original traduzido pela autora)

⁵ Hubert Guillaud é coordenador de parte do projeto CRAterre - Ecole Nationale Supérieure d'Architecture de Grenoble, France contribuindo para o desenvolvimento do projeto Versus – Lessons from Vernacular Heritage to Sustainable Architecture (2017)

⁶ *Defining Architecture Vernacular*. (texto original traduzido pela autora)

reciclagem de materiais, pela manutenção, pela reabilitação, recuperação e reutilização, questões que se colocam na reflexão sobre a melhoria da construção nos bairros autoproduzidos africanos e que orientarão as melhorias propostas para os casos estudados.

Guillaud reflete sobre a sustentabilidade da arquitetura vernacular e como essa noção afeta não somente o meio ambiente, mas tem também implicações sociais, culturais e económicas (Correia, Dipasquale, & Mecca, 2014, pp. 38-41).

“Esse interesse renovado na arquitetura vernacular pode refletir o renascimento de um desejo de reconciliação com os valores materiais e imateriais e com as formas de expressão do belo, do bom, do genuíno que sentimos ao olhar para os lares ancestrais que eram tão harmoniosamente integrados na paisagem como espaço geográfico e cultural e como espelho da história e da vida do homem. Uma arquitetura conectada, não arrogante, pacífica e em escala humana, que se encaixa em locais, topografias, ambientes minerais e vegetais.”⁷ Hubert Guillaud (Correia, Dipasquale, & Mecca, 2014, p. 51).

Esta reflexão permite uma melhor percepção sobre a essência de construir, de moldar um objeto para o abrigo humano, para seu uso e para a partilha de atividades domésticas tendo em conta a manutenção do ambiente. Como refere o autor a arquitetura vernacular conecta-se com quem habita, desde a “relação do homem que constrói o próprio espaço, a mão que o desenha e do espaço que é desenhado pela mão” (2014, p. 51).

Para o autor, a natureza e a cultura, a identidade local, a capacidade de criar melhores condições de vida estão intimamente ligados. O homem reconhece o que rodeia e tem a capacidade de adaptar-se, atender as suas necessidades e construir a identidade social e cultural dos territórios. Neste sentido, a dimensão social e cultural da arquitetura vernacular reflete-se na sua linguagem construtiva, que cria memórias e estabelece relação com o local envolvente.

A dimensão antropológica da arquitetura vernacular observa como as pessoas produzem e transformam os espaços para os adequar às suas vivências e ao sistema construtivo. Para além dos espaços interiores, os espaços exteriores partilhados pela comunidade em contexto africano vão-se reconfigurando e adaptando ao modo de viver o exterior, que é o espaço de comunidade.

As cercas, que se generalizam com a densificação da cidade e a expansão da periferia, eram comuns em comunidades africanas sem recursos, fora dos centros urbanos onde marcavam os limites internos e externos de uma povoação onde viviam várias famílias. Elas protegem contra os inimigos ou

⁷ *This renewed interest in vernacular architecture may then reflect the rebirth of a desire of reconciliation with the material and immaterial values and with forms of expressions of the Beautiful, the Good, the Genuine that we feel when looking at the homes of ancestors that were so harmoniously integrated in the landscape as a geographic and cultural space and as the mirror of man's history and life. A connected, non-arrogant, peaceful, human-scale architecture, that fits into sites, topographies, mineral and vegetal environments.* (texto original traduzido pela autora).

invasores exteriores, ao mesmo tempo que unem, integram e conectam os que estão inseridos na comunidade, e têm inspirado projetos de qualificação recentes (ver figura 1.).

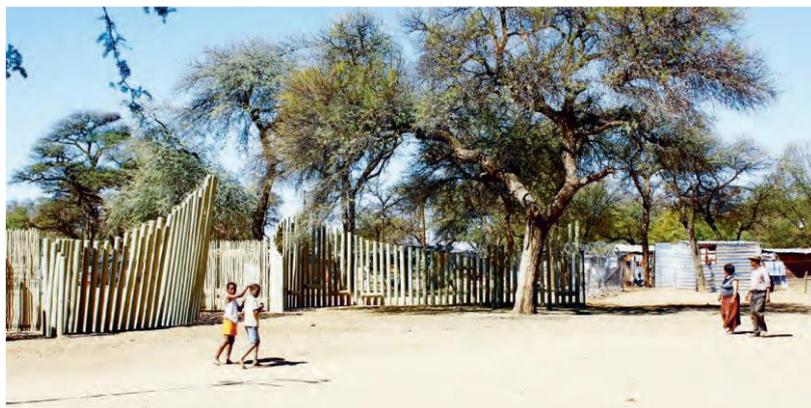


Figura 1. Projeto de dinamização do espaço público numa povoação na Namíbia, pelos arquitetos Droomer & Christensen, Dordabis Community Spine (de 2014). Fonte: Morten Nielsen (2015, p. 20)

Outro elemento simbólico e que contribui para a sustentabilidade económica é o celeiro para armazenamento e conservação de cereais e que permite sustentar as necessidades básicas de sobrevivência, o qual marcava as povoações rurais e persiste em alguns assentamentos urbanos, como é o caso do Mali (Correia *et. al.*, 2011 *apud* Correia, Dipasquale, & Meca, 2014, p. 59). Outro elemento, mais comum em assentamentos urbanos, é o tanque para consumo habitacional (para cozinhar, tomar banho e de irrigação), mas também limpeza do próprio espaço público. São exemplos de elementos do espaço exterior que permitem gerir a escassez e os recursos e se articulam com a cultura local.

A nível habitacional, vários estudos como o de Hana Abdel (Living in Dakar, A Study of Senegalese Housing & Future Development, 2021) confirma que as casas tradicionais africanas se compõem em: do espaço de dormir que circunda o pátio (usado para preparação de alimentos e criação de animais); pequenos espaços comuns cobertos geralmente integrados ao lado dos espaços de dormir; e um espaço coberto que funciona como arrumos. Embora as transformações de casas em assentamentos refletirem usos e funções mais ocidentais, percebe-se a ação instintiva dos residentes de integrarem elementos que remetem as casas tradicionais como: a relação forte da cozinha com o exterior; instalação sanitária no exterior; e espaço para criação de animal tal como é verificado nos chamados *Penc* (casas tradicionais das tribos de Dacar) como ilustra Abdel (2021).

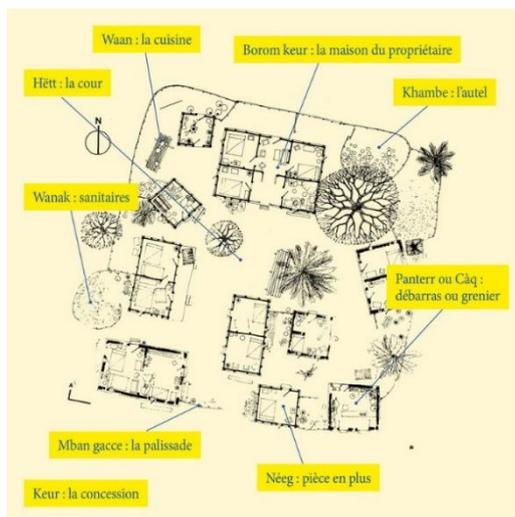


Figura 2. *Penc*: Planta tradicional de antigas tribos de Dakar. Fonte: Abdel (2021)

Esta abordagem antropológica que estuda a relação do espaço, sua configuração e materialidade com o modo de vida da comunidade, seus hábitos e costumes, com os recursos materiais disponíveis e com o meio ambiente envolvente, constitui uma dimensão fundamental a ter em conta numa arquitetura melhor adaptada. Rapoport ao abordar sobre como a cultura influencia a arquitetura, ao nível dos assentamentos e das casas refere como o exemplo dos traços culturais os masai: o horror a casas permanentes e a preferência que as escolas sejam ao ar livre (Rapoport, 1969, pp. 33-34).

Assentamentos autoproduzidos

Os assentamentos em áreas rurais da África Subsaariana continuam uma relação de universo cosmológico organizados em volta de princípios de linhagem. Os assentamentos tradicionais eram fisicamente organizados em círculos concêntricos ao redor de um centro onde integrava o gado e era cercado. A introdução de edifícios rectangulares surge com a crescente presença de estrangeiros, modificando as estratégias locais de habitação e na própria estruturação de assentamentos (Holm & Kallehauge, 2015, p. 153).



Figura 3. À esquerda: assentamentos rurais na África Subsaariana que configuram um desenho circular. Centro: assentamentos rurais em aglomerados autoconstruídos. À direita: assentamentos planejados. Fonte: Holm & Kallehauge (2015).

1.2 | URBANIZAÇÃO E EXPANSÃO DE BAIROS AUTOPRODUZIDOS

A discussão sobre a urbanização dos bairros autoproduzidos – ou informais, como geralmente são denominados, periféricos, peri-urbanos, ou *slum* (em língua inglesa) -, a nível espacial, mas também social, económico e político, tem ocupado em todo o mundo inúmeros especialistas, organizações da sociedade civil e políticos comprometidos com respostas mais adequadas. A velocidade do crescimento demográfico, da expansão urbana e das suas periferias autoproduzidas, coloca inúmeras questões nos vários âmbitos referidos e cada vez mais também ao nível ambiental e da gestão urbana. Fainstein (2010) em *The Just City* sublinha a questão da gestão das disparidades sociais e da urgente articulação das dimensões territoriais com as sociais e económicas.

Os assentamentos autoproduzidos têm sido um tema desafiante para arquitetos, designers urbanos e de planeamento por envolverem a dinâmica política, económica e socio-cultural. Em muitos contextos são encarados como zonas não urbanizáveis, sofrendo ameaça de demolição pelos seus impactes ou problemas ambientais (Nascimento, 2012) ou por estarem em localizações estratégicas. Nos últimos anos, com a Nova Agenda Urbana, os aglomerados autoproduzidos começam a ser vistos como elementos constituintes da cidade e procuram-se estratégias para a sua urbanização. A rejeição de que foram alvo na era modernista incitou várias reflexões críticas, impulsionando hoje uma maior aceitação surgindo propostas de melhoria destes assentamentos a nível essencialmente infraestrutural.

A alternativa de projetos de melhoria como solução de problemas permite conduzir à legalização destes assentamentos autoproduzidos e a que os habitantes sejam autores das suas habitações no quadro de estratégias de intervenção lideradas pelas comunidades com suporte técnico e supervisão do poder público. O envolvimento e a participação da comunidade, reforça o seu poder e a consciência dos seus direitos, favorece a sua participação nos processos políticos e socioeconómicos e estimula a sua cidadania. Neste contexto, o profissional arquiteto passa a utilizar as suas competências para servir e partilhar passando de “fornecedor” ou “provedor” para “apoiantes” na facilitação de processos de construção inclusivos com princípios sustentáveis, em zonas que exigem rápidas transformações e de recursos escassos, como é referido em ASF (2011, pp. 72-73).

Projetar em assentamentos autoproduzidos requer o recurso a ferramentas participativas, a diversas escalas, que promovam inclusão das comunidades e outros atores, e que abordem dimensões culturais, socioeconómicas, ambientais e políticas. A articulação com as associações comunitárias facilita o levantamento, análise e reconhecimento dos problemas e a identificação das melhores estratégias de intervenção. A Avaliação Rural Participativa é uma ferramenta que tem sido utilizada em meio rural para promover uma abordagem *bottom-up*, com o envolvimento dos moradores desde a conceção do projeto o que inclui o mapeamento colaborativo da ocupação do solo. Nos processos participativos, a definição dos papéis e responsabilidades e a capacitação de cada interveniente, antes da implementação das ações, são essenciais para o alcance dos objetivos (Tovovich & ASF-UK, 2012, pp. 73-75).

Trabalhar com comunidades de poucos recursos requer do arquiteto o desenvolvimento de competências para conhecer e compreender contextos complexos e para encontrar respostas para os desafios que estes impõem, mas também uma conduta transparente para lidar com processos participativos. Requer sobretudo grande sensibilidade para lidar com realidades diferentes, em condições que podem ser muito precárias e de grande dimensão e complexidade, constituindo por isso um excelente estágio para os arquitetos.

Transformar o processo participativo numa prática comum da arquitetura e do urbanismo, particularmente em contexto africano, permitirá encontrar respostas mais adequadas às necessidades da população de menos recursos e contribuirá para reforçar a responsabilidade dos profissionais e não profissionais nestas áreas. Por sua vez, o envolvimento e participação das comunidades nos processos de projeto favorecerá a sua capacitação e a sua responsabilização e consciencialização sobre o espaço em que vai habitar e a sua envolvente.

Urbanismo africano

Vários documentos dão conta da recente expansão demográfica e explosão urbana do continente africano. O ritmo significativo de expansão das cidades africanas e sobretudo das suas zonas periféricas não urbanizadas cria graves disfuncionalidades. A passagem rápida do rural ao urbano e do tradicional ao contemporâneo resulta da ênfase num crescimento económico e não social, não ajustado ao contexto e seguindo princípios e interesses estrangeiros.

“Também as funções urbanas serão afectadas por este processo de mudança tão violento. O território, ligado tradicionalmente ao binómio produção/consumo, está a ser violentado e totalmente desvalorizado pelo processo de globalização.” (Martins, 2005, p. 14).

As políticas urbanas africanas não definem estratégias para urbanização, melhoria e inclusão dos bairros autoproduzidos, globalmente apelidados de assentamentos informais, onde vive a população de menores recursos, por os entenderem como uma ameaça ou um estorvamento para os interesses económicos e de desenvolvimento da cidade urbanizada, dos residentes de mais recursos. Pieterse no capítulo que aborda sobre “Alcançando o urbanismo adaptativo”⁸ (2015, pp. 129-133) aponta quatro características dos assentamentos autoproduzidos que entende como possibilidades da futura África urbana: “improvisada”, “pintada”, “irracional” e “maleável”⁹.

⁸ Reaching for adaptive urbanism. Texto original traduzido pela autora.

⁹ “*Makeshift, made-up, mindless, and malleable*” (texto original traduzido pela autora).

Com base no que observa nas cidades africanas, Pieterse sublinha o “urbanismo quotidiano”, ditado pelas práticas e rotinas sociais, de sobrevivência diária, assentes na informalidade e incerteza. A luta de cada dia determina a comida na mesa (2015, p. 131). O urbanismo é constante, é diário, é o agora.

Como refere o autor, estas cidades africanas urbanizadas, empreendedoras e promotoras de crescimento económico, são a extensão das cidades coloniais, ditada pelos interesses das classes dirigentes que se sobrepõem aos padrões da rotina urbana da maioria da população, numa combinação tóxica. Para alcançar um “urbanismo maleável africano”, o autor propõe a valorização das quatro características acima mencionadas, em prol de melhorias na dinâmica urbana e no acesso a infraestruturas urbanas, de forma a alimentar a expansão económica, através da aceleração da inovação e da experimentação, acompanhando a velocidade atual sem perder a sua identidade.

O impacto do modelo chinês na urbanização do continente africano é abordado por Hulshof, que se refere a cidades com forte presença económica chinesa o que tem impacto na urbanização. As importações, exportações, o comércio, os serviços, os materiais utilizados, as estratégias de desenho e gestão da cidade, têm forte marca do modelo chinês que se justapõe às marcas coloniais. Algumas cidades africanas, como Lagos e Nairobi são pontuadas por publicidade chinesa (ver exemplo na figura que segue).



Figura 4. Mark e Nick Francis, *SpeakitFilms / England: When Chine Met Africa*, 2010. Fonte: Holm & Kallehaug (2015, p. 50).

Os investimentos económicos chineses, o comércio, os elementos de publicidade, promovem o consumo pela população africana dos produtos importados da China, localmente vistos como símbolos de modernidade, desvalorizadores da cultura africana, contribuindo para a crise de identidade. Existem também condomínios fechados chineses que contribuem para a desvalorização da cultura urbana africana em prol dos objetivos de crescimento económico. É o caso da zona franca Lekki em Lagos, referida por Hulshof como uma ideia tanto utópica quanto distópica: face ao disfuncionamento da cidade existente cria-se uma nova próxima a ela (Hulshof, 2015, p. 248).

“Lekki está planeado para se tornar uma espécie de não-Lagos, com tudo o que falta a Lagos: um sistema de transporte preciso, uma drenagem adequada, regulamentos espaciais sólidos, uma fonte de alimentação constante e uma força policial confiável.”¹⁰ (Chen Xiaoxing, 2013), Hulshof (2015, p. 248).

Esta dualidade e fragmentação marca a realidade urbana em África: cidades divididas política, social, económica e financeiramente. O comércio *global* favorece a entrada de uma mescla de culturas de consumo em todos os âmbitos, até no vestuário. Para Hulshof, esta globalização será uma nova forma de colonização (*id.*: 248).

A adaptabilidade, a maleabilidade, a flexibilidade, o imprevisto que caracterizam as cidades africanas, deviam ser as forças motrizes para o desenvolvimento das cidades promovendo a inclusão de diferentes realidades, preservando a identidade própria das suas origens. Este será um dos princípios que orientará nesta dissertação a identificação de melhorias a introduzir a nível de projeto habitacional nos assentamentos autoproduzidos - preservar a identidade local do quotidiano.

A dualidade entre a cidade urbanizada, alienada da cultura tradicional africana e onde se concentra o investimento económico, e os assentamentos autoproduzidos, repletos de vivências quotidianas, cultura e identidade, mas também de riscos e de frágeis condições de vida, expressa-se em distintas espacialidades, ao nível da arquitetura, das infraestruturas, do espaço urbano. Dualidade, fragmentações e diversidade de situações no domínio familiar, social, económico e político, expressam-se ao nível ambiental e espacial, da escala da cidade, à casa, incorporando diferentes estilos construtivos dos modelos das comunidades locais, aos coloniais e às novas influências do estrangeiro.

Como referem De Boeck e Simone (2010 *apud* Edjabe & Pieterse, p.33-37), o urbanismo e a arquitetura das grandes cidades africanas, onde o comércio informal é o principal recurso, refletem a capacidade de integração das influências estrangeiras à realidade local. As cidades africanas, apesar das diferenças culturais, são marcadas por uma grande diferenciação social entre as elites dominantes que se apropriam do centro urbanizado onde constroem edifícios modernos e a maioria da população de poucos recursos que se instala nas periferias suburbanizadas (Hulshof, 2015, pp. 13-15; 35-37).

¹⁰ “Consequently, Lekki is planned to become a sort of non-Lagos, having all things Lagos lacks: an accurate transport system, a proper drainage, solid spatial regulations, a constant power supply and a reliable police force” (texto original traduzido pela autora).

1.3 | DIMENSÃO SOCIO-ANTROPOLÓGICA

A noção sobre o mundo visível e invisível vai permitir compreender o modo como as crenças são traduzidas em forma, em construído. Nielsen (2015) no capítulo sobre “mundos invisíveis” aborda as diferenças no modo como a sociedade euro-americana representa o invisível nos edifícios com o modo como o fazem algumas tribos da África subsariana que mantêm forte relação entre o mundo dos vivos e dos mortos, ou seja, os mortos têm grande influência sobre os vivos (Hulshof, 2015, pp. 59-62). A adoração e retribuições baseiam-se em rituais comemorativos em homenagem aos ancestrais, ou nalguns casos é reservado em dias específicos rituais nalgumas partes de casa. Rapoport quando aborda a casa e a religião, refere que as sensações vão além da dimensão física, envolvendo aspectos simbólicos e cosmológicos (1969, p. 40).

Esta abordagem permite obter uma maior percepção sobre como os africanos encaram a sua existência, coexistência e o uso do espaço a nível doméstico, marcadas pela dualidade entre influência colonial e as memórias da arquitetura africana vernacular. Esta coexistência define as cidades africanas desde o urbanismo, arquitetura, práticas quotidianas como também o modo de vestir dos indivíduos. Ver figuras em baixo.



Figura 5. Colonial antigo. Vilas de Mbandaka, República Democrática do Congo, 2013. Fonte: Patrick Willocq (Holm & Kallehauge, 2015, p. 48) .Figura 5. Sunday in Brazzaville, 2011. Fonte: Enric Bach e Adrià Monés (Holm & Kallehauge, 2015, p. 49)

Hall na sua obra “*A dimensão Oculta*” (1966) exemplifica o modo de habitar dos ocidentais sobre a organização espacial dos compartimentos para se distinguir das outras culturas. Para Hall, a organização espacial das divisões determina e distingue as funções, e antes dos objetos determinarem o uso, a nomeação e atribuição determina-as primeiro (Hall, 1966, pp. 120-123). Comprova-se que houve uma evolução para alcançar o nível atual de caracterização de usos e funções. As casas no

ocidente não tinham nomeações fixas como: espaço para preparação de alimentos, de repouso, de sono, de higiene, de receção e de atividades sociais.

Para compreender a visibilidade e a invisibilidade a nível social no contexto africano, Simone e Boeck no livro *“African Cities Reader: Pan-African Practices”* refletem sobre várias noções: o modo de vida rural antes da vida urbana; a crença num ser superior (materializada nos locais de culto), as formas de sobrevivência e o papel do mercado; a existência de líderes políticos (2010, pp. 33-39). A contradição atual entre os edifícios modernos urbanos e as tradições aliena a população constatando-se o abandono da identidade em busca de sobrevivência, de riqueza, de visibilidade social: “eu vendo, mas não pertença onde faço o meu comércio” (residente de Luanda, entrevistado em 2020). A urbanização acelerada das cidades africanas induz a sua densificação e a construção de edifícios nas zonas centrais essencialmente para funções comerciais, económicas e políticas (Rao, de Boeck, & Simone, 2010, pp. 33-34).

As capitais africanas são marcadas pela justaposição de referências exteriores, das coloniais, aos modelos contemporâneos de cidades como Dubai e ao modelo chinês. A cidade é marcada pela luta de poder e de posição social. A materialidade da cidade define o estatuto e posição social dos residentes. “A cidade asfaltada e a zona dos pretos e desafortunados como é retratado, ficavam na areia vermelha [...] o asfalto e não asfalto” Boeck (2010 *apud* Edjabe & Pieterse 2010, p.36). Esta segregação espacial produziu o sentimento dos autóctones de não pertença, fazendo-os sentir alheios no próprio território (Seeberg, 2015, pp. 129-133). Como se refere à frente para Luanda, a urbanização das cidades africanas aconteceu desde o início fora das estruturas socioculturais autóctones. A maioria dos africanos vive um dia de cada vez sem certezas sobre o ganho do pão no dia seguinte (Rao, de Boeck, & Simone, 2010, p. 37).

Tal como Boeck reitera, as cidades movidas pelo domínio político são monitorizadas no seu todo aproveitando inclusive da fé para conseguir arrancar bens aos que vivem de esperança (Rao, de Boeck, & Simone, 2010, pp. 35-37).

1.4 | SUSTENTABILIDADE

Num percurso sobre a sustentabilidade, o sociólogo Elimar do Nascimento (2012) retrata a maneira como a noção tem sido discutida ao longo dos anos desde as primeiras conferências de Estocolmo em 1972 e do Rio de Janeiro em 1992, que abordaram sobre o Meio Ambiente Humano (UNCHE) desde as suas características, o seu impacte (derivado da era industrial) e as formas de defesa do meio ambiente, ao nível político, económico, social e ambiental (Grieger, 2012). O autor sublinha o impacto dos grandes empreendimentos e da pobreza resultante de uma desigual repartição da riqueza na falta de sustentabilidade e nas agressões ambientais, que agravam a qualidade de vida atual e das gerações vindouras.

A ONU (Organização das Nações Unidas) e outras organizações referiam nos seus estudos iniciais, como o texto *Only one earth* - movimento ambientalista moderno criado após as primeiras conferências - de Ward & Dubos (1973, *apud* Nascimento 2012, p. 53) que a degradação ambiental não se relaciona apenas com a tecnologia agressiva e consumo excessivo, mas também com a gestão do crescimento demográfico a nível global e sobretudo com o baixo PIB *per capita*.

Em 1987, o Relatório Brundtland, *Our Common Future*¹¹, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), pretendia conciliar a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento económico, tendo introduzido a noção de *Desenvolvimento Sustentável* entendida em três dimensões: económica, social e ambiental. Como assinala Nascimento, esta noção interpela questões como a justiça social, o direito de acesso aos bens necessários, a uma vida digna, os valores étnicos e a intergeracionalidade (ou compromisso com as gerações futuras) (*id.*: 51-54). O debate prossegue a nível global de 1992 conduzindo ao Protocolo de Quioto (com o tema *Changing Atmosphere*), discutido em 1997, mas só entrando em vigor em 2005, o qual lança o alerta sobre os riscos de aquecimento global, catástrofes climáticas e a extinção da vida do homem na terra estabelecendo-se limites para a emissão de gases poluentes (Nações Unidas, 2021).

Entretanto em 2015, pela definição da Agenda 2030, a ONU estabelece 17 objetivos dentro das três dimensões dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), baseando-se nos progressos e lições desenvolvidas pelos oito objetivos de desenvolvimento do Milénio (ODM) estabelecidos entre 2000 e 2015 (Nações Unidas, 2021). Mais recentemente, a Nova Agenda Urbana, adotada, em Quito, em 2016, pelas Nações Unidas na Conferência Habitat III, renova o compromisso de um desenvolvimento urbano sustentável e sublinha a referência à diversidade cultural (UN-Habitat, 2016, pp. 4-5). Segundo Nascimento “não será possível haver mudança no padrão de consumo e no estilo de vida se não ocorrerem mudanças de valores e comportamentos” (Nascimento, 2012, p. 57). O autor considera que a persistência do modelo de produção e consumo, degrada não apenas a natureza, como cada vez mais as condições de vida dos humanos (*id.*: 55-58).

Para responder à crise ambiental, o autor defende três vias: (1) a via tecnológica – reforçando a capacidade inventiva do homem para superação dos limites de recursos naturais; (2) a via da mudança do padrão de produção e consumo – propondo uma mudança radical expressa no movimento do ‘decrecimento’, que defende o não crescimento de produção e a diminuição do consumo; (3) e a via da ‘não resposta’ – que conduzirá a catástrofes sucessivas que poderão levar à extinção da humanidade. Para o evitar, o autor defende, na linha do economista Georges-cu-Roegen (1971), a lei da entropia “os homens vão ter de mudar o rumo de seu desenvolvimento, passando não mais a crescer, mas a decrescer” (*id.*: 60-62). Para Nascimento, a resolução da crise ambiental não se relaciona apenas com a economia, mas também com o padrão técnico e civilizacional (*id.*: 55-58).

¹¹ Relatório realizado pela Sr^a Gro Harlem Brundtland (Our Common Future: Report of the World Commission on Environment Development, 2009).

No campo da arquitetura em que esta dissertação se situa, importa refletir ao mesmo tempo sobre os padrões de consumo e sobre as técnicas construtivas, as quais devem ser reavaliadas de forma a reduzir impactes ambientais. A sustentabilidade deve ser integrada como uma ferramenta de processo, de projeto e de construção tal como Guedes (s/d) afirma:

“Um bom edifício é naturalmente sustentável” (Guedes, Pedro, & Silva, s/d, p. 23).

1.5 | CASOS DE REFERÊNCIA PARA UMA ARQUITETURA ADEQUADA EM CONTEXTO AFRICANO

*Makoko School, Lagos - 2013*¹²

Uma intervenção justa e eficaz nos assentamentos autoproduzidos requer sensibilidade e capacidade de rápida resolução. As periferias das cidades africanas apresentam grandes défices no que concerne as infraestruturas urbanas básicas, aos serviços de educação e saúde, às condições de habitabilidade, pelo que as intervenções requerem grande investimento. Apesar dos desafios e dificuldades, o investimento no processo de melhoramento dos bairros periféricos tem aumentado paulatinamente, em África, envolvendo, cada vez mais, as comunidades locais em projetos participativos que têm mostrado ser os mais adequados a estes contextos.

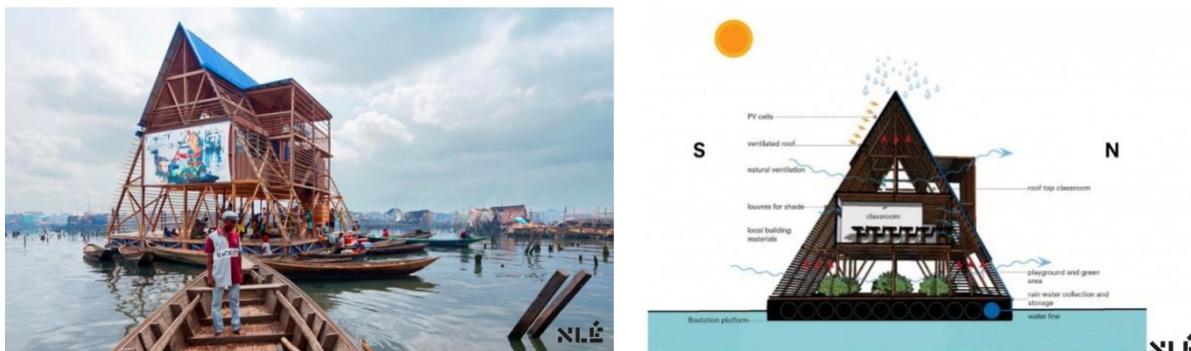


Figura 6. Escola flutuante de Makoko, Lagos, Nigéria. Fonte: NLÉ, 2020.

A escola flutuante de Makoko, em Lagos, a maior cidade da Nigéria, é um exemplo de projeto participativo. Nas margens do lago onde foi instalada a escola em 2013, vivem cerca de 100.000 pessoas que se deslocam em pequenos barcos por falta de outra infraestruturas. Com a mudança

¹² Projeto feito pelo atelier NLÉ Architects fundado por Kuntlé Adeyemi. NLÉ (2013).

climática e a subida do nível das águas, as construções, nomeadamente as escolares, são regularmente inundadas.

O atelier NLÉ Architects, do arquiteto nigeriano Kunlé Adeyemi, encontrou uma solução alternativa para a comunidade, projetando uma escola flutuante construída em madeira e bambu da região. A base do edifício repousa sobre barris de plástico reciclados e sobre ela ergue-se uma estrutura piramidal - para assegurar estabilidade e equilíbrio mesmo em situação de vento forte – a qual é constituída por três andares: um piso térreo aberto para a lagoa e os restantes pisos destinados a salas de aula e oficinas. A escola foi desenvolvida como um protótipo de uma estrutura básica flutuante e sustentável que pode ser utilizada para outros usos, desde habitação a serviços, como clínica de saúde, mercado, centro social ou recreativo.

GroundTruth Initiative, Nairobi - 2009¹³

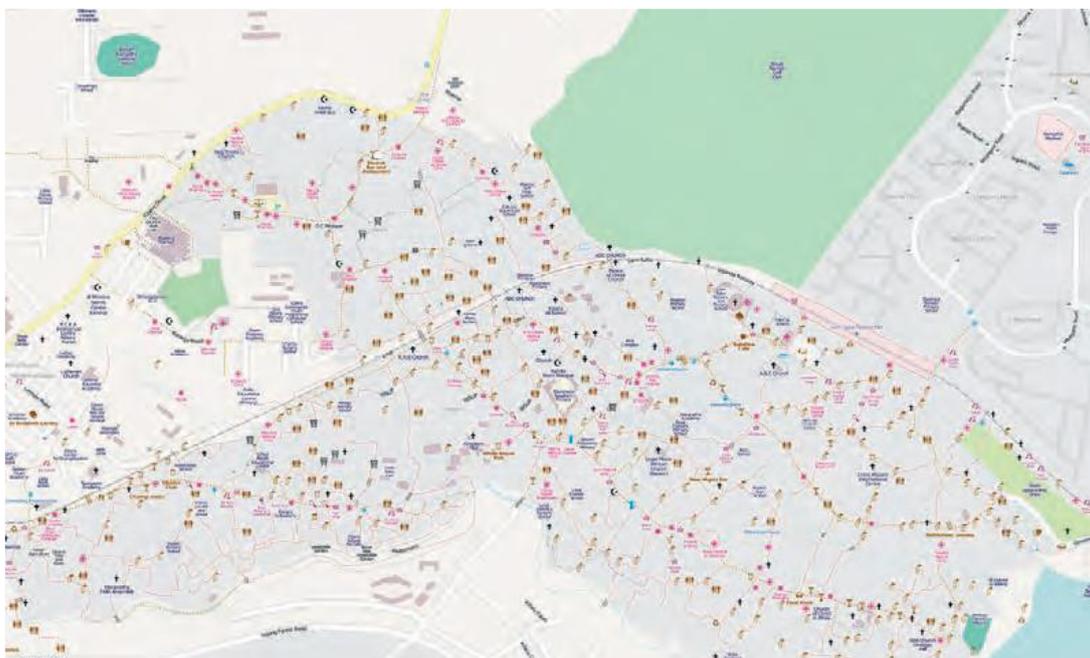


Figura 7. Projeto de mapeamento em assentamento autoproduzido em Kibera, Quênia. Fonte: *GroundTruth.In* (2021).

O projeto de Kibera, no Quênia, visou contribuir para a melhoria de assentamentos informais (onde residem mais de 250.000 habitantes), através da elaboração de mapas, coproduzidos com a comunidade, com localização dos serviços disponíveis dentro dos assentamentos, desde fornecimento de água, a escolas, postos de polícia e outros. O envolvimento dos habitantes na elaboração dos mapas desenvolve a visualização da sua morada, facilita a sua organização e inclusão na comunidade.

¹³ Projeto criado por Mikel Maron e Erica Hagen em 2009 (Groundtruth Initiative, 2021).

O atelier *American Ground Initiative* criou em 2009, através do *Ground Truth Initiative*, um sistema de reportagem através da receção de mensagens dos habitantes que são encaminhadas para um site permitindo que os habitantes exponham as suas situações e inquietações. Constitui uma ferramenta para dar voz aos habitantes destes assentamentos precários, contribuindo para a sua organização no que é considerado o “caos” do seu aglomerado. Com o apoio dos mapas colaborativos, os habitantes podem conhecer a localização dos serviços de que necessitam os quais muitas vezes se encontram longe das suas habitações.

The Kibera Public Space Project, Kibera - 2006¹⁴



Figura 8. Mapeamento de *Kibera Public Space*. Fonte: KDI (2020, p. https://www.kounkuey.org/projects/kibera_public_space_project_network)

Em 2006, a *Kounkuey Design Initiative* lança o projeto de construção, com os residentes de assentamento autoproduzidos, de uma rede de espaços públicos produtivos, de baixo custo, para atender as necessidades físicas, sociais e económicas das comunidades

O projeto KPSP (*Kibera Public Space Project*) é implementado no maior assentamento não urbanizado de África, localizado em Kibera, no Quênia. O assentamento integra treze bairros sem saneamento básico, sem instalação sanitária - apenas um banheiro para cada 250 pessoas -, e sem sistema de recolha de lixo. O terreno é público e as habitações são propriedade de pessoas de médios rendimentos que as alugam a habitantes de baixos rendimentos. A densidade populacional é alta, atingindo 2.300 pessoas por hectare, sendo o espaço exterior muito reduzido.

O projeto envolveu a comunidade, com altos níveis de empreendedorismo e interesse em aprender, que participou em workshops de capacitação em diversos locais selecionados para a conceção e

¹⁴ KDI, *The Kibera Public Space Project*, 2020. Projeto fundado em 2006 por seis estudantes da Universidade de Harvard Graduate School of Design.

gestão de pequenos centros de intercâmbio cultural, actividade económica e consciencialização ambiental, para dar vida ao local. Os centros fornecem água, saneamento, lavandaria, infraestrutura verde para redução do risco de inundação e proteção contra inundações (KDI, The Kibera Public Space Project, 2020). O programa incluiu a formação de líderes comunitários, sendo atualmente gerido por residentes, com liderança de mulheres e jovens.

Kenia Workshop, Nairobi - 2011¹⁵



Figura 9. Fotos tiradas durante o workshop no Kénia, realizado por ASF. Fonte: Architecture Sans Frontieres UK (2011).

Em 2011, a ONG Arquitetura Sem Fronteiras (ASF), em parceria com a Pamoja Trust e a UN-HABITAT realizou um workshop em Nairobi, no Quênia, seguindo uma metodologia participativa com vista a reconhecer as condições dos assentamentos autoproduzidos com condições vulneráveis de habitabilidade e identificar as estratégias para abordagem do local e dos habitantes. A equipa do Workshop era constituída por 25 participantes internacionais, 35 participantes locais (essencialmente estudantes) e 15 residentes, os quais foram divididos por três grupos cada um ocupando-se de um dos temas seguintes: organização institucional, comunidade e habitação. Cada grupo procedeu ao levantamento de informações no local e posteriormente elaboraram opções de melhoria recorrendo a grupos focais que refletiram, debateram e negociaram planos de melhoramento do local com implementação de serviços locais e de saúde desde escolas, hospital e saneamento (Architecture Sans Frontières-UK, 2011).

¹⁵ Projeto feito pela *Architecture Sans Frontieres UK* para o programa *Change by design*, com a parceria da Pamoja Trust e a ONU-Habitat

Projeto Minha Casa Nosso Bairro, Maputo - 2016

Constituído por um grupo de arquitetos e engenheiros da lusofonia, o projeto integra princípios que respondem à problemas pelo modo de abordagem: qualidade de construção; intervenção de baixo custo; arquitetura evolutiva; financiamento da habitação; urbanismo inclusivo sobre transformações infraestruturais entre a comunidade. As intervenções são propostas no bairro Polana Caniço A, localizado à 3Km do centro da cidade de Maputo, uma zona constituída por casas com materiais de baixo custo, de durabilidade e em estado de degradação, construídas pelos moradores (Marchina & Fagilde, 2016).

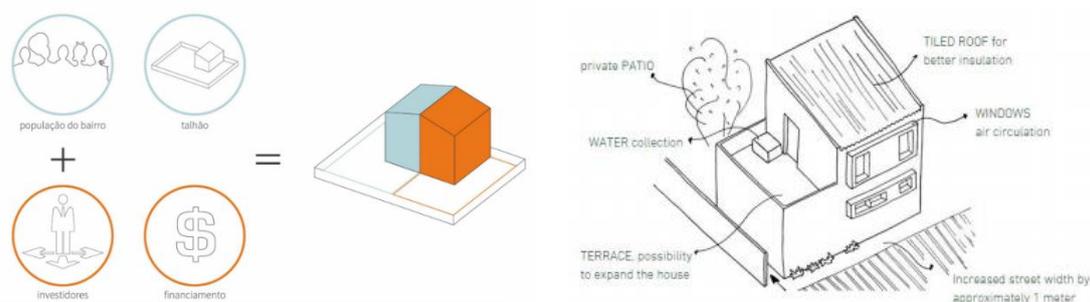


Figura 10. À esquerda: conceitos chave do projeto. À direita: proposta da habitação. Centro abaixo: Intervenções já feitas no bairro. Fonte: Marchina & Fagilde (Casa minha nosso bairro: projeto, 2016).

Face aos problemas reais nos assentamentos informais, foi proposto a nível habitacional a substituição das moradias a partir de uma tipologia inicial T2 num área total útil de 51.32m², com o conceito de construção em altura de forma a reduzir a densificação de terras. Apesar da casa apresentar um estilo moderno sem propor elementos que culturais, integra vãos e muros baixos (gradeamento dos vãos e muros feitos em blocos de cimento) que remetem as casas durante o período pré e pós colonial que marcaram a apresentação das casas. Integra também elementos arquitetónicos que promovem a

relação entre a vizinhança como canteiros e bancos exteriores. A nível de comunidade propõe de forma objetiva a melhoria de vias pedonais em moldes de blocos de cimento e sistema de escoamento das águas para evitar doenças e alagamentos das ruas consequentes da sua acumulação, fornecendo melhor conforto e mobilidade para os moradores.



Figura 11. À esquerda: intervenção de vias/becos. Centro: vista exterior da habitação (relação com a vizinhança). À direita: vista do interior da habitação (quintal). Fonte: Marchina & Fagilde (Casa minha nosso bairro: projeto, 2016)

As intervenções do projeto têm tido uma influência significativa aos habitantes do bairro, permitindo que haja inclusão diversificada de géneros e faixas etárias, mão-de-obra local, maior empregabilidade durante o decorrer da intervenção e maiores ofertas a nível de financiamento e aquisição de casas. Tendo iniciado em 2016, as várias fases têm alcançado progressos significativos até então.

NOTA FINAL - CONCEITOS E PRINCÍPIOS PARA UMA INTERVENÇÃO ADEQUADA NA PERIFERIA

Na arquitetura do mundo contemporâneo existe uma falta de proximidade e de identidade das pessoas com os objetos construídos. Os projetos de arquitetura e urbanismo aqui apresentados, relativos a contextos africanos de precariedade, têm subjacente conceitos e princípios cuja concretização foi bem-sucedida, constituindo uma referência ao nível da arquitetura e urbanismo para assentamentos autoproduzidos, com respostas espaciais e técnicas adaptadas à cultura, ao meio ambiente e ao ritmo de crescimento das cidades em que se inserem.

O projeto da Escola de Makoko é um exemplo criativo de construção adaptada aos condicionalismos ambientais atuais, capaz de superar barreiras ambientais e sociais. Uma boa arquitetura não passa exclusivamente por escolhas formais e materiais, mas pela capacidade de resposta a uma real

prioridade. Construiu-se de forma interactiva com a comunidade, transformando uma ameaça ambiental (a subida do nível das águas) numa oportunidade de projeto (a escola flutuante).

O projeto *Ground Truth Initiative*, usa a tecnologia para suporte da comunidade, mas o que mais ressalta é o ato de ouvir as pessoas, de prestar atenção à vida nestes assentamentos autoproduzidos. A iniciativa poderá ser replicada em Luanda para promover a organização dos musseques, fornecendo a população o direito à informação e a informar, a partir do mapeamento dos usos e serviços.

A noção proposta por André (2019, pp. 73-74) das microcidades dentro da cidade, dos vários circuitos de funções que coexistem dentro de cada cidade, sublinha o princípio de trabalhar e ter os serviços perto da habitação como fundamental para o desenvolvimento e dinamização de comunidades ou assentamentos precarizados, diminuindo a distância a percorrer casa-trabalho, tão urgente em Luanda, Angola.

O projeto *Kibera Public Space Project* coloca os habitantes como os principais intervenientes das intervenções públicas e infraestruturais para seu próprio uso. Similarmente, a metodologia seguida pela ONG ASF no workshop no Quênia, junta os habitantes aos estudantes, tornando-os coautores dos projetos, pelo conhecimento que têm do local e pela sua perceção sobre como gostariam que a comunidade melhorasse. Tornar os habitantes destes contextos (peri)urbanos e rurais como coautores dos processos do projeto de melhoramento devolverá à arquitectura o seu papel social.



Figura 12. Imagens do processo do projeto com a equipa Arquitetura na Periferia. Fonte: Arquitetura na Periferia (2013).

O mesmo conceito de interação dos habitantes com a obra e consciencialização sobre como se constrói é implementado no projeto *Arquitetura na Periferia*, realizado por mulheres de assentamentos autoproduzidos, neste caso no Brasil. O projeto capacita as donas de casa ao nível das técnicas de projeto e planeamento de obras de casa ao nível da análise, discussão, planeamento e cooperação com o suporte de técnicas especializadas e fornece um microfinanciamento para conduzirem as suas obras de forma autónoma e sem desperdícios (Arquitetura na Periferia, s.d.). Tais formas de abordagem aplicam-se igualmente no Projeto *Minha Casa Nosso bairro* por haver participação dos habitantes e da comunidade reforçando o papel das diferentes gerações para a melhoria das casas e do bairro.

Em síntese, são projetos participados que incluem: o envolvimento dos habitantes nos processos de levantamento, planeamento e construção (Ground Truth Initiative, Arquitetura na Periferia e Workshop no Kénia); um sistema de construção de baixo custo (escola de Makoko); a reabilitação de casas de baixa renda (Kibera Public Space Project e Projeto Minha Casa Nosso Bairro); padrões criativos de linguagem e de construção (escola de Makoko); e tecnologia digital como auxiliar do direito à informação (Ground Truth Initiative). Estas práticas promovem benefícios para os habitantes, no seu modo de viver, melhor interação local, inclusão social, aumento de empregabilidade, redução de violência e espírito comunitário.

Todos estes princípios - como visualiza a Nova Agenda Urbana sobre os assentamentos humanos - promovem direitos iguais nos vários setores, liderança comunitária para promoção de tomadas de decisão, igualdade e justiça, oportunidade de emprego, oportunidade para as mulheres, visando a eliminação da discriminação, da violência e assédio a que são sujeitas, mulheres e meninas, tanto em espaços públicos como privados (UN-Habitat, 2016, p. 7).

Em síntese:

Este capítulo introduz as noções que orientam a dissertação, sobre arquitetura vernacular, urbanização acelerada e sustentabilidade colocando o foco na dinâmica pós-colonial das cidades africanas, no desafio do meio ambiente, na conexão do homem com a natureza, nas expressões culturais através da arquitetura, na percepção do modo como o ser humano vive a periferia da cidade em contexto africano. No próximo capítulo 2, apresenta-se Luanda, cidade em estudo, para contextualização dos três últimos capítulos onde se aborda a arquitetura da periferia: a arquitetura pensada para as populações dos bairros autoproduzidos de Luanda e a arquitetura autoproduzida pelos seus habitantes (capítulo 3 e 4), ensaiando-se no final soluções de melhoramento habitacional (capítulo 5).

2 | BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DE LUANDA

2.1 | APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE

Povos de origem bantu fixaram-se no Noroeste de Angola formando o reino do Kongo. Os reinos bantus de N'gola Kiluanje e N'zinga M'bandi ocupavam o atual território de Luanda quando a embarcação portuguesa comandada por Paulo Dias de Novais aí aporta em 1574. Apesar da resistência local, os portugueses instalaram-se no território, tendo vivido até final do século XIX sobretudo do tráfico de escravos (Amaral, 1968, p. 33). Os portugueses instalaram-se primeiro na ilha das Cabras, atual ilha de Luanda, e, posteriormente, no morro em frente com morfologia propícia para defesa, onde se ergueu a Fortaleza de São Miguel.

O morro dividiu a cidade em dois núcleos, a cidade alta, onde se ergueu a Fortaleza de São Miguel, edifícios religiosos, políticos e administrativos, e a cidade baixa, definida pela rua da Praia, que ligava o Forte de N^a S^a da Guia à Fortaleza de S. Francisco do Penedo, e ao longo da qual se localizavam estabelecimentos comerciais e habitações dos funcionários coloniais (Martins, 2005, p. 11).

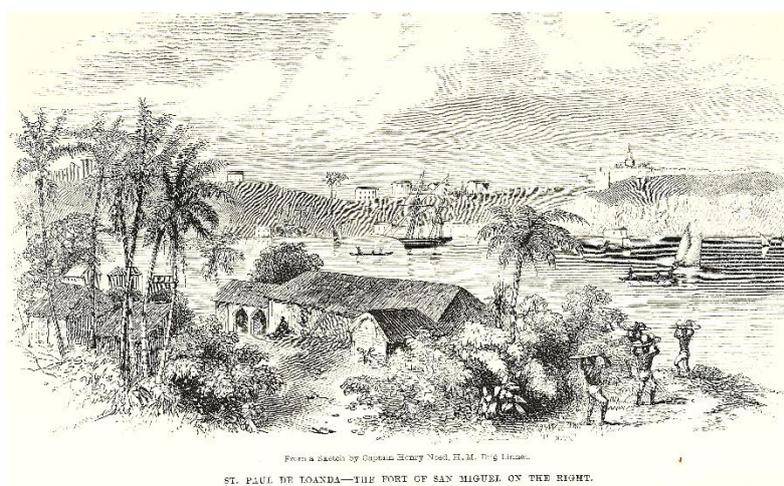


Figura 13. Cidade de Luanda no século XIX, vendo ao longe a Fortaleza de São Miguel e a cidade Alta tendo como primeiro plano a cidade baixa. Fonte: Alamy Photo Stock (2012).

Como Martins (2005, p. 11) menciona, “as cidades testemunham com grande expressividade o que foram as etapas anteriores das civilizações”, os vários fenómenos relacionados com a ocupação, o comércio e outras atividades económicas, que tiveram impacto sobre a capital de Angola, condicionando o seu desenvolvimento.

“Apesar de quase destruída, a imagem que retemos do fim do século XVII reflecte uma cidade com um incipiente desenvolvimento, manifestado nos edifícios religiosos, militares e alguns públicos que garantiam a administração do território.” (Martins, 2005, p. 11).

No século XVIII, aumentou o número de edifícios essencialmente na cidade baixa, ultrapassando os limites da cidade por ocupação dos espaços que a circunscreviam. A expansão da arquitetura doméstica colonial na zona baixa leva a uma substituição dos materiais das paredes e cobertura, do adobe e palha para a pedra e cal, contribuindo para uma mudança de tipologia e uma maior área ocupada (ibid.:).



Figura 14. Cidade Baixa de Luanda no século XIX, vendo a ermida de N^a S^a da Nazaré e um aglomerado de nativos. Fonte: Não identificada.

A configuração da cidade perdurou até o final do século XIX. Com o alongamento da cidade baixa e o ligeiro crescimento económico com a exportação da borracha e outros produtos, a cidade estende-se em direção a Bungo. Adjacente ao largo do Bungo a Ermida de N. Senhora da Nazaré constitui um elemento estruturante de desenvolvimento urbano (id.: pp. 11-12).

A conseqüente expansão da arquitetura doméstica essencialmente na zona baixa leva a uma substituição do adobe e a palha para a pedra e a cal, refletindo numa mudança de tipologia diferente das originais que implicavam igualmente maior dimensão (id.: pp. 11).



Figura 15. Planta de Luanda de 1862. Fonte: Amaral (1968, p. 56).

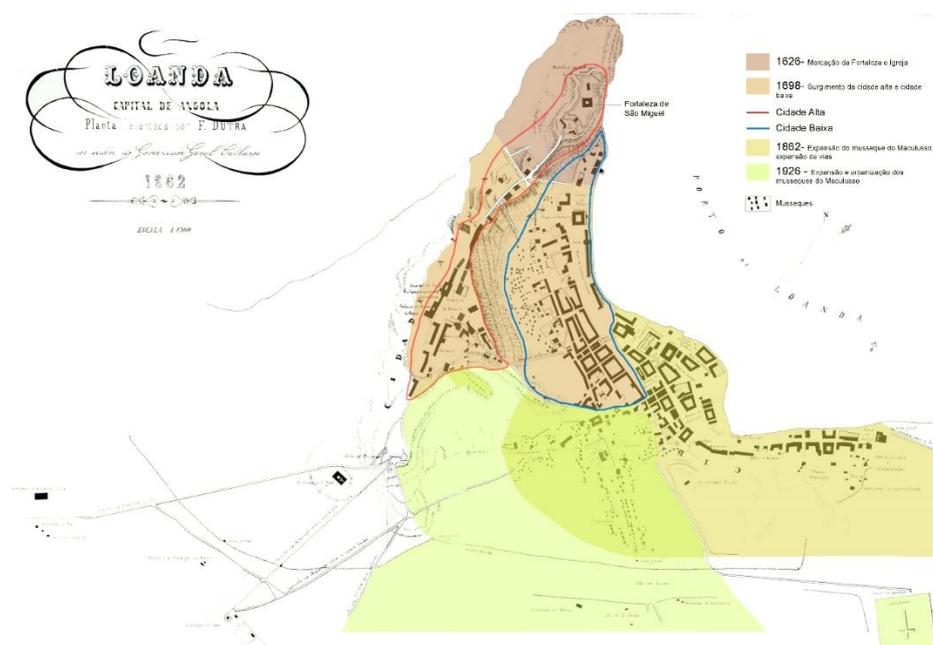


Figura 16. Planta de Luanda de 1862. Fonte: Amaral (1968, p. 56), trabalhada pela autora sobre a planta anterior.

A população de Luanda aumenta desde o final do século XIX e acelera a partir de meados do século XX passando de 50.588 habitantes em 1930 para 475.328 em 1970 (Amaral, 1983, p. 295). Os limites da cidade de Luanda foram sendo alargados sob a administração colonial, nos anos 1930, 1947, 1956 e, posteriormente, no governo independente em 1985 e 2011 sofrendo constantes alterações na sua morfologia e dinâmica.



Figura 17. (Em cima) Luanda em 1964, mostrando na linha do horizonte à esquerda o morro da Fortaleza de S. Miguel e o início da Cidade Alta e, em primeiro plano, a Cidade Baixa. Fonte: Postal publicado em (Santos, Luanda d'outros tempos , p. 8)

(Em baixo) Marginal de Luanda em 2018, mostrando ao fundo a Fortaleza de São Miguel. Fonte: Onde, L. (2018)
<http://www.novojornal.co.ao/economia/interior/shopping-fortaleza-devolve-salas-de-cinema-ao-centro-de-luanda-51720.html>

2.2 | EXPANSÃO URBANA E DEMOGRÁFICA DE LUANDA

Crescimento da cidade urbanizada

O crescimento da cidade e da população em meados do século XX é marcado pelo aumento de: edifícios de serviços como de comércio externo e estabelecimentos industriais diversificados, alinhados paralelamente à linha da costa; novas instalações portuárias em Luanda; abertura de grandes avenidas, de grandes largos e novas vias; modernização de transportes; e construção de novos bairros fruto da expansão da cidade para zonas periféricas (Cacuaco, Viana, aeroporto e Sul do país), induzindo o surto de novas construções habitacionais e de equipamento público, tornando Luanda cada vez mais atrativa (Martins, 2005, pp. 12-13).

Amaral constata que num país de 1.246.700km² povoado por 4.830.499 habitantes, o aumento da população concentra-se na cidade de Luanda com 224.540 habitantes nos finais de 1960. A proporção de população branca, na sua maioria portugueses, concentra-se na parte mais antiga da cidade (Cidade Alta e Cidade Baixa) e nos arredores viviam a população negra e mestiça que constituíam a maioria dos menos afortunados (Amaral, 1983, p. 300). Alguns colonos pobres, trabalhadores que vinham das cidades de Lisboa e Porto também viviam nos musseques, mas tinham melhor estatuto que os indígenas ou assimilados (id.: pp. 301-304).

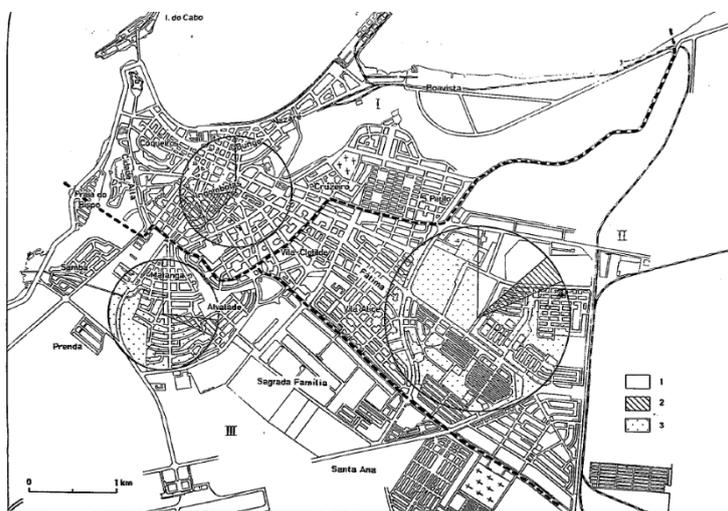


Fig. 2 — Distribuição da população de Luanda em 1960.
 1 — Brancos; 2 — mestiços; 3 — Pretos. I, II e III — Bairros.

Figura 18. Mapa de Luanda com a distribuição da população. Fonte: Amaral (1968).

“Segundo um recenseamento de 1956, feito nos musseques Mota, Lixeira, Sambas, Ilha do Cabo, Belas, Teba e Prenda, em 10.572 fogos, isto é, sobre 27.288 pessoas. 24.102 deles eram consideradas como indígenas e 1.613 como assimilados, 773 cabo-verdianos e 800 europeus.” (Amaral, 1983, p. 305).

O crescimento da população de Luanda entre 1930 e 1970 refletiu-se na dinâmica da cidade gerando uma explosão de pontes, viadutos, vias e edifícios altos que constituíam o orgulho da cidade como menciona ironicamente Ilídio do Amaral (1983, p. 295). Esta explosão urbana teve várias consequências, entre as quais Amaral (ibid.) destaca: o desaparecimento dos espaços verdes; o adensamento da população pelo afluxo excessivo de migrantes; a insuficiência de equipamentos sociais e económicos; o aumento do custo de vida; o aumento do preço de terrenos; o congestionamento do trânsito automóvel; a localização inadequada das atividades económicas; a existência de uma elite pequena; e de uma massa volumosa de trabalhadores.



Figura 19. Cidade de Luanda. Fonte: Francisco Miudo (Luanda enfrenta conflitos arquitetónicos, 2020).

Expansão dos musseques

Com o afluxo da migração (da população rural) e da emigração (de estrangeiros) para a capital devido as oportunidades que oferecia, aumentou explosivamente a população de Luanda que se tornou incapaz de suprir todos os requisitos e necessidades para todos os habitantes. Assim se foram estendendo os musseques ou bairros autoproduzidos não urbanizados cada vez mais periféricos, intensificando-se os problemas de habitação e as dificuldades de planeamento urbano.

Amaral convidava a ver por vista aérea as diferenças morfológicas entre a área urbanizada – de ruas traçadas regularmente, do ordenamento das casas – e as áreas não urbanizadas que a rodeiam, sem qualquer organização urbanística, marcada por aglomeração caótica de “cubatas” nos musseques. O

termo musseque na língua local, *kimbundu*, significa terras vermelhas do planalto e, por extensão, os aglomerados pobres que lá se instalaram (Amaral, p. 296).

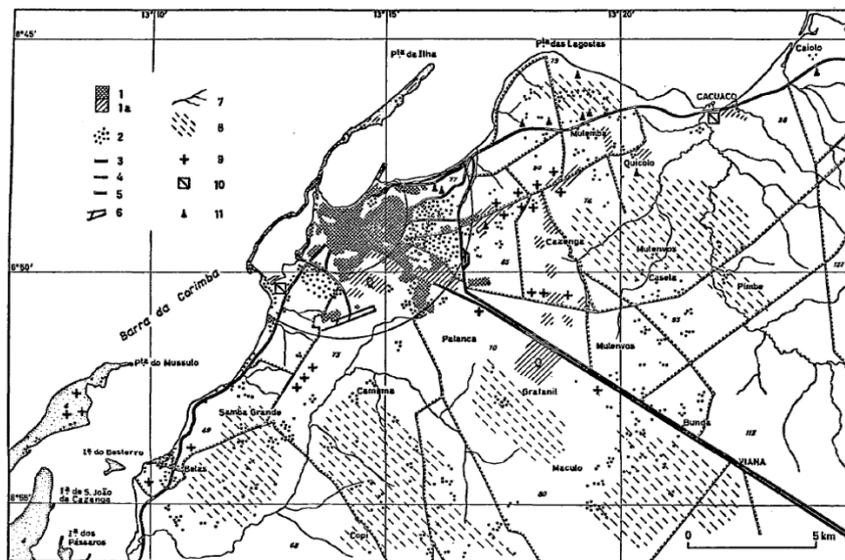


Fig. 1 — Luanda e os seus arredores.

1 e 1-a — Ocupação urbana densa e menos densa; 2 — musseques e aglomerados de cubatas; 3 — estradas principais; 4 — estradas secundárias; 5 — linha férrea; 6 — aqueduto Craveiro Lopes; 7 — valesiros; 8 — áreas de plantações de mandioca, milho, feijão, etc.; 9 — hortas e pomares; 10 — salinas; 11 — estabelecimentos industriais fora do núcleo urbano; Q — Aquartelamentos militares.

Figura 20. Planta de Luanda e os seus arredores indicando a ocupação urbana e populacional. Fonte: Amaral (1983, p. 15).

Aculturação urbana e miscigenação sociocultural caracterizavam os musseques, marcados pela coexistência de cultos e costumes europeus, coexistindo com costumes africanos de traços polígamos formando um núcleo familiar. A marginalização social e económica, a que a maioria dos habitantes dos musseques foram votados facilitou a prostituição, a multiplicação de filhos de pai incógnito, delinquência juvenil. Com a pobreza, subalimentação, sobrepovoamento, a degradação das condições de vida e habitação, as epidemias e incêndios cresceram com a expansão dos musseques, por causa dos materiais mais usados na construção, de carácter não permanente, como pau-a-pique, madeira, papelão, luandos (Amaral, 1983, p. 318). Hoje, esta situação persiste: chuvas torrenciais carregam consigo chapas, pedaços de madeira, outros materiais e utensílios domésticos.

A proporção de população branca, mestiça e negra, variava nos três bairros identificados por Amaral (Figura 21). No Bairro I moravam 36.228 habitantes na sua maior parte população branca (Amaral, 1983, pp. 305-306) distribuídos por sete freguesias. No Bairro II com seis freguesias e alguns musseques densamente habitados, como Rangel, Cemitério Novo, Prenda e outros, residia o maior número de indivíduos: 179.787, sendo cerca de 78% de população negra. O Bairro III, tinha única freguesia (Maianga) mas tinha quase tantos habitantes (150.195 habitantes) como o Bairro II, uma percentagem de população branca muito inferior ao do Bairro I e a segunda posição relativamente ao grupo de população negra. O IV bairro, dotado de duas freguesias (S. Paulo e Cazenga), tinha cerca de 23% da população da cidade, a segunda posição na distribuição população branca e mestiça, e a terceira em número de população negra (1983, pp. 313-314).

QUADRO XI

Distribuição da população de Luanda em 1970, pelos seus quatro bairros

Bairros	Brancos	Mestiços	Pretos	Outros	Totais
1.º Bairro	24 958	2 879	8 630	31	36 228
2.º "	25 590	14 424	139 651	122	179 787
3.º "	45 997	9 649	94 478	71	150 195
4.º "	27 855	10 583	70 657	23	109 118
<i>Totais . . .</i>	124 400	37 535	313 146	247	475 328
<i>%</i>	26,15	7,9	69,5	0,05	100

Figura 21. Tabela da distribuição da população de Luanda em 1970. Fonte: Amaral (1983, p. 314).



Figura 22. Cidade urbana e os musseques. Fonte: Amaral (1968).

O aumento significativo da população derivado do êxodo rural, em que famílias buscavam oportunidades económicas, provoca uma demana significativa habitacional levando a uma descaracterização da morfologia da cidade e a um crescimento dos musseques. Luanda mostrava nas vésperas da independência uma arquitetura colonial, alguns edifícios modernos, e as construções em materiais naturais ou precários que surgem por todo o lado.

Antes da independência, os musseques começam a ter algumas construções definitivas, mas sem acompanhamento e ordenação urbanística. Com a procura de habitações, o seu custo aumenta, apesar da falta de intervenções, de acessos, de infraestruturas. Amaral refere-se às características polifacetadas dos musseques (Amaral, 1983, pp. 319-320), com as várias morfologias que se foram transformando e densificando até hoje.

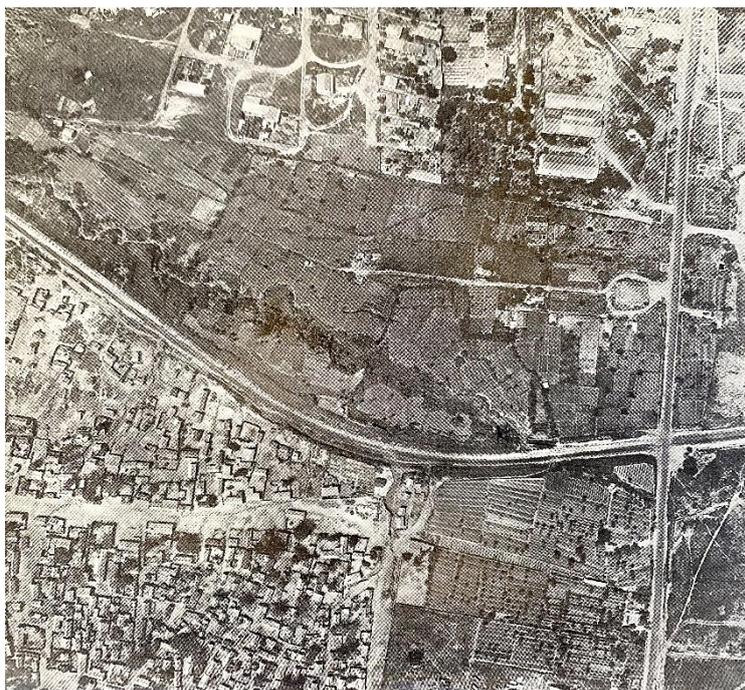


Figura 23. Musseques e hortas da periferia urbana. Fonte: Amaral (1968).

Com a independência, os musseques foram-se densificando ocupando zonas de risco como taludes acentuados, como margens de rios ou linhas de água e foram-se expandindo para áreas mais afastadas e mais rurais (Pires, 2014, p. 84).

“Em geral, assentes em terrenos argilosos, têm problemas de drenagem das águas pluviais, formando-se lagoas de águas estagnadas que são berço de mosquitos, moscas, vermes, bactérias, propagadores de doenças e constituindo um perigo para a saúde pública, principalmente para as centenas de crianças que vagueiam pelas ruas sem condições para ir à escola.” (Bettencourt, 2011, p. 56)

Os primeiros musseques incluíam quintais que serviam de local de cozinhar ao ar livre, áreas de convívio entre familiares e vizinhos e espaços para a criação de animais (Alexandre, 2016, p. 51; 74). Posteriormente foram construídas cozinhas e instalações sanitárias. Com o adensamento da ocupação, estes quintais foram sendo reduzidos para dar lugar a anexos alugados como forma de rendimento para além do comércio informal.

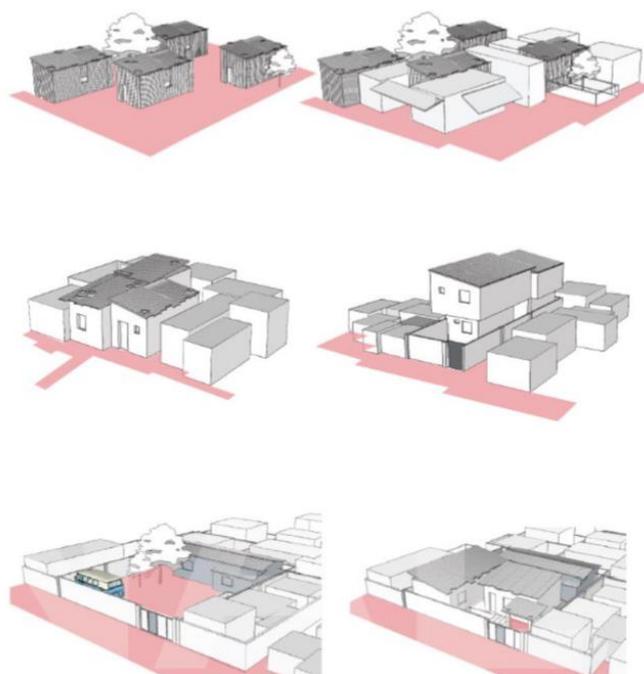


Figura 24. Esquema evolutivo das habitações nos musseques. Fonte: Alexandre (*apud* PDGML, 2016 p. 54).

Os quintais e as ruas são lugares de grande atividade: à frente dos quintais, mulheres e homens com bancadas¹⁶ para venda de produtos; cantinas e venda de alimentos confeccionados na hora; carros de mão e roboteiros; crianças a brincarem com elástica de borracha ou bola de mochila nas costas; mulheres sentadas nos bancos a serem trançadas; zungueiras a carregarem objetos à cabeça a circularem pelas ruas alagadas e esburacadas; motorizadas a fazerem serviço de táxi ou estafeta; táxi (hiace) azul e branco; galinha, porco e cão a circularem pela rua; casas com reboco de cimento, outras por pintar; telhas diversas; antenas parabólicas nalgumas casas; grande predominância de textura de chapa; roupas estendidas e tecidos e texturas que se misturam.

¹⁶ “Bancadas”, nome chamado à banca de venda na rua ou frente à casa.



Figura 25. Vista sobre a cidade urbanizada e a baía, a partir do musseque do Bairro Operário. Fonte: Afonso em ("Houve independência mas não descolonização das mentes", 2015).



Figura 26. Luanda a partir do Catambor. Fonte: Matteo de Mayda (The line that separates the slums from the rich area of Luanda, 2017).

2.3 | INSTRUMENTOS JURÍDICOS E URBANÍSTICOS

“Só em meados dos anos 30 do século XX se tomou consciência da desordem urbana e se tentou regular a cidade através de encomendas de planos reguladores, cuja implementação foi apenas pontual.” (Martins, 2005, pp. 13-14).

Alguns planos para Luanda sob a administração colonial

O primeiro plano de urbanização colonial para Luanda foi realizado em 1942, a convite da Câmara Municipal por Étienne de Groer e David Moreira da Silva com o objetivo de criar cinco cidades-satélite na periferia da cidade, concebidas como cidades-dormitório para 50.000 habitantes cada, num total de 225.000 indivíduos com zonas diferenciadas para os europeus e os autóctones, visando controlar o crescimento da população da cidade existente e criar uma barreira entre novas cidades (Amaral, 1983, p. 295). Foram surgindo propostas sucessivas como cidades satélite feitas por arquitetos sob influências ocidentais modernistas para dar resposta aos problemas.

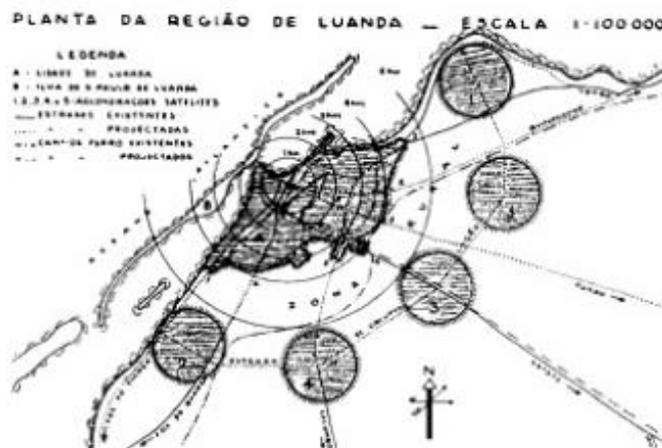


Figura 27. Plano de Urbanização de Luanda com os satélite, segundo Etienne de Groër e D. Moreira da Silva, de 1942. Fonte: Fonte (2007, p. 181).

Entre 1961 e 1964, o arquiteto Fernão Lopes Simões de Carvalho desenvolve um novo plano para Luanda, o qual, embora não tenha sido executado e publicado na sua totalidade, ficou marcado por ser o primeiro plano aprovado na história do urbanismo em Luanda, chefiado e realizado por profissionais nacionais e que serviu de referência para a produção e transformação da cidade (Viegas, 2015, p. 63) (Revista Ipgul, 2014, p. 20). Simões de Carvalho desenvolve o plano com base nos seguintes princípios:

“(1) contrariar a adopção de uma estrutura de cidades satélite por a considerar indutora de movimentos pendulares e de segregação rática e/ou social; (2) reorganizar o centro urbano tradicional; (3) construir equipamentos colectivos partilhados; e (4) criar **unidades de vizinhança** para 5.000 a 10.000 habitantes, consoante as características sociais e étnicas da população a acomodar.” (Viegas, 2015, p. 63) (sublinhado pela autora desta dissertação).

Apesar de absorver padrões e princípios do urbanismo que visavam afastar os assentamentos informais do centro e defendiam a construção em massa, Simões de Carvalho ao desenvolver planos de pormenor para Luanda como o caso do Prenda, Unidade de Vizinhança nº 1, considerou neste projeto a reserva de lotes para autoconstrução assistida para integração da população autóctone (Viegas, 2015, p. 64).

No início da década de 1970, a administração portuguesa contratou a empresa francesa OTAM (Ommium Technique d'Aménagement), para “promover 3 pólos de crescimento alternativos à volta do espaço edificado (Viana, Cacuaco e Camama)” e alojar pessoas com condições precárias. Esta proposta, embora segregadora a nível racial chamou atenção para a necessidade de melhorar os musseques em vez de os deslocar (Viegas, 2015, p. 67).

Em 1970, segundo Amaral (1983, pp. 297-299), residiam 480.613 pessoas, sendo 74% população negra e mestiça, autóctones que moravam nos musseques.

Nos anos 1970 e 1973, os arquitetos Adalberto Gonçalves Dias, Troufa Real e Sebastião Soares, retomam a proposta de cidades satélite, mas o plano não foi executado, dado o acentuar da luta anti-colonial dos movimentos independentistas – sendo em Angola, o MPLA, a FNLA, a UNITA, a FLEC¹⁷ – a qual conduziu à revolução do 25 de Abril de 1974 em Portugal (IPGUL R. , 2014, p. 21). Em Novembro de 1975, é declarada a independência de Angola, mudando o rumo da transformação urbana de Luanda (Viegas, 2015, p. 69).

Os planos para Luanda elaborados sob a administração colonial desde 1942 não foram aprovados e, face ao crescimento incontrolável de Luanda, ficavam rapidamente ultrapassados (Viegas, 2015, pp. 61-63), para além de não serem apropriadas ao contexto, como menciona Amaral (1983, pp. 321-322). Os novos princípios do urbanismo europeu moderno, serviam a visão colonial capitalista e não as dinâmicas das populações locais. Com a independência, as propostas de planeamento foram retomadas, mas lentamente, dada a situação da guerra civil. A intenção de mover os musseques para periferia voltou a afirmar-se sobretudo no novo milénio.

Como referido no primeiro capítulo, o processo de urbanização em África tem resultado de visões e influências exógenas, coloniais e ocidentais, recentemente também chinesas, com maior ou menor articulação com as práticas culturais e territoriais locais. A urbanização da maioria da população em

¹⁷ Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC).

África não tem contado com os benefícios materiais em infraestruturas e equipamentos da cidade urbanizada e assenta sobretudo nas práticas quotidianas comunitárias. A população independentemente dos planos e traçados urbanos, cria a sua própria urbanidade, como referem Rao, de Boeck e Simone (2010, pp. 33-45).

Em 1980, a cidade de Luanda é separada do Bengo para facilitar o controle do centro de Luanda (Revista Ipgul, 2014).

Instrumentos urbanísticos e habitacionais no novo milénio

“Estas transformações ocorrem segundo lógicas de desenvolvimento e de estratégias [...] de produção dos espaços que nem sempre se conseguem identificar, [...] por não haver uma estratégia nacional do ordenamento do território e os respetivos instrumentos de aplicação.” Fonte: Paulo (2017, p. 13).

A expansão da cidade de Luanda desde a independência intensifica-se pela afluência de muitos refugiados das zonas mais atingidas pela guerra civil. Com os Acordos de Paz, em 2002, a cidade continuou a crescer com a exploração do petróleo que, promovendo o enriquecimento veloz, continuou a atrair os migrantes rurais, menosprezando outras atividades necessárias para o desenvolvimento e riqueza do país como o sector da agricultura e da indústria. Parte dos projetos de expansão da cidade, de conjuntos habitacionais para classes médias e altas, foram promovidos por empresas ligadas ao sector petrolífero.

Em articulação com as eleições legislativas de 2008 foi lançado em 2007 o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação “Meu sonho, minha casa”, que visava a construção de um milhão de casas, manteve essa ligação ao setor petrolífero.

O “Programa Nacional de Urbanismo e Habitação de Angola (PNUH) que se focou na construção de um milhão de casas [...] em 2011 transitou para a Sonangol Imobiliária (SONIP), subsidiária da empresa estatal Sonangol [...] responsável simultaneamente pela exploração de petróleo e de gás natural em Angola.” (Viegas, 2015, p. 112).

Foi também na primeira década do milénio que foram criados novos instrumentos urbanísticos. É o caso da Lei de Ordenamento do Território e Urbanismo (2004) e dos seus regulamentos (2006 e 2007), que estabelecem um sistema de normas, princípios, instrumentos de intervenção no território, nomeadamente os tipos de planos a implementar e a ação política. E é o caso da Lei de Fomento Habitacional (2007) e seu regulamento, sobre a promoção de edificação adequada e da demolição das construções existentes em transgressão com os princípios que devem disciplinar a expansão das cidades (Viegas, 2015, pp. 101-102).

Com efeito, como refere Viegas (2015), os novos instrumentos jurídicos encaram e categorizam os assentamentos autoproduzidos periurbanos como ilegais. Por isto, no novo milénio foram frequentes

as intervenções estatais visando demolir os musseques e bairros autoproduzidos e criar zonas habitacionais com maior valor imobiliário.

Viegas (2015) distingue três principais tipos de intervenção urbana visando a renovação urbana: 1) tábua rasa do espaço construído existente e afirmação de contemporaneidade baseado na verticalização da cidade implementada inclusive no centro histórico urbanizado, 2) expansão mercantilizável - visando expandir e preencher a zona Sul com novas centralidades e 3) reassentamento ou realojamento em áreas afastadas da capital de grupos sociais mais carenciados vivendo em musseques sem condições de habitabilidade. Como refere a autora, estas medidas promovem a exclusão das classes baixas de menores recursos (id.: p. 157). Estes projetos ignoram os interesses da população pobre, apenas investindo na construção de infraestruturas para zonas de interesse imobiliário (Viegas, 2015, p. 112).

Segundo tabela elaborada por Martins (2016, p. 42), constata-se o investimento no planeamento no novo milénio dos vários municípios de Luanda, seguindo as seguintes figuras: (1) Plano Provincial de Ordenamento do Território; (2) Plano Diretor Municipal (PDM); (3) Plano de Urbanização (PU); (4) Plano de Pormenor (P); e (5) Plano de Requalificação Urbana (PReqU). O lançamento do PReqU, assenta em Parcerias Público-Privadas (PPP) entre o Governo da Província de Luanda e Promotores Privados, como é o caso do Projeto de Reabilitação dos Lotes do Prenda ou a Requalificação Baixa-Prenda (Revista Ipgul, 2010, pp. 4-5).

Os projetos indicados previam a transferência dos habitantes em edifícios centrais degradados para uma área periférica da cidade de Luanda, que já se encontrava em execução com a construção de novos edifícios, no quadro do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação (PNUH). O PNUH visava a construção de um milhão de casas para suprir o défice habitacional, através da implementação de novas centralidades, Projetos de Requalificação Urbana e Infraestruturação. Estes advogavam a requalificação *in situ* para preservar raízes culturais, redes de entreajuda, familiares e de trabalho nas zonas a serem intervercionadas, mas isto raramente se verificou, porque como antes referido, os projetos eram maioritariamente realizados por empresas estrangeiras e não se preocupavam com a qualificação dos musseques.

Aponta-se como um exemplo destes projetos de requalificação o projeto para o bairro Boavista, Sambizanga (ver figura em baixo), que não faz qualquer referência aos musseques aí existentes e envolventes (Viegas, 2015, pp. 115-116).



Figura 28. 3D do projecto no Boavista, Sambizanga. Edição da imagem trabalhada pela autora, marcando o musseque adjacente ao projeto sem informação volumétrica. Fonte: Top Designers (2015, em: <https://www.bestinteriordesigners.eu/top-designers-dar-al-riyadh-group>)

Muitos destes projetos solicitados pelo governo não foram implementados por falta de dados estatísticos de suporte urbano e habitacional, por falta de base cartográfica, por falta de controle do crescimento da cidade e por desconhecimento do próprio território de interesse. Alguns dos planos foram realizados em zonas ocupadas por musseques, assentando na sua demolição o que implicava custos de realojamento e resistência da população.

Para suprir algumas destas falhas, em 2007 (Decreto 6/07 de 6 de fevereiro) foi criado pelo IPGUL (Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda) um plano de levantamento de áreas centrais, pericentrais e em expansão das províncias de Luanda e Bengo em parceria com a unidade de investigação portuguesa (CEI.IUL/ISCTE.IUL/FCT) com recursos ao Sistema de Informação Geográfica (SIG) (Viegas, 2015, p. 114). O objetivo, que não se concretizou, era requalificar urbanisticamente os musseques e reabilitar o centro que corresponde a zona antiga da cidade de Luanda (2015, p. 118).

Ainda como exemplo, em 2010, foram lançados vários Planos de Expansão Urbana: a Nova Urbanização de Camama, no distrito de Camama, que previa parcerias de empresas privadas, projetos de redes técnicas e infraestruturais; a Planificação de Reservas Fundiárias para a execução de habitações na Nova Cidade do Cacucaco; a Reserva para a nova urbanização de autoconstrução dirigida de Capari (Revista Ipgul, 2010, pp. 22-23).

É também neste período que é lançado o projeto da Nova Centralidade do Kilamba, uma iniciativa habitacional de carácter público (Decreto Presidencial n.º 32/11, de 9 de fevereiro). A centralidade foi realizada por fases e integra diferentes tipologias de fogos, direcionadas a classe média e média baixa. Atualmente esta zona está envolvida por novos bairros autoproduzidos como o bairro do “Quatro Fios” e “Bita Progresso” (em Viana) na sua maioria sem saneamento ou infraestrutura.



Figura 29. Centralidade do Kilamba. Fonte: TPA (2017).

Estes instrumentos, programas, planos e projetos, embora apresentassem estratégias para melhoria de condições de vida, eram direcionados para classes médias e altas desconsiderando os de menores recursos. A abordagem estava bem distante dos princípios que a Nova Agenda Urbana em 2016 sancionou, como a coesão social, mas também o investimento para mobilidade sustentável, segura e acessível; sistemas de transportes que conectem pessoas, lugares, bens serviços e oportunidade económica, contrário às novas centralidades e conjuntos habitacionais localizados fora do centro, do comércio e do emprego (UN-Habitat, 2016, p. 7).

Conjuntos habitacionais para classe média e alta

A Vila do Gamek surge como o primeiro condomínio privado e fechado feito pela empresa Odebrecht para os seus funcionários brasileiros, porém a Vila foi-se deteriorando pela falta de cuidados e manutenção (Paulo, 2017, pp. 23-24). Com parceiras chinesas, brasileiras, sul africanas, portuguesas, italianas, vietnamitas foram edificados diversos complexos habitacionais e de serviços em várias localidades como Talatona, ou Lar do Patriota e Nova Vida.

O bairro Kalemba 2, no distrito do Kilamba Kiaxi, foi construído com a intenção de realojar as populações que saíram da antiga fábrica de sabão e dos arredores da cidade alta (André, 2019, p. 78). Em torno destes conjuntos habitacionais, bem equipados, direcionados para grupos sociais de média e alta rendimento, cresceram novos bairros autoproduzidos, separados apenas por muros ou arames.



Figura 30. (À esquerda) Projeto Nova Vida. Fonte: Belo (2009). (À direita) Conjuntos habitacionais no Talatona. Fonte: Wikimapia (2006).

Paralelamente à implementação destes projetos habitacionais, decorrem diversos processos de ocupação de terra, geralmente por famílias de menores recursos, mas também, segundo André (2019, p. 80), nalguns casos são realizados com associações de generais de alto escalão.

“Esses bairros têm surgido em qualquer lugar livre/baldio próximo do centro das cidades ou na periferia das cidades, por cidadãos de todas as classes (desde, por exemplo; oficiais superiores exércitos e da polícia nacional, funcionários públicos, empresários, e cidadãos com menos recursos).” (Paulo, 2017, p. 17)

O contínuo aumento da população resulta de vários fatores dentre os quais o estatuto que a cidade de Luanda mantém e a atração que exerce, por ser o centro da economia: industrialização, comércio, facilidade de acesso aos serviços, exportação do petróleo comparativamente as outras províncias. No Censo de 2014, a cidade de Luanda destaca-se como a mais populosa com 6.945.386 de habitantes, concentrando quase um terço (27%) da população do país (Abréu, 2017).

2.4 | DESALOJAMENTO, REASSENTAMENTO E REALOJAMENTO DOS HABITANTES DOS MUSSEQUES

“(…) os critérios utilizados para viabilizar a regularização, quase sempre sinónimo de **tábua rasa**, e/ou para reassentar ou realojar as populações são pouco transparentes.” (Viegas, 2015, p. 206) (sublinhado pela autora desta dissertação).

Poucos planos elaborados para Luanda nas duas primeiras décadas do milénio foram implementados, mas, como se refere no ponto anterior, foram edificadas novas centralidades (caso de Kilamba) e vários conjuntos habitacionais para as classes de médio e alto rendimento. Estas operações de expansão urbana mercantilizável e as operações de renovação urbana de áreas centrais e pericentrais com localização estratégica para os interesses imobiliários, assentaram em processos massivos de desalojamento e reassentamento ou realojamento periférico de muitas famílias dos musseques melhor localizados.

Estes processos de reassentamento e realojamento resultaram também: das grandes obras de infraestruturas viárias e de drenagem que visavam modernizar a cidade desde o fim da guerra; do surgimento de desastres naturais como calemas ou cheias que ocorrem em zonas como a Ilha Luanda ou o bairro da Coreia, Samba; ou da degradação de edifícios no centro em risco de ruína;



Figura 31. Bairro da Coreia, Sector B. Fonte: Autora.

O desalojamento ocorreu também sob a administração colonial, no século XX, ligado à expansão da cidade urbanizada, mas também, como relata Amaral (1983) e Moreira (2016, p. 224), a situações de

epidemias, que ocorrem no século XX, nomeadamente com o surto de varíola que surge em 1864 associado à densificação e precariedade das condições sanitárias no centro da cidade. A população dessas áreas foi deslocada para zonas mais periféricas nomeadamente ao Cemitério Alto das Cruzes e Maculusso.

Face à dimensão do processo de realojamento e reassentamentos no novo milénio, o Governo da Província de Luanda criou o Programa de Realojamento das Populações (PRP) em 2001, e em 2007, o Programa de Habitação Social de Luanda (PHS), mais direcionado para o reassentamento de vítimas de catástrofes. Estes programas não impediram a ocorrência de inúmeros problemas sociais e habitacionais.

Com base em entrevistas feitas por Moreira (2016, p. 232) com o Programa de Habitação Social de Luanda, a equipa responsável não registava as casas ou as famílias provocando a imprevisibilidade do processo e a despreparação, abandonando as famílias em terrenos vazios, ou em tendas, ficando em condições muito piores comparativamente às condições de origem.

Nas situações de realojamento, segundo os residentes, as novas habitações - de três quartos, sala, cozinha e instalações sanitárias, terreno de 15x15m, paredes de tijolo ou poliestireno com betão projetado, cobertura de chapa de alumínio com estrutura de alumínio – também não tinham condições mínimas de habitabilidade e de acessos (Moreira, 2016, p. 232). Na zona da Boavista - que sofre constante ameaça de despejos devido ao deslizamento de terras – a população desalojada e reassentada constrói os seus abrigos com chapa de zinco passando a viver em condições mais precárias comparativamente às construções anteriores em bloco de cimento.

Para além das más condições de habitabilidade, da inacessibilidade de infraestruturas e serviços básicos locais (equipamentos sociais, comércio e lazer) nos novos conjuntos de realojamento no Zango, os residentes perderam as oportunidades de emprego existentes no centro por terem sido reassentados 45Km com escassez de transportes acessíveis, forçando-os a procurar formas de sobrevivência e adaptação face as carências. Alguns optaram pelo comércio informal local (frente as habitações) para reduzir o dinheiro de transporte para o centro, outros pelo aluguer da habitação para outrem e regresso às áreas centrais da cidade (Viegas, 2015, pp. 207-210) (Moreira, 2016, p. 263).

A contemporaneidade em Luanda e toda a dinâmica imobiliária associada, está assim estreitamente ligada a processos de desalojamento ou despejo e reassentamento ou realojamento, em situações muitas vezes de grande violência, provocando formas de resistência e debates.

O caso da Chicala

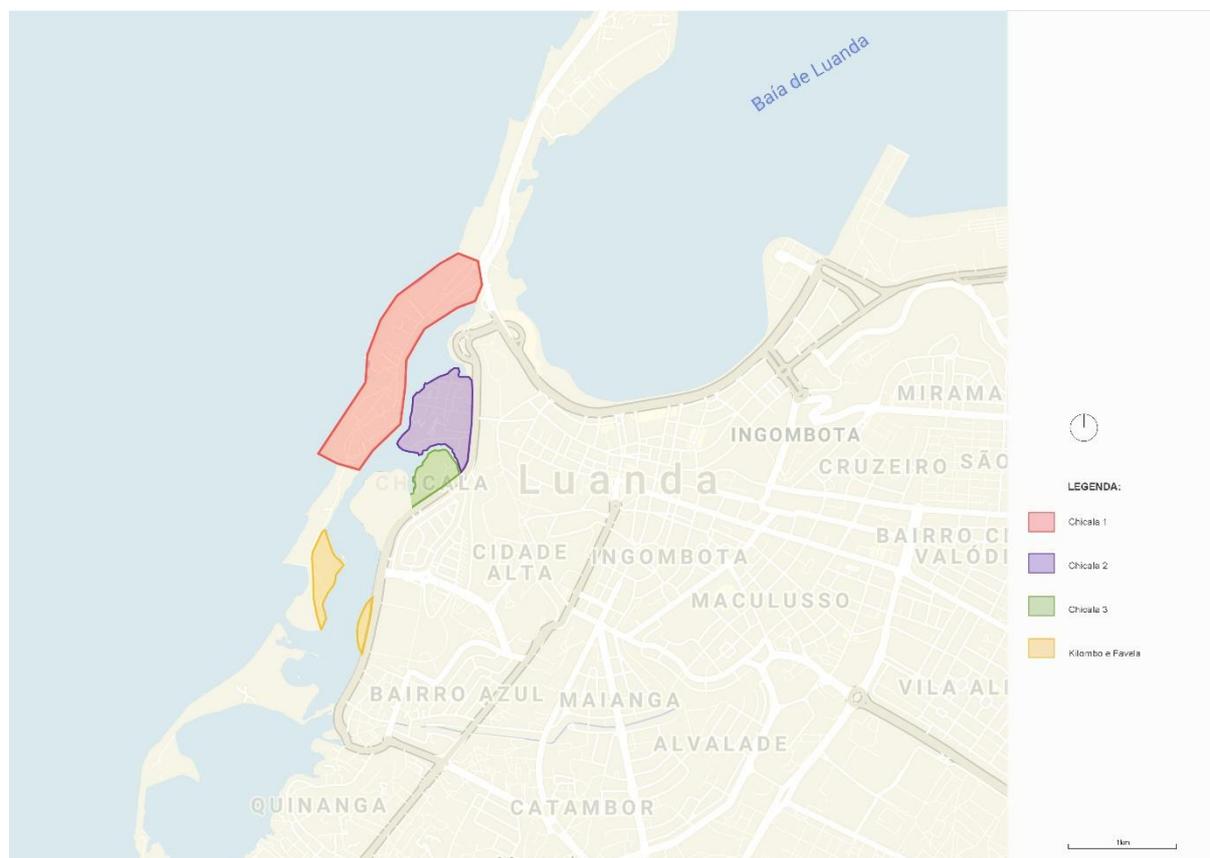


Figura 32. Os três conjuntos da Chicala e ocupações arredores. Fonte: Autora sobre google maps.

Chicala, localizada numa zona estratégica do ponto de vista dos interesses imobiliários contemporâneos, por estar frente ao oceano e junto ao centro histórico de origem colonial, tem vindo a ser sujeita a processos sucessivos de demolição dos assentamentos autoproduzidos e de desalojamento dos seus habitantes, como relatado por Viegas (2015, p. 204) e Moreira (2016, p. 224). De acordo com este autor, apresentam-se alguns destes processos:

- Em maio de 2010 a população na Chicala 2 (adjacente à Fortaleza de São Miguel, que se expandiu no final da década de 80 para 90) sofre despejo de forma abrupta por não estarem preparados para o processo e pelas autoridades não demonstraram cumprimento do acordo verbal (Moreira, 2016, p. 234).
- A favela (bairro autoproduzido), adjacente ao Mausoléu (Memorial Doutor António Agostinho Neto), actual Praia do Bispo, albergava por volta de 2.000 habitantes em novembro de 2010, quando as escavadoras começaram o trabalho de demolição e despejo. Camiões carregaram pessoas e os seus pertences transferindo-os para os novos conjuntos de habitação social no Zango e Panguila.
- Outros moradores passaram noite na delegacia para salvar os seus pertences durante o despejo na Areia Branca, localizado a sul do Kilombo, frente a Barra da Corimba, realizado

entre maio e junho de 2013 (*ibid.*). O local foi transformado num espaço público adjacente ao mausoléu que promove desfile de carnaval.



Figura 33. Vista da Chicala 1 para antiga Chicala 3. Fonte: Autora.

- Também no Sector Flamingo, no dia 16 de março de 2013 pela manhã, camiões de empresa chinesa levaram móveis, roupas, eletrodomésticos, enquanto as casas estavam a ser demolidas por escavadeiras da empresa Soares da Costa.
- Residentes do Kilombo (localizado na ponta sul da Chicala 1) sofreram despejo no dia 21 de janeiro de 2014 sendo levados em autocarros e reassentados no Zango.
- Em 2015, foi demolida outra parte da Chicala 2 e os moradores foram igualmente transferidos para o Zango 2.
- O processo de despejo na Chicala 3 ocorreu gradualmente como indica Moreira, tendo os habitantes sido reassentados no Zango. Este mais recente despejo levou moradores a escreverem cartas de reclamação às autoridades superiores de Luanda para negociar as condições de reassentamento originando a interrupção do despejo e sendo a área demolida reocupada pelos mesmos moradores pelo descontentamento das condições encontradas no Zango. Porém em janeiro de 2014, a Chicala 3 foi demolida integralmente e os moradores foram transportados para o Zango (*ibid.*). Sendo-lhes retirado o mar como meio de subsistência, instalados à 30 km do centro, longe e abandonados, perdem os empregos anteriores e dedicam-se ao comércio informal, prestando serviços ou vendendo produtos.

- O aterro também fez parte das operações de demolição de moradias da Chicala. Foi arrastado terra para Chicala 1 que foi ocupada por organizações públicas e privadas. A denominada Chicala Ponto foi desmontada pelas autoridades policiais e municipais.

Nestes processos de aterros e demolições estiveram empresas de nome envolvidas que informavam apenas dos despejos já sucedidos e inclusive criticando a resistência dos deslojados. Os residentes queixavam-se da falta de assistência por parte do Estado, para demonstrar um gesto de “boa vontade”, o Presidente da República José Eduardo dos Santos e o governador de Luanda, Bento-Bento decidiram fazer uma transferência para a área da Cabala com condições de vida mais apropriadas. Porém, o reassentamento não foi realizado na Cabala, mas na Kissama (Moreira, 2016, pp. 238-239). Como relatado por Moreira (2016) e Viegas (2015), o local onde os reassentados residiam em barracas ou tendas integravam entre trinta e cinquenta pessoas antes das suas casas serem construídas. As pessoas queixavam-se do desconforto.

“[...] Cada uma das famílias [residindo em tendas militares] recebeu 32 folhas de metal corrugado, uma caixa de pregos e varas de madeira, e são instruídos a construir o que mais tarde se tornaria suas casas”¹⁸ (Moreira, 2016, p. 239).

Com base em Moreira, a população em processo de reassentamento beneficiou de terrenos, mas não de habitações, com condições de vida inapropriadas: os materiais não são resistentes, a casa é incompleta, os compartimentos são pequenos, os móveis não se adaptam, as janelas mal feitas, para além da falta de acesso a água e energia, bem como a transportes, escolas, hospitais (2016, pp. 242-246).

A população foi sendo constantemente enganada, desde o local de assentamento; os nomes na lista para o Estado reter as casas prometidas e a qualidade das casas; a não informação e não consulta à população antes do início da implementação do projeto. (Id.: p. 241). Moreira refere-se a outros problemas processuais como: demora na entrega dos pertences das famílias; a instalação de duas a três famílias na mesma casa, ficando cada uma apenas com um quarto, vivendo em promiscuidade e com falta de privacidade; a falta de documentação oficial dos residentes de menores recursos e a sua insegurança; o risco de perda da habitação para os que resistiam ou que usavam para outros fins sem comunicação prévia; o aumento de precariedade pela perda do emprego anterior; o aumento de conflitos e furtos ... (Moreira, 2016, pp. 261-262).

Para Moreira (2018) e Viegas (2015) as várias estratégias implementadas pelo governo perante estes assentamentos, são indicadoras do desejo de controlar a pobreza em Luanda, prosseguindo os planos de renovação da cidade urbanizada (Moreira, 2016, p. 243).

¹⁸ . “Each of the families [residing in the military tents] was given thirty-two sheets of corrugated metal, a box of nails and wooden sticks, and instructed to build what would later become their homes.” Texto traduzido pela autora.

2.5 | DIVERSIDADE DE MALHAS URBANAS E DE ASSENTAMENTOS POPULARES

Hoje a cidade de Luanda apresenta uma diversidade de malhas, que são expressão da sua história e da sua ocupação pelos diferentes grupos que a habitaram: antes da independência, dos colonos aos nativos, hoje, das classes de maiores e menores recursos às de menores recursos. A cidade Alta e Baixa, o Porto de Luanda, a linha de caminhos de ferro, os grandes eixos viários estruturaram e estruturaram a sua malha que foi sempre marcada por grande interpenetração entre a cidade urbanizada e a cidade não urbanizada (Raposo e Salvador, 2007), com musseques no centro urbanizado. A expansão da cidade urbanizada foi empurrando para periferias cada vez mais distantes a mancha cada vez mais extensa dos musseques (ver fig. 34).

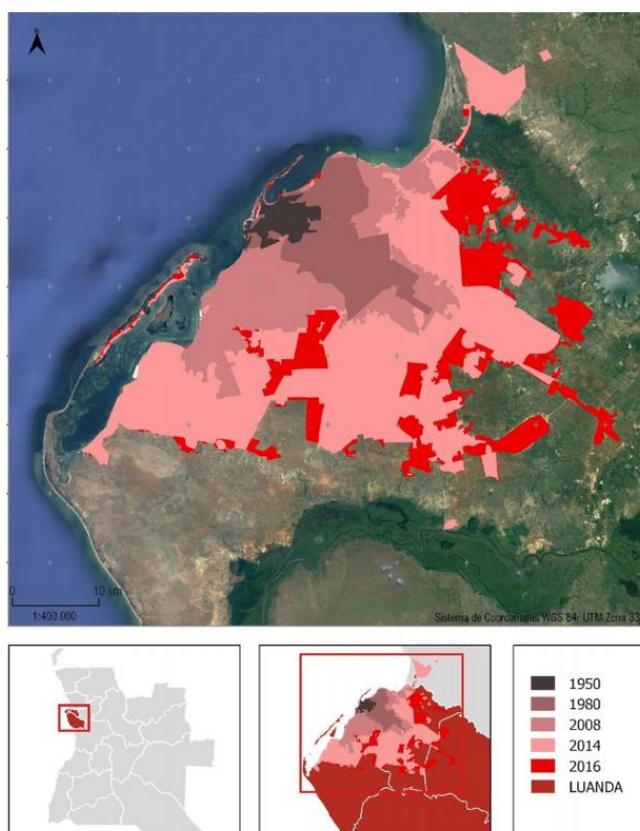


Figura 34. Evolução da mancha urbana de Luanda, de 1950 até 2016. Fonte: Nações Unidas Angola (2018).

A dinâmica imobiliária do novo milénio e as estratégias urbanísticas seguidas levaram a uma enorme explosão da cidade, estruturada pelas novas centralidades e pelos novos conjuntos habitacionais a Sul, fragmentados e distantes, constituindo núcleo emergentes de atividades económicas (Chissola, 2015, p. 68), alienados da vivência, dos hábitos e práticas culturais angolanas de viver a cidade, em torno dos quais se estenderam os musseques. Estes constituem uma malha irregular e não planificada, de tecidos urbanos não articulados entre si e de morfologias singulares marcados pela contínua extensão e densificação e rasgados pelos novos eixos estruturantes da cidade contemporânea.

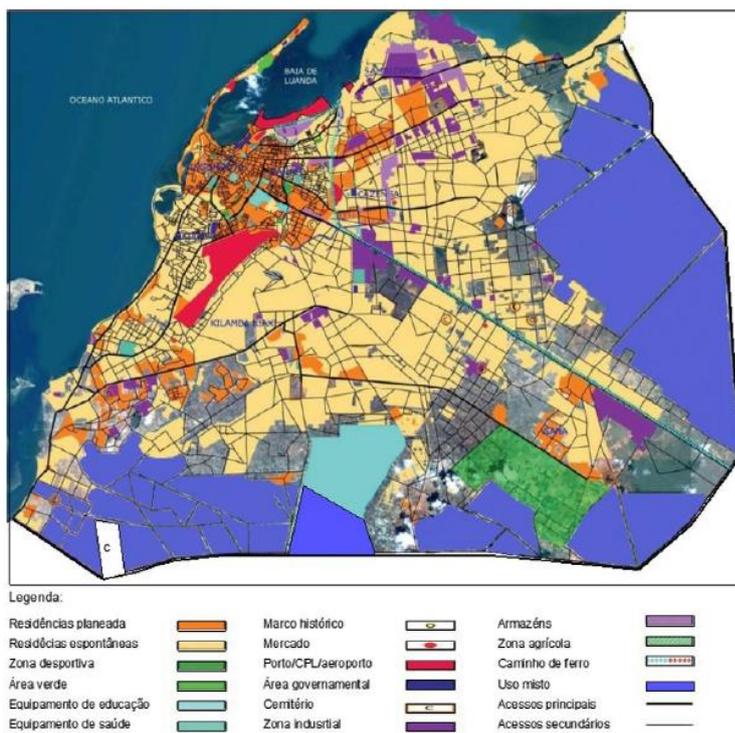


Figura 35. Plano do Uso do Solo elaborado por Chissola. Fonte: Chissola (2015, p. 70).

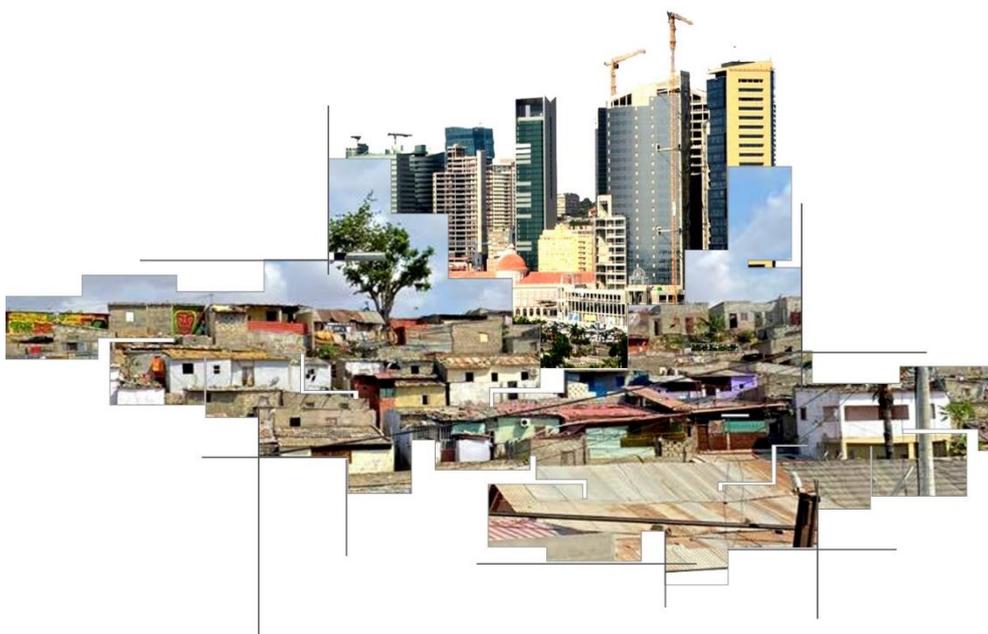


Figura 36. Interpretação sobre Luanda e as suas costuras. Fotomontagem da autora sobre uma fotografia capturada pela autora e outra por Francisco Miúdo (Luanda enfrenta conflitos arquitetónicos, 2020).

O mapa elaborado por Chissola (2015, p. 70), mostra a extensão de assentamentos populares nos arredores do centro e ao longo das vias principais e secundárias, e a localização aleatória de malhas urbanas planeadas. A extensão ao longo de quilómetros longe do centro, dos musseques, mostra o pouco interesse e investimento nas áreas periféricas onde sobrevive a maioria da população de poucos recursos.

Com base na conjugação de vários autores (Bettencourt 2011; Chissola, 2015; Paulo, 2017, p.19-25), distinguem-se diferentes zonas da cidade e de musseques, com diferentes malhas urbanas e tipologias de edificado:

- **Centro da cidade** - Cidade urbanizada, com infraestruturas convencionais, inclui centro histórico de origem colonial (desde 1576), integra edifícios coloniais, alguns carecendo de manutenção, edifícios modernos e edifícios contemporâneos verticais, de fachadas envidraçadas, essencialmente de serviços; coexistem zonas de musseques densificados, conferindo diversidade de malhas urbanas
- **“Musseques” e bairros populares** - No interior do centro da cidade, envolvendo o centro, a antiga área industrial colonial e estendem-se até a via Expresso, ligando os municípios de Belas, Viana e Cacuaco e perto das novas centralidades e conjuntos habitacionais. Apresentam uma mistura de tipos arquitetónicos, do colonial ao moderno, técnicas construtivas convencionais, paredes de alvenaria de bloco de cimento, chapas metálicas sobretudo na cobertura. Falta de infraestruturas, águas paradas, arames farpados. Aqui “cada um constrói segundo a sua lógica de ocupação do lote, fazendo o traçado no chão de como acha que os compartimentos devem estar dispostos e aí se ergue o imóvel” (Paulo, 2017, p. 21). De acordo com os autores consultados, têm sido identificados os seguinte tipos de musseques
 - **Musseques antigos:** de origem colonial, perto do centro, sem drenagem e infraestruturas básicas, construções precárias (casos do Bairro Sagrada Esperança e Cazenga).
 - **Musseques de transição:** de origem colonial, integram-se dentro do centro urbanizado junto a mercados e serviços urbanos públicos, em processo de densificação e verticalização, rede viária irregular. Pela localização constituem uma atração para os investimentos privados (casos do bairro Operário e Catambor).
 - **Bairros populares:** de origem colonial; habitações destinadas a funcionários e operários de baixa e média renda, com paredes em alveanria de tijolo e cobertura de zinco e fibrocimento, rede viária regular mas qualidade infraestrutural baixa. Bettencourt (2011, p. 62) distingue estes bairros dos musseques pelos seguintes indicadores: “(i) a maior proximidade da cidade do asfalto; (ii) os níveis de pobreza mais baixos; (iii) os agregados familiares menores; (iv) e uma facilidade maior de acessos aos serviços e transportes” (casos do Kilamba Kiaxi, São Paulo, Marçal e Rangel).

- **Musseques ordenados:** datam do período colonial e primeiros anos de independência, incluem vias não reticulados (caso do Palanca e Mabor). Segundo Bettencourt (2011), estes bairros foram construídos como uma extensão dos bairros populares assim como os bairros planejados da cidade formal, mantendo-se o alinhamento das vias secundárias e dos corredores dos serviços. As construções das habitações são essencialmente em bloco de cimento ou tijolo com coberturas em zinco e fibrocimento.
- **Musseques periféricos:** resultantes da instalação da população rural fugida da guerra civil, na periferia da cidade carecendo de serviços básicos e oportunidades de emprego devido a dificuldade de locomoção, obrigando a longos percursos de viagens para cidade com custos elevados. Construção recente, sem planificação nem infraestruturas básicas: “os residentes tentam controlar a ocupação, de forma a garantir espaço disponível para as estradas como antecipação ao futuro fornecimento de serviços” (Bettencourt, 2011, pp. 67-68) (casos de Cacuaco, Viana e Camama).
- **Novas centralidades e conjuntos habitacionais em altura ou de piso único** - surgem com o fim da guerra civil de 2002, em zonas periféricas, margens da via Expresso, novas centralidades (casos do Kilamba, Sequele e Cacuaco) e conjuntos habitacionais bem infraestruturados (casos do Talatona, Benfica, Morro Bento, Viana e Camama). Edifícios unifamiliares e multifamiliares, modernos e contemporâneos de modelo convencional, com fachadas envidraçadas, paredes de alvenaria, acabamentos cerâmicos ou alumínio e vidro.
- **Zonas de habitação social e realojamento:** construídos depois da guerra civil, com rede viária estruturada, nos limites da expansão urbana (caso do Panguila, Cacuaco, Zango e Viana).
- **Áreas de autoconstrução dirigida:** planeados pelo governo, no quadro do PNUH, com rede viária, têm sido apropriadas por grupos sociais de médio e alto rendimento (casos em Kilamba).
- **Zonas agrícolas e assentamentos rurais:** ocupação rural com espaços ligados a agricultura como meio de subsistência, aldeias e povoações dispersas com baixa densidade populacional e sem infraestrutura básica, entre as zonas de Icolo e Bengo, Viana e Cacuaco. Habitações em blocos de cimento e chapas metálicas mas persistem habitações tradicionais, de colmo e pau-a-pique e algumas em adobe.



Figura 37. Diferentes malhas urbanas de Luanda. Fonte: Autora sobre *maps*.

Em síntese

Este capítulo traça em linhas gerais o processo de transformação e expansão da cidade de Luanda suas influências, políticas, económicas e sociais, instrumentos urbanísticos e habitacionais que se refletiram no modo de urbanizar e de habitar. Salientando-se a situação dos assentamentos populares ou musseques, sua história, expansão, dinâmicas a que estão sujeitos, processos de autoconstrução, processos de demolição, de despejo, reassentamento e realojamento. Esta compreensão permitiu dar suporte à seleção do bairro Chicala aonde indicará um estudo mais aprofundado ao nível da habitação popular.



Figura 38. Diferentes malhas de alguns musseques de Luanda. Fonte: Autora.

3 | PROJETOS HABITACIONAIS DE REFERÊNCIA EM ANGOLA, LUANDA

A habitação transforma-se ao longo do tempo, em função do contexto sociocultural, económico, político e ambiental. A habitação na cidade de Luanda absorveu profundas transformações, desde os primeiros vestígios da arquitetura vernacular da população nativa, maioritariamente em pau-a-pique, troncos de bambu, barro, às habitações coloniais em paredes em alvenaria, cobertura com estrutura de madeira e telha cerâmica, seguindo os princípios da arquitetura portuguesa do século XVI aos séculos XX, ao nível da fachada e da organização interna.

No terceiro quartel do século XX, com a industrialização, o modernismo marca a arquitetura colonial de Luanda, sobretudo a nível dos novos edifícios públicos. A primeira década e meia do novo milénio é marcada pela afirmação de contemporaneidade ao nível da arquitetura das zonas urbanizadas, expressão do anseio de desenvolvimento económico.

Os musseques ou assentamentos autoproduzidos que se expandem desde a década de 1960, apresentam uma diversidade de recursos e de influências e continuam a representar a maior percentagem do tecido construído de Luanda.

As políticas e programas urbanos e habitacionais do novo milénio transparecem a vontade governamental de eliminar os assentamentos autoproduzidos e realojar os seus residentes em novos bairros sociais que tendem a ser cada vez mais periféricos. A intervenção pública ao nível da população maioritária de menos recursos foi todavia limitada e a autoconstrução continuou a ser a solução da maioria da população para alcançar o seu direito à habitação. Ambas as soluções, realojamento público e autoconstrução pela população, têm impacto a nível social como ambiental e têm subjacente um constante confronto: entre as manobras da promoção imobiliária para desalojar a classe de menos recursos das zonas mais centrais e aí instalar as classes com mais recursos e a luta da população pelo direito a condições mais condignas de vida. Entre umas e outras, surgem algumas intervenções participativas procurando a inclusão, a resposta às necessidades e aos desafios existentes e emergentes. Em todo este processo, o papel da população na produção das periferias tem sido muito maior que o papel do arquiteto e do Estado. Importa refletir sobre o que o arquiteto tem feito e o que pode fazer e se as populações têm sido incluídas como atores das intervenções públicas.

A Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo (Lei nº3/04 de 25 de Junho) prevê no seu artigo 21º, sobre os processos de elaboração, execução e revisão dos planos, mecanismos que contribuam para o contributo dos cidadãos na “melhoria da qualidade de vida urbana e rural”, bem como “para o exercício do direito à informação e do direito à participação”. Esta abertura à participação da população nos processos construtivos e de planeamento (Chissola, 2015, p. 12), poderá ganhar novo impulso com a revisão em curso do pacote legislativo sobre o ordenamento do território e a habitação. O Programa Nacional do Urbanismo e Habitação lançado no final da primeira década do novo milénio tinha como

um dos seus eixos basilares a autoconstrução dirigida destinada aos grupos de menores recursos, mas este foi o eixo menos concretizado em Luanda. Está atualmente em preparação a primeira Política Nacional de Habitação com o objetivo de garantir habitação condigna para todos, a qual conta com apoio da ONU-Habitat, que, na senda da Nova Agenda Urbana, aprovada em Quito em 2016, defende a construção inclusiva e participativa, havendo a expectativa de uma nova abordagem política a esta questão.

3.1 | PROJETOS HABITACIONAIS DURANTE O PERÍODO COLONIAL

Habitações Unifamiliares nas décadas de 1950 e 1960

O Bairro dos pescadores indígenas do Cacuaco, projetado por Antonieta Jacinto, em 1957-1958, no quadro da Direção dos Serviços de Obras Públicas e Transportes, mostra uma preocupação de adequar a organização dos fogos e as relações interior-exterior e pátio/quintal, ao modo de vida expresso nas habitações autoconstruídas. A zona privada (quartos e sala comum) está separada da zona de serviço (cozinha e instalação sanitária), a posição dos fogos e dos vãos permite o usufruo de brisas marítimas favorável e o suporte de alpendres e pátios (Fonte, 2007, pp. 415-416).

Em 1980, no musseque do Rangel, foi projetado pelo arquiteto Fernando Batalha, um conjunto de edifícios habitacionais em banda e de dois pisos, de características mais urbanas na linguagem arquitetónica e ritmo dos vãos com galeria com espaços públicos assemelhando-se ao Bairro dos Pescadores da Ilha de Luanda projetado posteriormente.

Com base num Plano de Aldeamento e no Plano Diretor de Urbanização da Ilha de Luanda realizados pelos arquitetos Simões de Carvalho e Pinto da Cunha, em 1963 com o fim de valorizar a permanência e ocupação dos pescadores da Ilha, foram projetados blocos de habitação unifamiliar destinadas à classe média, de forma a criar sentido de vida comunitária como também miscigenação (Fonte, 2007, pp. 417-418). Os blocos seguiam algum dos princípios da Carta de Atenas, assentavam sobre pilotis e tinham interpenetração entre área verde e o construído (Venâncio, 2013, *apud* Carvalho, p.110). Foram projetadas quatro tipologias (A, B, C e D), mas todos dispunham de dois volumes – um com zona de estar e dormir (quartos e sala) e outro para serviços (cozinha e sanitários) – ligados através do pátio.

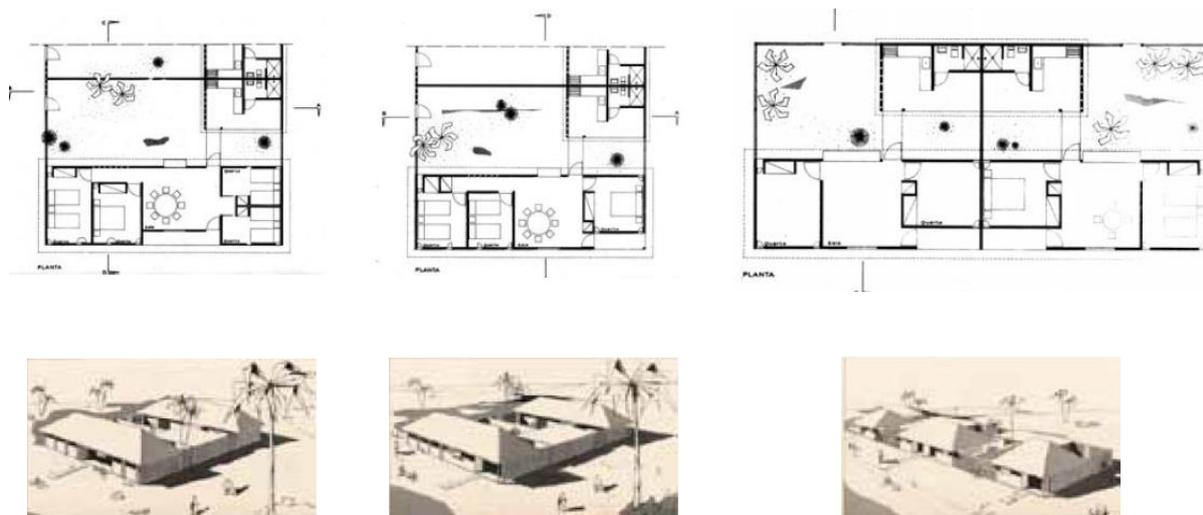


Figura 39. Planta do Bairro dos Pescadores da Ilha de Luanda. Fonte: Simões de Carvalho (*apud* Fonte, 2007, p. 419). Figura 40. Perspetiva do Bairro dos Pescadores da Ilha de Luanda. Fonte: Desenhos cedidos pelo arquiteto Simões de Carvalho em entrevista à Venâncio (2013, p. 110).

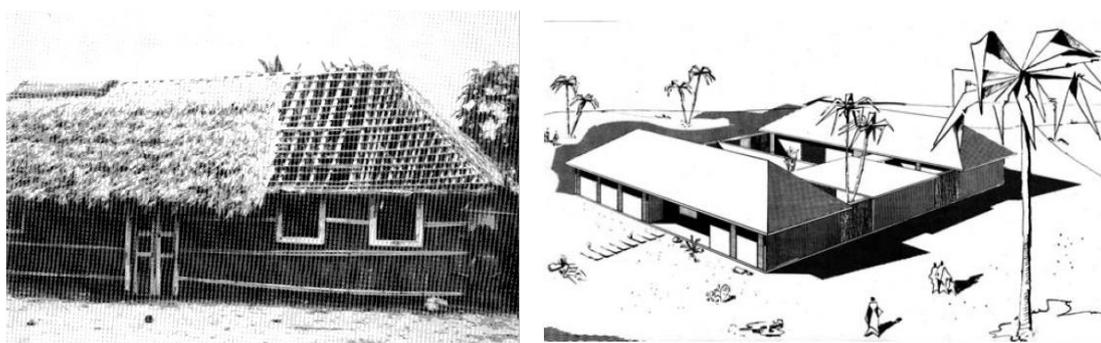


Figura 41. Habitações tradicionais dos Axiluanda à esquerda Ilha de Luanda. À direita: Perspetiva do Arq. Simões de Carvalho e Arq. Pinto da Cunha. Fonte: Fonte (2007, p. 419).

De acordo com Fonte, este projeto propunha “uma qualidade de fogo incomparavelmente superior à das habitações para trabalhadores colonos 10 anos antes” (2007, p. 419). Os edifícios do Tipo A, localizados numa rua comercial de passeios largos, eram mais altos que os tipos B (T2) e D(T4), localizados nos extremos da via organizados em conjuntos habitacionais mais baixos com densidade populacional mais reduzida. Enquanto que os mais altos integram espaços públicos mais amplos, os mais baixos, mais próximos uns dos outros, definem pequenas praças de convívio.

Foram projetadas habitações para população indígena de condições precárias no extremo este do mesmo plano, demonstrando, segundo testemunho do Arquiteto Simões de Carvalho (obtido por Venâncio), a preocupação pelas características sociológicas da população, defendendo-se a colaboração na construção da própria habitação. O projeto integra a adaptação ao modelo de casa

tradicional dos pescadores (Venâncio, 2013, p. 111). Alguns aldeamentos foram feitos sobre sanzalas pré-existentes com apropriação da arquitetura tradicional da ilha readaptados num novo desenho urbano e sistema construtivo (Fonte, 2007, p. 419).

Projetos habitacionais da arquitetura moderna em Angola

Michel Toussaint crítica o modo como a arquitetura moderna chega aos trópicos resultando numa arquitetura que "assentava numa concepção da vida moderna industrial como modelo absoluto e universal" (2005, p. 10). A crítica à desumanização da arquitetura levou em meados do século XX à procura de elementos arquitetónicos que visavam responder ao "processo de humanização" promovendo um novo olhar sobre a arquitetura vernacular e sobre a arquitetura moderna não só como edifícios, mas como parte integrante da cidade (*id.*: p.11).

Neste período alguns preocupavam-se com a envolvente, com o clima e com questões sociais realizando planos que integravam espaços para a comunidade como escola, centro de saúde, cisterna, fonte, estrado de dança e o pavilhão social (2005, p. 12). Ao nível da adaptação ao clima, um dos elementos arquitetónicos que se destaca é o "*Brise-soleil*" introduzido por Le Corbusier que visa compensar os largos vãos surgidos no Movimento Moderno favorecendo a incidência solar direta provocando o sobreaquecimento dos edifícios. Os problemas de conforto térmico levam Le Corbusier a criar soluções para o sombreamento dos envidraçados como o tipo de persianas pivotantes feitas em lâminas de betão. Para além do *brise soleil*, Le Corbusier defende a área verde, como um elemento essencial para a qualidade do construído (*id.*: pp. 12-15).

Os arquitetos Simões de Carvalho, Vasco Viera da Costa e Pinto da Cunha em Luanda e Castro Rodrigues em Benguela, trabalharam para a elaboração de diversos planos de urbanização com base em modelos modernos que incluíam uma extensão vasta de espaços verdes na linha da cidade tropical corbusiana (Toussaint, 2005, p. 17).

Em Luanda, alguns projetos realizados para edifícios habitacionais mas sobretudo para edifícios públicos, no período colonial procuram respostas à questão de sombreamento das fachadas que se verticalizaram. É o caso do edifício do Ministério da Construção e Obras Públicas, de estilo moderno, que integra um sistema de sombreamento a partir de um dispositivo fixo e opaco de *brise soleil*, para a redução de penetração da radiação solar dentro do edifício, provocada pelas extensas áreas envidraçadas. Resultando de uma investigação recente, Guedes, Pedro e Silva (s/d) descrevem a variedade de dispositivos de sombreamento para um clima tropical como Angola. Como outro exemplo de sombreamento num edifício moderno assinalam o antigo Hotel Panorama de Luanda, que nele continha tanto elemento fixo como a mobilidade de janelas para a ventilação e iluminação natural do edifício (Guedes, Pedro, & Silva, s/d, p. 36).



Figura 42. À esquerda: Edifício do Ministério do Urbanismo e Obras Públicas Fonte: André Figueiredo (2020, p. <https://hpip.org/pt/heritage/details/76>). À direita: Antigo Hotel Panorama. Fonte: Portal de Angola (2020, pp. <https://www.portaldeangola.com/2018/10/30/>)

Apropriação das habitações em banda, do Prenda – década de 1970

Para além das construções habitacionais em blocos feitas no bairro Prenda no período colonial com princípios modernistas, foram também edificadas vivendas unifamiliares em banda que mostram preocupação com a segurança nas vedações altas, nos portões abertos nas vedações dos quintais e nas grades nos alpendres. Hoje encontra-se algumas alterações como a construção de anexos no quintal ou na cobertura com materiais desintegrados da habitação ou com materiais de duração e estética limitada. De acordo com a investigação de Joana Venâncio, algumas das habitações foram ocupadas por novos usos, algumas foram demolidas para dar lugar a estabelecimentos como restaurantes e outros serviços públicos (Venâncio, 2013, p. 89). Dada a sua localização estratégica no centro da cidade e a pressão imobiliária, o bairro tem sofrido processo de gentrificação.

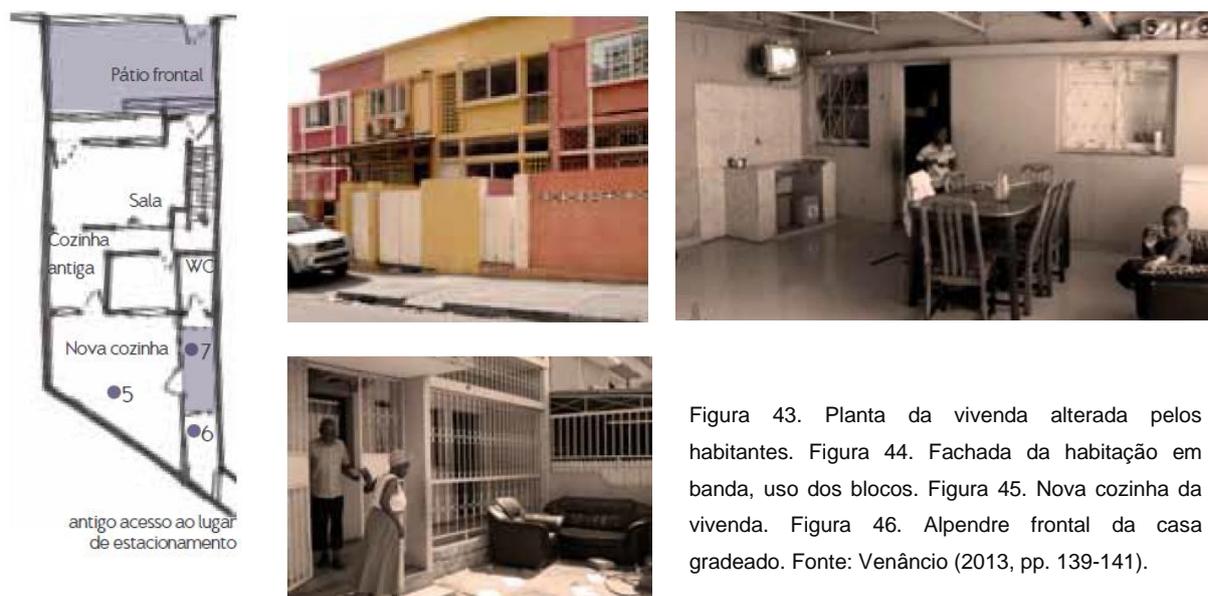


Figura 43. Planta da vivenda alterada pelos habitantes. Figura 44. Fachada da habitação em banda, uso dos blocos. Figura 45. Nova cozinha da vivenda. Figura 46. Alpendre frontal da casa gradeado. Fonte: Venâncio (2013, pp. 139-141).

A arquitetura colonial moderna introduziu um novo sistema de ventilação, de grelha em tijolo ou cimento que favorece o resfriamento da habitação e ainda é utilizado atualmente. As imagens acima permitem identificar a diferença de geometria e materialidade da grelha do alpendre do período colonial substituída por grades metálicas. Observa-se também, na planta, uma substituição de usos dos compartimentos com a conversão em quarto de uma sala no piso térreo como mostra Venâncio. A vedação do período colonial indica maior urbanidade tanto pela sua altura como pela sua materialidade, de acordo com Raposo e Salvador:

“Vedação de bloco alta ou baixa e encimada com grade. A vedação alta divulga-se na década de 1990 e visa sobretudo maior segurança, enquanto a vedação baixa é indicadora de maior urbanidade.” (Raposo & Salvador, 2007, p. 127).

Outras transformações nas casas foram observadas por Venâncio: a extensão da cozinha para o quintal, por não suprir as necessidades de espaço partilhado com outras atividades, provocando a redução do espaço do quintal; junção da cozinha e do quintal num só; espaço de refeição e de estar, construído com materiais leves; o uso do pátio posterior descoberto integrando instalação sanitária simultaneamente para zona de arrumos e lavandaria com preocupação reduzida da materialidade, habitualmente em madeira e chapa de zinco como em algumas das habitações na Chicala.

Nas entrevistas realizadas por Venâncio, a percepção dos habitantes sobre as habitações é positiva com exceção das infraestruturas como o abastecimento de água. Alguns habitantes eram provenientes de províncias tendo-se adaptado ao lugar (2013, pp. 139-141) simbolizando a capacidade de adaptação das pessoas a novos espaços, apropriando-se deles e adaptando-os.

A experiência inovadora de autoconstrução assistida no Alto do Liro, 1970-1973

Os problemas de expansão urbana que se desvinculam em áreas periurbanas ocorrem não somente em Luanda, como igualmente noutras províncias como é o caso do Alto do Liro, na província de Benguela. Um bairro construído em 1970, destinado inicialmente para os colonos, foi sendo ocupado por grupos sociais de menores recursos, de povo realojado e posteriormente pelo surgimento de musseques que, tal como em Luanda, viviam do comércio mas careciam de infraestruturas.

Segundo o levantamento feito por Viegas, as habitações nas zonas periurbanas do Alto do Liro, eram feitas em blocos de adobe secos ao sol; a cobertura era geralmente em chapas de zinco com uma ou duas águas, presas somente com pedras ou blocos de cimento nas bordas; os vãos que eram em madeira, pintados geralmente em azul ou vermelho, constituíam fragilidades pela falta de segurança e por estarem desprotegidos das chuvas devido a qualidade. Em 2012, o bairro apresentava uma mistura de habitações: tipologias do período colonial (com anexos irregulares dentro dos lotes) e autoconstruções feitas pelos grupos sociais de baixa renda, de piso único construídos tanto em betão, como em alvenaria de blocos de tijolo, geralmente sem reboco (Viegas, 2015, pp. 430-431).

A expansão dos musseques leva o governo angolano a construir conjuntos habitacionais direcionados para grupos sociais de maiores recursos, como funcionários técnicos e quadros profissionais de Lobito. O conjunto habitacional foi construído pela população realojada vinda de outras zonas de Lobito, com o apoio técnico e logístico da Câmara Municipal do Lobito para aquisição de materiais de construção. Foram construídas 7.500 habitações entre os anos 1970 e 1973, distribuídas dentro de lotes com áreas entre 1000m² e 1500m². De tipologia simples, isoladas ou geminadas e de piso único, as habitações foram essencialmente construídas em betão armado e alvenaria de tijolo cerâmico com exceção de algumas moradias, que a pedido dos moradores, foram feitas em tijolo de adobe seco ao sol *in situ*; havia paredes revestidas com painéis de azulejo; a cobertura eram em telha cerâmica ou chapa de fibrocimento; e os vãos compostos por grades metálicas pintadas. Constata-se o uso da árvore no conjunto habitacional do Alto do Liro por fornecer ensombramento natural frente as casas (2015, pp. 434-436).

Segundo testemunhas obtidas por Viegas, as habitações construídas no conjunto se encontravam em melhor estado e mostravam-se inovadoras no que concerne a condições de higiene e habitabilidade, tornando-se uma referência na década de 70 pela qualidade de construção e baixo custo. Entretanto o projeto foi apresentando algumas falhas significantes como a insuficiência de equipamentos sociais e de serviços (área comercial, creches, escolas municipais), assim como descontentamento da população pelo facto do conjunto estar localizado longe da zona urbana que na época, devido a falta de transporte público, dificultava a locomoção (Viegas, 2015, p. 438). Tais dificuldades embora mostrarem preocupação por parte da câmara, foram elaborados planos de melhoria, porém não realizados, levando a população a autoconstruir por custo próprio transformando o desenho urbano pela falta de resposta e intervenção das autoridades (Viegas, 2015, pp. 438-439).

Por outro lado, as consequências do período pós-independência de Angola afetam o conjunto habitacional do Alto do Liro a nível infraestrutural, limitando-os sobre o direito a água, a energia em casa e nos postes e entre outros. Os arquitetos por estarem ligados a setores governamentais e políticos, segundo Viegas, tinham uma posição insignificante. Viegas entrevista o arquiteto Castro Rodrigues, que apesar de depender da comprovação da governação para quaisquer intervenções, conseguiu responder algumas necessidades por ter contacto com este bairro e conhecer os problemas. Esta intenção permitiu na década de 70, que a população fosse chamada para discutir certos pontos do plano diretor, embora as intenções municipais indicarem a remoção dos musseques para dar lugar a grandes unidades industriais, beneficiando os investidores privados (Viegas, 2015, pp. 441-443).

Após uma resistência durante cerca de dois anos, a comunidade do Alto do Liro aderiu a um processo de autoconstrução assistida, participada. Viegas constata que à nível de unidade habitacional, a margem de manobra da população foi ampla: as pessoas ganharam maior conhecimento a nível de desenho, de tipologias arquitetónicas e habitacionais, métodos construtivos, fazendo com que os projetos desenvolvidos de acordo ao plano geral de urbanização fossem descartados. As entrevistas obtidas por Viegas mostram a satisfação dos habitantes por construírem as suas próprias habitações de acordo com as reais necessidades, hábitos e práticas. A operação no Alto do Liro torna-se pioneira no que diz respeito a autoconstrução dirigida mais *top-down* (Viegas, 2015, p. 447).

O projeto foi de tal forma inspirador que, segundo Viegas, influenciou a câmara a tomar iniciativa de erguer depósitos de água e chafarizes comunitários inseridos a céu aberto, para dar apoio à finalização das obras como também para o consumo diário dos residentes. Este projeto integrou também a participação de arquitetos e técnicos de obra como: carpinteiros, torneiros ceramistas, canalizadores e entre outros, promovendo consequentemente trabalho para estas equipas multidisciplinares que careciam de clientela. Viegas menciona ainda que nos finais deste processo participativo fez-se um regulamento para a obtenção e legalização do direito a propriedade.

As construções do Alto do Liro representam a vontade de aproximação entre as intenções do poder local e a vontade individual e coletiva das populações. A operação Alto do Liro foi concluída faseadamente, permitindo o acompanhamento e aprendizado da população nas diferentes fases do processo de construção das habitações: preparação, desenvolvimento e conclusão da construção (Viegas, 2015, p. 450).

Foi um projeto que incitou a população local a trabalhar durante o processo todo até ao final. Este acompanhamento participado, transmite confiança necessária sobre os habitantes para futuros projetos habitacionais inclusivamente transformações urbanas, conferindo um método de abordagem recomendável e exequível para os musseques em Angola.

3.2 | PROJETOS RECENTES

Apresentam-se quatro projetos recentes, de pequena escala, que se guiam por princípios de sustentabilidade. O primeiro, uma escola comunitária, foi em grande parte construído e ganhou um prêmio internacional *Global Energy* de 2016 e os três restantes são projetos de habitação popular que venceram concursos (Prémio Kubikuz de 2018 e Trienal de Arquitetura de Lisboa e de Luanda de 2010).

Projetos pós-independência

Escola de Kapalanga – Paulo Moreira Architects, 2013-14¹⁹



Figura 47. À esquerda, Escola de Kapalanga, exterior de sala nova. À direita: interior de sala nova. Fonte: Fotografias Paulino Damião “Kota 50” em The Sanzala, 2018.

Uma escola primária localizada no bairro Kapalanga, no município de Viana, foi reabilitada e ampliada sendo o projeto coordenado por Paulo Moreira Architects com o objetivo de melhorar o edifício existente, construir novas salas em volumes independentes, bem como instalações sanitárias e melhorar o pátio. O edifício central existente localizado no centro, integra dois escritórios e três salas de aulas, as quais foram divididas por paredes móveis para permitir juntar as salas para reuniões de estudantes e comunitárias. O projeto foi dinamizado pela ONG APDES tendo envolvido a população local, estudantes, professores com o objetivo de fornecer melhores condições de ensino.

¹⁹ The Sanzala, 2018. Ver: <http://thesanzala.com/2018/08/29/escola-kapalanga-paulo-moreira-architects/>



Figura 48. Maquete do projeto, fotografada por *Paulo Moreira Architects*. Fonte: The Sanzala (2018).

O projeto ganhou o prêmio *Global Energy Award 2016* pelos seus princípios e soluções sustentáveis, como a ventilação passiva, vãos preenchidos por cobogós/grelha para permitir a renovação do ar no interior e a otimização da luz natural e ventilação. Para além do sistema de renovação de ar, as técnicas de construção foram simples e baratas: paredes com estrutura de betão e alvenaria de blocos de cimento, cobertura com estrutura de aço e chapas metálicas (The Sanzala, 2018). O afastamento entre a base das chapas metálicas e as paredes, é uma técnica comum empregue em zonas de clima quente para permitir a entrada de ar dentro do espaço interior. As paredes são rebocadas com argamassa de cimento misturada com a terra vermelha do solo, transmitindo uma perceção de continuidade entre as paredes e o terreno envolvente.

A construção utilizou mão de obra local, bem como materiais locais, o que reduziu custos de transportes e energia. O projeto manteve as grandes árvores na frente no pátio para valorização paisagística do espaço, assim como para sistema de sombreamento, como indica Manuel Guedes nos princípios gerais de sustentabilidade (Guedes, Pedro, & Silva, s/d, p. 36), sendo utilizado para recreio e para reuniões. Estas soluções adequaram-se às condições climáticas e culturais e às restrições económicas (The Sanzala, 2018). O que prevalece em torno deste processo é a interação do arquiteto com a comunidade, a participação da população no projeto que incentiva o conhecimento e preservação do existente.

Face à pandemia de 2020, o arquiteto Paulo Moreira com a ONG APDES, no quadro do Projeto África Habitat²⁰, desenvolveu uma pesquisa para equipamentos e práticas de higienização para os alunos e funcionários adotando materiais acessíveis.

²⁰ O Projeto África Habitat é um projeto de investigação, conduzido na FAUL em articulação com sete instituições parceiras, entre as quais a APDES, sendo coordenado pela Professora Isabel Raposo e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e a Rede AgaKhan para o Desenvolvimento. Disponível em: <http://africahabitat.gestual.fa.ulisboa.pt/en/>

Habitação Social Rural – SIMAH arquitetos, 2018²¹

O concurso “Prémio Kubikuz”, tem como objetivo promover a criatividade na conceção de projetos de habitação rural e urbana em Angola. A proposta elaborada pelos arquitetos SIMAH²² em 2018 visava a melhoria habitacional de 200 fogos no município de Nambuangongo - Bengo, em Angola. O espaço foi cedido pela administração para o desenvolvimento de uma urbanização com 38 habitações T3, integradas em dois quarteirões divididos por um espaço coletivo multiuso. A proposta dos SIMAH apresenta um modelo de habitação unifamiliar num lote de 140m², que dispõe de: sala de estar, varanda, cozinha, instalação sanitária, área de trabalho, hall de distribuição, três quartos e um “quarto de fora” na parte exterior da habitação.



Figura 49. Projeto Habitação Social Rural, Prémio Kubikuz, 2018. Fonte: *The Sanzala* (2018).

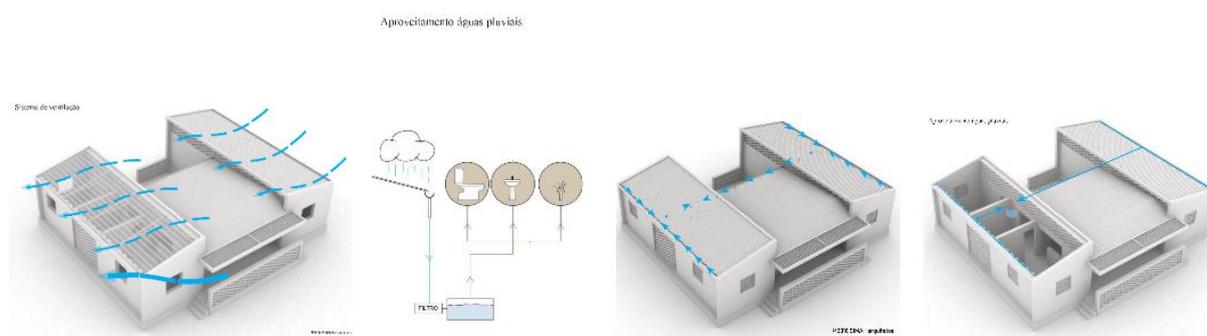


Figura 50. Projeto Habitação Rural Social, Prémio Kubikuz edição 2018. À esquerda: sistema de ventilação passiva. Centro: Captação das águas pluviais. À direita: Aproveitamento das águas pluviais. Fonte: *The Sanzala* (2018).

²¹ *The Sanzala*, 2019. Ver: <http://thesanzala.com/2019/11/13/premio-kubikuz-2018-vencedores-da-categoria-habitacao-social-rural/>

²² Equipa de arquitetos angolanos: Arlindo Carlos, Marco Branquinho, Helder Amaral e Ivanildo Santos

Sublinham-se técnicas e princípios sustentáveis seguidos (1) o aproveitamento de recursos locais como a construção em adobe com paredes de 30 cm de espessura, rebocadas com argamassa de terra e 5% de cimento; (2) uso de material de baixo custo e fácil acesso como a cobertura em chapa metálica aproveitado para um sistema de aproveitamento de águas pluviais captados por calhas que conduzem a filtros e posteriormente reservatórios no interior da habitação, a que se referem Guedes *et. al.* (s/d, pp. 72-74); (3) a estrutura de madeira da cobertura, fornece maior segurança e eficiência ao isolamento térmico e ventilação, como menciona Guedes *et. al.* (*id.*: pp. 20-21); (4) o sistema de painéis solares na cobertura para a captação de energia; (5) sistema de sombreamento não somente na cobertura e em palas como também em grelhas nos vãos, técnica já utilizada nas habitações coloniais. De modelo moderno, a proposta foi pensada como um projeto de baixo custo adaptado e respondendo ao contexto local (The Sanzala, 2018).

Os elementos importantes para eficiência e eficácia da habitação tornaram o projeto interessante desde a colocação das grelhas em sítios estratégicos como a pala da entrada, da varanda e sobretudo no hall de circulação no interior da casa que transmite uma ideia de interior-exterior, porém, arejado e protegido. A inclusão do pátio ou quintal é fundamental para a vida rural em contexto angolano.

A House in Luanda: Patio and Pavillion – 1º e 2º prémios, 2010²³

A Trienal de Arquitetura de Lisboa colaborou em 2010 com a Trienal de Luanda propondo um Concurso Internacional “Casa em Luanda: Pátio e Pavilhão”, para uma moradia unifamiliar de custos reduzidos, adaptada ao contexto e que promovesse a discussão sobre o futuro da cidade. O júri foi constituído por arquitetos conceituados portugueses, angolanos e outros.

O prémio do mesmo concurso foi atribuído à equipa de arquitetos Pedro Sousa, Tiago Ferreira, Tiago Coelho, Bárbara Silva e Madalena Madueira que seguem o mesmo conceito de pátio no interior da habitação e desenvolveram reflexões sobre a relação e interdependência entre a cidade e a casa.

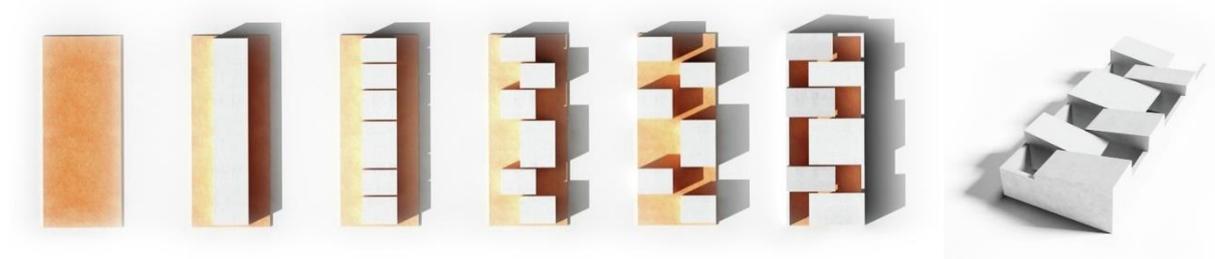


Figura 51. Primeiro Prémio do Concurso *A House in Luanda*. Projeto de Pedro Sousa, Tiago Ferreira, Tiago Coelho, Bárbara Silva e Madalena Madueira. Esquemas conceituais 3D. Fonte: Sebastian Jordana (2010).

²³ Informação disponível em vários sites: <https://www.archdaily.com/86453/a-house-in-luanda-patio-and-pavilion-competition-winners>; <https://por.architecturaldesignschool.com/house-luanda-patio-84169>

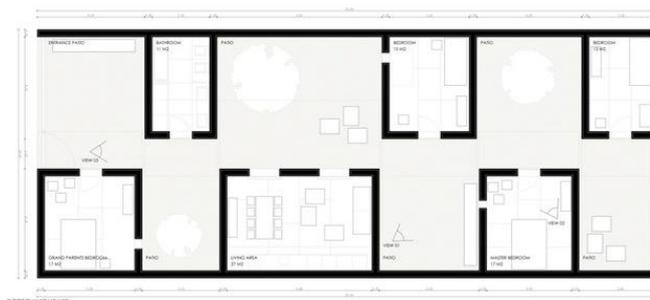


Figura 52. Primeiro Prémio do Concurso *A House in Luanda*. Projeto de Pedro Sousa, Tiago Ferreira, Tiago Coelho, Bárbara Silva e Madalena Madueira. Interior (esquerda) e planta (direita). Fonte: Sebastian Jordana (2010).

A volumetria que corresponde à parte interna coberta distribuiu-se pelo limite do terreno formando seis pátios que se relacionam com as diferentes funções da casa (cozinha e sala, quartos e instalações sanitárias). A comunicação entre os pátios ocorre através de um corredor central exterior protegido. Deste modo o projeto propõe uma relação permanente do interior da casa com o exterior, o “exterior intimista e protegido” (Jordana, 2010).

A riqueza do jogo de luz e sombra caracteriza o projeto conjuntamente com os vários volumes que se espalham pela casa dos musseques populares. A uniformidade material confere continuidade assim como simplicidade. A habitação é toda em taipa o que facilita no processo de construção e contribui para a redução de custos. A taipa em si é um material barato, fácil de encontrar nos solos de Luanda e fornece um bom arejamento pela capacidade térmica da terra crua e pelo sistema de parede compactada. O uso de material local e proveniente da terra em vez do uso materiais tóxicos é um princípio de sustentabilidade construtiva. Esta proposta, confere maleabilidade e adaptabilidade à habitação, e os seus conceitos chave respondem às necessidades dos habitantes com condições precárias que recorrem à autoconstrução.

O segundo prémio do concurso foi atribuído à equipa de arquitetos Cristina Peres, Diogo Aguiar, Teresa Otto e Tiago Andrade (Alison Futuro, 2010). Os arquitetos utilizaram os conceitos do *pátio*, como elemento que liga o exterior ao interior da habitação e do *pavilhão* que liga a casa ao exterior. Ambos os conceitos, pátio e pavilhão, são elementos cruciais das habitações populares em Luanda. A cobertura que conecta foi concebida não somente para fornecer entrada de luz natural como também para oferecer um sistema de ventilação cruzada eficaz tanto para o exterior como o interior da habitação. Houve uma preocupação no que concerne ao sistema de circulação de entrada de ar fresco

e saída de ar quente. A materialidade usada permite e transmite uma ventilação fluida no entorno de toda a casa com materiais acessíveis e técnicas tradicionais como o uso de pérgola de bambú.

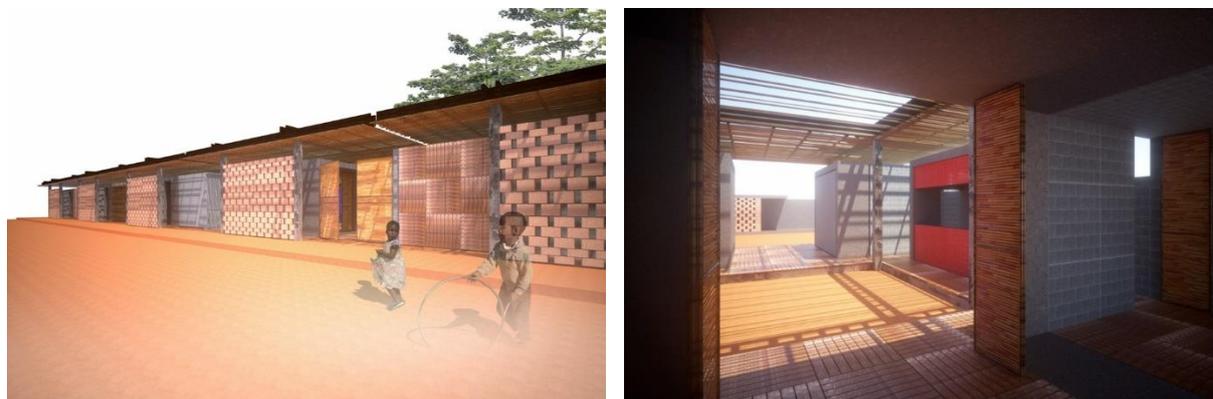


Figura 53. Segundo Prémio do Concurso A House in Luanda. Projeto de arquitetos Cristina Peres, Diogo Aguiar, Teresa Otto e Tiago Andrade: vista da rua (esquerda) e para o pátio (direita).

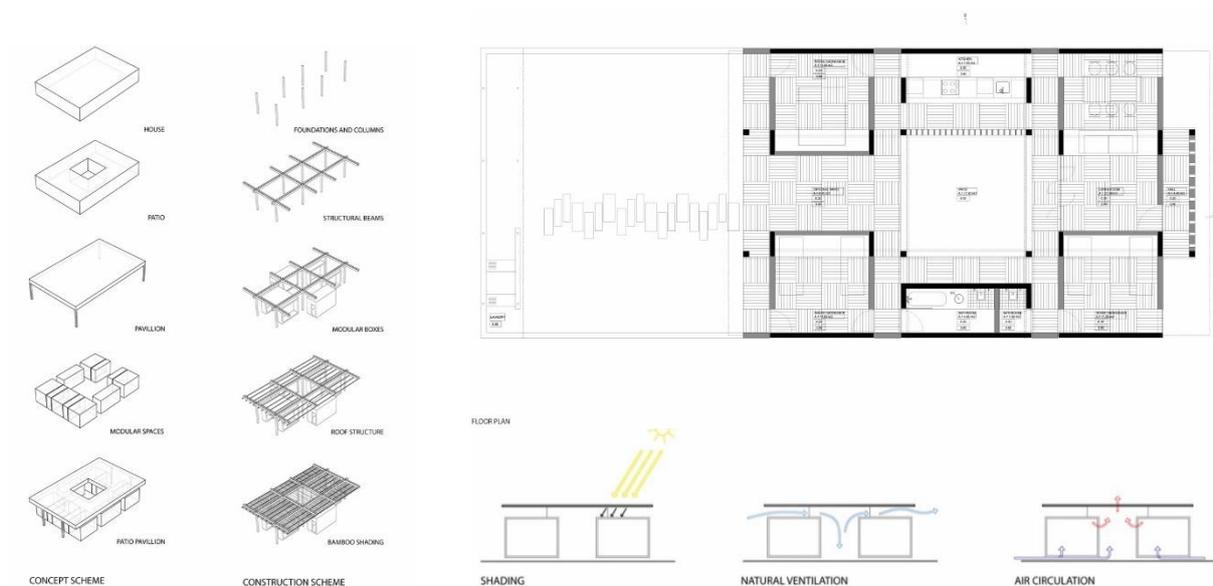


Figura 54. Segundo Prémio do Concurso A House in Luanda. Projeto de arquitetos Cristina Peres, Diogo Aguiar, Teresa Otto e Tiago Andrade: conceito e esquema construtivo (esquerda) e planta (direita cima) e diagrama de sobreamento, ventilação e circulação do ar (direita baixo). Fonte: Alison Furuto (2010).

Funcionalmente o projeto propõe um sistema de distribuição claro, incorporando corredores de circulação abertos que ligam de um compartimento ao outro criando uma forte ligação ao pátio. Para além desta ligação do interior com o pátio exterior, a habitação integra um quintal para plantação, criação de animais como é comum nas casas populares de Angola. As portas permitem uma fácil

abertura e arejamento dos compartimentos pela materialidade utilizada. A zona húmida contém um rasgo pequeno para circulação de ar. O projeto propõe a autoconstrução como forma de proporcionar não só oportunidade de emprego como redução de custos e forte envolvimento comunitário e social.

Nota sobre o Observatório da Chicala²⁴

O Observatório da Chicala foi criado em 2013 por Paulo Moreira, arquiteto e então doutorando, com o apoio institucional da professora Isabel Martins do Departamento de Arquitetura da Universidade Agostinho Neto, constituindo um arquivo da “história e cultura urbana de um bairro de Luanda, Angola”.

O bairro da Chicala era, no período colonial, um pequeno aglomerado de casas de madeira, de famílias de pescadores, tendo-se estendido e densificado desde a independência até ao fim da guerra. O bairro separa do mar, o centro político-administrativo de Luanda, o mausoléu, a Fortaleza de São Miguel, a Cidade Alta. Pela sua localização próxima do núcleo histórico de Luanda, no novo milénio, o bairro foi objeto de um plano de renovação assente na tábula rasa do bairro popular existente, o qual não era considerado digno da visão de Luanda como uma cidade contemporânea (Moreira, 2018).

Seguindo uma metodologia participativa que envolveu residentes, associações dentro e fora do bairro, estudantes e profissionais, Paulo Moreira lançou uma pesquisa, no quadro do seu doutoramento, sobre o tecido urbano e social do bairro, antes do início das demolições e do desalojamento de parte da sua população. Desta forma, pretendeu contribuir para fortalecer e consolidar a memória coletiva de uma parte ignorada da cidade de Luanda, bem como para a inclusão dos bairros autoproduzidos no ensino e na prática profissional da arquitetura (Moreira, 2016).

A sua pesquisa, expressa no site, incidiu sobre a malha orgânica e os diferentes tipos de habitações da Chicala, pormenorizadamente levantados e desenhados. Com a população, concebeu e implementou dois baús construídos por artistas do bairro, para armazenar documentos históricos da zona e os levantamentos realizados por 180 estudantes durante 3 anos, entre 2011 e 2013.

Tal como noutros assentamentos em Luanda, as habitações na Chicala são símbolo de adaptação e de um esforço familiar investido na autoconstrução, como menciona Moreira (2018, p. 198). De acordo com a sua pesquisa, a cerca de 80% das casas são compartilhadas por duas ou mais famílias, chegando até cinco. A densidade de ocupação por casa influencia na organização espacial. A Chicala 1 apresenta maior consolidação e uma densidade de ocupação numa média de 5,7 pessoas por casa, menor do que na Chicala 2 (8,3) e Chicala 3 (7,3) já demolida. Com base na sua pesquisa, a Chicala 1 apresentava maior qualidade de construção, com casas muitas vezes de dois pisos e melhores serviços de infraestruturas, enquanto que na Chicala 2 e antiga Chicala 3 as casas tinham apenas um piso (Moreira, 2018, p. 199).

²⁴ <https://chicala.site/>

As casas na Chicala sofrem constantes adaptações e ampliações dependentes do número de membros da família, o que leva a uma distinção da habitação principal aos anexos externos ligados pelo quintal. Nalguns casos a habitação principal localiza-se no meio da casa, outros encostados a parede de forma a criar um ou mais espaços coletivos e com a previsão de viverem várias famílias.

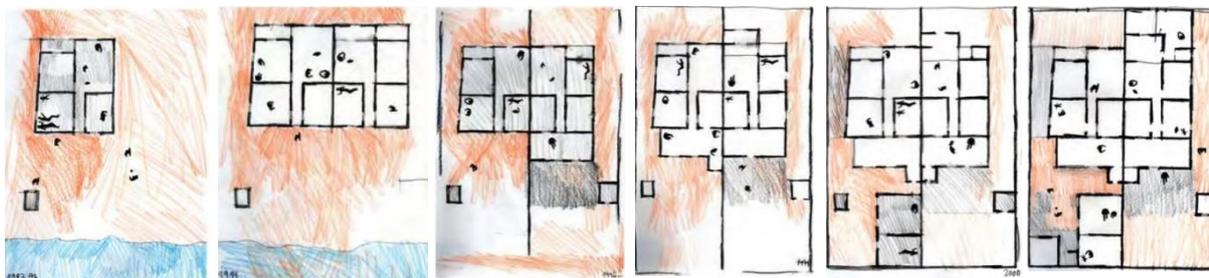


Figura 55. Evolução ao longo do tempo da casa típica da Chicala (entre 1987 e 2007). Fonte: Elaborado por Paulo Moreira (2018, p. 202).

Nos próximos capítulos 4 e 5 aprofunda-se a situação da Chicala, com base no levantamento de Paulo Moreira e no levantamento realizado pela autora no quadro da presente dissertação. O Observatório da Chicala oferece a oportunidade, para um arquiteto ou investigador interessado, de mergulhar nesta realidade espacial de um musseque junto ao centro da cidade, sujeito a demolição por estar localizado num terreno sujeito a forte pressão imobiliária.

4 | HABITAÇÕES POPULARES EM ANGOLA E NOS MUSSEQUES DE LUANDA

4.1 | BREVE INTRODUÇÃO ÀS HABITAÇÕES VERNACULARES EM ANGOLA

Numa perspetiva antropológica sobre os primeiros vestígios de habitação em Angola, procura-se trazer alguns princípios vernaculares da habitação rural de possível implementação em contexto urbano.

Apesar de se encontrarem aspetos comuns entre as habitações em cada região, existem aspetos que diversificam os modelos habitacionais que são também influenciados pelas condições climáticas das regiões. Registou-se na região Sul e Leste de Angola a existência de casas redondas com cobertura cónica. Quando se percorre o país de Sul para Norte surgem habitações quadradas com beirais salientes ou varandas. Na região Norte regista-se uma mudança de planta redonda, sem beirais ou com beirais curtos, para plantas quadradas com cobertura redonda e tetragonal, com beirais salientes suportados por estacas (Redinha, 1964, p. 7).

A cultura também tem efeito sobre os modelos habitacionais, influenciando na sua simbologia. No Sudoeste de Angola, as casas redondas são utilizadas para a cerimônia da puberdade das meninas enquanto nas regiões Leste e Nordeste servem para o retiro “catamenial”, como menciona Costa (2016) ou para retiro de doentes e curas.

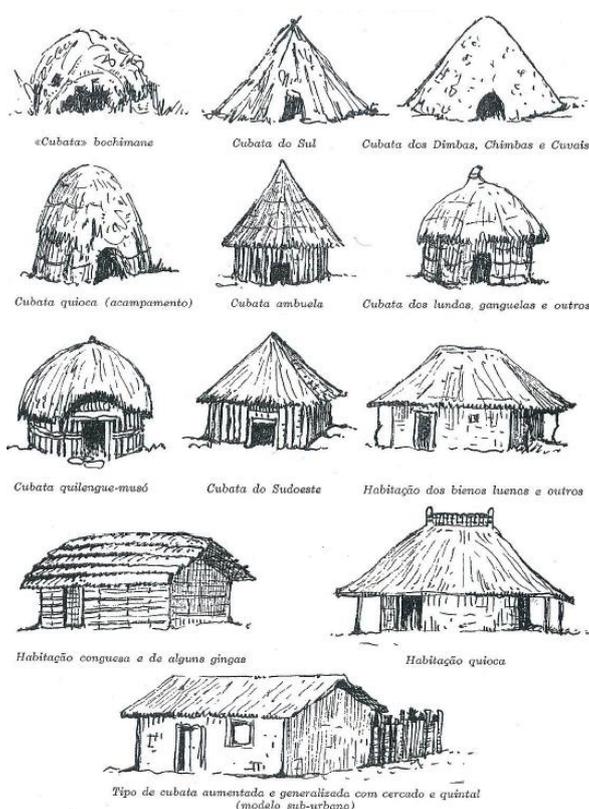


Figura 56. Alguns modelos mais típicos da habitação nativa, segundo uma relativa ordem evolutiva. Fonte: Redinha (1964, p. 9).

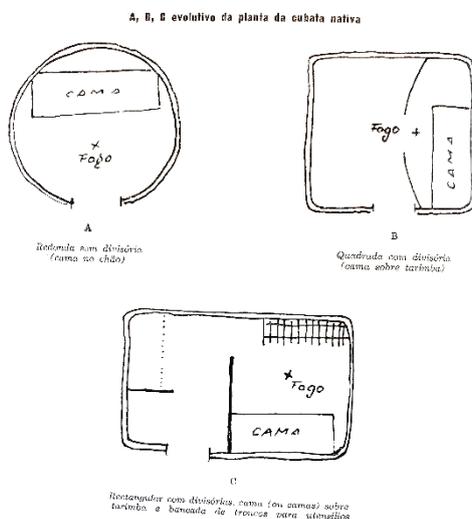


Figura 57. Evolução da habitação tradicional. Fonte: Redinha (A habitação tradicional angolana. Aspectos da sua Evolução, 1964, p. 44).

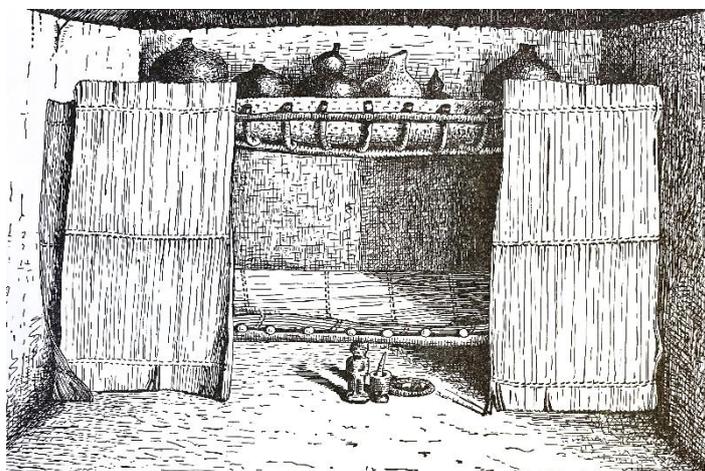


Figura 58. Interior de uma cubata caluanda. Cama feita com conjunto de troncos e luando. Fonte: Redinha (1964, p. 44).

No que concerne a materialidade, as paredes das casas tradicionais eram feitas em pau-a-pique, com argamassa de argila, por vezes misturada com fibra vegetal para maior aderência, sob a madeira aparelhada do pau-a-pique amarrado com caniços, troncos, folhas e esteiras de papiro e com reboco de lama e bosta de boi .



Figura 59. Estrutura de paredes de pau-a-pique das habitações nos musseques de Luanda. Fonte: Fonte (2007, p. 157).

O uso do quintal em meio urbano surge durante o período colonial como o local onde se instala a cozinha, os anexos e se delimita um pequeno espaço para agricultura (Redinha, 1964). A cozinha como um elemento exterior da habitação é usual em meio rural em África e persiste nos bairros periféricos dado o tipo de equipamento doméstico - como o uso de lenha ou fogareiro que produz fumo – e como forma de receber as pessoas e lhes oferecer alimento. Esta prática é vivida até os dias de hoje, constituindo um aspeto importante a ter em conta na conceção de uma habitação. A localização da cozinha no exterior deriva também do sobreaquecimento do interior da habitação. Em regiões menos chuvosas as populações dormem por vezes ao ar livre pela facilidade do uso da fogueira e para afogentar os mosquitos.

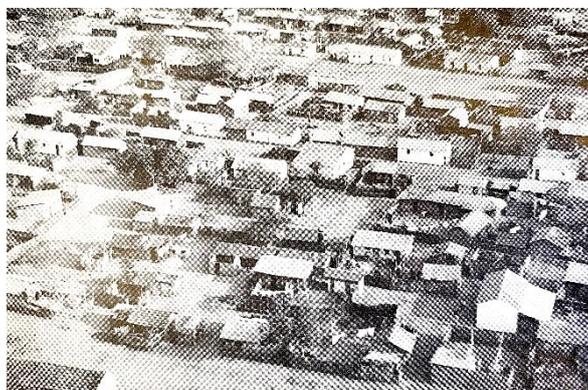


Figura 60. Acima, extensão da habitação tradicional. Figura 61. Abaixo, casas com quintal nos musseques antigos. Fonte: Redinha (1964, p. 9).

Segundo Costa (2016) uma das razões para a preferência nas zonas rurais de pequenas casas iluminadas por fogueiras no seu interior, visa evitar cantos escuros no que ocultam espíritos inimigos.

As habitações nos musseques de Luanda, com a dinâmica urbana onde a mulher pratica negócios no domicílio, ambulantes, ou em praças têm vindo a transformar-se sob influência de modo de vida urbano e ocidental desaparecendo parte das práticas quotidianas costumeiras. Mantem-se a prática da autoconstrução com mão-de-obra do homem com o apoio da mulher e familiares e, nos musseques suburbanos, também dos vizinhos considerados parte da família (Costa, 2016, p.14; Raposo & Salvador, 2007).



Figura 62. Habitação tradicional com extensão. Fonte: Costa (2016, p. 17).

A organização interna das casas rurais, geralmente de planta redonda com cobertura cônica têm um compartimento que integra o espaço de dormir e o fogo, de pé direito baixo, os quais são separados por estrutura leve com portas de varas ou sem portas. Com o processo de modernização as casas de planta redonda são substituídas por habitações retangulares com cobertura de 2 ou 4 águas que integram o quarto de dormir e arrecadação para conservação de alguns materiais. A cobertura avançada sobre as paredes, constitui um beiral saliente que pode configurar uma varanda, sendo apoiado sobre troncos. A casa apresenta maior compartimentação, portas de madeira, pinturas em murais.

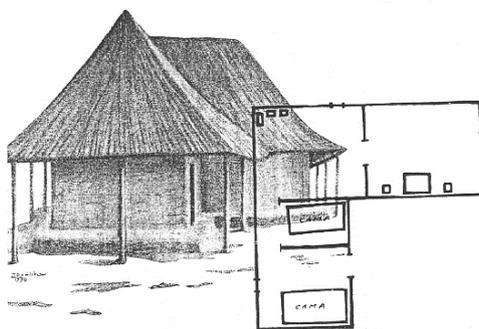


Figura 63. Construção de pau-a-pique com argila bem alisada. beiral avançado, Caluanda. Dimensões exteriores máximas: 6x2.60m Fonte: Redinha (1964, p. 49).

As casas mais modernas e urbanas (Oppenheimer & Raposo, 2007) integram uma sala como receção e quartos, e passam a ter móveis e maior preocupação estética do interior e exterior. O quintal passa a incluir espaços de trabalho e anexos para albergar outras famílias. O pé direito passa a ser maior e passam a utilizar-se técnicas mais convencionais com materiais mais industrializados e mais permanentes, em resultado de melhoria da situação socioeconómica e de maior inserção em contexto urbano. O sentimento de permanência é expresso na materialidade. O cimento e chapa de zinco tornam-se mais baratos e acessíveis contribuindo para o abandono de materiais naturais e técnicas tradicionais. O pavimento começa a ser nivelado em terra batida ou cimento, as paredes a ser rebocadas e levam pintura no interior e exterior da casa, a cozinha é anexada e/ou incluída no interior da casa, colocam-se portas e janelas com materiais industriais, o quintal inclui mais anexos e fossa (Redinha, 1964) (Costa, 2016, pp. 18-19).



Figura 64. Fachada e interior de lote da Luanda colonial. Fonte: Alexandre (2016, p. 80).

Como menciona Edward T. Hall (1966) em *A Dimensão Oculta*, o léxico influencia o modo como as culturas vêem a dimensão espacial e social. Referindo-se a língua Hopi, dos índios dos planaltos desérticos do norte de Arizona, o autor compara o modo como a cultura e o próprio léxico interpreta o espaço: “O pensamento hopi não possui espaço imaginário [...] Não pode situar uma ideia referente ao espaço real senão nesse espaço real”. Segundo o autor os objetos é que fazem o espaço (Hall, 1966, pp. 108-109): “O mundo real é, em larga medida, construído segundo o *habitus linguístico* dos diferentes grupos sociais”

Para algumas culturas, termos referentes ao espaço possuem conotação espacial, como ‘junto de’, ‘distante de’, ‘em cima de’, ‘em baixo de’, que não são utilizados noutras culturas. As várias culturas em Angola, configuram e usam as habitações de diferentes modos e com diferentes nomes.

Nos próximos pontos, apresentam-se algumas habitações em contexto periurbano e central, levantadas por outros estudos no bairro mais periférico do Boa Esperança (Cacuaco), no bairro semiperiférico do 11 de Novembro (Cazenga) (Raposo & Salvador, Subúrbios de Luanda e Maputo, 2007) e no bairro mais central embora não urbanizado da Chicala (Luanda) (Pires, 2014) (Moreira, 2018). Neste bairro também foram levantadas quatro habitações em 2020 no quadro da presente pesquisa. Apresenta-se para cada casa o modo como as famílias usam a habitação, explicita-se, quando possível, qual a sua simbologia, como se usam os equipamentos domésticos, qual a hierarquia social dos que a habitam e quais as transformações realizadas no espaço.

4.2 | HABITAÇÕES EM DOIS MUSSEQUES DE LUANDA: BOA ESPERANÇA E 11 DE NOVOBRO



Figura 65. Composição de mapas (mapa de Luanda) com extratos dos bairros de estudo (bairro 11 de Novembro, Bairro Boa Esperança e Chicala). Fonte: Autora sobre maps.

Como abordado na metodologia do trabalho, a seleção dos casos de estudo deveu-se a diferenciação urbana com base nos estudos de casas levantadas por Raposo e Salvador em 1999, em bairros de contexto mais periférico como o bairro Boa Esperança e 11 de Novembro, e em contexto mais urbano como a Chicala levantadas por Moreira em 2011 com um aprofundamento desenvolvido pela autora em 2020, por ser um bairro próximo de casa e ser um local de memórias.

Bairro Boa Esperança (BE) – Contexto Periurbano

Analisam-se neste bairro quatro casos de habitações localizados no Bairro Boa Esperança, no município do Cacuaco, escolhidos entre os vários que foram levantados em 1999 por uma equipa local de Luanda, coordenada por Cristina Salvador. A análise aprofundada desses levantamentos socioespaciais cruzados com situações similares em Maputo foi publicada em Raposo e Salvador (2007), estando uma versão mais aprofundada e atualizada do habitar em edição. As autoras procederam uma análise exaustiva sobre os elementos que compõem a unidade habitacional de três bairros em Luanda (entre os quais o Boa Esperança e o 11 de Novembro) e três em Maputo. Foram analisados fatores socioeconómicos (motivo da migração, experiência de vida urbana antes e depois, situação e posição na profissão do chefe de família, atividades dos outros membros da família, escolaridade, formação profissional, laços com o meio rural, redes de entreajuda) e factores espaciais como a tipologia, os usos e os materiais de construção (Raposo & Salvador, 2007, pp. 106-131).

O Boa Esperança permanece um bairro periférico, de ocupação recente (data de final do século XX) de traçado orgânico, com fortes carências a nível de equipamentos, infraestruturas e postos de trabalho. Em dias de chuvas, as vias ficam inundadas, provocando inacessibilidade do bairro e aumento de trânsito das vias principais de acesso à zona urbanizada ou central onde se localizam os postos de trabalho e equipamentos.

“A maioria das vias no interior das áreas residenciais peri-urbanas são caminhos de terra, estreitos e tortuosos que são abertos entre vedações, nos bairros mais centrais, ou através de unidades habitacionais, nas zonas mais periféricas [...]” (Raposo & Salvador, 2007, p. 117).

Dada a carência de transportes coletivos no bairro pela falta de condições de redes viárias, segundo as autoras, havia no final do século XX uma percentagem significativa de chefes de família que se deslocavam a pé para o serviço. As falhas de energia, rede elétrica, levavam que os moradores usassem outros mecanismos, como puxadas clandestinas individuais ou coletivas. A nível de serviços públicos, o bairro por ser mais periférico é afetado pela insuficiência e carência de hospitais e centros de saúde nas proximidades. Algumas igrejas contribuíam para a solução das necessidades do bairro (*id.*: p.117-199).

As famílias inquiridas pelas autoras em 1999 sobreviviam sobretudo da economia informal de pequenos comércios, lojas, quiosques, bancadas frente a habitação, negócios ambulantes e também de alguma produção artesanal e agrícola nos terrenos ainda não ocupados com construção (*id.*: p.120). O bairro integrava mercados informais e alguma indústria informal.

Os quatro casos de habitações escolhidos para este estudo, entre os levantamentos realizados pelas autoras (Raposo & Salvador, 2007), distinguem-se pela organização social (número de membros, atividades do chefe de família e de outros membros) pela organização espacial da casa e pela sua funcionalidade.



Figura 66. Mapa de morfologia dos quarteirões do bairro Boa Esperança, 2020. Fonte: Sobreposição sobre imagem google earth atual de mapa trabalhado pela autora.

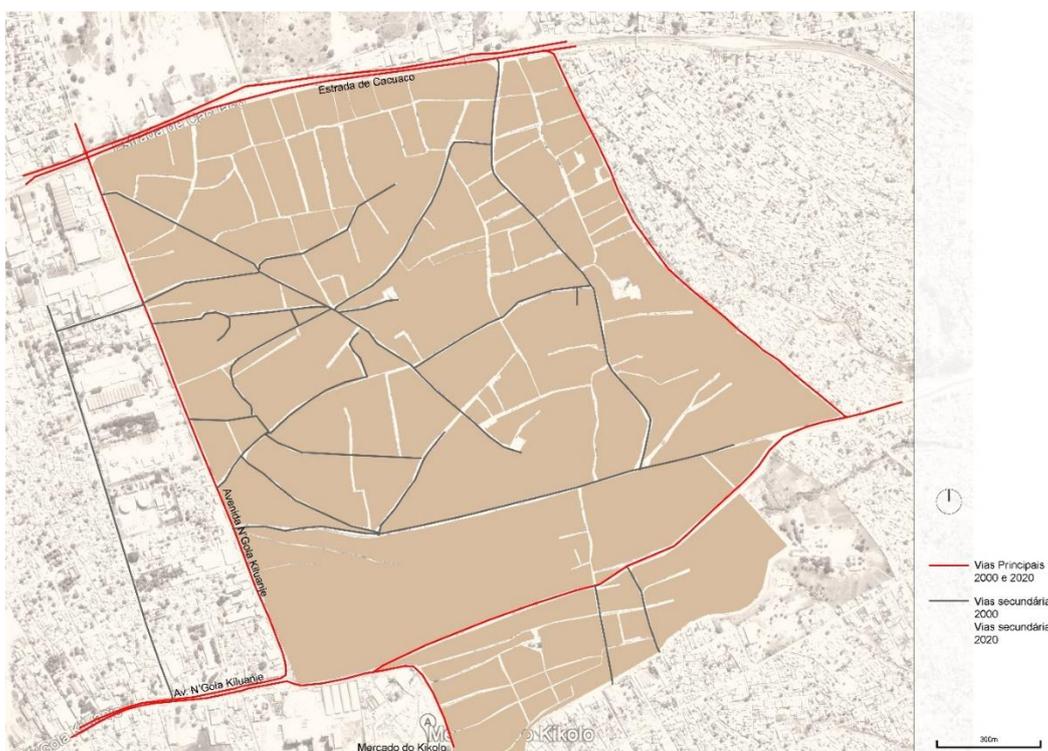


Figura 67. Mapa das vias principais e secundárias (2000 e 2020). Fonte: Sobreposição sobre imagem google earth atual (2020) da rede secundária identificada por Cristina Salvador em 2000, montado pela autora.

Descrição de quatro habitações do Boa Esperança

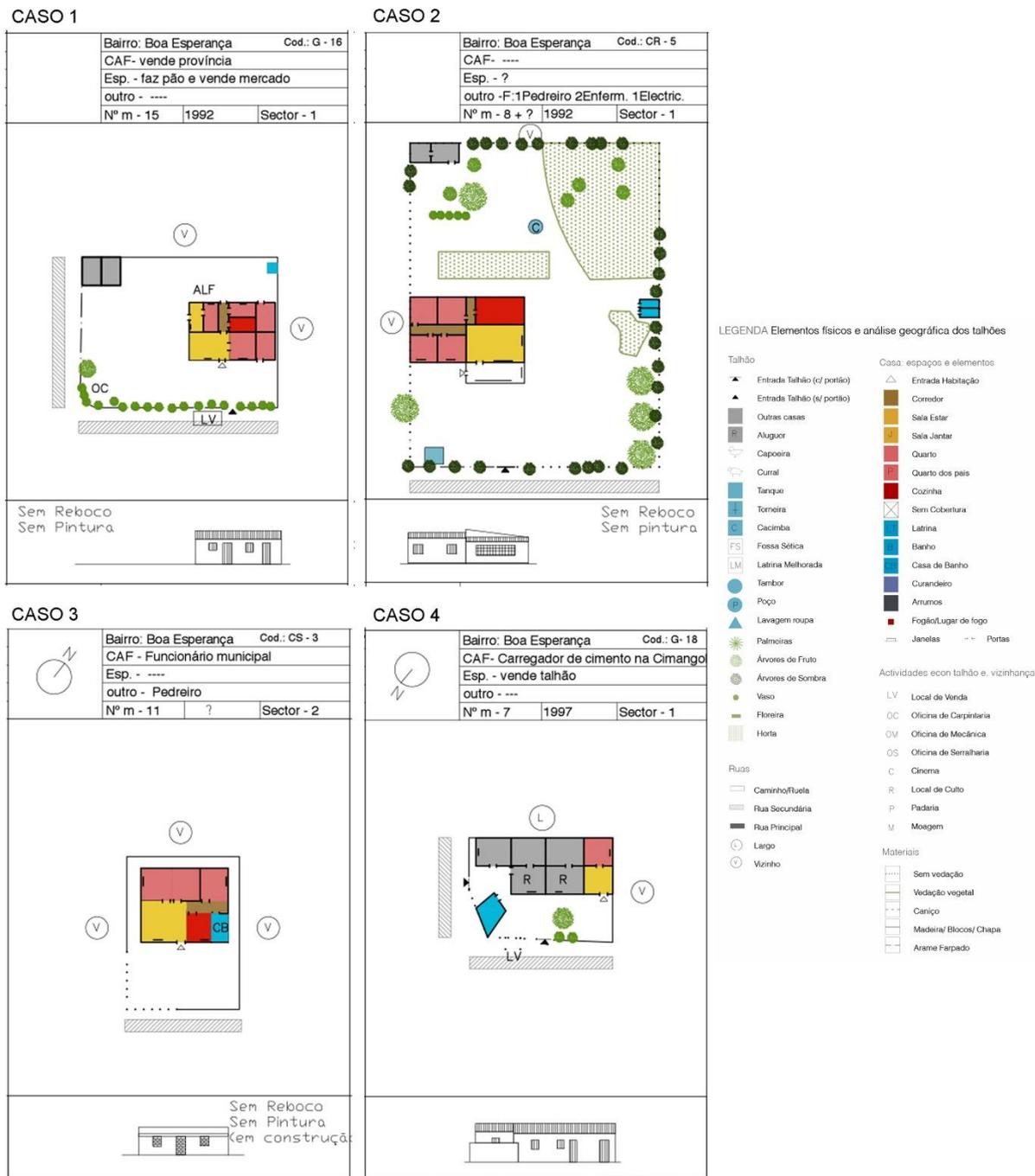


Figura 66. Quatro Habitações do Bairro Boa Esperança. Fonte: Raposo & Salvador, 2004, anexo.

Descrevem-se de seguida as quatro casas escolhidas do levantamento de 1999 (Raposo & Salvador, 2007), com breve referência à data de construção, alguns dados sociais e à organização interna da casa. Estes casos serão no final comparados com os levantamentos em 11 de Novembro e na Chicala.

Casa 1 BE

Esta casa terá sido construída em 1992. O chefe de família veio da província para Luanda instalando-se no bairro. A principal fonte de rendimento do agregado familiar era o comércio, através da venda nas províncias e do fabrico e venda de pão frente a própria habitação para além de uma pequena oficina de carpintaria no talhão. O elevado número de residentes (15), inclui, para além de membros do agregado familiar, inquilinos nos dois quartos com entrada independente e nas duas casas exteriores servindo como outra fonte de rendimento do agregado familiar.

Parte da habitação que dava para as casas vizinhas era vedada por material mais fixo como madeira, chapa e blocos e a outra que estava virada para ruas secundárias era em arame farpado e vegetação.

Esta habitação integrava cinco quartos, uma cozinha central, uma sala de estar principal, que servia como espaço de receção e seria o espaço interior mais usado, e outra sala mais pequena. Duas outras pequenas casas estavam integradas no mesmo quintal podendo ser utilizados por outros membros da família ou por inquilinos. As três portas de entrada da casa principal abriam para as duas salas e uma para o corredor. Dois quartos não tinham janela e abriam para o exterior da habitação sem qualquer ligação com o interior indicando alguma privacidade ou separação de agregados familiares (possíveis inquilinos). A cozinha estava localizada entre os quartos e abria para o corredor que dá acesso ao quintal e à sala. A instalação sanitária estava localizada no exterior sem divisória nem ligação direta com a habitação o que é usual nas habitações populares em Luanda. A habitação principal continha janelas em todos os compartimentos com a exceção da cozinha.

Casa 2 BE

O agregado familiar da segunda casa selecionada incluía pelo menos oito membros, entre os quais um era, na altura do levantamento, pedreiro, outro enfermeiro e outro electricista. No exterior da casa principal e no mesmo lote existia mais uma casa que seria utilizada para aluguer.

O lote apesar de estar rodeado de vizinhança nas laterais, na parte traseira do lote e uma estrada secundária na parte frontal, era apenas vedado por vegetação que polvilhava o seu limite.

A habitação principal era composta por quatro quartos conectados com a sala por um corredor, uma sala, uma cozinha com corredor de ligação ao quintal e à sala. A instalação sanitária localizava-se no exterior para uso comum. A casa principal encostava num lado ao limite do terreno o qual não é vedado. A cozinha ampla integrada na casa principal indica a possibilidade de haver um espaço de cozinha exterior usada tanto pelos inquilinos como pelos habitantes da casa principal. Três dos quartos abriam para um corredor de circulação privado mostrando alguma privatização. Outro quarto da casa principal

estava voltado para o corredor da cozinha. De acordo com o desenho, apenas dois dos quartos e a sala continham janelas. A dimensão do lote, a área coberta habitável e a organização das divisões, sugerem mais recursos e melhores condições financeiras comparativamente a Casa 1 o que teria de ser confirmado com os materiais.

O lote incluía uma horta, árvore de fruto como forma de autossustento. Para o abastecimento de água, o lote integrava uma cacimba, longe da entrada principal da casa. A não existência de uma instalação sanitária no interior da habitação principal, que contraria outros sinais de mais recursos, indica tratar-se de uma família na altura em processo de inserção urbana.

Casa 3 BE

O chefe do agregado familiar residente nesta casa era um funcionário municipal. Com ele viviam mais 11 membros da mesma família. Um dos membros exercia a função de pedreiro podendo ter contribuído para o projeto da casa. A planta mostra alguma preocupação pela distribuição dos compartimentos, a distinção entre as zonas húmidas e as secas, sociais e orientação solar.

A casa integrava uma vedação fixa de bloco, madeira ou chapa, tendo uma pequena parte sem vedação que dava tanto para a rua secundária como para uma parte do lote vizinho.

Apesar do lote ser pequeno, a casa era bem estruturada, com um desenho mais urbano, integrando corredor, a cozinha e a casa de banho no interior. A habitação incluía uma sala e dois quartos. O quintal tinha dimensão mais reduzida que os dois primeiros casos e não tinha anexos. A entrada da casa era feita unicamente pela sala que tinha uma dimensão considerável para zona social. A cozinha estava situada ao lado da sala, tendo uma parede de alvenaria de blocos que separava da instalação sanitária cujo acesso era feito pelo corredor de circulação. Neste caso a instalação sanitária estava inserida no interior da habitação com porta para o corredor que dava acesso aos quartos e à cozinha. Os quartos tinham dimensões diferentes, considerando-se que o maior integra uma divisão em cortina onde dormiam os filhos menores. Quanto ao quintal não apresentava arvoredos ou plantações.

Casa 4 BE

Esta construção apresentava uma planta semelhante a várias casas levantadas na Chicala por Moreira (2018) que integram várias habitações dentro do mesmo quintal, de famílias diferentes sendo alguns inquilinos. O chefe do agregado entrevistado em 1999 era então carregador de cimento na empresa Cimangol e a esposa vendia no exterior do lote. Segundo o levantamento feito em 1999, a habitação fora construída em 1997 e nela residiam então sete habitantes, recém-instalados, o casal e cinco filhos.

Grande parte do lote era vedado pelo próprio espaço construído e a parte restante por vedação fixa (madeira, blocos ou chapa) ou, nas entradas principais, sem vedação. O lote estava rodeado de ruas secundárias e um largo; apenas um lado do lote dava para o lote vizinho.

A habitação entrevistada integrava apenas um quarto e sala. A instalação sanitária era exterior e compartilhada pelos inquilinos residentes nas duas outras casas, dispostas em banda situadas no mesmo lote. Nem a casa entrevistada nem as vizinhas integravam cozinha, cozinhando-se ao ar livre no quintal. As casas e as casas de banho apresentavam-se encostadas ao limite do lote servindo de vedação. O lote era compartilhado por todos os residentes e integrava árvores de fruto. No exterior do lote, encostado à vedação existia um local de venda da esposa do entrevistado, constituindo mais um recurso de rendimento.

Em síntese, da observação destes quatro casos, sublinham-se os seguintes aspetos já assinalados pelas autoras como sinais de maior urbanidade e recursos (Raposo & Salvador, 2007, pp. 127-128):

- Passam a utilizar-se materiais industriais – paredes em bloco de cimento e cobertura de zinco, ou, para quem tinha mais recursos, em chapa de fibrocimento;
- A cozinha começa a ser integrada no interior da habitação a partir dos anos 90;
- O uso de TV, frigorífico, arca, fogão a gás ou fogareiro, gira discos, telefone, era, em 1999, mais comum nos bairros mais centrais. As famílias com condições mais precárias, segundo as autoras, possuíam apenas fogão a carvão, rádio, gravador, ou fogão a petróleo;
- A existência de estacionamento;
- O espaço de aluguer constituía fonte de rendimento, sendo já comum em Luanda em 1999

As unidades habitacionais do Boa Esperança levantadas em 1999 apesar de apresentarem condições menos favoráveis que outros bairros mais centrais, na sua maioria integravam pelo menos uma árvore de fruto contribuindo para subsistência e sombreamento da casa. Como em outros bairros, ainda hoje, a habitação principal tendia a estar encostada ao limite do lote, deixando um espaço entre a entrada no talhão e a entrada na casa, facilitando outros usos da família no quintal, bem como o uso por outras famílias residindo em anexos ou quartos, juntos à casa principal ou não, abrindo diretamente para o quintal e, ainda, a delimitação de espaços ou pequenos anexos, destinados a produção venda ou comércio, diretamente ligados à rua.

Bairro 11 de Novembro (11N) – Contexto pericentral



Figura 67. Mapa de morfologia dos quarteirões do bairro 11 de Novembro, 2020. Fonte: Sobreposição sobre imagem google earth atual de mapa trabalhado pela autora.



Figura 68. Mapa comparativo de redes viárias entre 2000-2020 do bairro 11 de Novembro. Fonte: Sobreposição sobre imagem google earth atual de mapa de 2000 elaborado por Cristina Salvador (2007) e montado pela autora.

O bairro 11 de Novembro, localizado no município de Cazenga, apresentava em 1999 um nível mais urbanizado por ter maior proximidade aos serviços e postos de trabalho essencialmente industriais. Comparativamente ao Bairro Boa Esperança, integra uma ocupação urbana mais antiga, proveniente da época colonial, que beneficiou de infraestruturas e de uma rede viária mais estruturada. O bairro foi sendo ocupado na década de 70 do século XX por operários de fábricas vizinhas em terrenos loteados em antigas lavras dos colonos e com a independência foi sendo ocupado por famílias provenientes do Zaire com maior experiência de vida urbana chamados de “zaienses”. A densificação acelerada derivada do afluxo massivo de deslocados por força da guerra no país, provoca um descontrolo sobre os seus sinais da urbanidade, desestabilizando a qualidade urbana e a qualidade de vida (Raposo & Salvador, 2007, pp. 112-115).

No que diz respeito a rede viária, dada as dificuldades de acesso à habitação pelos transportes coletivos, a comunidade zairese do bairro 11 de Novembro, por apresentar maior urbanidade comparativamente ao bairro Boa Esperança, procurou garantir o acesso das viaturas aos seus terrenos. Era também melhor, em 1999, o acesso às redes de água, de energia, de saneamento e sistema de lixo, indicando maior urbanidade comparativamente ao Bairro Boa Esperança mais periférico. Todavia o bairro 11 de Novembro integrava o mercado *Cala a Boca* que, embora fonte de rendimento de muitas famílias, deu origem a uma lixeira provocando focos de doenças da zona (*id.*: p. 117-118). Para além do mercado informal existiam no bairro e suas proximidades uma fábrica de cimento e várias empresas de construção que proporcionavam uma dinâmica económica significativa para o bairro (*id.*: p. 120).

Tanto o Bairro Boa Esperança como o 11 de Novembro, apresentavam em 1999 carência de serviços sociais públicos como escolas e instalações de saúde (*id.*: p. 119), tendo as igrejas assumido um protagonismo nestes bairros na solução dos problemas sociais promovendo a esperança de dias melhores.

Descrição de quatro habitações do bairro 11 de Novembro



Figura 69. Quatro Habitações do Bairro 11 de Novembro. Fonte: Desenhado por Cristina Salvador (Raposo & Salvador, 2004).

Casa 1 - 11N

Na primeira habitação do bairro 11 de Novembro acima apresentada o chefe da casa era reformado, trabalhou na EDEL²⁵ e tinha como fonte de rendimento ou subsistência os seus biscates. O agregado familiar integrava 6 pessoas sendo que 3 deles seriam filhos militares o que significa uma menor frequência dos mesmos em casa.

Enquanto nos casos do bairro Boa Esperança os lotes estavam geralmente rodeados de vizinhança e ruas secundárias, neste caso o lote era totalmente vedado por blocos sendo envolvido por ruelas e vizinhança apenas num dos lados.

A habitação principal estava composta por duas salas, dois quartos, um hall de distribuição com relação com o exterior, uma cozinha com entrada por esse hall que separava de um pequeno compartimento de uso não identificado. O quintal estava rodeado por quatro casas anexadas sendo três geminadas, algumas alugadas a várias famílias. O quintal integrava uma pequena horta e árvores de fruto e sombra, bem como a instalação sanitária e um de local de venda.

A habitação principal estava localizada ligeiramente afastada da rua, vendo-se da rua a entrada da habitação. O lote tinha uma segunda entrada da via principal que levava às três casas geminadas anexas, tinha uma terceira entrada para a horta e uma quarta entrada lateral de acesso direto à casa anexa isolada, situada à direita da casa principal. A posição da cozinha da casa principal, perto das traseiras do quintal facilitava a conexão com o pequeno quarto de apoio frente a cozinha e com a horta. O acesso lateral para as casas alugadas mostra uma separação da entrada para a habitação principal. A localização da única instalação sanitária no exterior, indica o seu uso compartilhado por todas as famílias residentes. A disposição das várias casas no lote permitia alguma individualização do uso do pátio. O portão na via principal, à direita da entrada na habitação principal podia indicar um espaço reservado a estacionamento de viatura ou cargas e descargas de objetos. A localização do local de venda na rua e encostada à vedação indica atividade de comércio informal frente a habitação que dá para uma ruela.

A habitação anexa lateral direita separava-se da habitação principal por vedação de alvenaria, tal como uma outra habitação maior nas traseiras da casa principal, com entrada independente. Ambas não partilhavam o quintal. Os muros eram em blocos tal como a própria habitação. A casa foi rebocada e pintada com tom de rosa.

Neste caso as casas que serviam como fonte de rendimento ocupavam maior área do lote que a casa principal, assinalando a preocupação maior de sobreviver a partir de casas alugadas.

²⁵ Antiga empresa de distribuição de eletricidade em Angola, renomeada atualmente por ENDE

Casa 2 - 11N

A segunda habitação aqui apresentada albergava em 1999, oito habitantes sendo o chefe da casa um médico tradicional. A ficha de levantamento (Raposo & Salvador, 2007) não apresenta dados sobre a composição do agregado familiar, mas pelo número de residentes, a casa seria partilhada com filhos ou com familiares de outros graus de parentesco ou inquilinos.

A habitação integrava quatro quartos, três salas, uma cozinha e uma instalação sanitária interior para além de três corredores, um pequeno compartimento exterior e um alpendre à entrada. As paredes eram de alvenaria de blocos rebocadas e pintadas a branco. O lote era rodeado por vizinhança a norte e oeste da habitação, por e uma via secundária em frente à fachada principal sendo no seu todo vedado por materiais fixos como madeira, blocos ou chapa.

O lote era espaçoso permitindo o uso do exterior e atividades ao ar livre. A casa principal estava situada no meio do lote. A entrada principal era coberta com um grande alpendre que levava ao interior da habitação. O interior da habitação apresentava três corredores de circulação que conduziam às duas salas, aos quatro quartos, à cozinha e à instalação sanitária. A sua localização no interior e ao lado da cozinha, indica uma preocupação com relação a distribuição das funções e à concentração das zonas húmidas e de serviço. A localização das zonas húmidas e a existência de corredores permitia a ligação da casa de banho à parte mais interna da habitação (quartos) e ao pequeno quarto ao exterior da habitação virado para nascente. O modo como os quartos foram posicionados permitia que o corredor dos quartos tivesse uma função mais privada comparativamente ao corredor de entrada e saída da casa, a nascente e a poente. As diferentes dimensões dos quartos indicam uma hierarquia na família: quarto do casal, quartos dos filhos. A sala que se situava frente a cozinha e junto à entrada que dava para as traseiras do pátio permitia um uso mais quotidiano enquanto a sala virada para a entrada principal seria utilizada em situações mais festivas. A sala direcionada para sul da habitação sem ligação com nenhum compartimento no interior da habitação, servia para o desempenho da atividade do médico tradicional.

A habitação apresentava no exterior fossa uma séptica junto às duas latrinas, bem como um tanque de água, para além de uma capoeira, de uma pequena horta e de uma árvore de sombra. A vedação tinha um portão para a viatura e existia no lote espaço de estacionamento em frente à casa.

Casa 3 – 11N

Esta habitação tem vários sinais de um agregado que tinha alguns recursos. O agregado natural de Luanda incluía sete membros sendo o chefe de família eletricitista, a esposa doméstica, duas filhas (sendo a filha entrevistada farmacêutica), uma prima e os restantes membros crianças (sobrinhos da entrevistada). A esposa fazia confeção de bolos em casa, mas o desenho do levantamento não indica se existe um espaço próprio para o efeito ou se o fazia na cozinha. O chefe do agregado e a filha trabalhavam fora de casa.

O lote estava rodeado de habitações da vizinhança com exceção da fachada frontal da casa que dava para uma rua secundária. A habitação integrava um alpendre aberto para a rua, coberto, que dava acesso à entrada principal na casa e tinha duas pequenas divisões nos extremos, quatro quartos (tendo um deles acesso pelo pátio) uma sala, uma cozinha, uma instalação sanitária no interior da casa e uma no quintal. Três quartos encontravam-se adjacentes à sala, dispostos de ambos os lados sendo um deles tipo suíte, o quarto dos pais. A cozinha estava igualmente adjacente à sala e próximo da saída posterior da casa, dando acesso a um pequeno compartimento. A distribuição dos compartimentos indica que alguns foram adicionados posteriormente, como o caso do quarto que só tinha acesso pelo exterior, mas que estava colado à habitação. Da porta da sala para a parte posterior do quintal, encontrava-se uma fossa séptica próxima a latrina exterior assumida como comum para os restantes membros da casa. O quintal era amplo tendo uma parte ocupada para estacionamento de carro e outra parte vedada nas traseiras, que incluía divisão para curral, capoeira, pequeno tanque de lavagem de roupa e quatro árvores de fruto e sombra a que se acedia pela casa do vizinho na parte posterior do lote.

Com a exceção das instalações sanitárias todos os compartimentos integravam janelas, o que demonstra uma preocupação sobre o conforto térmico e igualmente algum recurso. A habitação era do tipo colonial pela fachada principal que integrava alpendre, pelo próprio desenho da fachada e pela organização interna com exceção do quarto exterior e da instalação sanitária. A ficha do levantamento de 1999 não indicava o ano de construção, mas poderá ter sido construída no período colonial e posteriormente aumentada e remodelada.

Quanto à materialidade, as paredes da habitação e a vedação do lote seriam de alvenaria de blocos (embora a parte frontal do lote seja em grades), tendo as paredes da casa sido rebocadas e pintadas em cor de rosa. O curral e a capoeira não eram vedados.

A habitação tinha abastecimento de água por tanque e tinha fossa séptica. A localização do tanque e da fossa no exterior da habitação, nas traseiras do quintal distante da via de acesso podia dificultar a remoção das águas sujas e o abastecimento da água no tanque. Segunda a entrevistada o tanque que tinham estalou forçando a família a comprar água pelo tanque dos vizinhos.

A distribuição das divisões da habitação indica uma influência mista de arquitetura colonial urbana (no desenho de fachada com espaço semiprivado – alpendre e varanda – e na junção das zonas húmidas) e traços rurais das habitações dos musseques (no uso de quintal para a criação de animais com área reservada para o efeito sem acesso direto da habitação principal).

Este é um dos casos que não faz de aluguer de espaços deste lote, mas a filha entrevistada arrenda quatro casas em banda (o exemplo que se segue) como uma fonte de rendimento. Um familiar deste agregado mora mesmo em frente o que constitui uma estratégia de instalação de familiares no bairro ou resulta do desejo de estar próximo da família.

Casa 4 – 11N

O quarto caso escolhido do 11 de novembro apresenta aspetos curiosos. Presume-se que a família entrevistada aluga o quarto e sala entre o conjunto habitacional com mais de três habitações idênticas pertencentes à família do caso anterior. A agregação familiar tinha um número reduzido de membros comparativamente aos casos anteriores. O chefe da casa proveniente do Uíge, tinha cerca de 25 anos, era solteiro, trabalhava como motorista e vendia roupa no mercado. Vivia com a irmã que era professora provavelmente na escola do bairro e com o filho da irmã. A habitação foi construída em 1999, durante o período da guerra civil. A irmã instala-se primeiro neste bairro porque, segundo a entrevistada, tinha familiares. As outras casas do lote também são arrendadas.

É um caso particular por não ter quintal na época em que foi levantada e estar rodeado por caminhos ou ruelas com exceção da parte posterior da habitação que era ocupada pelo vizinho permitindo criar maior relação com a vizinhança ou simultaneamente insegurança. A habitação levantada em 1999 habitada pelo chefe da casa conjuntamente com a sua irmã, integrava apenas um quarto e uma sala sem cozinha no interior. Não foi levantado o espaço de cozinhar, sendo provável que de acordo com a idade e profissões dos dois membros, eles tomem refeições na rua ou no local de trabalho.

A pequena habitação de quarto e sala onde residia este pequeno aglomerado familiar fazia parte de um conjunto habitacional com mais de três habitações idênticas, de quarto e sala, todas independentes, com entradas separadas, dispostas em banda e destinadas a aluguer, ou vendia a diferentes agregados. Este conjunto de quatro casas integrava duas instalações sanitárias no exterior de uso comum, cada uma podendo servir dois agregados familiares.

A habitação levantada, tal como as três restantes do conjunto, integrava uma janela na divisão virada para a rua, a sala. Nesta habitação levantada, o vão da janela abria para a rua lateral, ao contrário das restantes casas em que abria para a rua da frente da casa. A habitação levantada tinha a parede exterior rebocada e pintada em tom de rosa. Ao nível do saneamento, o conjunto apresentava duas fossas sépticas próximas às instalações sanitárias.

A tipologia da casa indicava uma família de menores recursos: não integrava quintal, nem espaço reservado para estacionamento de carro, para criação de animais ou local de venda dentro da habitação. Todavia, considerando que as restantes casas do conjunto, pertenciam a este agregado e eram para aluguer isso constituía uma fonte de rendimento que complementava as outras atividades dos dois membros ativos.

Nos quatro casos apresentados no bairro 11 de Novembro, observam-se particularidades mas prevalecem aspetos comuns. A maioria das habitações já integrava instalação sanitária no interior, mas mantinha instalação sanitária ou latrina no exterior. Muitos agregados familiares vendiam alguns bens em frente a habitação o que já constituía um dos meios mais comuns de rendimento. O aluguer de partes da casa era outro dos meios mais viáveis para sobrevivência das famílias. A maioria das habitações levantadas neste bairro em 1999 (Raposo & Salvador, 2007) integravam quintal. O quarto caso aqui apresentado é exemplo de uma das exceções. Outro aspeto comum era a localização da

cozinha no interior da casa na maioria das vezes em relação direta com o quintal nas traseiras. As habitações rebocadas e pintadas usavam preferencialmente a cor rosa e alguns casos branca.

4.3 | CHICALA: CASO DE ESTUDO

O Bairro da Chicala sofreu metamorfoses (ver mapas) tanto por ações naturais como pela mão do homem. A construção do Mausoléu, iniciada em 1982, segundo Moreira (2016, p. 156) teve grande impacto no desenvolvimento das áreas envolventes tendo impulsionado a formação da Chicala. O Bairro da Chicala cresceu nas décadas de 80 e de 90 do século XX. Antes da chegada de migrantes, aqui residiam algumas famílias de pescadores.

“O local ficou pontilhado com casas de madeira pintadas em cores diferentes. Apenas uma ou duas das casas originais permanecem na vizinhança” (Moreira, 2018, p. 159).



Figura 70. Mapas da Chicala de 1937 (à esquerda) e de 1964. Planos de 1964. Fonte: IICT (*apud* Moreira, 2018, pp. 8-9).

Distinguem-se três zonas na Chicala. A Chicala 1 localizada na continuidade da ilha de Luanda foi sofrendo várias alterações ao longo do tempo, quer pela ondulação forte do mar ou *calema*, quer por intervenções urbanas mais recentes. No século XX calemas eliminaram parte do areal que ligava a Chicala 1 à Ilha de Luanda. Aqui se instalaram moradores vindos de outras partes da cidade, essencialmente das Ingombotas, sujeitos a despejo e ao custo de vida elevado na cidade urbanizada. A Chicala 2 foi criada na década de 1980, na sequência de movimentação de terras para a construção do Mausoléu que homenageia o primeiro presidente de Angola, Agostinho Neto.



Figura 71. Elementos simbólicos que circundam a Chicala em 2007. Composição de imagem sobre mapa google earth montado pela autora. Fonte: Cidadela Online (2019).

Segundo Moreira, a maioria da população instalou-se na Chicala 1 e 2 entre 1991 e 2002, na última década da guerra civil, sendo provenientes do Norte do país, embora em geral quando chegaram a Luanda não se tenham instalado na Chicala. A extensão da Chicala 3 aumentou em 2001 com a construção da nova Assembleia da República e com o aterro com areia e lixo feitos pelos residentes que aí construíram casas de chapa. Uns anos depois, em 2014, as suas casas foram demolidas (Pires, 2014, pp. 88-90) (2018, pp. 155-161).

“Foi tudo por motivos de guerra, este bairro surgiu por força maior.” (Elias), residente entrevistado por Moreira. Fonte: Moreira & Martins (2014, p. 25).

“Espanto-me com lugares em que não passo há 3 meses e de repente encontro já construído” (Samuel), residente entrevistado pela autora. Fonte: Autora

“Como consequência houve uma ocupação humana do território, que o Estado não conseguia controlar, por falta de planeamento territorial e por falta de meios. O resultado foi a ocupação informal de áreas, algumas de risco, e ainda em todo o quintal que tivesse a possibilidade de cobrir e construir.” (Daniel) residente entrevistado por Moreira Fonte: Moreira & Martins (2014, pp. 22-23).

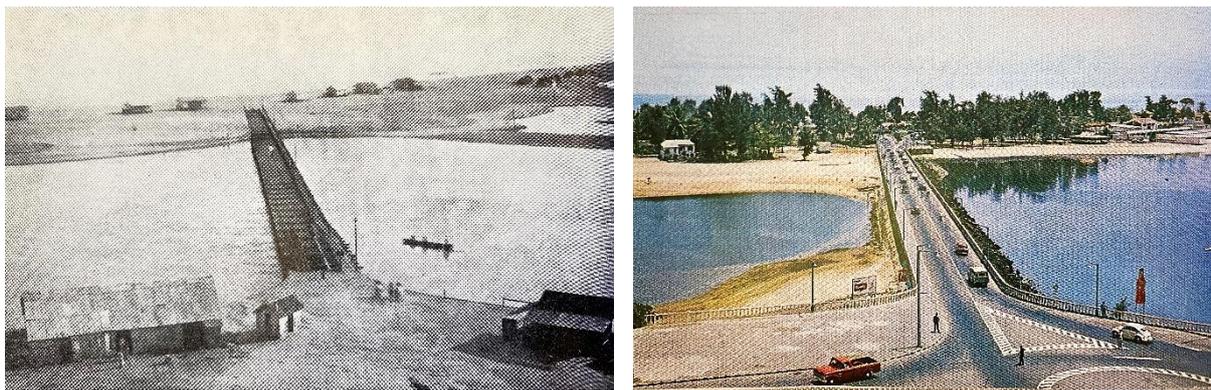


Figura 72. Entrada da Ilha e Chicala. À esquerda: 1930, à direita: 1968. Fonte: Amaral (1968).

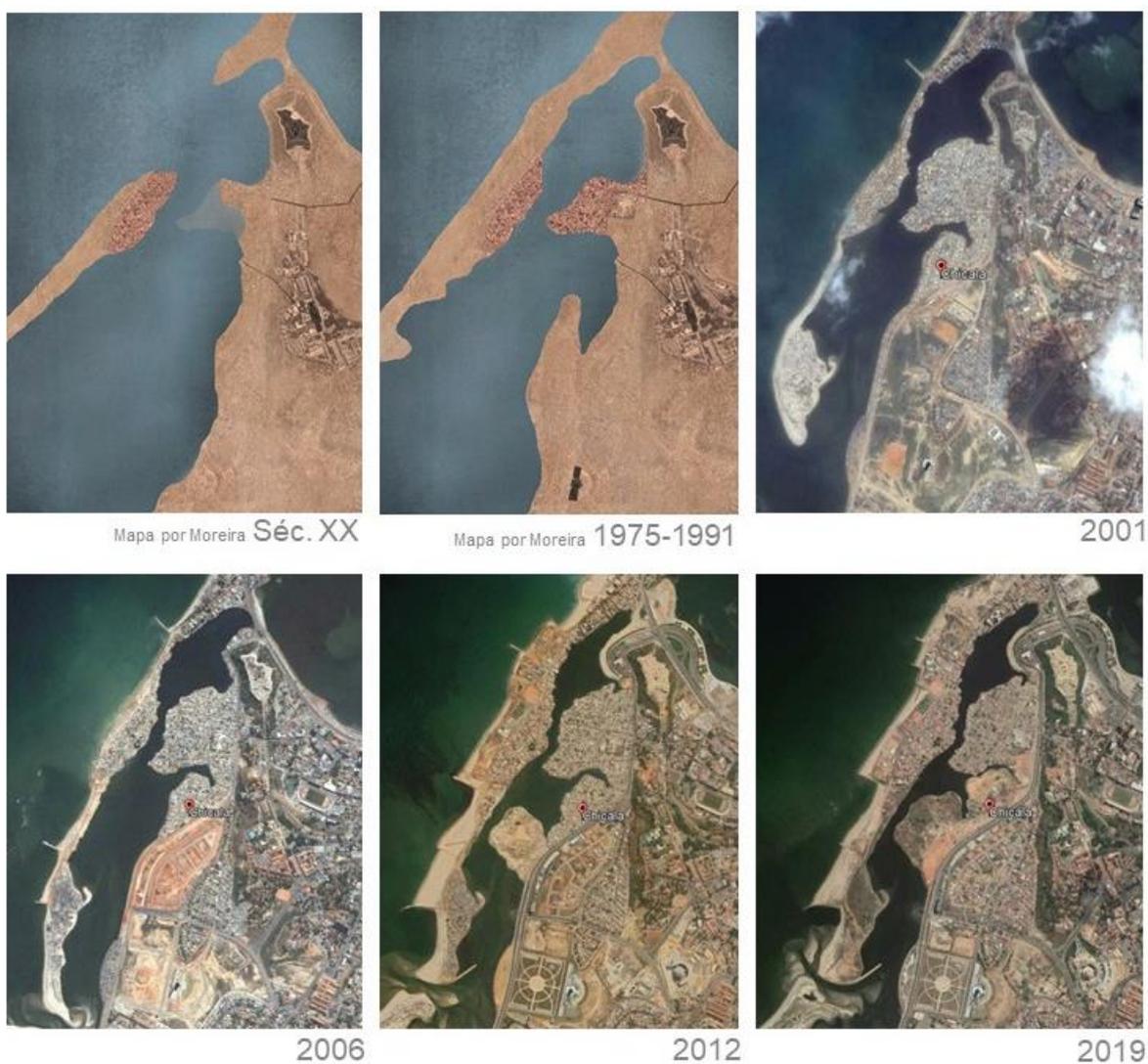


Figura 73. Processo de transformação e ocupação da Chicala. Fonte: Montagem de imagens trabalhados pela autora a partir de Mapas de Moreira e *google earth* (Chicala Site, 2021).

A morfologia da Chicala 2 e 3 foi se alterando com o sistema de drenagem da cidade urbanizada, cuja vazão na baía da Chicala constituiu uma fonte de doenças para os moradores locais que utilizam a água para pesca, lavagem de roupa, louça e outros fins. As Chicalas foram-se tornando depósitos de resíduos, entulho de construção e sacos de lixo que vão sendo empurrados para a baía criando terra firme permitindo a construção de novas habitações e serviços como locais de culto ou de atividades culturais (Pires, 2014, pp. 165-166).

Ao nível da rede viária, observa-se ainda uma grande diferença entre o perfil das vias principais e dos becos (ver fig. 79). A toponímia é nalguns casos indicativa do modo de vida e da proveniência dos moradores. Por exemplo a rua do Congo foi assim nomeada pelo número de moradores Congolezes na área (Moreira, 2018, p. 162).

Para além da rede viária, a conexão entre a Chicala 1 e Chicala 2 faz-se por travessia de barco sendo o fluxo direcionado para crianças que se movem da Chicala 2 para Chicala 1 para ir à escola. As casas da Chicala 3 assemelhavam-se às da Chicala 2, estruturadas em torno de quintais (Moreira, 2018, pp. 200-204).

É comum a partilha de eletricidade entre as habitações na Chicala para a redução de despesas assim como o uso de geradores para suprir os constantes cortes de energia na cidade. No que concerne a saneamento básico, constata-se o despejo de resíduos no oceano pelas famílias; algumas habitações que se localizam mais longe do mar recorrem ao uso de fossas sépticas. Estas fossas são geralmente inseridas no quintal e são cerradas com tampas de cimento.

Para o consumo de água potável, para além da rede de água canalizada pela EPAL²⁶ que é insuficiente, é comum o uso de tanques no quintal ou de depósitos de plástico, com capacidade de um metro cúbico colocados por fornecedores informais dentro das casas ou na cobertura. Existe também uma distribuição de água entre as casas através de mangueiras escondidas sob o solo ao longo dos becos e ruelas, mostrando a limitação de habitações que têm acesso a água canalizada. Alguns habitantes abrem poços de água salobra para fins de limpeza e assinala-se ainda o transporte e distribuição de água por *roboteiros*²⁷ (Moreira, 2018, pp. 167-170).

²⁶ EPAL: Empresa Pública de Águas de Luanda

²⁷ Indivíduos que transportam bidões de água em bicicleta, motorizada ou camiões para distribuição de água aos domicílios.



Figura 74. Vista da Chicala 1 sobre a Chicala 2. Fonte: Autora.



Figura 75. Vista da Chicala 2 sobre a Chicala 1. Fonte: Autora.

Casas da Chicala 1 e 2 – Breve caracterização socio-urbanística

A população da cidade de Luanda incorpora diferentes classes sociais, diferentes origens e culturas, modos de vida e propósitos. O bairro Chicala 1, localizado próximo à Fortaleza de São Miguel e nas portas da Ilha de Luanda, é predominantemente uma zona de pesca, mas integra o mesmo carácter multifacetado de Luanda e grande diversidade de população que é expressa pelos diferentes tipos de arquitetura e diferentes atividades, que embelezam a imagem da entrada da ilha. Encontram-se na Chicala 1 atualmente edifícios hoteleiros, *guesthouses* e restaurantes, próximos das poucas habitações que subsistem do tempo colonial, casas de chapa e casas de bloco de cimento, que se misturam com habitações que ostentam maior condição financeira (algumas inacabadas). Existem também outras casas mais precárias, como tendas frente ao mar, habitadas por pessoas que vêm das províncias e se instalaram junto ao mar mas em condições degradadas, sem instalação sanitária nem saneamento, fazendo as necessidades ao ar livre, secando as roupas estendidas ao sol sobre a areia.

À elevada poluição de águas pelos resíduos domésticos dos habitantes, somam-se os resíduos industriais das oficinas informais (Pires, 2014, p. 95). A rede viária da Chicala 1 inclui ruas principais, largas, vias secundárias que são becos e vielas, onde se mistura o cheiro de peixe a assar no fogareiro, a partir das 11 horas, com músicas variadas que trespassam pelas ruas, ecoando de algumas casas, de vendas tipo ‘janelas abertas’²⁸ ou de pequenos bares.

Segundo os moradores, a vida da pesca e da venda do peixe “já não é como antes”. Para além da diminuição da fauna marítima, o fluxo de população interessada pelo famoso peixe da Chicala reduziu com a pandemia do Covid-19, apesar das várias casas de venda de peixe espalhadas pelo bairro. Muitos pescadores da Chicala fornecem o peixe e marisco para restaurantes ao longo da Ilha de Luanda, da Marginal e da própria Chicala. Existem também no bairro pequenos estaleiros improvisados para a construção de barcos, com trabalhos artesanais feitos com troncos de árvore, expostos na rua principal.

Segundo vários moradores, o nível de criminalidade na Chicala 1 é muito reduzido graças à mistura de níveis económicos e sociais dos residentes e à diversidade de atividades económicas. É comum ver-se estrangeiros que saem das *guesthouses* para ir comer mufete²⁹ nos restaurantes no extremo da Chicala.

O uso do solo no bairro é variado como se observa na planta (fig. 83): habitação, hotelaria, restauração, comércio, serviços, equipamentos, desporto, espaço público e lugares de encontro. Existem também espaços vazios que são apropriados como espaço público, bem como zonas interditadas sem acesso, cercadas por chapas metálicas reservadas para ocupação para projetos futuros.

²⁸ Lojas informais que vendem bebidas essencialmente alcoólicas até de madrugada

²⁹ Prato típico angolano

As atividades de restauração e comerciais incluem uma diversidade de situações: restaurantes, “janelas abertas”, bares, casas de venda de peixe, cantinas de venda de produtos espalhados pelo bairro. Existem alguns serviços como locais de culto, um centro médico, bombas de gasolina e apenas uma escola pública sendo só até a 6ª classe – a escola 3021 -, que foi a primeira escola pública implementada na Chicala 1, construída por cubanos em 1982-83 (Moreira & Martins, 2014, p. 87).

A carência de escolas na proximidade leva alguns jovens a abandonar os estudos muito cedo, dada a falta de condições para se deslocarem para outras zonas da cidade para dar continuidade aos estudos. Em contrapartida os jovens são motivados a partir dos 18 anos a procurar pequenos trabalhos e a juntar blocos de cimento para extensão da sua casa sobre o mar (Fig. 75). A nível de órgão administrativo, a comissão dos moradores da Chicala tem ligação com o Comité de Ação do Partido.

A nível habitacional encontram-se, como referido acima, diferentes tipos de casas, que apresentam diferentes texturas, materialidade e cor. Poucas têm hoje a escadaria que remete a época colonial. Muitas são em alvenaria de bloco de cimento à vista ou com acabamento em reboco de cimento, têm cobertura de telha, ou de chapa. Algumas apresentam uma linguagem de vãos maiores e são frequentemente protegidos por muros altos gradeados impossibilitando a visibilidade da rua para dentro da habitação. As construções de algumas habitações de residentes da Chicala bem como edifícios de serviços estão inacabadas, sem previsão de continuidade, por se encontrarem em situação de litígio, por estarem localizados nesta zona que se tornou estratégica para interesses urbanos de grupos de mais recursos e interesses mobiliários para a zona.



Figura 76. Mapa de vias, da Chicala 1 em 2020. Fonte: Autora.



Figura 77. À esquerda: Avenida Massano de Amorim (via principal). Centro: Via secundária. À direita: Acesso pedonal ou beco.

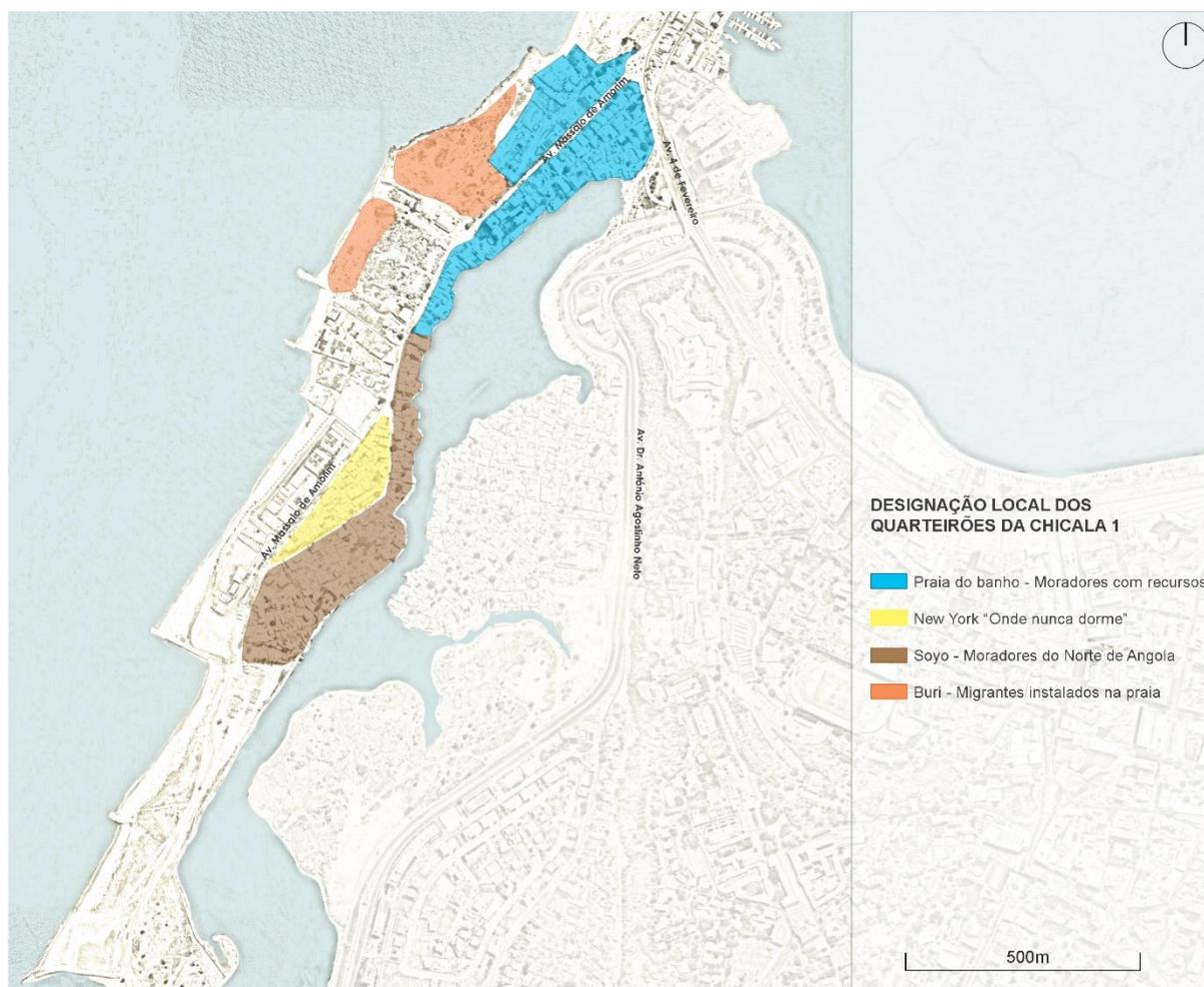


Figura 78. Mapa de designação dos quarteirões pelos moradores. Imagem trabalhada pela autora sobre google earth.



Figura 79. Ruela no início da Chicala, Praia do Banho. Figura 80. Rua de New York. "A zona que nunca dorme". Figura 81. Rua correspondente ao quarteirão Soyo. Figura 82. Abrigos localizados perto da praia denominado Buri.

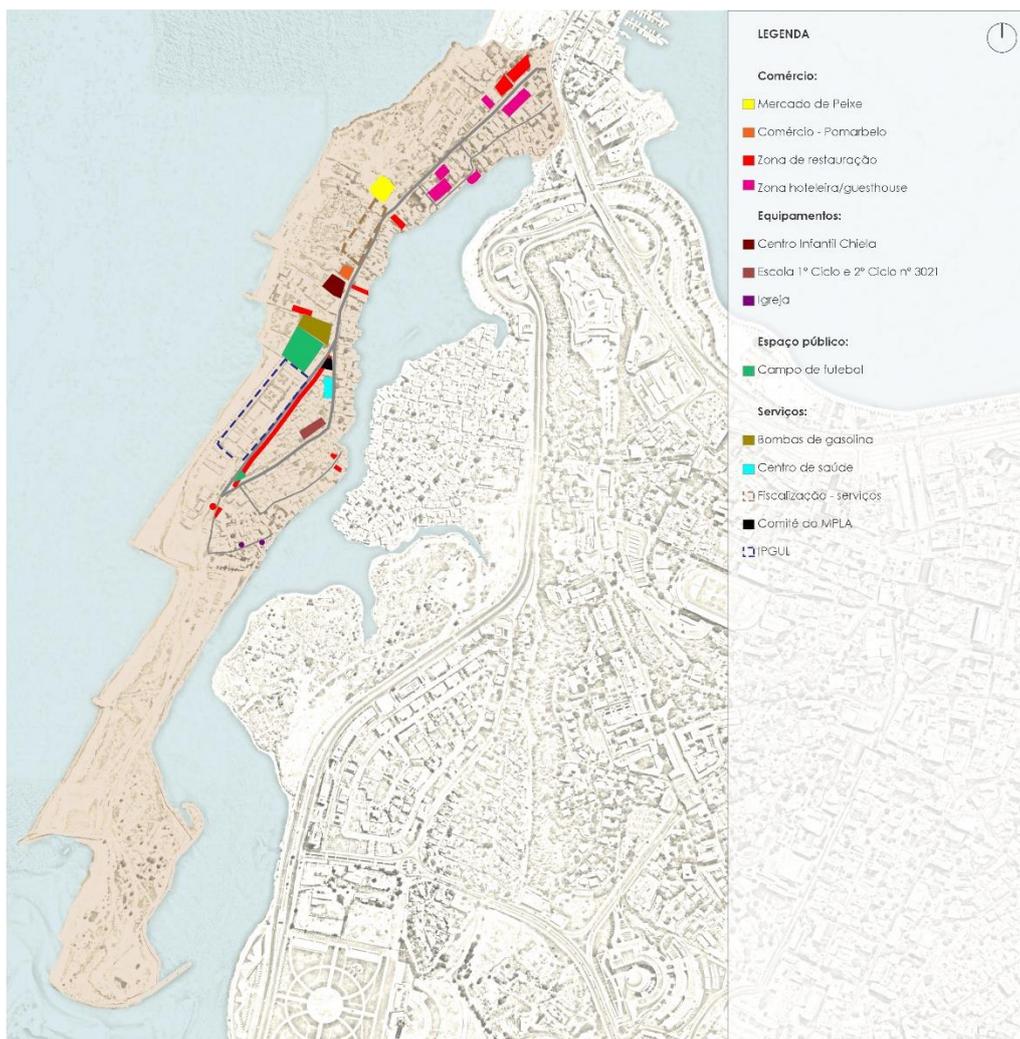


Figura 83. Mapa de serviços da Chicala 1. Imagem trabalhada pela autora sobre google earth com base no levantamento de 2020.



Figura 84. Centro infantil Chiela. Figura 85. Igreja Pentecostal. Figura 86. Largo construído pela comunidade. Figura 87. Guest House frente a rua Massano de Amorim. Figura 88. Ponto de produção de barcos. Fonte: Autora.

Casas da Chicala estudadas por Moreira (2018)

Paulo Moreira em 2011 procedeu ao levantamento de 45 habitações para o seu doutoramento (2018). A adaptabilidade, flexibilidade e maleabilidade dos usos dos espaços abordada nos capítulos anteriores, caracteriza também as casas da Chicala, derivando da falta de condições para adequação de móveis e utensílios domésticos, apesar do cuidado dos moradores no modo como são posicionados e expostos. Um exemplo é o uso da rua ou da frente da casa para venda ou para anexo destinado a comércio ou serviço (loja, cantina, *janela aberta*, alfaiate) (Moreira, 2018, p. 208). Moreira constata que apesar dos espaços do interior da habitação serem híbridos, o quintal continuou a exercer as funções comuns de espaço de vida coletiva e de atividades diárias, dividindo a vida pública da privada, evidenciando a importância do quintal nas casas angolanas (Moreira, 2018, p. 209), estudado por outros autores. O quintal é caracterizado como o coração da casa integrando várias atividades, usos e equipamentos misturados, sem uma aparente organização espacial e de hierarquia.

“Nas casas da Chicala, há uma preponderância do que poderia ser [...] chamado de [espaços] ‘híbridos’: pátios usados como cozinha, salas usadas como quartos, um congelador junto à porta da casa de banho e ao lado do quarto, janela, dentro de um pátio coberto usado como sala de estar, panelas e frigideiras compartilhando uma mesa de DVD e uma TV, uma parede usada para pendurar roupas e utensílios de cozinha, um forno colocado a um metro de distância de uma cama, etc. [...]”³⁰ (Moreira, 2018, p. 206).

Apresentam-se de seguida quatro das habitações levantadas pelo autor, para perceber as semelhanças e diferenças com o que se observou seis anos depois no levantamento realizado, no quadro da presente dissertação, entre outubro e dezembro de 2020.

³⁰ In Chicala’s houses, there is a preponderance of what might best be called ‘hybrids’: courtyards used as kitchens, living rooms used as bedrooms, a freezer by the bathroom door and by the bedroom window, within a covered courtyard used as a living room, pots and pans sharing a tabletop with a DVD player and a TV, a wall used for hanging both clothes and kitchen utensils, an oven placed a metre away from a bed, etc. (texto original traduzido pela autora).

Casa 1 e 2 da Chicala 1 levantadas por Paulo Moreira, em 2011



Figura 89. Casa 1 e 2 levantadas e estudadas por Paulo Moreira em 2011 (2018, p. 210).

A disposição das portas mostra a importância e uso dos compartimentos como é o caso da casa 1 estudada por Moreira e apresentada na figura acima, onde algumas portas dos quartos abrem diretamente para o quintal, não tendo qualquer relação com o resto da casa. Pode tratar-se de dormitório de familiares ou inquilinos que partilham somente a instalação sanitária e o quintal o qual é utilizado para espaço de refeição conjunta com vizinhos.

Os corredores e varandas que conectam o interior do exterior da habitação são usados para outras funções como quartos - geralmente maiores do que as divisões internas -, ou como armazenamento de utensílios. Tais corredores ou becos no interior de habitações são também usados para acesso a outras habitações.

Casa 3 e 4 da Chicala 2 levantadas por Paulo Moreira, em 2011

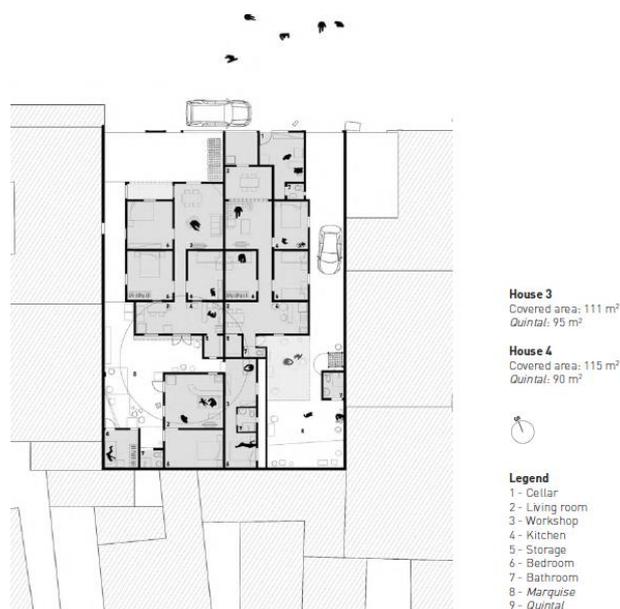


Figura 90. Casas 2, 3 e 4 levantadas e estudadas por Paulo Moreira em 2011 (2018, pp. 211-213).

As figuras mostram os móveis em cada espaço, servindo para vários usos: as camas podem estar inseridas num quarto, ou na sala comum onde é também comum integrar a cozinha. Quanto aos vãos, alguns parecem desnecessários para um compartimento de pequena dimensão. Na Casa 2, a disposição do vão da instalação sanitária aparece voltada para a instalação sanitária do vizinho. Noutros casos como na Casa 3, duas cozinhas de famílias diferentes partilham o mesmo espaço coberto. As instalações sanitárias algumas vezes integram a fossa séptica. A sua localização no exterior da casa pode facilitar acarretar a água.

A inserção do espaço de produção ou comercial (oficinas, bancadas de venda) numa divisão na habitação aberta para a rua permite a ocupação da rua ou do quintal. O espaço do quintal, para além de ser usado como espaço de refeição e espaço compartilhado entre as famílias na habitação, nalguns casos integra estacionamento e separa a parte frontal da habitação da posterior.

Quanto à forma da habitação, constata-se uma marcação inicial de planta retangular, mas com a adição de compartimentos a casa estende-se e adapta-se às ruas principais e becos.



Figura 91. À esquerda: Quintal da casa 2. Centro: Divisão interior das casas na Chicala. À direita: Vista do quintal da Casa 4.

Fonte: Moreira (2018).

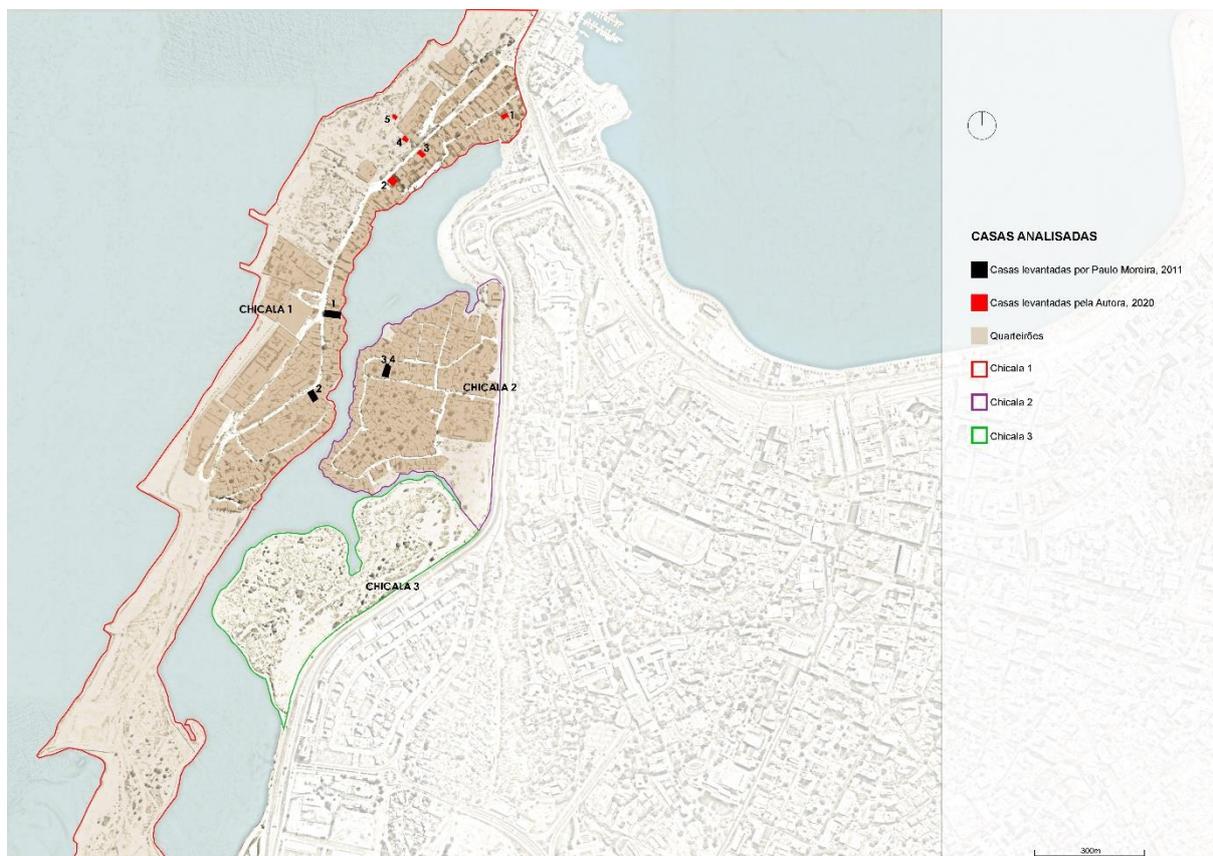


Figura 92. Mapa da Chicala com os casos de estudos levantados por Moreira (em 2011) e pela autora (em 2020). Montagem sobre imagem google earth trabalhada pela autora.

4.4 Cinco casas da Chicala 1 levantadas pela autora, em 2020

Procedeu-se ao levantamento de cinco casas na Chicala 1 para aprofundar o estudo sobre a habitação, a sua função, os seus usos, objetos domésticos, simbologias e hierarquia. Três das casas estudadas pela autora na Chicala 1 apresentam sinais de maiores recursos comparativamente aos casos analisados do Bairro Boa Esperança, Bairro 11 de Novembro (Raposo & Salvador, 2007) e Chicala 2 (Moreira, 2018). Para além do levantamento físico das casas, realizaram-se entrevistas para conhecer a história da família (suas origens), faixa etária, os papéis dos agregados familiares (chefe da casa, mulher e filhos), ocupação de cada membro, relação com a vizinhança, factores e razões da permanência na Chicala, interesses e modo de vida.



Figura 93. Localização dos Casos de estudo. Imagem trabalhada pela autora sobre google earth.

CASA 1 – Ch1 (autora)

Nesta casa, foi entrevistado o filho Ronilson de 23 anos. De acordo com o seu relato, a sua mãe cabo-verdiana saiu aos três anos de Uíge com os pais para Luanda, instalando-se na Chicala. Após o seu casamento, nos anos 1990 um familiar cedeu-lhe uma casa paralela à casa onde agora vive. Após alguns anos o casal moveu-se para uma habitação mais pequena, adjacente à primeira habitação até construir em 2005 a sua própria habitação no mesmo lote da casa que lhes fora cedida. Tiveram quatro filhos rapazes – da faixa etária entre os 20 a 29 anos - que, segundo refere o filho Ronilson entrevistado tiveram “boa educação e nunca nos faltou nada”. A família frequenta a igreja e faz parte de um grupo de estudos religioso na Chicala onde se “transmite a palavra”. A igreja situa-se na ilha, relativamente perto de casa.



Figura 94. Localização da habitação Casa 1. Imagem google maps trabalhada pela autora.

O pai de Ronilson é técnico de laboratório há 27 anos e a mãe gestora de loja há 20 anos. Os dois trabalham no centro da cidade e o meio de locomoção é viatura própria. O pai exerce a função de enfermeiro pelo que vai a casa com pouca regularidade. Quando o pai está em casa, geralmente comem todos juntos à mesa que se situa na sala comum. O segundo filho não vive em Angola, estuda e trabalha na Europa, o mais velho concluiu os estudos e regressou a Luanda e os outros dois são estudantes de ensino universitário e secundário. Ronilson, de 23 anos, frequenta direito e tem de apanhar *candongueiro* para ir para a faculdade no distrito de Kilamba Kiaxi (Luanda), percorrendo aproximadamente 17Km.

Segundo Ronilson, era comum a família juntar-se com outros parentes no quintal, irem à praia, mergulhar e conseguir peixes. Atualmente as reuniões familiares diminuíram e já não existem eventos culturais na Chicala.

A primeira habitação

A primeira habitação onde os pais se instalaram em 1982 integrava um quintal longitudinal, que encaminhava para uma cozinha protegida por grades metálicas. Ao lado da cozinha existia uma instalação sanitária e o quarto dos filhos. No percurso do quintal até à cozinha, estava a sala de estar e a seguir o quarto dos pais.

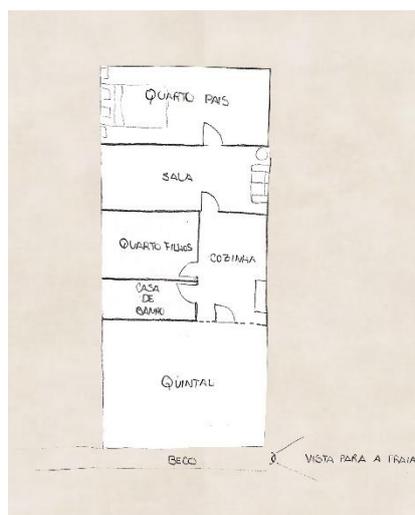


Figura 95. Esboço da Planta da Primeira Habitação da Casa 1, década de 80. Desenhada pela autora com base na informação do entrevistado.

De acordo com registos fotográficos, três compartimentos eram o coração da casa: o quintal, a cozinha e a sala. Os três têm uma função essencialmente de sociabilização. A família gostava de ter pessoas em casa, sendo o quintal marcado por uma árvore de fruto (figueira) o espaço mais usado para este fim, servindo também para espaço de banho para as crianças. A cozinha era a área de serviço da mulher, mas também local de sociabilidade, tal como acontece em várias casas populares em Luanda. A sala era usada como local de estar para ocasiões especiais e mais privadas e era usada também como espaço para engomar roupa. Embora já tendo o seu quarto, os filhos pequenos não dormiam no quarto deles, dormiam com os pais.

A nível de mobiliário, a sala integrava um sofá e uma mesa de plástico, o quarto integrava a cama encostada à parede resguardada por cortinados que protegiam do vão. A cozinha de fora que costuma existir em muitas casas, tinha uma bancada com pia e alguidares. Como equipamentos eletrodomésticos, a habitação integrava frigorífico entre a sala e a cozinha, coluna de som localizado na marquise, aparelho de ar condicionado na sala e fogão à gás na cozinha.

Quanto à materialidade, de acordo com registos fotográficos e de conversas, o muro que cercava o quintal era em alvenaria de tijolo. A parte interior das paredes era igualmente em alvenaria de tijolo.

Como já indicado, a cozinha estava separada do quintal por gradeamentos cobertos com cortinas configurando um espaço semiprivado. O chão da cozinha era em cimento tal como a sala, porém, sendo esta forrada por carpete. A sala integrava uma mistura de texturas e padrões, desde o pavimento, a estampa do forro do sofá que remete ao estilo *vintage*, cortinas nas portas e quadros com fotos pendurados na parede.

A segunda habitação

A segunda habitação, mais pequena que a primeira, tinha carácter provisório. A habitação integrava sala e cozinha no mesmo espaço e um quarto. Não havia nenhuma divisória que separasse a sala da cozinha e, segundo Ronilson, os irmãos dormiam todos na sala. Os registos fotográficos de família mostram a contínua permanência social na cozinha/marquise.

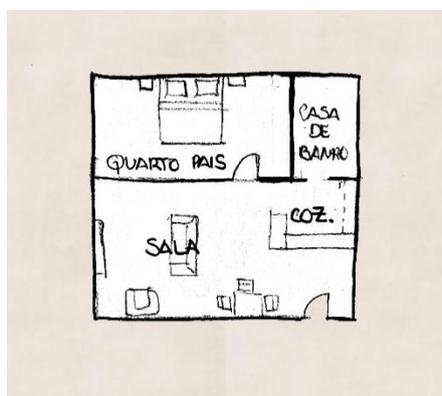


Figura 96. Esboço da Planta da Segunda Habitação da Casa 1, década de 90. Desenhada pela autora com base na informação do entrevistado.

A zona de cozinhar integrava uma prateleira em madeira - onde se guardavam latas e outras embalagens -, bem como mesa e cadeiras de plástico, provavelmente trazidas da habitação anterior, e ainda um balcão forrado pelo mesmo material, tipo linóleo - fácil de limpar e durável - usado na primeira casa para bancada da cozinha. A sala tinha um móvel para televisão e uma estante em madeira que guardava livros, taças de competições do pai e peças decorativas.



Figura 97. À esquerda: convívio familiar entre a cozinha e a sala. À direita: Mãe a cozinhar. Fonte: Fotografias da década de 90, cedidas pelo entrevistado.

A construção tinha paredes em alvenaria rebocadas e pintadas. O pavimento da cozinha era em mosaico branco, tal como a bancada de cozinhar. O pavimento da sala era linóleo sobre cimento bruto. Todos os vãos tinham sanefas em madeira que encimavam as cortinas para privatizar o espaço.

A habitação não fugiu da linguagem que apresentava na anterior a nível estético e decorativo. Continha uma mistura de texturas e padrões desde os cortinados, toalhas de mesa, abano decorativo, quadros nas paredes, tapetes e outras peças decorativas. Alguns destes elementos decorativos-utilitários foram trazidos da habitação anterior, como o sofá da sala, outros eram novos. Para além dos aparelhos eletrodomésticos, a cozinha integrava fogão à gás e frigorífico. A sala incluía TV, coluna de som e rádio.

O filho Ronilson, entrevistado, preferia esta casa mais pequena onde se recorda de terem acolhido dois primos durante dois anos como apoio familiar.

Habitação atual

A habitação atual onde a família reside há mais de 15 anos foi projetada pelo marido, construída de raiz com planta retangular tal como a primeira, não tendo tido modificações da sua estrutura, apenas remodelações superficiais como pintura de paredes, adição e renovação de móveis. A nível funcional, a casa, constituída por dois pisos, inclui uma espécie de marquise que conduz ao *hall* de entrada da casa. O espaço que incorpora a zona de refeição é aberto enquanto a cozinha é semicerrada com balcão. Integra ao fundo a sala de estar fechada. O vão da escada que leva ao piso de cima foi aproveitado para fazer um lavabo no piso de baixo. A parte superior da habitação integra: o corredor de circulação, dois quartos dos filhos, um deles com uma varanda, a instalação sanitária comum e a suíte dos pais.



Figura 98. Fachada principal da Casa 1, em 2020. Fonte: autora



Figura 99. Usos da Casa 1, em 2020. Planta - Piso 0 com legenda das divisões. Levantado e desenhado pela autora, 2020.



Figura 100. Usos da Casa 1, em 2020. Planta - Piso 1 com legenda das divisões. Levantado e desenhado pela autora, 2020.

O *hall* de entrada é usado como um espaço de receção das visitas. No espaço utilizado para zona de refeição apesar de estar reservado estritamente para esta função, foram recentemente colocadas mesas de plástico de apoio para guardar alguns equipamentos domésticos. Apesar de dispor todos os equipamentos destinados a uso culinário, o alpendre também é usado como espaço para lavar louça e grelhados no fogareiro. A sala é a divisão mais usada essencialmente pelos filhos, sendo o espaço mais privado do piso de baixo também usado como espaço social. Para além de se ter instalado um lavabo no vão da escada, o espaço sobrance serve de despensa ou arrumos da casa.

Quanto ao piso de cima, nem todos os quartos exercem a sua função de dormir. O irmão mais novo desocupou o seu quarto para dormir com o irmão (Ronilson), tendo o quarto sido adaptado com sofás promovendo a leitura. Quanto ao espaço de estudo para os filhos, apesar de terem secretária no piso de cima, eles usam a sala como espaço de estudo, ou a mesa da cozinha e partilham o mesmo computador. O outro quarto que foi desocupado, atualmente serve de *closet* da mãe. Toda a habitação tem um pé direito de 2.70 metros. O piso de cima é o único que usufrui de luz natural. A varanda do quarto dos irmãos, usada como espaço de estender roupa, promove uma vista para a Fortaleza de São Miguel e permite a entrada de ar fresco para dentro do compartimento.

A família aluga a segunda habitação que usa igualmente para arrumos. A família tem a intenção de construir a cozinha na parte exterior da casa. Na frente da habitação pretende-se construir um bar e instalação sanitária para espaço de confraternização entre a vizinhança.

No que se refere aos móveis e equipamentos domésticos, a casa dispõe de bons recursos. A parede exterior onde se localiza a porta de entrada para a marquise integra uma estrutura metálica que serve de prateleiras para as plantas. A marquise, tal como na primeira e segunda habitação, integra uma bancada que serve para lavar a louça e higienização com o uso de alguidares e baldes. No mesmo compartimento existe uma casota para o cão em cima da qual estão colocados vasos de plantas e garrafas de plástico. O espaço que integra o *hall* de entrada e zona de refeição é composto por um banco e uma poltrona tipo *lounge* ou de jardim, uma mesa e prateleira de parede, outra mesa de refeições com cadeiras, mais duas mesas de canto e uma mesa redonda junto ao lavabo. Para além dos aparelhos eletrodomésticos descritos posteriormente, a cozinha inclui mesa, bancada de cozinhar, armário de parede, luminárias e peças decorativas. A sala integra alguns dos sofás da casa anterior, bem como a antiga estante de madeira que foi dividida e adaptada como base da televisão e como móvel para guardar livros, taças, quadros e peças decorativas. A sala inclui ainda prateleiras na parede mais recentes, tapete, vaso decorativo e sanefa de madeira da habitação antiga (segundo informação da mãe). Quanto ao piso superior, o quarto partilhado pelos irmãos integra um beliche que foi desmontado), colchões debaixo da cama, banca de cabeceira, poltronas, mesa de centro, tapete, estrutura de vestuário, espelho e algumas caixas de plástico para guardar utensílios domésticos. O outro quarto, adaptado para *closet* integra varões para pendurar os cabides e prateleiras de parede. O corredor de circulação que constitui a varanda do piso de cima inclui um estendal para a secagem da roupa. Apenas no piso de cima entra luz solar direta.



Figura 101. Mobiliário e Organização Interna da Casa 1, em 2020. Planta - Piso 0. Levantado e trabalhado pela Autora, 2020.

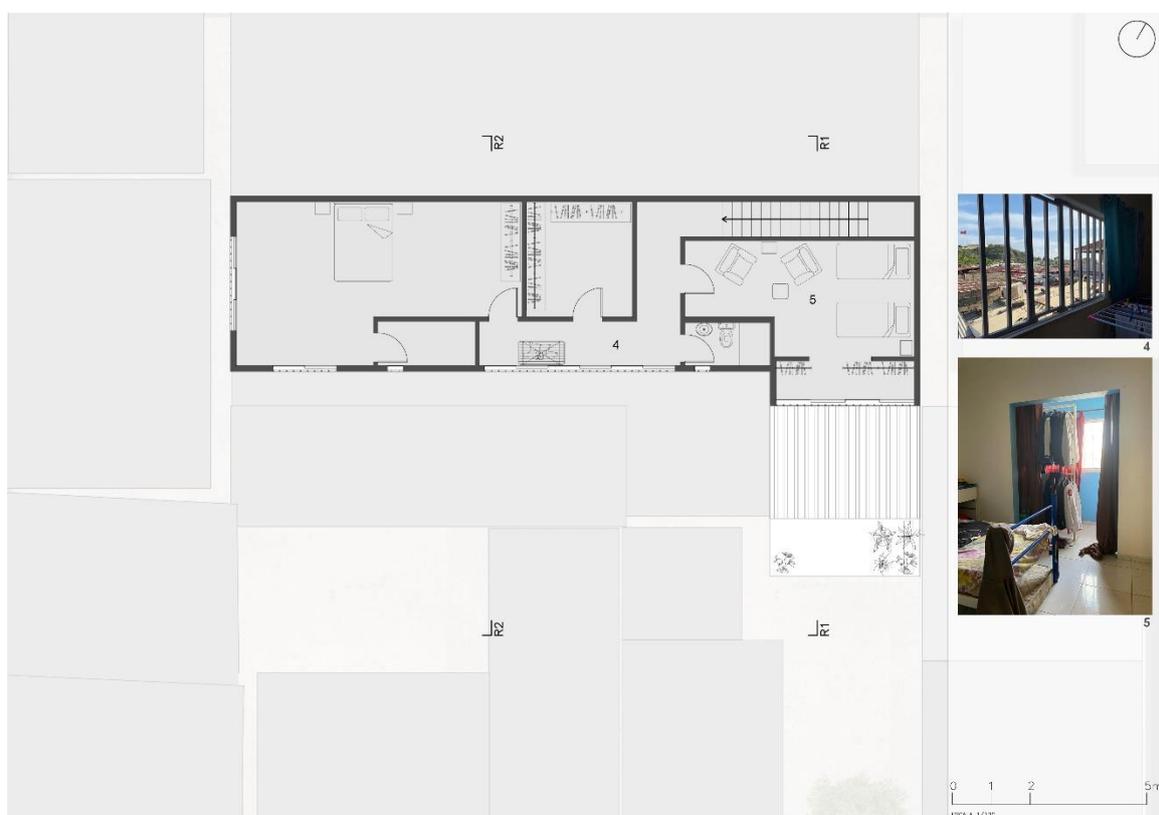


Figura 102. Mobiliário e Organização Interna da Casa 1, em 2020. Planta - Piso 1. Levantado e trabalhado pela Autora, 2020

A estrutura da habitação atual é construída em betão armado. O pavimento em betonilha foi revestido com mosaico branco. As paredes e pavimentos das zonas húmidas incluindo a marquise, foram revestidos com ladrilho. A laje da cobertura no interior está revestida com placas e o beiral da cobertura inclinada avançada em relação à parede exterior, com estruturas metálicas sobre a qual assentam telhas cerâmicas. O corrimão e a própria escada são em madeira sobre estrutura de betão. Quanto aos vãos, a casa integra portas em madeira e metal com vidraça e janelas de caixilharia de alumínio e vidro, protegidas por grades metálicas. A fachada da habitação incorpora assim mistura de materiais (cerâmica, metal, alumínio, vidro e chapa metálica).

O número de aparelhos eletrodomésticos é um indicador de maiores recursos da família, como já referiam Raposo e Salvador (2007). A habitação está apetrechada por TV, colunas de som, computador, telefone fixo, consola *router* (acesso à internet), antena parabólica, ar condicionado; equipamentos de cozinha como fervedor, fogão, frigorífico e arca frigorífica.

Em vários pontos da casa, se recorre ao uso de tecidos. É frequente o uso de toalha na mesa, mesmo sem “mesa posta” e sem peça decorativa sobre ela. Os vãos com exceção da porta de entrada integram cortinados. As escadas são tapadas com cortinados talvez para esconder o acesso ao piso de cima e a zona de arrumos.

Quanto à rede de infraestruturas, quando não há energia elétrica geralmente usa-se o gerador. Nos casos em que o gerador não funciona, Ronilson declara o desconforto com o calor revelando que usam bastante o ar condicionado. Quando falha a água – que é raro segundo o entrevistado – a família enche bidons que se localizam na marquise. Localizada muito perto do mar, a casa tem problemas de humidade e infiltração.

No que concerne as medidas de segurança para a pandemia do Covid-19, a família adaptou apenas o sistema de se descalçar no vestíbulo à entrada da porta de casa que dá acesso ao interior da habitação.



Figura 103. Composição de fotografias (antes e depois) de um móvel reaproveitado com mais de 27 anos. Fotografias trabalhadas pela autora, sendo as de 2000 cedida pelo entrevistado e a de 2020 da autora.

CASA 2 – Ch1 (autora)

Família e relações de vizinhança

Ti Lima é filho de caboverdianos que moravam na montanha do Alto do Liro, no Lobito, numa zona costeira que circunda o centro da cidade, e se instalaram na Chicala no período da independência em 1974-1975 para fugir dos conflitos da guerra e à procura de melhores condições. Escolheram Chicala por estar localizada à beira-mar e assim poderem manter a ligação à pesca que seu pai tinha no Lobito. O pai trabalhava como motorista naval no Ministério das Pescas e ao mover-se para Luanda, tornou-se pintor de casas e músico.

Ti Lima, atual chefe da casa, tinha três anos quando a sua família se instalou na Chicala e aqui reside há 46 anos. Tem quatro filhos sendo o último, filho da atual esposa, a qual trabalha no Talatona tendo de acordar às seis horas para ir trabalhar. Dois dos seus filhos que têm entre 23 e 27 anos, também dão suporte aos negócios de casa. A filha vive maritalmente longe do pai; o filho mais novo frequenta a escola (ensino primário) da Chicala. A família frequenta a igreja Maná da ilha e faz parte do corpo da igreja. O Ti Lima, que passou por momentos difíceis na sua vida, salienta que “a igreja os alimenta espiritualmente”.



Figura 104. Localização da Casa 2, em 2020. Fonte: Autora.

O ti Lima trabalhou como caixa numa empresa de automóveis durante anos. Hoje adaptou um espaço em casa para trabalhar como mecânico, na manutenção de motorizadas, uma função que aprendeu por observação. É um autodidata e artista: jogou basquetebol, ténis, tem destreza para desenho e canta na igreja. Ti Lima sempre teve uma vida ativa tal como a família da Casa 1.

Quanto às relações familiares, destaca-se o respeito que o chefe da casa tem pela esposa como mostra a sua relação na hora da refeição. Geralmente comem na mesa ao lado da cozinha, mas segundo Ti Lima, não comem enquanto a mulher não estiver em casa. A mulher é envolvida nas decisões sobre a casa e finanças. Por exemplo, parte do quintal foi ocupada para aluguer de uma loja, tendo a decisão final sido da mulher, que, segundo Ti Lima, tem visão sobre questões relacionadas ao negócio. O filho mais velho também ajuda a gerir os negócios da casa, bem como o de 23 anos, que voltou a morar com o pai há um ano. Em contrapartida, o filho mais novo, para além da escola e das explicações, fica parte do dia em casa a ver televisão com a prima bebé.

Quanto à relação de vizinhança e com a comunidade, o chefe da casa faz parte da Comissão de moradores e tem um forte espírito de comunidade. Uma vez que vende bebidas e gelo e é mecânico, a casa já foi um importante espaço de confraternização, marcado por relação amigável com a vizinhança e músicos estrangeiros. Sendo filho de pai artista, sente falta de eventos culturais na

Chicala, apenas frequentando atualmente os que são realizados pelas igrejas. Queixa-se do Carnaval, que não aprecia pela inclusão de danças espíritas. Para além da participação nas atividades da igreja e da escola do filho mais pequeno, serviços que se situam no bairro, a família faz também um uso frequente do mercado do peixe, situado frente a sua casa, bem como do armazém de alimentos a retalho, da farmácia e sobretudo das cantinas do bairro.

A habitação em que os pais se instalaram

Em 1975, quando os pais do Ti Lima se instalaram no bairro, com o apoio da Cruz Vermelha, as habitações na Chicala eram essencialmente em madeira e em pau-a-pique. Desde então a ocupação densificou-se, o número e área das casas aumentaram e passaram a ser de alvenaria, a área dos quintais reduziu, mas plantaram-se árvores e a largura das ruas diminuiu, modificando muito a morfologia do bairro.

Os pais do atual chefe de família entrevistado, instalaram-se na casa já feita, do período colonial, uma das casas mais antigas da Chicala: “a casa tem 100 anos”, diz o atual chefe. Trata-se de uma habitação geminada, com dois pisos, plurifamiliar, onde hoje vivem quatro famílias que partilham o mesmo quintal.



Figura 105. Implantação da Casa 2 no lote, em 2020. Fonte: Autora.



Figura 106. Fotografia da fachada nos anos 1980. Fonte: cedida pelo entrevistado.



Figura 107. Planta do r/c da Casa 2, em 1980. Desenho da autora com base em informação do entrevistado.

No tempo dos seus pais, havia um lote adjacente à casa para horta que foi posteriormente cedido pela sua mãe a um vizinho. O vizinho do piso de cima tinha acesso à sua casa pelas duas escadas existentes, uma lateral e outra na frente do quintal. Entretanto, a escada do quintal deixou de ser usada pelo vizinho, passando a servir de espaço de arrumos para o chefe do agregado familiar entrevistado.

Quando os pais do Ti Lima se instalaram nesta habitação, ela integrava um espaço de cozinhar, a sala (de estar e jantar), o quarto dos pais, o quarto do filho, uma instalação sanitária, espaço de arrumos e os arrumos debaixo da escada exterior da habitação. O quintal era partilhado com o vizinho do piso de cima, sendo as entradas de cada casa separadas com fileira de vasos de plantas. Esta partilha do quintal é uma característica comum das habitações em Luanda. O quintal era inicialmente utilizado para cozinhar, para estender roupa e receber parentes e outras visitas e mais tarde foi adaptado a espaço de música, tornando-se o coração da casa durante anos. A casa ganhou nome na Chicala por receber músicos famosos que cantavam e tocavam com seu pai.

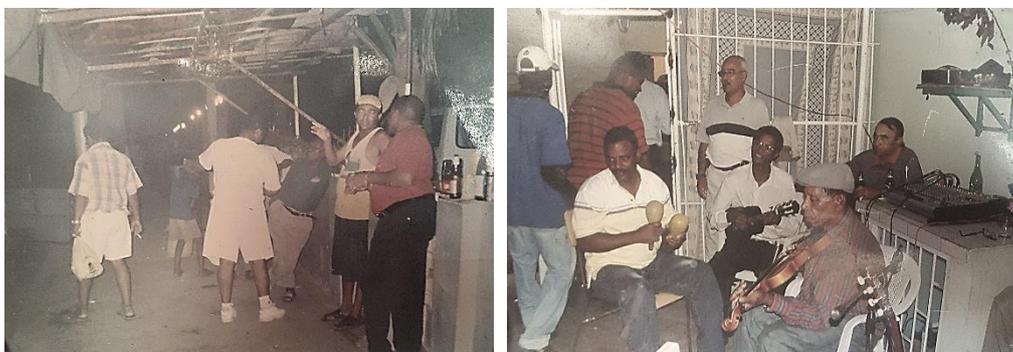


Figura 108. À esquerda: apendrece nos anos 2000. À direita: noite de música no quintal em 2005. Fonte: fotografias cedidas pelo chefe da casa e trabalhadas pela autora.

Os registos fotográficos a que se teve acesso mostram que na época de seu pai a família tinha alguns recursos. A habitação era mobilada com sofás, mesa da sala em madeira, armário de sala com objetos importantes, escrivaninha em madeira. No exterior havia cadeiras e mesas de plástico e luminárias também usadas para as noites de música, bem como plantas, flores e uma árvore exótica da espécie de palmeira, de nome científico *ravenala madagascariensis* e conhecida como árvore do viajante.



Figura 109. Fachada nos anos 1980. Fonte: cedido pelo entrevistado.

Segundo relato do Ti Lima, as paredes eram em alvenaria com estrutura em madeira vermelha, resistente à humidade e insetos. O pavimento do quintal inicialmente de cimento foi revestido a mosaico na década de 1990. O pavimento de toda a casa era em cimento, sendo forrado com linóleo na sala comum. A separação do piso superior era em estrutura de madeira com teto falso que perdura até hoje embora apresente algumas patologias. A cobertura do edifício era em telha cerâmica e rematada por beiral. O pai, músico, cobriu o quintal com chapa de lusalite para proteção contra as intempéries e privatização do espaço. Com o mesmo propósito aumentou o muro de vedação, que no início era baixo (0,9 m) para 1,2m e 1,65 m em alvenaria rebocada e pintada de azul e encimado por grades de madeira forradas por chapas acrílicas.

Quanto aos aparelhos eletrodomésticos, a casa integrava TV, aparelho de som, mesa misturadora, guitarra e outros instrumentos musicais ligados à profissão do chefe de família, mas também fogão elétrico de duas bocas (tipo acampamento) adquirida em Portugal pela esposa do então chefe e mãe do Ti Lima.

A casa situa-se frente a Avenida Massano de Amorim e tinha vista direta para o mar. Hoje o mar foi conquistado por novas construções vedadas por chapas que tapam a vista da casa do Ti Lima.



Figura 110. Vista da frente da casa do Ti Lima, nos anos 2001 (à esquerda – Foto cedida pelo entrevistado) e em 2020 (à direita - Foto da autora)..

A habitação atual

A habitação passou por muitas transformações desde há 30 anos. A cozinha que era uma divisão fechada com porta foi semiaberta ligando-se agora com a marquise através de um balcão, configurando uma cozinha moderna. O vão que ligava a cozinha ao quarto do filho – atual chefe da casa – foi fechado com parede. O lavabo sob a escada agora serve apenas para esta função. Os dois vãos da instalação sanitária foram fechados tendo-se aberto outro mais acima para impedir a visibilidade de quem está no

quintal. O quarto que era dos pais do atual chefe passou a ser o quarto dos seu filhos. A parede que separava o espaço de arrumos do quarto do filho foi demolida para ampliar o quarto que passou a ser utilizado como quarto do atual chefe do agregado e sua esposa. A sala comum serve para socialização da família e amigos, mas também como espaço de dormir. Assim, a casa integra agora um corredor de circulação que dá acesso às várias divisões e conduz à sala, a cozinha semiaberta, a marquise adaptada, o lavabo sob a escada, a instalação sanitária interior, um quarto dos pais e outro dos filhos, a sala comum e um espaço de arrumos debaixo da escada lateral exterior. A cozinha tem um pé direito mais alto que os quartos.

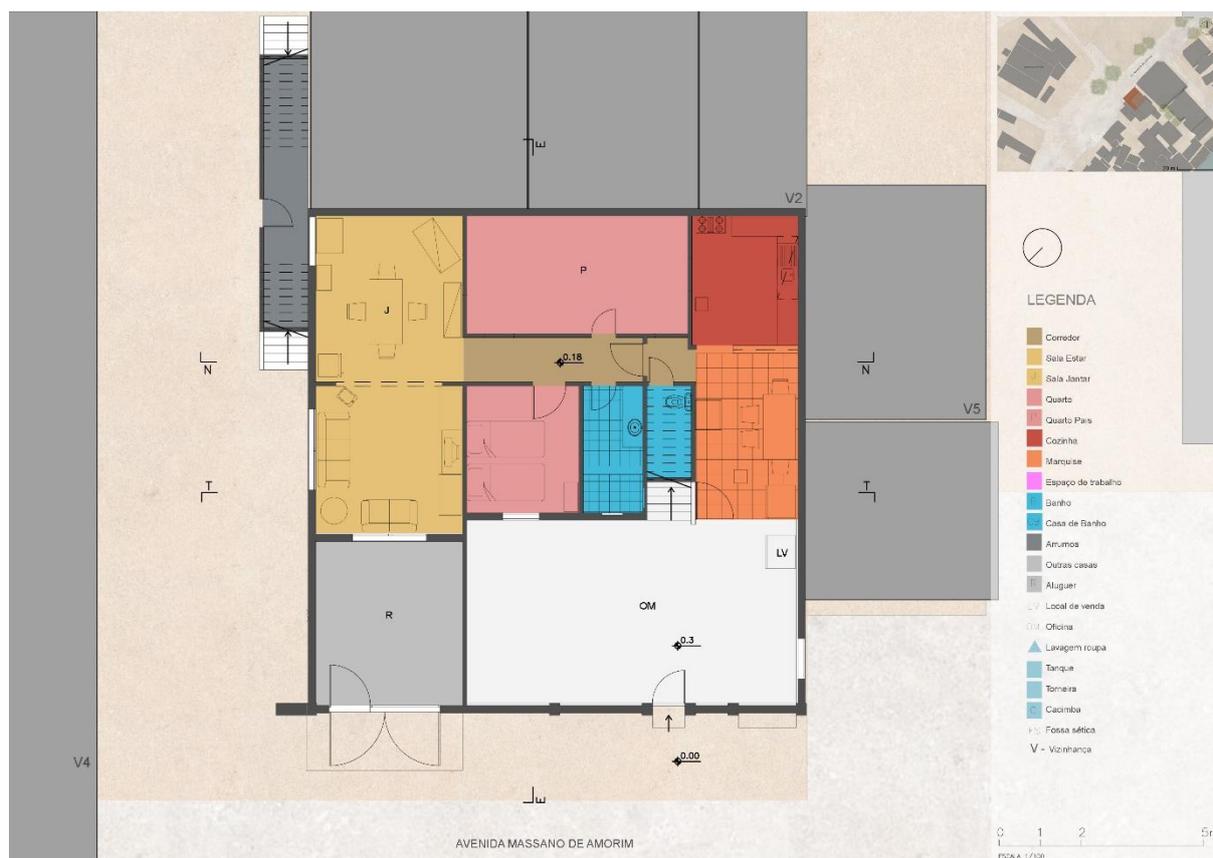


Figura 111. Planta do r/c da Casa 2, em 2020. Levantamento e desenho da autora.

Quanto ao quintal, coberto por chapa de zinco sobre estrutura metálica, deixou de ser usado como espaço de música com o falecimento do pai, tendo o Ti Lima investido na sua maior separação da rua. Metade do quintal fechado foi arrendado, como fonte de rendimento para comércio e venda de gelo, cerveja e sumos naturais preparados pela esposa. A outra parte foi aproveitada provisoriamente pelo Ti Lima como oficina para arranjo de motorizadas – observam-se várias motorizadas arranjadas, por arranjar, peças mecânicas e outros objetos. A esposa pretende futuramente montar aí um snack para fazer sumos naturais e sopas e incluir um espaço de música como no tempo do sogro. O quintal inclui ainda um espaço de arrumos e tratamento de roupa. O espaço frente à cozinha foi separado do pátio funcionando como marquise onde se recebe visitas.

A vedação do quintal foi sendo transformada, desde o tempo do pai, ao nível da sua altura, como atrás indicado, e também da materialidade: um muro de alvenaria, grelhas de cerâmicas, madeira pintada e forrada com chapas acrílicas pintadas a azul e atualmente grades metálicas forradas com luando. Esta solução visa fortalecer a segurança da habitação, mas tornou o pátio, um local fechado e escuro, onde apenas penetram alguns feixes de luz natural por entre a cobertura e a escada. Do quintal, ouvem-se, todavia, as vozes dos vizinhos que passam na rua, a chuva que bate na chapa, mas também os cantos dos pássaros.

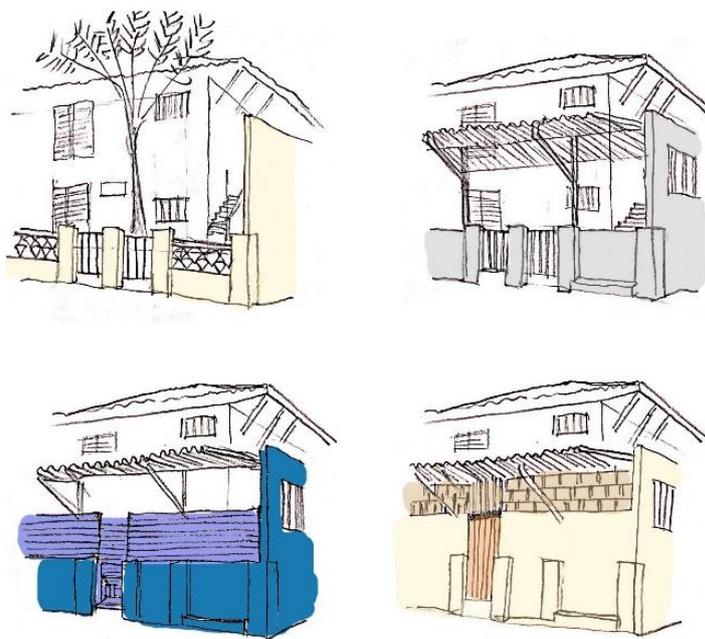


Figura 112. Esquissos evolutivos da fachada. Fonte: autora, com base em fotos e descrição do entrevistado.

A falta de iluminação natural é o principal problema da casa que resulta do fechamento do pátio, que outrora fornecia iluminação natural e ventilação para a casa. O corredor interior que distribui para os quartos, é escuro durante o dia, tal como o resto das divisões. Apenas a sala tem alguma iluminação natural embora as janelas estejam protegidas por cortinas e uma tenha sido fechada.

Quanto ao mobiliário, a habitação evidencia recursos médios da família integrando móveis antigos (como no caso 1) e recentes: na sala, sofá, poltrona, *rack* novo, antiga escrivaninha, mesa de refeição com cadeiras antigas e recentes para refeição, mesa redonda de canto, armário antigo em madeira e novo em metal, baú de plástico; na cozinha, armário de parede, nos quartos, camas e colchões, cômoda e o armário da época de seu pai; no quintal coberto, bancos artesanais, banco de plástico, cadeiras trazidas da sala. A instalação sanitária inclui sanita e lavatório bem como nichos que resultam do tapamento dos antigos vãos e servem para guardar os cosméticos do banho.



Figura 113. Frequência de ocupação de cada divisão em 2020. Planta do r/c Casa 2. Fonte: Autora.

Materialidade e equipamentos atuais

As paredes permanecem de alvenaria de tijolo e o pavimento em cimento, com exceção do pavimento da marquise que foi revestido com mosaico branco. A laje de separação entre os dois pisos mantém-se embora com pequenas alterações como a inclusão de ripas de madeira que se integram na sala. As portas são agora em madeira reaproveitada e pintadas à branco. Os vãos mantiveram as portadas de madeira e a rede para os mosquitos. Posteriormente foram adicionadas no exterior grades metálicas por segurança. A cobertura do quintal construída na época do seu pai mantém-se em chapa de lusalite sobre estrutura metálica. A cobertura da habitação mantém-se em telha cerâmica. Na instalação sanitária, foi colocada uma nova bancada em bloco de cimento onde assenta o lavatório. Bancada semelhante foi construída na cozinha. Foram colocadas ripas de madeira que ligam elementos construtivos e vãos. A marquise foi separada do quintal por grades metálicas forrados com luando tal como a vedação do quintal que dá para a rua.

A casa apresenta assim registo das várias alterações desde a época dos pais, como demolição de paredes, construção de novos paramentos, abertura de novos vãos, o que permite ver a composição das paredes, rebocadas com argamassa de areia e cimento e com sobreposição de várias camadas de tinta. Segundo Ti Lima, o seu pai pintava a casa uma vez por ano e sempre que conseguia algum dinheiro, melhorava alguma coisa em casa.



Figura 114. Alterações cronológicas do quintal entre 2005 e 2020. Fotografias trabalhadas pela autora.

Quanto à decoração, como no primeiro caso de estudo, observa-se o uso de cortinados, toalhas de mesa e outros tecidos para embelezar ou para esconder ou disfarçar objetos degradados. Quanto aos aparelhos eletrodomésticos, a maioria que existia na época do pai já não existem. A habitação integra alguns antigos e muitos mais recentes como a nova TV, a coluna de som, arcas frigoríficas sobrepostas em estrados (usadas desde o tempo de sua mãe para conservação de alimentos e venda de produtos), frigobar (raro nas habitações populares), ar condicionado portátil, ferro de engomar, fogão à gás, tostadeira e telemóvel que permite o acesso à internet. Os dois geradores do tempo dos pais foram retirados pelos custos elevados de manutenção. Se pudesse, gostariam de adquirir armários com portas para guardar os equipamentos domésticos.

Tal como na Casa 1, esta habitação tem rede elétrica e rede de água com canalização em tubos de cerâmica e aço galvanizado. Quando não há água canalizada, usam como alternativa, água do tanque. A fossa séptica instalada na marquise direciona as águas sujas diretamente para o mar.



Figura 115. À esquerda: sistema construtivo das paredes. À direita: teto do quarto dos pais. Fonte: Autora, em 2020.

O estado de conservação da habitação é razoável, mas apresenta algumas deficiências: o teto da sala apresenta-se abaulado, indicando desgaste da estrutura de madeira; deterioração do reboco por infiltração de água do piso de cima com danificação da rede elétrica na zona do *hall*.

Se tivesse facilidade de acesso a materiais de construção, o Ti Lima disse na entrevista que investiria em primeiro lugar na melhoria do quintal: colocaria vãos com vidraças na vedação para maior iluminação protegidos por novas grades metálicas; e construía um local para venda e consumo de sopas e sumos naturais e para ouvir música. Todavia, não fez nenhum investimento para precaver-se da propagação do Covid-19.

A mudança do uso do quintal de espaço de cozinhar, o espaço de música e agora a oficina e depois a venda de bebidas, associada ao aumento de insegurança nos bairros levou ao progressivo encerramento do quintal, com uma vedação cada vez mais opaca, criando um espaço de refúgio para uma vivência ao mesmo tempo doméstica e de trabalho (oficina e comércio). Esta intenção reflete o que Hall (1966, p. 123) sublinha quando se refere à relação entre o tipo de fachada e o modo de vida, mais público ou mais doméstico, que permite que as pessoas “se abandonem a si próprios e sejam simplesmente o que sentem ser”.



Figura 116. Quintal usado como oficina, cercado por grades e esteira para impedir visibilidade do exterior. Fonte: Autora, em 2020.

A casa apresenta-se como um palimpsesto de texturas, tintas e cores, revestimentos, materiais diversos, teto falso, azulejos, de estruturas, remendos de vãos que se transformaram em paredes e paredes que se tornam vãos numa constante metamorfose para satisfazer a constante mudança de necessidades e aspirações.

A permanente transformação caracteriza as habitações autoconstruídas dos musseques de Luanda. É uma paisagem de obras por terminar, de amontoados de equipamentos domésticos, de móveis por se desfazer outros por recuperar, de novas instalações, novos espaços e novas influências consoante o tempo e as condições financeiras das famílias que oscilam em função dos imprevistos socioeconómicos e das intempéries que interrompem o processo de mobilidade social dos que se instalam na cidade. As transformações mostram a justaposição entre elementos antigos e novos, da época colonial até à atualidade, casas antigas e decadentes, novas ou renovadas e adaptadas aos novos usos e funções.



Figura 117. Pormenores da casa em 2020. Fonte: Autora, em 2020.



Figura 118. Divisões da casa antes (em 1990-2000) e depois (em 2020). Fonte: Fotografias antigas cedidas pelo entrevistado e fotografias atuais da autora.

Sobre o bairro, o que satisfaz o Ti Lima, é o facto de, parte dele, estar rodeado por mar e ser uma zona turística.

CASA 3 – Ch1 (autora)

Família e relações de vizinhança

Aqui reside desde pequeno, Rui, um jovem de 28 anos. Até aos 22 anos morou com o pai e agora vive sozinho. Trabalha como designer gráfico, é professor de natação e tem ambas atividades como sua maior paixão.

O pai nascido no Kwanza-Sul, ainda adolescente migrou sozinho para Luanda vivendo com familiares numa pequena casa na Chicala. Posteriormente moveu-se para um amplo lote ainda na Chicala, em que viveu com a primeira mulher no anexo durante oito anos. Durante o seu tempo de permanência no anexo, cedeu parte do lote para um familiar que acabou por vender sem o seu consentimento.

O pai de Rui teve 9 filhos e tem várias casas nos arredores da cidade de Luanda como Benfica, Camama e Cacucaco. Construiu a atual casa da Chicala, agora ocupada por Rui, em 1986. O jovem passa o final de semana geralmente em casa e de quando em vez vai visitar os irmãos.

Embora não tenha condições suficientes para concretizar os seus sonhos, Rui manteve a sua vida ativa com a natação e o futebol, as suas duas paixões, para além do desenho. Rui estudou na escola da Chicala até à 4ª classe e mudou-se para a escola da Ilha em que frequentou a 5ª até a 8ª, classe limite na altura. Não terminou o ensino médio no curso de desenhador projetista porque teve de interromper para trabalhar e ter meios de subsistência para viver. Vendeu *Kingole*³¹ quando pequeno entre os 12 aos 15 anos para se sustentar tal como os seus amigos. Quando adolescente, apanhava candongueiro para ir jogar futebol na ilha e algumas vezes ia a pé tal como ainda hoje costuma fazer quando vai trabalhar. Atualmente percorre aproximadamente 5 quilómetros de casa até ao trabalho. Para a sua subsistência, trabalhou também como kónica, ou seja, fazia fotocópias para as pessoas. Hoje trabalha como designer gráfico, professor de natação e, desde o início da pandemia do Covid-19, vende alguns mariscos.

³¹ *Kingole*, nome atribuído pelos pescadores ao molusco bivalve denominado em língua portuguesa por amêijoas.

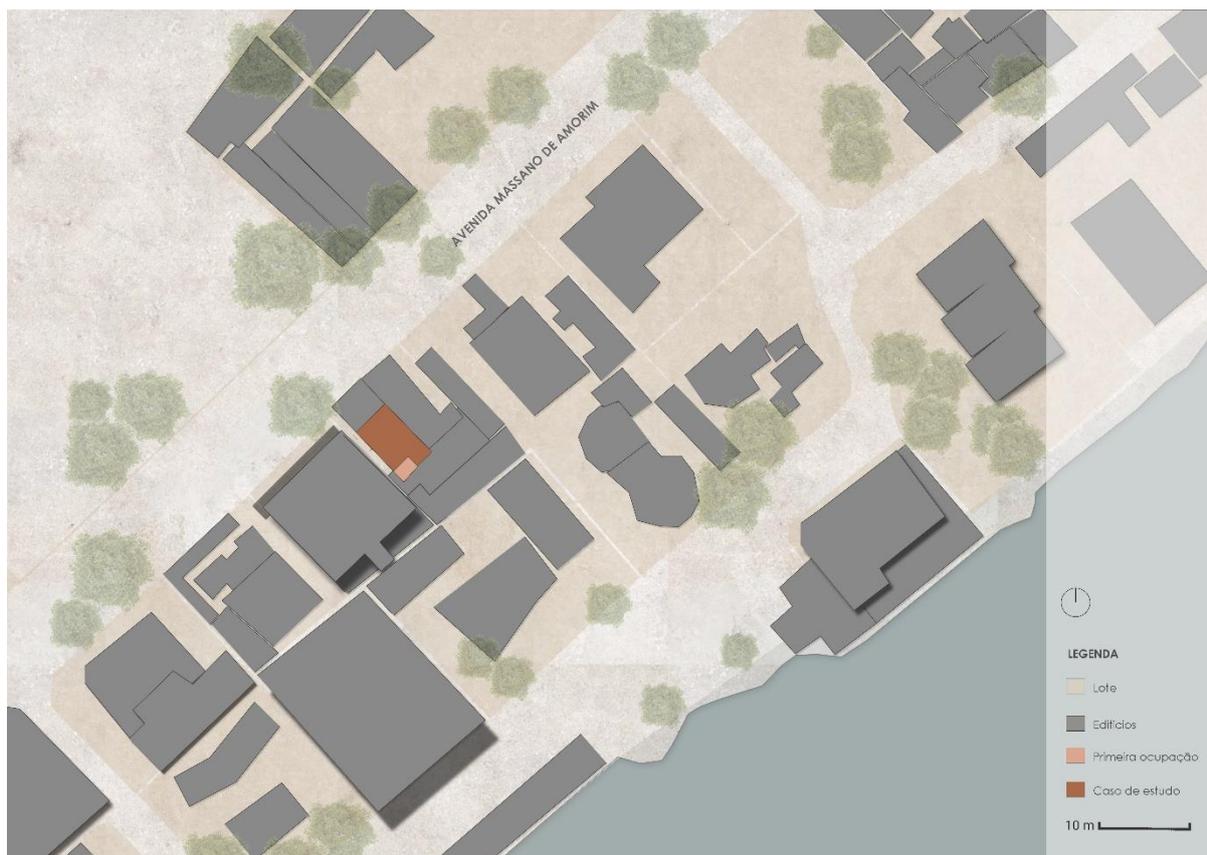


Figura 119. Localização da Casa 3, em 2020. Montagem sobre imagem google earth. Fonte: autora.

A casa

O lote inicialmente era um terreno arenoso de 40x20 m². A habitação integrava um quarto, sala, cozinha e a instalação sanitária no exterior. A sua mãe já trabalhava na altura. A casa foi construída nos anos 70 do século XX. O pai na altura era técnico de máquinas, o que lhe permitiu obter aparelhos domésticos como TV e computadores.

A ocupação da parcela de terreno pelo seu pai em 1986 iniciou com a construção de um anexo apenas com uma divisão que servia de quarto e sala, localizando-se a cozinha provavelmente no exterior. Posteriormente, com a ocupação por outra família de parte da parcela, o seu pai decide acabar a casa adicionando dois quartos (um para o casal e o outro para os filhos). Uma das paredes do quarto dos filhos não era cerrada totalmente, adquirindo um carácter semiprivado. Para além dos quartos, a casa incluía uma sala comum, um espaço de cozinhar adaptado, uma instalação sanitária e os arrumos atrás da instalação sanitária. Nesse período, a mãe cozinhava no fogareiro na zona para cozinhar perto da instalação sanitária. O quarto dos filhos integrava um beliche, tendo os colchões desse beliche sido aproveitados para o quarto atual de Rui.

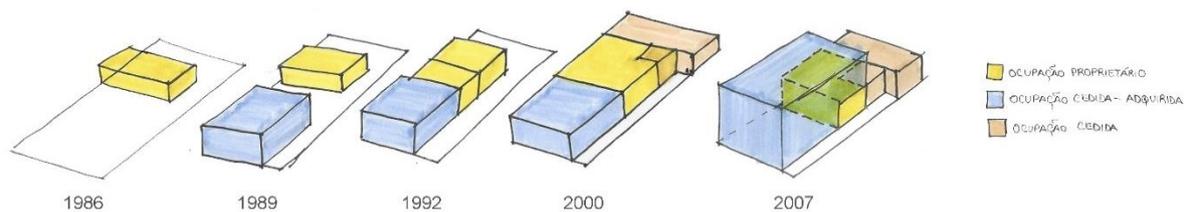


Figura 120. Esquema evolutivo da ocupação da parcela de terreno. Fonte: Autora.



Figura 121. Evolução da Planta do r/c da Casa 3, em 1990, 2003 e 2020. Levantado e trabalhado pela autora, 2020.

As paredes da casa eram de alvenaria de blocos de cimento, rebocadas e pintadas de branco no interior, e a cobertura era inicialmente de chapa metálica. As janelas tinham caixilharia em madeira. O pavimento era de cimento.

A habitação dava para o mar e encontra-se numa cota mais baixa devido às calemas³² constantes na Chicala.

A parte do lote ocupada por outra família foi cedida pelo proprietário conjuntamente com o quarto que antes servira de anexo para a família. Esta sobreocupação origina hoje um único acesso (por beco) de entrada na habitação.



Figura 122. Implantação da Casa 3, em 2020. Montagem sobre imagem google earth. Fonte: Autora.

³² Ondulação intensa do mar para a costa.



Figura 123. Fachada da Casa 3, em 2020. Fonte: Autora.

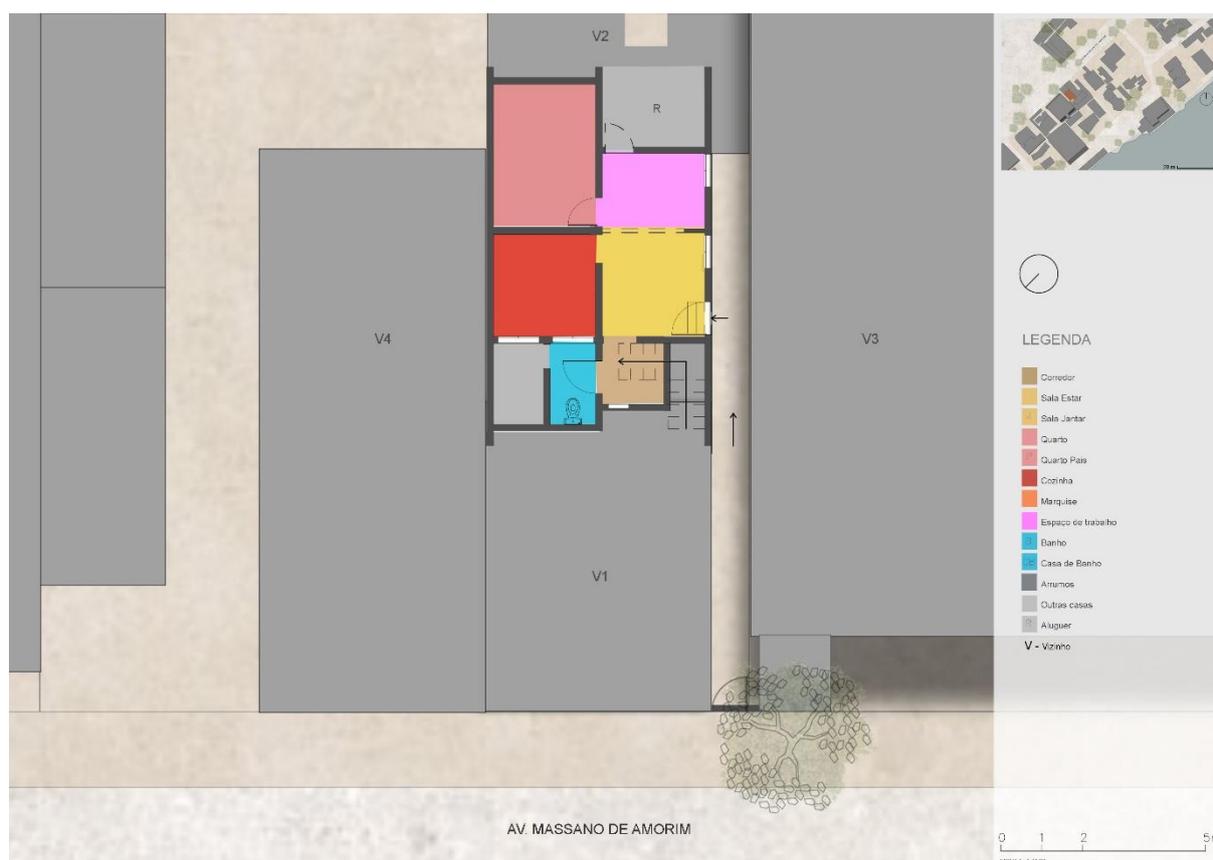


Figura 124. Planta r/c atual da Casa 3, em 2020. Levantado e projetado pela autora, 2020.

As funções da habitação foram em 2005 ligeiramente alteradas. O espaço que servia de sala, hoje é apropriado como espaço de trabalho do filho jovem que aí ficou a residir. Apenas se manteve um dos quartos e o outro foi adaptado para cozinha. Esta é separada da sala por uma parede de 1,70 m que não chega ao teto, permitindo uma estreita relação com a sala; o espaço debaixo da escada serve como *hall* de acesso à instalação sanitária e à divisória dos arrumos que mantiveram as suas funções. O quarto cedido ao inquilino vizinho do lado, mantém-se fechado sem acesso pelo interior da casa estudada. Os vãos foram mantidos com exceção do vão que dava para o antigo espaço de cozinhar. A ocupação pelo vizinho que ocupa a frente da parcela, acabou por vedar o vão. O jovem entrevistado queixa-se do calor dentro da casa por dispor apenas de duas janelas no espaço de trabalho à entrada da casa. Essas duas janelas não permitem a entrada direta do ar porque estão viradas para a vedação do pátio tipo beco que o separa do vizinho.

A materialidade da habitação atual manteve-se a nível das paredes e vãos. Com a construção pelo vizinho da sua habitação no piso superior, parte da cobertura do caso de estudo foi substituída por uma laje. Recentemente (em 2018), foi posto mosaico no pavimento do rés-do-chão e as paredes interiores pintadas pelo Rui numa tonalidade cinza escuro que escurece o espaço que carece de luz natural. O residente considera a luz natural no interior da habitação e as duas luminárias da sala e da cozinha suficientes para o seu trabalho, embora pense pintar as paredes com um tom mais claro.

Ao nível de mobiliário, o espaço de trabalho do residente tem uma secretária de apoio ao computador, um frigobar e duas cadeiras. O quarto integra dois colchões ao lado um do outro, aproveitados do beliche antigo, uma mesa de vidro e uma cadeira de plástico. A cozinha inclui móveis e objetos diversos: uma mesa para preparar as refeições, um quadro pendurado, caixas encostadas à parede, um bidom amarelo, uma botija, uma taça de campeonato da natação e um ferro de musculação, e entre outros objetos. A instalação sanitária integra apenas a sanita e apresenta poucas condições de uso. O morador toma banho geralmente nas instalações da piscina e quando toma banho em casa usa o pátio tipo beco frente a sua casa onde coloca banheira e jarra. A divisão para arrumos inclui materiais diversos e objetos sem uso.

Sendo utilizada como estúdio, a habitação integra poucos aparelhos eletrodomésticos, apenas um frigobar e um fogão de duas bocas (estilo acampamento), o que se explica pelo facto do agregado familiar ser atualmente constituído por uma pessoa só, jovem técnico, desportista e artista. Em compensação dispõe de um computador (o pai sempre se preocupou em manter um computador para o filho) usado também como TV e telemóvel com acesso à internet, no espaço de trabalho que é o mais amplo e que mais utiliza. Embora tenha um espaço para cozinhar e uma mesa no quarto onde come, o jovem residente cozinha pouco porque geralmente come fora de casa.

Com base na informação do entrevistado Rui, a casa e a sua dimensão são agora suficientes para ele, mas quando constituir família provavelmente terá de se mudar. Para já, além da renovação da pintura de paredes (que apresentam sinais de salitre) ele pretende fazer uma mudança de usos de divisões.

Quanto às infraestruturas da Chicala, segundo o entrevistado, raramente falta energia elétrica e água, embora as ligações domiciliárias tal como as casas não sejam legais. Quando os fiscais da eletricidade

aparecem para cobrar, como ele não dispõe de documentação que identifique a habitação, o residente “dá uma gasosa”³³. Em caso de falta de água, o que é raro, geralmente o Rui pede ao guarda da casa vizinha do lado para encher o seu balde, o que indica uma boa relação com a vizinhança. A fossa séptica estava localizada no quintal, frente à casa, que atualmente está ocupado por outra habitação. Hoje as águas sujas são despejadas num buraco perto da porta de entrada da sua casa. Jovem e vivendo só, o residente desta habitação mostra pouca preocupação no que concerne a higienização em tempos de pandemia do Covid-19.

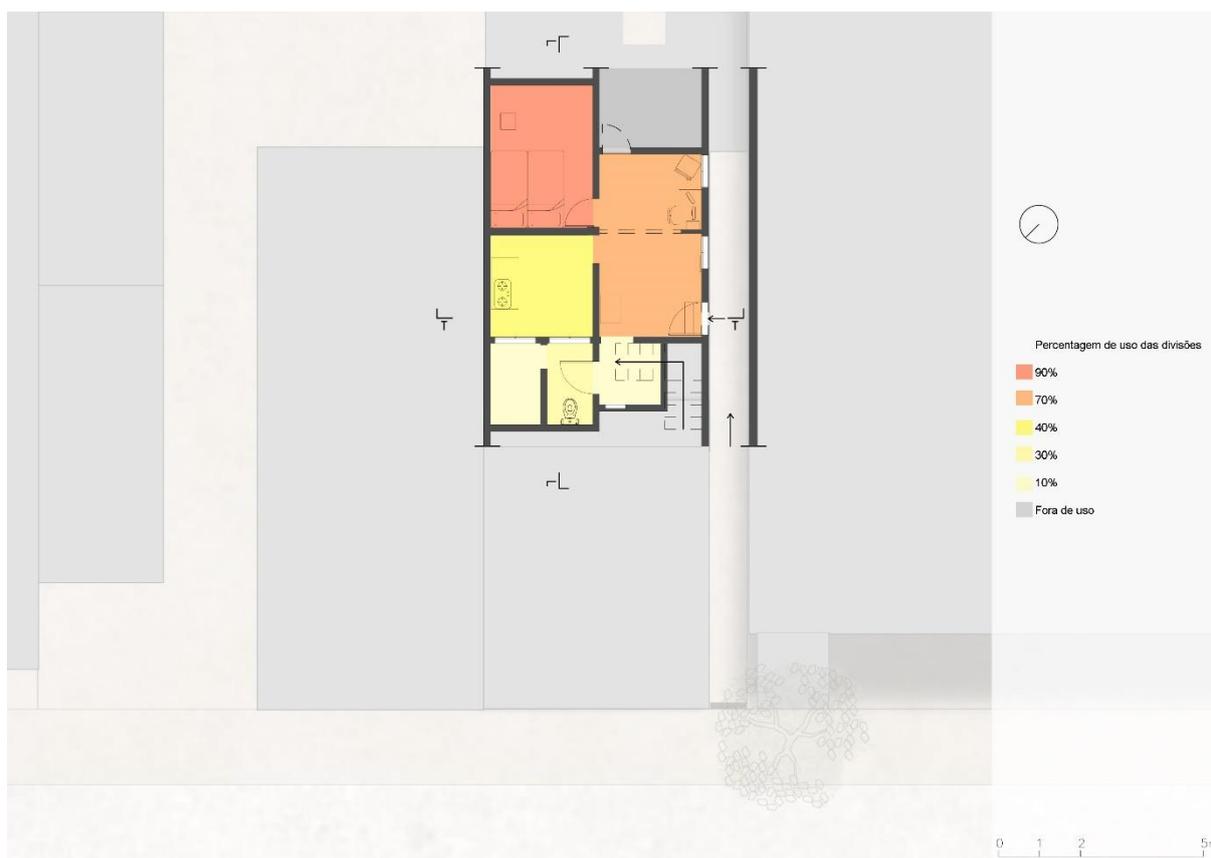


Figura 125. Frequência de ocupação de cada divisão. Planta r/c da Casa 3, em 2020. Fonte: Autora.

O residente desta habitação usa essencialmente o espaço de trabalho (espaço mais amplo) e o quarto e passa pouco tempo em casa. A iluminação natural é insuficiente como acima dito porque algumas paredes foram tapadas por muretes e os dois vãos de janelas existentes abrem para o pátio tipo beco. A pouca iluminação natural e artificial transmite ao visitante a sensação de abandono, reforçada pelo mau estado das paredes devido à humidade e salitre essencialmente na zona da dispensa e da instalação sanitária. O pé direito da casa é relativamente baixo, de cerca de 2,60 m o que cria algum conforto, mas as paredes da cozinha para a sala e do quarto para a sala, são demasiado baixas, apenas com 1,70 m, não assegurando um isolamento auditivo e visual.

³³ Gasosa: gíria usada para referir à remuneração extraordinária de funcionários

CASA 4 – Ch1 (autora)

Figura 126. Localização das Casas 4 e 5, em 2020, com legenda das divisões. Fonte: autora.

Aqui se instalou em 2019, uma mulher de trinta anos, com quatro filhos de 12, 8 e 5 anos e um bebé de 5 meses. Apenas o filho mais velho ia à escola que, entretanto, deixou de frequentar devido à pandemia do Covid-19. Anteriormente esta jovem residia no Cazenga com o marido, numa casa de quarto e sala alugada. A cozinha e a casa de banho eram compartilhadas pelas famílias do mesmo quintal, mas tinham fogão à gás e máquina de lavar roupa. A casa no Cazenga era bem melhor que o atual abrigo, mas tiveram de abandonar pela incapacidade de pagar a renda.

O seu marido era professor, mas ficou desempregado passando a sustentar-se com biscates. Os dois desempregados e sem casa, decidiram separar-se e cada um foi morar perto dos respetivos pais. O marido dorme em casa da família (longe da cidade) e visita esporadicamente a mulher que se instalou na Chicala, perto da casa da mãe e do seu atual companheiro. A sua mãe, que migrara de Malange para Luanda em busca de melhores condições de vida, arranhou-lhe um espaço coberto com blocos fora do centro da cidade, mas ela preferiu arranjar o seu próprio espaço na Chicala a uns 10 m de distância da casa da mãe. É a primeira vez que vive numa casa de chapa. Sente que ainda mora no Cazenga e ao mesmo tempo na Chicala. A jovem não se relaciona com ninguém da vizinhança exceto com a sua mãe.

Para sobreviver, a jovem vende carvão frente ao seu novo abrigo e quando tem dinheiro compra tomate, cebola e óleo para vender nos Congoleses, mercado informal localizado no Rangel (bairro de Luanda). A jovem não frequenta a igreja e utiliza pouco os serviços da Chicala, apenas o mercado de peixe e barracas com venda de alimentos.



Figura 127. Implantação da Casa 4, em 2020, com legenda das divisões. Fonte: autora sobre *google earth*.

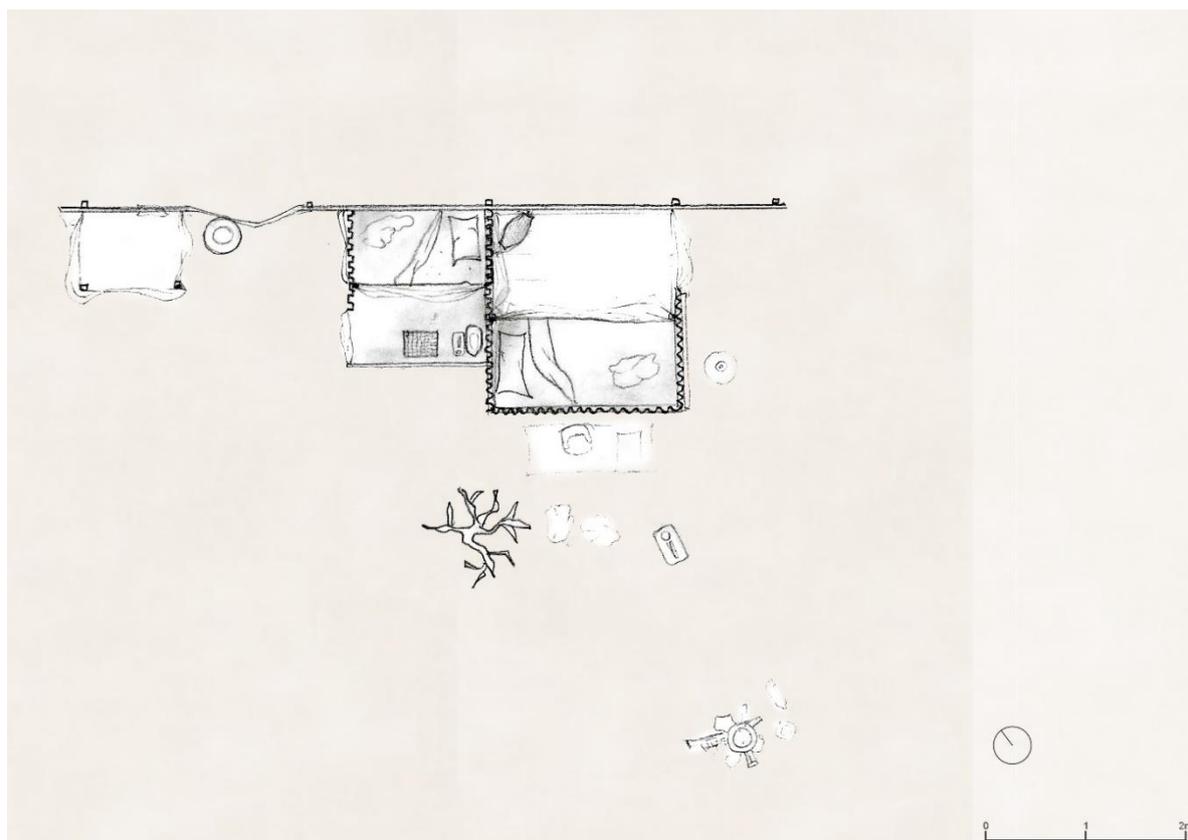


Figura 128. Planta da Casa 4. Levantado e desenhado pela Autora, em 2020.

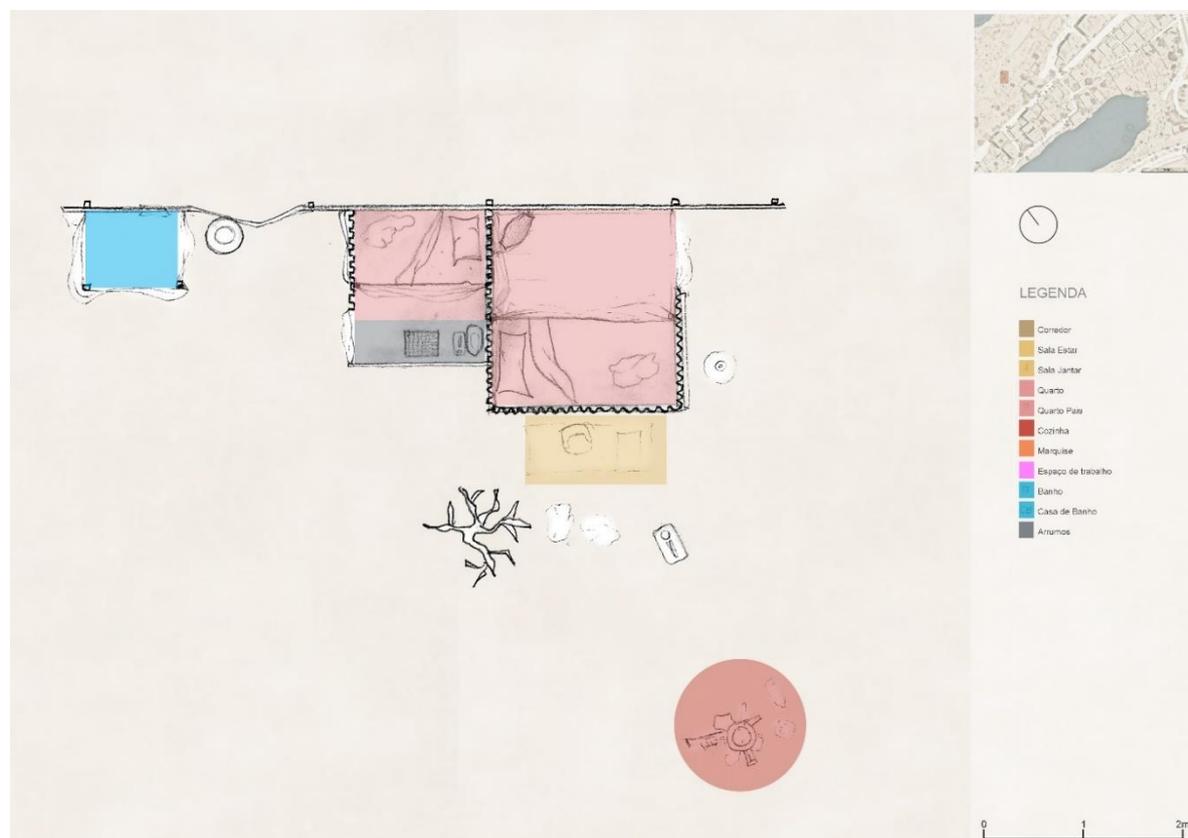


Figura 129. Usos da Planta Casa 4, em 2020. Levantado e desenhado pela autora.



Figura 130. Exterior da casa 4, em 2020. Fonte: Autora.

A casa atual de chapa foi construída pela jovem com a ajuda do filho mais velho de 12 anos. Considerando a parte coberta, o abrigo integra apenas o seu espaço de dormir dos pais, o espaço de dormir dos filhos mesmo ao lado e o espaço de tomar banho. O espaço de cozinhar localiza-se no exterior sendo marcado pelos pequenos troncos de árvore frente ao abrigo, onde coloca uma panela. Agora cozinha a lenha. Come com os filhos frente ao espaço de dormir e quando prevê a visita do marido, esperam por ele para jantar.

O espaço usado para sentar, conversar, comer está encostado ao seu espaço de dormir. Este integra um colchão e uma rede mosquiteira, e um espaço para guardar as roupas sobrepostas, documentos, livros. O quarto dos filhos integra igualmente um colchão, uma rede mosquiteira, alguidares adjacentes ao colchão, cesto, balde e bidão. O espaço exterior de tomar banho integra bidões de plástico. Não têm latrina. Utilizam para o efeito as zonas de capim perto da praia.

Quanto a materialidade, o abrigo que envolve o espaço de dormir e de tomar banho está coberto com sobreposição de materiais reutilizados pela jovem. Vão desde troncos de madeira que serviram de estrutura, chapas para cobrir e proteger as laterais, alguns pedaços de contraplacado no teto forrados apenas por lonas, pedaços de papelão, lençóis e pedras colocadas no chão para impedir que os materiais voem.

O abrigo não integra nenhum aparelho eletrodoméstico e não tem energia elétrica. Para carregar o telemóvel, a jovem tem de pagar 100kz. Quando consegue, usa a lanterna do telemóvel para iluminar o caminho em torno da casa que não tem iluminação pública. Não dispendo de água, a família depende da água da torneira existente no mercado de peixe ou da água fornecida por alguns vizinhos, para lavar a loiça, roupa e tomar banho.

No caso de intempéries (chuva e vento), a família dorme no mercado de peixe. Estão sujeitos a diversas vulnerabilidades e riscos: doenças, intempéries, ventos fortes pela proximidade do mar, invasão de mosquitos e outros insetos, desalojamento, insegurança e outros. As autoridades mencionam que o terreno tem dono.

Se tivesse oportunidade de viver numa casa de blocos de cimento, um quarto seria suficiente para viver com os seus filhos. Caso pudesse melhorar a sua habitação, construía um quarto para si e seu marido, um quarto para as crianças, uma sala, uma cozinha e melhorava a casa de banho exterior.



Figura 131. Casa 4, em 2020. À esquerda: entrada do quarto dos pais. À direita: vista da casa de banho. Fonte: Autora.

CASA 5 – Ch1 (autora)

Um jovem com cerca de 30 anos, vivia em Viana com os seus pais, numa casa em bloco, com dois quartos, uma sala, cozinha, instalação sanitária no exterior e quintal servindo de “sala” e para atividades domésticas. Por dificuldade de emprego moveu-se para Chicala onde conheceu a atual esposa com quem vive há 8 anos. A mulher já tinha duas filhas e ambos têm agora um filho recém-nascido. O jovem vende e arranja peixe, mas nem todos os dias consegue peixe para vender nem cliente para comprar. Quando não consegue, ajuda “choqueiros”³⁴ a empurrar “chata” para conseguir algum peixe para comer. Como na casa 4, dada a falta de recursos a família não se serve dos serviços da Chicala, apenas compra alimentos na “bancada” de venda de senhoras mais velhas.



Figura 132. Implantação da Casa 5, em 2020. Imagem trabalhado pela autora sobre *google earth*.

³⁴ “Choqueiro”, nome dado aos pescadores que apanham choco.

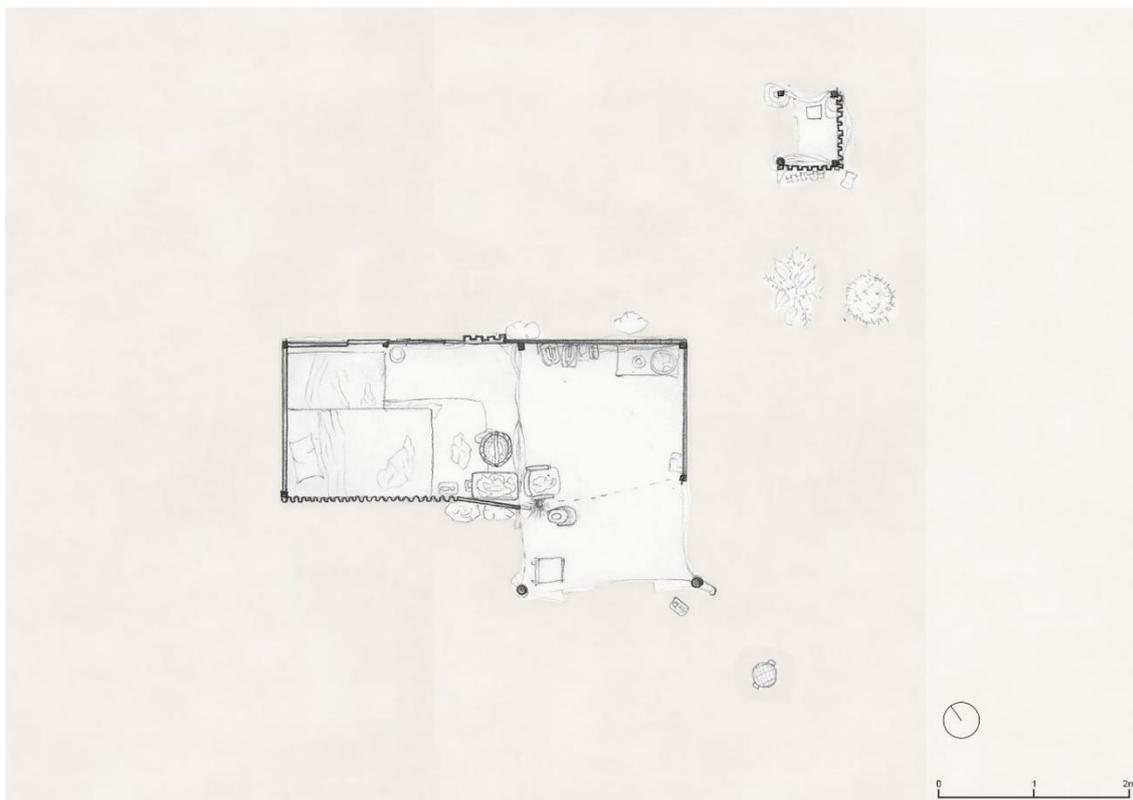


Figura 133. Planta da Casa 5, em 2020. Levantada e desenhada pela autora.

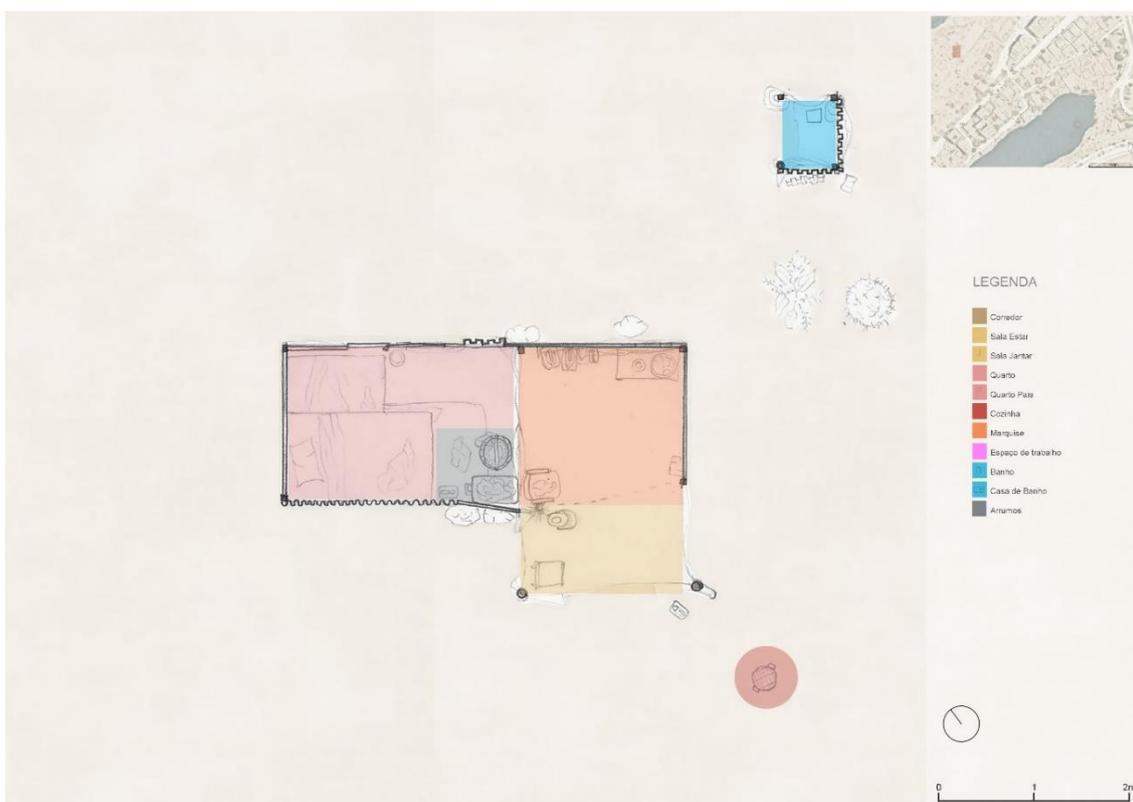


Figura 134. Uso da Casa 5, em 2020. Levantado e desenhado pela autora.



Figura 135. Vista frontal da Casa 5, em 2020. Fonte: Autora.

Situada longe da via principal e próximo ao mar, a casa atual, foi construída pelo chefe da casa com chapas e paus. Inicialmente construiu apenas um quarto, tendo depois improvisado uma zona de entrada, uma espécie de alpendre aberto ao exterior usado para confeção dos alimentos e lavar a louça. Construiu também o espaço de tomar banho ao lado da casa e abriu uma pequena horta.

No espaço de dormir observa-se um colchão de solteiro (colocado sobre contraplacado), lençóis, rede mosquiteira, mochilas das crianças, uma caixa térmica, roupas sobrepostas, um cesto, bidões, marmitas. O alpendre integra bidões de água, pequenos e amarelos de água, uma caixa de metal a servir de base para colocar o alguidar com a loiça, roupas sobrepostas sobre peças de uma cadeira, balde, vassoura, grelha para o peixe. Na cobertura para além de pedras, também se encontra alguns equipamentos domésticos como um cesto de plástico com panelas, alguidares, bidões e garrafas vazias de cerveja. A divisão para o banho não é coberta sendo apenas vedada por panos. Tal como no caso anterior, também não têm latrina, utilizando o capim perto de casa. A habitação também não tem energia elétrica. Usaram vela, mas deixaram de usar por constituir riscos de incêndio uma vez que a casa é forrada por panos. Atualmente usam lanterna para andar de noite junto à casa.

Quando não têm possibilidade de comprar carvão, a mulher cozinha a lenha a uns poucos metros de distância da casa por causa do fumo e da criança. A localização do espaço de cozinhar é função do tipo de cozinhar, do clima e dos recursos do dia.

O chefe da casa queixa-se do vento que bate forte no cacimbo. Em dias de muita ventania o casal dorme inseguro porque a casa abana. Em dias chuvosos, chove dentro de casa e têm de colocar alguidares perto da cama. O outro risco que enfrentam é o de demolição do seu abrigo. Segundo o chefe da casa, em 2020 por duas vezes, as autoridades partiram algumas casas, sem aviso prévio, essencialmente na sequência de conflitos entre a vizinhança.



Figura 136. Interior da Casa 5, em 2020. À esquerda, quarto dos pais, à direita instalação sanitária. Fonte: Autora.

5 | REFLEXÕES FINAIS SOBRE A HABITAÇÃO DOS MUSSEQUES: TRAÇOS GERAIS E ENSAIOS

O espaço habitacional expressa as diferentes formas de inserção urbana e as diferentes posições sociais dos seus habitantes (Raposo & Salvador, 2007, p. 124).

“[...] a capacidade de inserção urbana de um grupo social varia, entre outros factores, com a sua maior ou menor permeabilidade aos novos valores e modelos, com a sua experiência urbana anterior e a sua capacidade de intervenção no espaço.” (Raposo & Salvador, 2007, p. 124).

A habitação vernacular em Angola mostra permanências e transformações na sua forma, materialidade e tipos que são função do local, do clima, da organização económica e sociocultural, das influências exteriores e do processo de modernização e urbanização. Amos Rapoport defende que o lugar influencia a forma, mas a seleção do local é função de cada cultura (Rapoport, 1969, p. 28).

Feitas com materiais leves e de fácil regeneração as habitações vernaculares africanas em meio rural tinham um carácter temporário, resultante da procura de melhores condições de produção e segurança, o qual perdura até hoje, em contexto diferente, marcado pela urbanização. As pessoas continuam a mover-se, agora para as cidades, à procura de melhores oportunidades de acesso a emprego, mas também a serviços, como escola ou posto médico e criam novos territórios, autoconstruindo as suas casas e os seus bairros, os musseques.

A necessidade ancestral das tribos africanas de viverem em comunidade persiste no período colonial e permanece até hoje. As casas estudadas nos três musseques confirmam a tendência dos chefes de família receberem e cuidarem dentro da habitação de familiares que não fazem parte do núcleo familiar. A agregação das casas nos musseques em processo de urbanização, com uma densidade de ocupação cada vez maior, no bairro e dentro do lote, promove um espaço comunitário entre os residentes. Como Hall (1966, p. 121) menciona, não é um efeito do acaso, resulta da história e da cultura e é promovida pela acelerada urbanização dos subúrbios (Oppenheimer e Raposo, 2017). Nos musseques, familiares com diferentes graus de parentesco cohabitam na mesma casa.

A atual organização interna das habitações homogeneizou-se, com a industrialização, modernização e urbanização, generalizando-se os espaços privados com funções específicas dentro das habitações com mais recursos. Nas habitações de características mais rurais, populares, ou de menores recursos, as divisões mudam sistematicamente de uso consoante o momento, tal como refere Hall, “enquanto as camas ou as mesas se armavam ou desarmavam segundo o humor ou o apetite dos ocupantes” (Hall, 1966, p. 122). Estas mudanças são muito frequentes em Luanda, por razões culturais, pelo hábito de receber familiares, mas essencialmente em situações de menores recursos, quando o número de divisões é insuficiente, ou em situações específicas como obras de reconstrução em casa. Durante o

levantamento feito na casa 2 pela autora em 2020, o futuro quarto do chefe de família, encontrava-se em processo de reabilitação, pelo que o casal dormia no colchão na sala.

Em Luanda, embora o português seja correntemente falado e a designação dos espaços domésticos receba influência da cultura ocidental, persistem nos musseques designações de origem das línguas e costumes locais. Existe distinção dos compartimentos de acordo com os usos e funções, porém, os objetos também atribuem novas funções ou subfunções dentro do mesmo compartimento. Tal como abordado no primeiro capítulo, a coexistência de usos persiste. Existe também a questão do lugar dos objetos, que se transferidos para outros lugares perdem relevância ou o desfoco da atividade (Hall, 1966, p. 122).

A escala humana e sua relação com o espaço habitado e seus componentes é um dos fatores a ter em conta na projeção do espaço: a ligação entre o corpo e o design de acordo com as atividades, distinguindo o corpo feminino e masculino para conceber a forma dos equipamentos domésticos, a sua disposição e localização. Estes elementos influenciam a orientação do corpo e da mente dentro do espaço construído (Hall, 1966, p. 123). A autoconstrução facilita a adaptação do design ao corpo.

5.1 | ALGUNS INDICADORES DAS CASAS ESTUDADAS

As tabelas que seguem comparam e relacionam diferentes indicadores analisados nas dezassete casas estudadas, visando identificar as suas diferenças e aspectos comuns, e compreender o modo de habitar, a localização, dimensões, uso dos espaços e objetos, simbologias e hierarquizações. As casas estão organizadas nas tabelas por bairro (Boa Esperança, mais periférico e mais rural, 11 de Novembro, periurbano e mais antigo, e Chicala mais central, urbano e recente) e por data de levantamento (em 1999, nos dois primeiros bairros, em 2011 e 2020 na Chicala), o que permite relacionar os indicadores com a maior ou menor inserção urbana, seguindo a pesquisa de Raposo e Salvador (2007).

Foram elaboradas as seguintes quatro tabelas:

- Tabela de localização: sobre o contexto urbano e registos socioculturais.
- Tabela de áreas: sobre as intenções espaciais de cada casa.
- Tabela de usos: sobre a importância e formas de usos dos espaços.
- Tabela de materialidade: sobre aspectos que estão subjacentes à cultura, práticas e coexistência.

Tabela 1 - Indicadores de localização e contexto

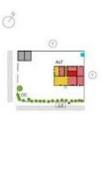
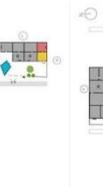
Casos de estudo																		
Localização urbana	Bairro Boa Esperança musseque periférico recente	Bairro 11 de Novembro musseque semiperiférico colonial	Bairro 11 de Novembro musseque semiperiférico colonial	Bairro 11 de Novembro musseque semiperiférico colonial	Bairro 11 de Novembro musseque semiperiférico colonial	Bairro Chicala musseque urbano - Paulo Moreira	Bairro Chicala musseque urbano - Aurora	Bairro Chicala musseque urbano - Aurora										
Data de levantamento	1999	1999	1999	1999	1999	1999	1999	1999	2011	2011	2011	2011	2020	2020	2020	2020	2020	
Data de construção da casa	1992	1992	-	-	1960								2005	1970	1980	2018	2012	
Data de chegada ao bairro	-	-	-	-					1991	1982	1986		1977	1974	1970	2018	2010	
Transformações posteriores	-	-	-	-														
Localização da casa no lote	Próxima à entrada principal do lote	Centro lateral do lote	Afastada da entrada	Afastada da entrada principal	Frente à entrada	Afastada da entrada	Frente lateral da entrada	-	Próxima à entrada principal	Próxima e colada à entrada principal e colada	Encostada à entrada principal	Encostada à entrada principal	Afastada da entrada principal do lote	Frente a entrada	Afastada da entrada principal	-	-	
Número de residentes	15	8	11	7	6	8	7	3+?	27	22	17		5	5	1	5	3	
Profissão dos chefes de família	Pai	Vende na província	-	Funcionário municipal	Carregador de cimento	Biscates	Médico tradicional	Eletricista	Motorista; vendedor roupa	-	-	-	-	Enfermeiro	Mecânico	-	Professor	Pescador
	Mãe	Padeira e vendedora mercado	-	-	Vendedora frente ao lote	Vende tomate mercado	-	Confeiteira	-	-	-	-	Gerente loja	Funcionário local e vende local	-	Vendedora local e zungueira	-	
	Outros	-	1 padeiro; 1 enfermeiro; 1 electricista	Pedreiro	-	3 filhos militares	-	Filha farmacéutica	Irmao professora no bairro	Residente trabalha em casa	Residente vende no local; mecânico	Comerciante local; mecânico	-	-	Filhos vendem em casa	Filho professor de natação e designer	-	-

Tabela 1. Escala 1/1000. Fonte: Autora.

Síntese da tabela 1:

- A localização da casa no lote varia com o nível de urbanidade e com a origem dos residentes.
- Os levantamentos não indicam datas de transformações atuais ou futuras, mas todas as casas alvo de transformações constantes.
- A média de residentes por habitação é de 10.
- Os chefes de família homens são geralmente funcionários de entidade municipal, de empresa de cimento, enfermeiro, professor, electricista, motorista, assim como mecânico, médico tradicional, pescador e alguns trabalham por *biscates*. As mulheres são vendedoras em casa, *zungueiras* e em poucos casos responsáveis de lojas.
- Os outros membros da casa - com ou sem grau de parentesco e inquilinos - ocupam cargos profissionais diversos.

Tabela 2 – Indicadores de áreas

CASOS DE ESTUDO																																				
Localização urbana		B.E 1	B.E 2	B.E 3	B.E 4	11 NOV. 1	11 NOV. 2	11 NOV. 3	11 NOV. 4	Chicala 2011 - 1	Chicala 2011 - 2	Chicala 2011 - 3	Chicala 2011 - 4	Chicala 2021 - 1	Chicala 2021 - 2	Chicala 2021 - 3	Chicala 2021 - 4	Chicala 2021 - 5																		
Área do lote/casa	Casa principal/entrevistada	64,48	95,39	70,98	25,11	99,62	108,52	87,7	14,72	115,32	103,93	81,24	81,1	100,85	158,21	40,05	6,16	14,49																		
	Espaço construído m ²	5,57	31,14	-	1,78	2,33	20,47	24,87	48,67	19,21	88,92	7,72	14,5	3,72	17,09	-	0,8	0,8																		
	Outros usos Outras casas	11,7	10,42	-	55,66	201,16	-	-	-	224,65	202,17	48,04	-	58,33	36,1	82,47	-	-																		
	Espaço não construído	310	773,77	117,31	74,87	350,11	332,94	209,75	-	315	225	94,64	72,73	5,77	-	11,16	-	-																		
Área média total		385,5	911,22	188,29	157,12	653,21	461,193	322,32	63,39	714,16	620,02	223,92	168,33	164,95	211,4	133,68	6,96	15,29																		
Área das divisões	Divisões:		NR	Area média m ²	NR	Area média m ²	NR	Area média m ²	NR	Area média m ²	NR	Area média m ²	NR	Area média m ²	NR	Area média m ²	NR	Area média m ²	NR	Area média m ²	NR	Area média m ²	NR	Area média m ²	NR	Area média m ²	NR	Area média m ²	NR	Area média m ²	NR	Area média m ²	NR	Area média m ²	NR	Area média m ²
	Quarto chefes de família	1	8,36	-	-	1	11,33	1	8,9	1	15,79	1	11,77	1	8,58	4	5,87	1	31,6	1	12,5	1	11,5	1	8,32	1	26,34	1	15,6	1	8,78	1	3,84	1	6,55	
	Quarto filhos	3	4,65	-	-	-	-	-	1	15,39	-	-	2	7,24	-	-	1	17,78	1	10,51	2	10,37	2	8,30	1	15,3	1	8,55	-	-	1	2,12	-	-		
	Quarto outros	2	6,1	4	8,46	1	10,08	2	11,21	-	-	3	6,85	1	14,24	-	-	7	11,27	4	11,02	3	7,85	-	-	1	8,12	-	-	-	-	-	-	-		
	Casa de banho	1	1,2	3	1,9	1	5,33	1	7,3	1	2,35	3	3,67	3	1,9	2	2,07	5	5,18	4	3,97	2	2,15	3	1,68	3	2,53	2	3,4	1	2,24	1	0,8	1	0,8	
	Sala/Espaço comum	2	8,41	1	24,3	1	20,55	3	10,44	2	24,05	3	9,16	1	17,38	4	8,95	5	17,1	3	28,7	3	13,04	2	12,83	2	28,45	1	28,15	1	6,37	-	-	-	-	
	Escritório/Espaço de trabalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2,72	-	-	-	-	1	15,95	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4,62	-	-	-	
	Corredor	1	3,44	2	4,57	1	5,63	-	-	1	10,35	2	9,79	2	5,25	-	-	2	1,33	2	2,36	2	3,17	2	3,45	1	10,4	1	5,99	1	2,25	-	-	-		
	Cozinha	1	4,27	1	14,85	1	7,93	-	-	1	6,08	1	6,87	1	5,34	-	-	4	9,25	4	7,02	2	5,05	1	6	1	8,45	1	8,2	1	6,25	1	Diâmetro: 0,7	1	Diâmetro: 1	
	Marquise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	26,29	1	26,18	1	27,06	1	12,96	1	10,38	-	-	-	-	-	-			
	Varanda/Alpendre	-	-	1	13,19	-	-	-	-	-	-	1	14,51	1	12,17	-	-	-	1	15,71	1	3,9	1	15,1	1	3,55	-	-	-	-	-	-	1	3,32		
	Arrumos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2,68	-	-	-	-	-	-	1	1,12	1	4,48	-	-	-	-	1	3,95	
	Quintal	1	310	1	773,77	1	117,31	1	74,57	3	353,19	1	332,94	2	104,87	-	-	1	315	1	225	1	142,47	1	72,15	-	-	1	36,85	-	-	-	-	-		
	Curral/Capoeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3,46	2	8,4	-	-	-	-	-	-	1	3,30	1	1,41	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
	Oficina	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	74,22	1	7,6	-	-	-	1	36,85	-	-	-	-	-	-		
	Espaço de aluguer	2	5,9	2	5,21	-	-	3	18,55	3	67,09	-	-	-	4	14,81	8	42,50	4	224,65	3	18,59	1	12,6	1	37,07	1	14,54	1	5	-	-	-	-		
	Multiusos	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3,93	-	-	1	2,91	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5,47	1	8,12	-	-	-	-	-	-	-		
	Local de venda/atividade	1	4,37	-	-	-	-	1	1,77	1	4,54	-	-	-	-	-	-	-	-	1	18,38	-	-	1	11,07	-	-	1	36,85	-	-	1	Diâmetro: 2,82	1	Diâmetro: 0,70	

Tabela 2. Escala 1/1000. Fonte: Autora.

Síntese da tabela 2:

- A sala é geralmente a maior divisão da casa.
- Os quartos são a segunda divisão maior da casa.
- Nos poucos casos que integram marquise, a sua área aproxima-se à da sala.
- O quintal é maior nos casos de zonas periurbanas e periféricas e em que o levantamento é mais antigo (bairro Boa Esperança e 11 de Novembro).
- O total da área de divisões arrendadas é maior que a das outras divisões não arrendadas.

Tabela 3 – Indicadores de usos dos casos da Chicala, 2020

CASOS DE ESTUDO 2020 - LEVANTADOS PELA AUTORA												
		Chicala 2020 - 1		Chicala 2020 - 2		Chicala 2020 - 3		Chicala 2020 - 4		Chicala 2020 - 5		
Divisões usadas por cada membro	Divisões:	Uso	Membro	Uso	Membro	Uso	Membro	Uso	Membro	Uso	Membro	
	Quarto pais	Dormir	Pais	Temporariamente fora de uso	-	Dormir	Chefe de família	Dormir	Pais	Dormir	Família	
	Quarto filhos	Dormir	Filhos	Dormir	Filhos	-	-	Dormir	Filhos	-	-	
		Ler	Filhos	Arrumos	Família			Arrumos	Mãe			
		Closet	Mãe									
	Sala/espaco comum	Socializar	Família	Socializar	Família	Comer	Chefe de família	-	-	-	-	
		Ver filme	Filhos	Ver TV	Filhos, família	Socializar	-					
		Jogar	Filhos	Arrumos	Família	Trabalhos gráficos	Chefe de família					
		Dormir	Filhos	Dormir	Pais	Vender	Chefe de família					
	Cozinha	Cozinhar	Mãe	Cozinhar	Mãe, filhos	Cozinhar	Chefe de família	-	-	-	-	
			Funcionário	Confeção de produtos para negócio	Mãe	Arrumos	Chefe de família					
	Zona de refeição	Comer	Família	Comer	Família	-	-	Comer	Família	Comer	Família	
		Arrumos	Mãe	Arrumos	Família			-	-	Socializar	Família	
		Estudar	Filhos					-	-			
	Marquise	Cozinhar	Mãe	Socializar	Família	-	-	-	-	-	-	
		Arrumos	Família	Conservação de alimentos e produtos	Família							
	Veranda/Alpendre	Zona do cão	-	-	-	-	-	-	-	-	Socializar	Família
		Guarda-roupas	Filhos									
	Arrumos	Estender roupa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Arrumos	Pais									
Quintal/Pátio	-	-	Estender roupa	Mãe; filhos	-	-	-	-	-	-	-	
			Oficina	Pai								
			Arrumos	Família								
Espaço exterior à casa	Canteiro	Família	-	-	-	-	-	-	-	Estar	Família	
										Comer	Família	
										Cozinhar	Mãe	
										Secar roupa	Mãe	
Secar roupa	Mãe	Secar roupa	Mãe	Secar roupa	Mãe	Secar roupa	Mãe	Secar roupa	Mãe	Secar roupa	Mãe	
Espaço de aluguer	Quarto e sala	Inquilinos	Loja	-	Quarto e sala	Inquilinos	-	-	-	-		
Espaço de venda	-	-	Venda de bebidas	Família	Sala	Chefe de família	Vender carvão	Mãe	Vender peixe	Pais		

Síntese da tabela 3

- O quarto na família de classe média é também usado como zona de leitura e/ou closet.
- A sala é usada como espaço de socialização entre família e como espaço de dormir em situações pontuais (casa 1) e situações de necessidade (casa 2), (ambas levantados pela autora em 2020).
- O quarto, a sala, a zona de refeição e a marquise para além da sua função específica (dormir, estar, comer, outros), são usados também como zona de arrumos.
- Depois do quarto, a sala ou a marquise (em função do tipo de casa) é a segunda divisão mais usada.
- A marquise tem diversos usos: espaço de cozinhar, de socializar, de tratamento de roupa e conservação de produtos, de arrumos ou zonas do cão.
- Apenas uma casa das cinco levantadas pela autora manteve o quintal embora coberto.
- Todas as casas levantadas em 2020 com exceção da casa 1, integram espaço de venda de produtos consumíveis (bebida, carvão, frutos do mar).

Tabela 3. Tabela de indicadores de usos. Escala 1/1000. Fonte: Autora.

Tabela 4 – Indicadores de materialidade e usos dos casos da Chicala, 2020

CASOS DE ESTUDO 2020 - LEVANTADOS PELA AUTORA							
Designação			Chicala 2020 - 1	Chicala 2020 - 2	Chicala 2020 - 3	Chicala 2020 - 4	Chicala 2020 - 5
Materialidade	Pavimento	Material	Mosaico	Cimento	Mosaico	Lona sobre solo	Solo
		Cor	Branca	Cinza esverdeado	Branca	Azul	-
	Parede	Material	Alvenaria de tijolo; revestimento cerâmico	Alvenaria de tijolo com argamassa de cimento e areia	Alvenaria em bloco de cimento	Chapa metálica, troncos de madeira e lona	Chapa metálica, troncos de madeira e lona
		Cor	Beige, branco e azul	Rosa, amarelo, azul, cinza	Cinzento escuro	Cor de metal ao natural	Cor de metal ao natural
	Laje	Material	Laje maciça	Laje maciça e madeira	Laje sobre teto falso	-	-
		Cor	Branca	Amarela, azul, branca	Branca	-	-
	Cobertura	Material	Asnas em metal e telha sobre cerâmica portuguesa	Telha de lusalite sobre asnas metálicas	Telha de lusalite sobre estrutura metálica	Chapa metálica, troncos de madeira e blocos	Chapa metálica, troncos de madeira e blocos
		Cor	Laranja, cor cerâmica	Cinza claro	Cinza escuro	Múltiplas	Múltiplas
	Portas	Material	Madeira envernizada; portas metálicas	Madeira pintada	Madeira pintada; porta metálica	Tecido	Tecido
		Cor	Castanha escura e branca	Castanha amarelada e branca	Branca	Tons claros	Tons claros
	Janelas	Material	Alumínio lacado, vidro e grade metálica	Madeira pintada, vidro e grade metálica	Madeira pintada	-	-
		Cor	Branca	Branca	Branca	-	-

Síntese da tabela 4:

A materialidade pode indicar a origem, o modo de vida e as aspirações dos residentes para além da adaptabilidade. A tabela de materialidade indica os seguintes aspectos:

- As habitações de modo geral apresentam na fachada tons claros como rosa claro, bege, branco ou até a cor do cimento bruto, podendo indicar tanto o desejo de inserção do meio urbano como o custo elevado das tintas mais coloridas.
- Os bairros Boa Esperança e 11 de Novembro apresentam diversidade de cobertura enquanto que na Chicala o material que prevalece são as chapas em fibrocimento indicando a facilidade económica e de acesso, como também de manutenção.

Tabela 4. Escala 1/1000. Fonte: Autora.

5.2 | ALGUMAS NOTAS DOS ELEMENTOS DO “LOTE” E DA CASA

As tabelas de indicadores das casas dos bairros Boa Esperança, 11 de Novembro e Chicala, estudadas no capítulo 4, apresentadas no ponto anterior, permitiram sistematizar algumas reflexões gerais sobre as habitações populares dos contextos em estudo. Neste ponto, caracterizam-se diversos elementos habitacionais, ao nível do “lote” ou parcela de terreno ocupada (localização da casa, vedação, densidade de ocupação e estacionamento, morfologia da ocupação, quintal, animais e vegetação, fontes de rendimento) e da casa (divisões, materialidade e mobiliário). Procurou distinguir-se as diferenças de cada elemento em função da maior ou menor inserção urbana.

Estas reflexões gerais e detalhadas sobre as casas estudadas visaram esboçar propostas de melhoria ou soluções de problemas a nível habitacional, considerando o modo de habitar dos residentes, a relação com o espaço habitado e os objetos que o compõem, que se apresentam nos pontos seguintes deste capítulo.

O “lote”

Localização da casa no “lote” e quintal

O Bairro Boa Esperança, mais recente e periférico que o 11 de novembro, apresentava sinais mais rurais tanto na malha urbana do bairro (orgânica) como na tipologia das casas encostadas ao fundo do lote deixando espaço para um amplo quintal, maioritariamente não vedado, à volta da casa principal, utilizado para atividades diárias e com visibilidade do exterior. Já as casas no bairro 11 de Novembro, encontravam-se na frente ou junto à entrada do lote característica comum das casas coloniais deixando o quintal mais protegido nas traseiras.

A maioria dos casos selecionados na Chicala, levantados por Moreira, apresenta uma tipologia não colonial, tal como no Boa Esperança, com construções encostadas aos limites do lote servindo de vedação e proteção do terreno e ‘privarizando’ o quintal. É uma intenção que embora parecer despropositada, indica proteção, privatização e união remetendo as sanzalas, em que o quintal descoberto era circunscrito por casas a volta marcando-o como uso exclusivo às habitações que o envolvem. As casas levantadas pela autora na Chicala em 2020 apresentam diferentes localizações no lote: habitações sem delimitação do lote, habitações de diferentes famílias inseridas no mesmo quintal ou habitação instalada em terreno desocupado. Em todas se regista a redução ou eliminação do quintal por consequência das práticas adquiridas na cidade (aluguer de espaços vazios no lote), com desvalorização do quintal e priorização de fontes de rendimento.

Vedação

Os lotes das casas estudadas do Boa Esperança não tinham muro de vedação na frente que dava para a rua, por falta de recurso dos residentes para vedação com material fixo ou para ter visibilidade para a rua, ou proximidade da vizinhança. Os lados e traseiras do lote não tinham vedação ou eram circunscritos por vegetação ou arames, tal como os aglomerados tradicionais delimitados por cercas baixas.

No 11 de novembro o lote das casas estudadas tinham muros de vedação altos indicando necessidade de segurança, privatização ou pouca relação com a vizinhança. Esta prática de separação da vizinhança torna-se muito comum nas zonas urbanizadas em que as relações de vizinhança vão diminuindo por várias razões como o fluxo constante “do entra e sai” no lote de residentes ou inquilinos ou o pouco tempo de permanência dos chefes de família em casa.

Densidade de ocupação e estacionamento

A densidade de ocupação dos “lotes” nos musseques tem aumentado nos últimos anos em meio periurbano e urbano devido ao afluxo veloz de migrantes para a capital. Os chefes de família têm priorizado obter fontes de rendimento (através do aluguer do seu espaço ou casas) do que manter o quintal.

Ao contrário do bairro Boa Esperança que não integrava espaço previsto ou reservado para estacionamento de carros, que eram raros em 1999, o bairro 11 de Novembro que apresenta práticas quotidianas mais urbanas integra garagem. O mesmo é constatado nas casas na Chicala levantadas por Moreira, por se inserirem em contexto mais urbano.

Morfologia da ocupação dos “lotes”

A planta das casas é de base retangular, não regular, com acrescentos que resultam das alterações ou adições constantes. A maioria das casas estudadas reserva um espaço para quintal, mesmo que seja mínimo, com exceção dos casos 4 e 5 da Chicala levantados pela autora, com características de habitabilidade diferentes. Nos casos dos bairros 11 de Novembro e Boa Esperança localizados fora do centro da cidade, o quintal é igual, tinha, em 1999, área igual ou maior que o espaço construído. Nos casos na Chicala levantados mais recentemente o quintal mantém-se, porém mais reduzido e sem hierarquização de usos. A sobreocupação no lote impossibilita a diferenciação ou simbologia dos usos indicando uma autonomia no que concerne a modificação das casas dentro do lote.



Figura 137. Espaço construído, quintal e rua. Cheios e vazios dos 11 casos de referência e dos 5 casos levantados. Fonte: Autora.

Os casos onde o lote integra mais de uma casa (com quarto, sala e cozinha) geralmente a segunda casa é ocupado por uma família com algum grau de parentesco com os que habitam na residência principal. Quando existe apenas quarto e sala no lote ou apenas um quarto, tende a indicar a existência de um inquilino com ou sem qualquer grau de parentesco.

O quintal: animais e vegetação

Apesar dos residentes do bairro Boa Esperança em 1999 apresentarem uma maior persistência de práticas provenientes do campo, nenhum dos casos selecionados integra um espaço reservado a criação de animais no lote, ao contrário dos casos do bairro 11 de Novembro que, embora mais urbanos, apresentam espaço para criação de animais. Provavelmente, a falta de recursos das famílias

do Boa Esperança impede a compra e criação de animais de pequena espécie (como galinhas) e porcos.

Quanto à existência de vegetação, enquanto que no bairro 11 de Novembro se registaram árvores de fruto ou árvore de sombra no meio ou na extremidade do lote, no bairro Boa Esperança as árvores são plantadas próximo da habitação, sugerindo que as pessoas provenientes das províncias tinham práticas mais conscientes sobre formas de arejamento e sombreamento da habitação. O uso da árvore como vedação pode indicar falta de recursos para comprar cimento e bloco. Na Chicala verifica-se a redução do uso de vegetação, constatando-se poucos casos que mantiveram árvore ou plantas devido à redução do quintal.

Infraestruturas: águas e esgotos

A nível infraestrutural, as casas do bairro Boa Esperança na sua maioria não integravam fossa séptica e tanque, podendo indicar que havia água corrente ou os residentes acarretavam devido a falta de distribuição de água, tornando uma prática comum. Com exceção das casas que integram fossa séptica no bairro 11 de Novembro, os casos na Chicala, na sua maioria, também apresentam as mesmas características do bairro Boa Esperança. A água potável é adquirida pela vizinhança e as águas sujas (louça e banho) são deitadas nas ruas frente as casas.

Fontes de rendimento no lote

Nas casas do bairro Boa Esperança registava-se a existência de fontes de rendimento como local de venda frente a habitação, enquanto no 11 de Novembro registava-se maioritariamente o aluguer de casas ou quartos dentro do lote, podendo indicar práticas mais urbanas. Também na Chicala, os residentes tiram partido das oportunidades da vida no centro da cidade acolhem famílias migrantes e alugam a pessoas que desenvolvem as suas atividades no centro da cidade diariamente para sustentar a família que vive na periferia ou na província.

No caso das casas levantadas por Moreira (2018) as famílias, provenientes de diversas províncias (Kwanza-norte, Uíge, Kwanza-sul, Malange, Benguela), registavam várias fontes de rendimento, como aluguer de espaços dentro do lote, comércio local, oficina e escritório, indicando uma mescla de práticas: rurais, periurbanas e urbanas.

A casa: divisões e seus usos

Os usos das divisões das casas levantadas na Chicala mostram que os residentes se instalam sem planeamento ao longo prazo, mas em função das necessidades imediatas e dos recursos disponíveis, pelo que algumas divisões se tornam multiusos.

Organização interna das casas

A organização espacial do interior da casa ocidental compõe-se por divisões com usos específicos: espaço de cozinhar, espaço de receção e atividades sociais, espaço de dormir, espaço de higiene, espaço de arrumos. Em contrapartida, as casas populares nos musseques de Luanda têm três tipos de espaço bem definidos: espaço de dormir (uso privado), espaço do fumo/ou fogo e espaço de atividades domésticas e sociais (uso social), espaço de higienização geralmente no exterior (serviço). A sua organização é variada em função dos modelos de referência, mais rural ou urbano, bem como dos recursos.

Na figura abaixo compara-se o organigrama funcional das cinco casas levantadas pela autora na Chicala. As casas com influência da arquitetura portuguesa, como é o caso 2, tendem a integrar corredor, como elemento de ligação e separação de divisões. As casas populares não integravam corredores interiores nas zonas sociais (sala, zona de refeição, cozinha e marquise), como se observa nos casos 1 e 3, embora o corredor se tenha vindo a generalizar. Os becos internos dos lotes, como acontece no caso 3, são comuns nas casas populares em Luanda, onde os lotes são cada vez mais densamente ocupados. Nestes casos, vizinhos ou visitas têm de atravessar esse corredor exterior compartilhado. Nas casas atuais de famílias de muitos poucos recursos, como os casos 4 e 5 não existe qualquer marcação de corredor.



Figura 138. Organigrama das funções das cinco casas levantadas em 2020 pela autora na Chicala.

O quarto

A dimensão do quarto dos pais das casas estudadas no bairro Boa Esperança é mais pequeno (área média de 9.53m²) comparativamente às do bairro da Chicala (área média de 12.92m²), indicando tratar-se no Boa Esperança de famílias de menores recursos e mais rurais que priorizam menos o espaço para dormir.

Apesar dos quartos dos pais de algumas casas com princípios ocidentais integrarem arrumos, essa divisão para além da função de dormir é usada para guardar objetos importantes dos chefes de família, por ser um espaço privado.

Os quartos das casas 1 e 2 na Chicala são os maiores levantados pela autora (com uma área média de 20.97m²), indicando a influência na geração das práticas ocidentais inseridas em Luanda, onde o quarto ganha novos usos para estudar e ler.

O escritório

A existência de uma divisão para escritório só se registou na Chicala próximo do centro urbano e a percentagem do seu uso é insignificante, indicando que o tipo de trabalho ou atividades diárias dos residentes dos bairros populares não permite ou incita ter um escritório em casa.

A sala

Comparativamente ao resto das divisões, a sala é a divisão com maior área (área média de 23.45m²) indicando a prioridade atribuída ao espaço de convivência, à vida coletiva mais do que à vida privada.

Das casas levantadas pela autora verifica-se que a sala é também usada para dormir, pela insuficiência de quartos, o desuso de divisões, ou por integrar TV e jogos em casas com adolescentes e jovens estudantes. A falta de energia também contribui para a frequência deste hábito. É frequente, em outros bairros de Luanda, crianças e adolescentes dormirem na sala por necessidade de convivência podendo classificar-se a sala, seguindo Hall (1966), como um espaço indeterminado sendo privado a noite e social durante o dia.

A marquise

A mistura entre influências ocidentais e angolanas resultou no uso da marquise como um espaço intermédio entre o exterior e o interior da casa, onde se recebem visitas deixando a sala com uma divisão reservada para pessoas mais próximas e numa área mais privada. A marquise integra espaço de cozinhar, comer, socializar e ver TV. A existência de marquise é frequente no bairro 11 de Novembro mas sobretudo na Chicala talvez por influência das casas coloniais.

A marquise é também usada como despensa e zona de estender roupa numa mistura de área de funções de serviço e socialização. Apesar dos vários usos da marquise, a sala mantém-se como a divisão mais priorizada, observando-se todavia uma mistura de usos entre a marquise e a sala. Por vezes a televisão é transportada da sala para a marquise nos finais de semana, como forma de juntar família de outros graus de parentesco, por falta de recursos para ter mais de uma televisão, pela dimensão da sala insuficiente, ou pelo uso da sala mais privado para a família de casa.

A cozinha

A cozinha é uma zona de serviço, mas que diferentemente da casa de banho (uma área de higienização pessoal), integra funções sociais, localizando-se alguns casos no interior da habitação e noutros casos no exterior mas perto da casa principal para aproximar a família na hora da refeição.

As cozinhas das casas estudadas apresentam dimensões idênticas (área média de 10.81m²), porém na sua maioria reduzidas para a área mínima padrão na zona urbanizada em Luanda (6m²). Esta reduzida área da cozinha deriva da área reduzida do lote e do modo de vida dos residentes: cozinha-se no quintal, torna-se a refeição no local de trabalho ou apenas se come uma refeição por dia.

A cozinha é o espaço da mãe e suas filhas, mas observam-se situações em que os filhos do género masculino também ajudam. As famílias com algum recurso optam por fazer duas cozinhas, uma no interior, uma no cozinha exterior ou semi-exterior reservada para o “fumo” ou cozinhados a carvão, segundo práticas rurais.

O uso da cozinha tem uma forte relação com o uso da marquise e nalguns casos constata-se a mistura de usos. As famílias com mais influências urbanas e ocidentais tendem a separar o espaço de “fumo” do espaço de comer. As casas estudadas não apresentam extração do fumo na cozinha dentro de casa razão pela qual reserva-se o espaço de cozinhar no exterior.

A zona de refeição

A zona de refeição, é um espaço interior geralmente situado perto do espaço de cozinhar, é usada também para arrumos. A mesa de refeição é usada essencialmente pelo chefe da casa ou para ocasiões especiais. A mesma mesa de refeição também pode ser usada pelos filhos para estudarem ou terem explicações, o que se tornou mais frequente face a ausência de aulas em tempos de confinamento da pandemia do Covid-19.

A instalação sanitária

Em contexto rural africano a instalação sanitária, tipo latrina, localiza-se longe da habitação como forma de separar a zona de higiene e diminuir a propagação de doenças. As casas na Chicala marcadas por um misto de culturas e práticas, registam maior separação de áreas húmidas e secas comparativamente aos casos do Boa Esperança e do 11 de Novembro.

Na maioria das casas seleccionadas no 11 de Novembro e Boa Esperança a instalação sanitária localizava-se no exterior, mas em algumas localizava-se no interior da habitação podendo indicar maiores recursos ou distinção da instalação sanitária reservada aos residentes com a destinada a visitas ou inquilinos. Também se pode considerar que a instalação sanitária no exterior projeta uma futura inserção de mais famílias dentro do lote. O caso 3 da Chicala levantado por Moreira (2018) indica uma prática comum em pessoas provenientes das províncias, integrando apenas uma instalação sanitária quer para os proprietários da casa como para os inquilinos, sem hierarquização da instalação

sanitária. Quanto à área média das instalações sanitárias (em média são 2.85 m² por agregado familiar) considera-se insuficiente para o número de residentes por cada casa.

Quando instalada fora da casa principal, a instalação sanitária geralmente é aberta (tipo latrina acabada ou um volume inacabado) indicando persistência de modo de vida rural e falta de recursos para investir na sua melhoria pouca. Algumas práticas provenientes das zonas rurais como o transporte à cabeça da água do rio) foram levadas para os bairros populares onde não existem infraestruturas urbanas. É o caso do bairro Boa Esperança que não tinha água canalizada nem tanque no quintal e as mulheres acarretavam à cabeça a água de chafarizes, como também ainda se observa em algumas famílias de menores recursos da Chicala ou quando falta água.

A instalação sanitária integra geralmente sanita como equipamento fixo e alguidar, bidão e caneca para a higiene como objetos não fixos. O uso destes elementos não fixos deriva tanto de questões económicas (poucos recursos para comprar chuveiro, por exemplo) como infraestrutural (falta diária de água corrente). É ainda corrente, o uso de um bacio debaixo ou do lado da cama para uso durante a noite para evitar um percurso longo da casa para a casa de banho.

Como registo lúdico, é frequente as crianças tomarem banho de banheira ou mangueira no quintal, no final do dia antes do lanche ou da última refeição do dia, o que constitui um momento de brincadeira e contacto com a natureza.

Espaços de aluguer, de oficina e de venda

A demanda de aluguer de quarto e sala era já elevada no bairro 11 de Novembro em 1999 e também na última década na Chicala. Os chefes de família para além de investirem na casa própria alteraram a tipologia da casa para incluir na casa ou no lote quartos ou pequenas casas de aluguer, como uma estratégia para obterem fontes de rendimento adicionais, sendo as vias formais insuficientes. Nalguns casos, aluga-se a parentes, dentro do lote ou da casa.

Para além do aluguer de espaços de habitação, nalgumas casas estudadas, o quintal foi aproveitado para serviços do agregado familiar. É o caso de uma oficina e de um espaço específico para venda de bebidas.

Os locais de venda nas casas estudadas são comuns, sendo, especificamente na Chicala, geralmente aberto. Constituem um meio de subsistência ajudando residentes que optam por compra local em vez de se deslocarem a mercados que embora vendendo produtos mais baratos envolvem custos de transporte.

A varanda e o alpendre

Apenas se registou uma varanda nos cinco casos levantados pela autora na Chicala (Casa 1). A varanda foi fechada sendo usada como zona de tratamento de roupa e roupeiro mas permite que o sol incida diretamente na divisão.

Em contrapartida, o alpendre constituía um elemento comum nas casas do bairro 11 de Novembro, em 1999, sinal de influências urbanas e ocidentais (Raposo e Salvador 2007). No bairro da Chicala, mais recente, algumas casas têm alpendre, mas têm vindo a ser transformados em marquise, ou vedados.

A casa: vãos, materialidade e mobiliário

Janelas e portas

As casas do bairro 11 de Novembro levantadas em 1999, tinham mais janelas, dado o seu mais elevado nível de urbanidade (*ibid.*), que as do Boa Esperança de traços mais rurais, que evitavam as janelas, pelo seu custo, para maior segurança e proteção contra calor, atestando a maior consciência rural sobre as práticas necessárias para o conforto térmico no interior das casas. As habitações da Chicala, localizada no centro da cidade, têm mais janelas, mas são gradeadas por questões de segurança prejudicando o seu uso. Por outro lado, em muitas casas, as janelas mantêm-se fechadas diariamente por segurança, para evitar poeira, mosquitos e exposição direta do sol. Observa-se assim uma tendência a bloquear a entrada de luz dentro da habitação, vedando os quartos e sala, e deixando no exterior a cozinha e instalação sanitária. bem como o espaço de trabalho ou comércio.

No que concerne às portas, verifica-se que as portas de serviço são usadas com maior frequência que a porta principal de entrada da casa que muitas vezes são trancadas ou bloqueadas com móveis. Algumas famílias usam-nas quando recebem visitas ou em ocasiões especiais. Ao nível de portas de acesso às divisões, são nalguns casos, por falta de recurso, substituídas por cortinas.

Materialidade

Como referem vários autores, tal como Rapoport, todos os elementos que compõem a casa, a materialidade e a forma indicam o estatuto das famílias e podem refletir quem as habita (Rapoport, 1969, p. 26).

As paredes das casas populares dos musseques de Luanda são maioritariamente de alvenaria em blocos de cimento, material de custo acessível e fresco. Quanto ao acabamento das paredes exteriores das casas do bairro Boa Esperança levantadas em 1999, eram geralmente sem reboco nem pintura, indicando poucos recursos ou poucos sinais de urbanidade (Raposo & Salvador, 2007), enquanto as casas do bairro de 11 de Novembro eram no mesmo ano geralmente rebocadas e pintadas, tal como a maioria das casas na Chicala levantadas na última década por Moreira (2018) e pela autora.

As portas e a caixilharia das janelas das casas da Chicala levantadas pela autora são de madeira do período pós-colonial, pintadas à branco. Dado o aumento de criminalidade, mais recentemente têm-se generalizado as portas metálicas para maior segurança, mas mantendo a cor branca.

Mobiliário

“Entre viver numa casa na Chicala ou no Kilamba, eu optaria pelo Kilamba” (Rui, residente na Chicala, na casa 3, entrevistado em 2020 pela Autora).

Os residentes anseiam por uma casa com divisões maiores dado o número de familiares e também pela afirmação de maior estatuto como abordado no primeiro capítulo sobre a visibilidade social. Quanto mais divisões, mais espaço para dispor os objetos pessoais, os equipamentos domésticos e o mobiliário, mas nem sempre se lhes dá uso, ou não se tem acesso ao mobiliário desejado, devido ao seu preço. Note-se que algumas habitações populares inacabadas no exterior e no interior podem integrar equipamentos como um TV plasma de algumas polegadas na sala.

Os residentes com poucos recursos importam-se mais com ter um espaço coberto, vazio, para ser preenchido com os seus pertences, estando prontos a serem movidos, adaptados e recolocados. Questiona-se esta maior importância atribuída ao espaço vazio do que aos móveis, nos casos de falta de recurso, indicará falta de energia para reaproveitamento de materiais ou será afinal o sinal consciencialização dos residentes de que os móveis são flexíveis, adaptáveis e temporários?

Quanto ao uso de móveis nos espaços sociais da casa, constata-se um aspeto comum nas casas da Chicala e em outras zonas de Luanda, de os móveis serem dispostos de forma convidativa (para receber as visitas) com cadeiras e mesas perto da entrada mostrando a hospitalidade da população luandense.

No que concerne aos elementos que compõem o interior da habitação (móveis e aparelhos domésticos) verifica-se que a forma como são colocados e arrumados pode indicar incertezas ou urgências na apropriação de cada lugar da casa. Os móveis e utensílios não utilizados são sobrepostos, empurrados em cantos à espera de mudanças gerais da habitação. Cada elemento que compõe a casa reflete uma intenção: elementos colocados de raiz, por retirar, por acrescentar, por sonhar em colocar.

Quanto aos objetos não fixos, são correntes em todas as casas: alguidar, bidão, caneca, são utilizados na instalação sanitária, bem como balde, bidão, jarra e canecas de plástico na cozinha. A falta de sistema de saneamento leva as mulheres a deitar a água da loiça na frente das casas, para eliminar as águas sujas da habitação.

Síntese:

Sublinha-se, como nota final, que as habitações populares de Luanda são marcadas pelo movimento e pela permanente transformação: o movimento dos que migram e se instalam sem certezas e garantias de estabilidade; constantes mudanças de residência, de casa em casa; as transformações das casas em função do agregado familiar e dos recursos; as mudanças dos membros da família em busca de oportunidades.

5.3 | OBJETOS DO QUOTIDIANO E A SUA CUSTOMIZAÇÃO

Observar os objetos e os seus usos permite compreender a vivência do habitante, o domínio do objeto e sua adaptabilidade - dando arranque as reflexões sobre os princípios para uma intervenção adequada nos musseques populares de Luanda face aos problemas comuns referente o último capítulo.

Os objetos e os seus usos no espaço

Os objetos usados no espaço habitacional não refletem somente a necessidade funcional em si, mas também o tempo de permanência, os costumes e aspirações. Os objetos observados, caracterizados como comuns e indispensáveis no quotidiano das casas dos musseques revelam a percepção de uma ocupação temporária pelo uso de materiais leves, de fácil manuseio e transporte. As imagens que se seguem representam esses objetos comuns do uso quotidiano, seus diferentes usos pelos habitantes e os objetos no espaço.

De acordo com Hall, podem distinguir-se três tipos de objetos no espaço: fixo (ligada à cultura e necessidades biológicas); semi-fixo (disposição dos objetos no espaço e comportamento que induz); móvel (função da distância de observação) (Hall, 1966, pp. 116-117). Como refere o autor, a percepção de que a disposição dos objetos e dos móveis no espaço, a sua localização, proximidade ou distância entre eles, pode alterar o tipo de relação entre as pessoas (*id.*: pp. 127-131), pode permitir aos próprios habitantes ou chefes de família organizarem os objetos dentro do espaço de forma a beneficiar o seu bem estar sensorial.

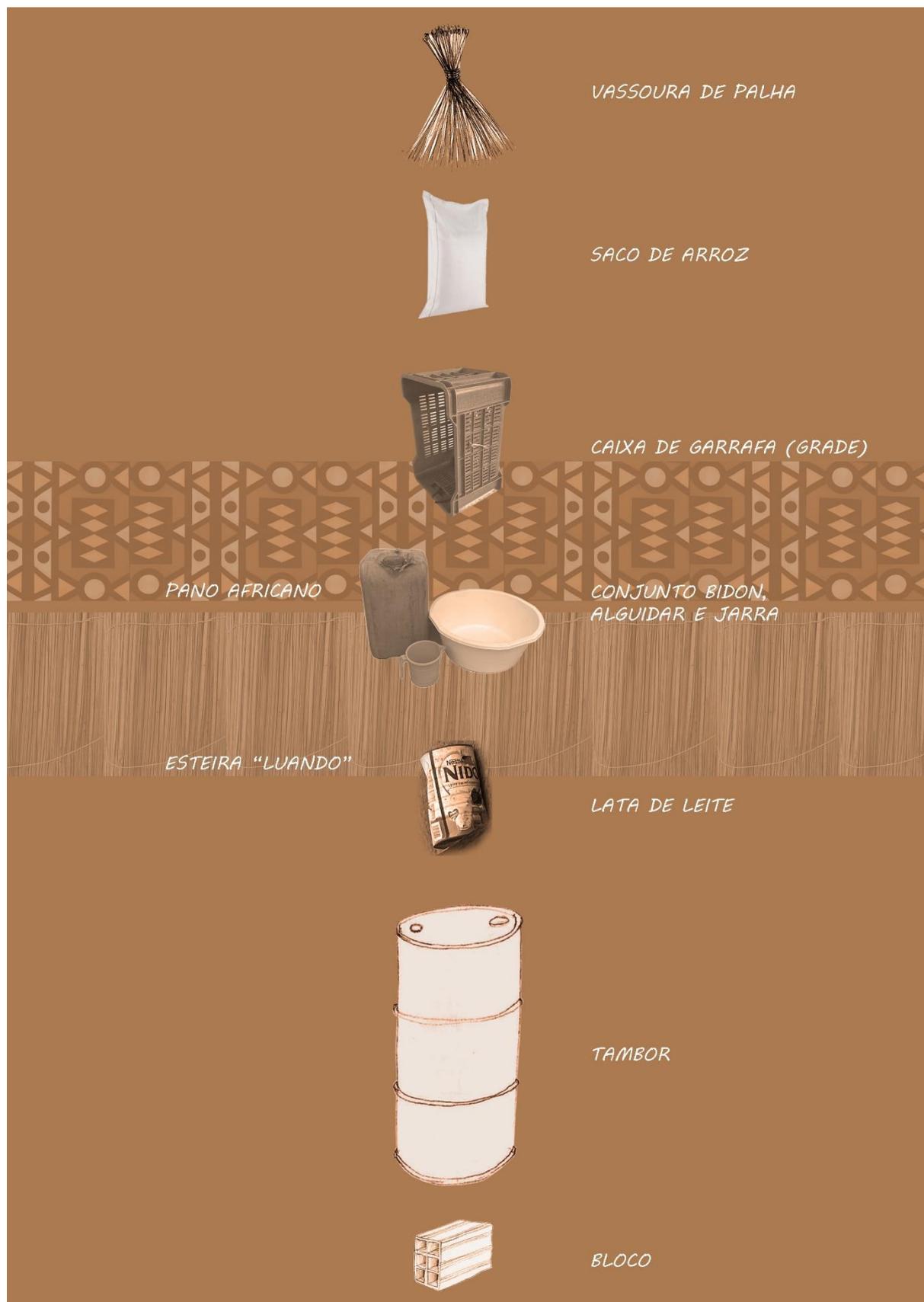


Figura 139. Composição de objetos domésticos. Fonte: Autora.



Figura 140. Usos de objetos domésticos de plástico. Fonte: Autora.

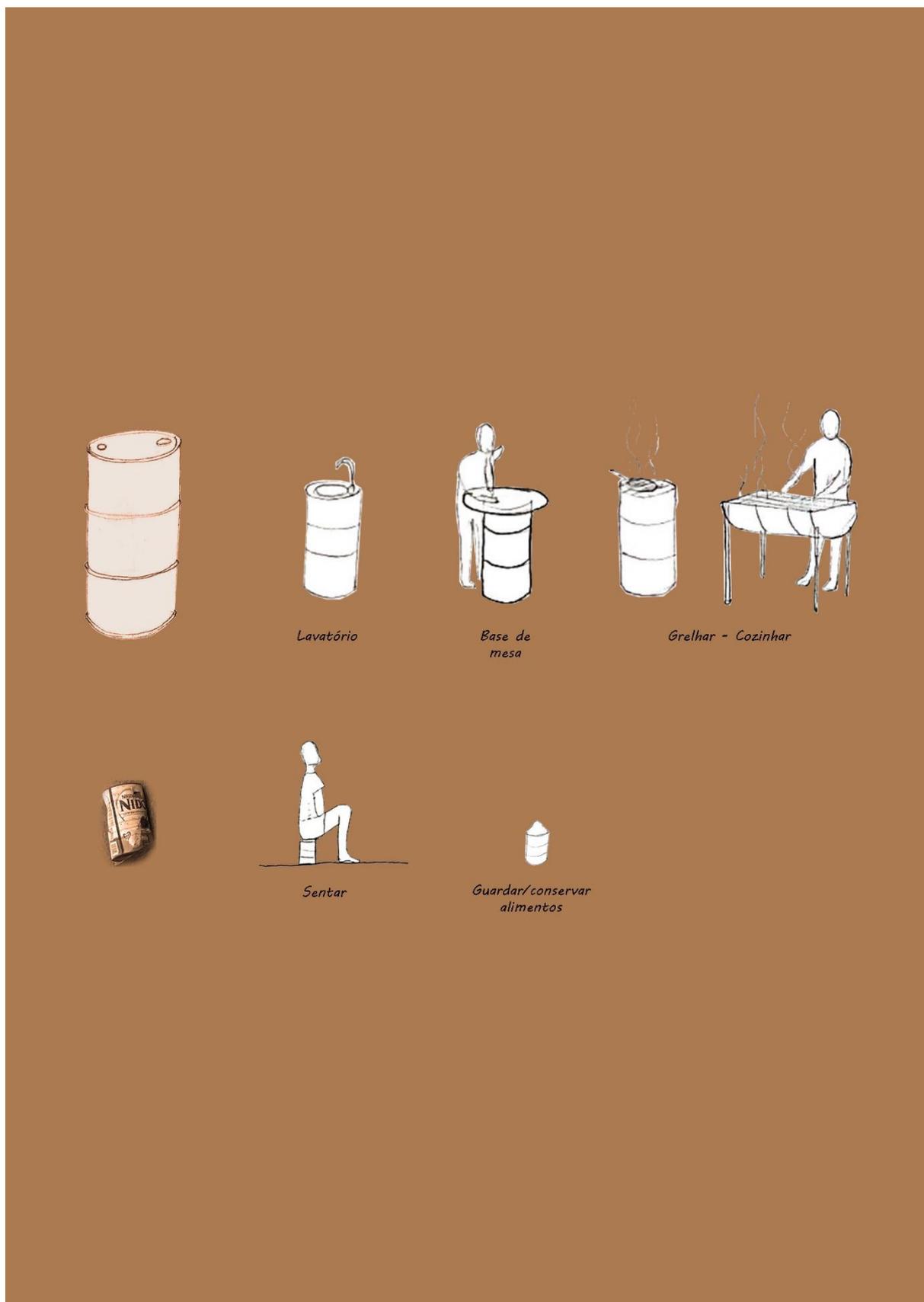


Figura 141. Usos de objetos domésticos de metal. Fonte: Autora.

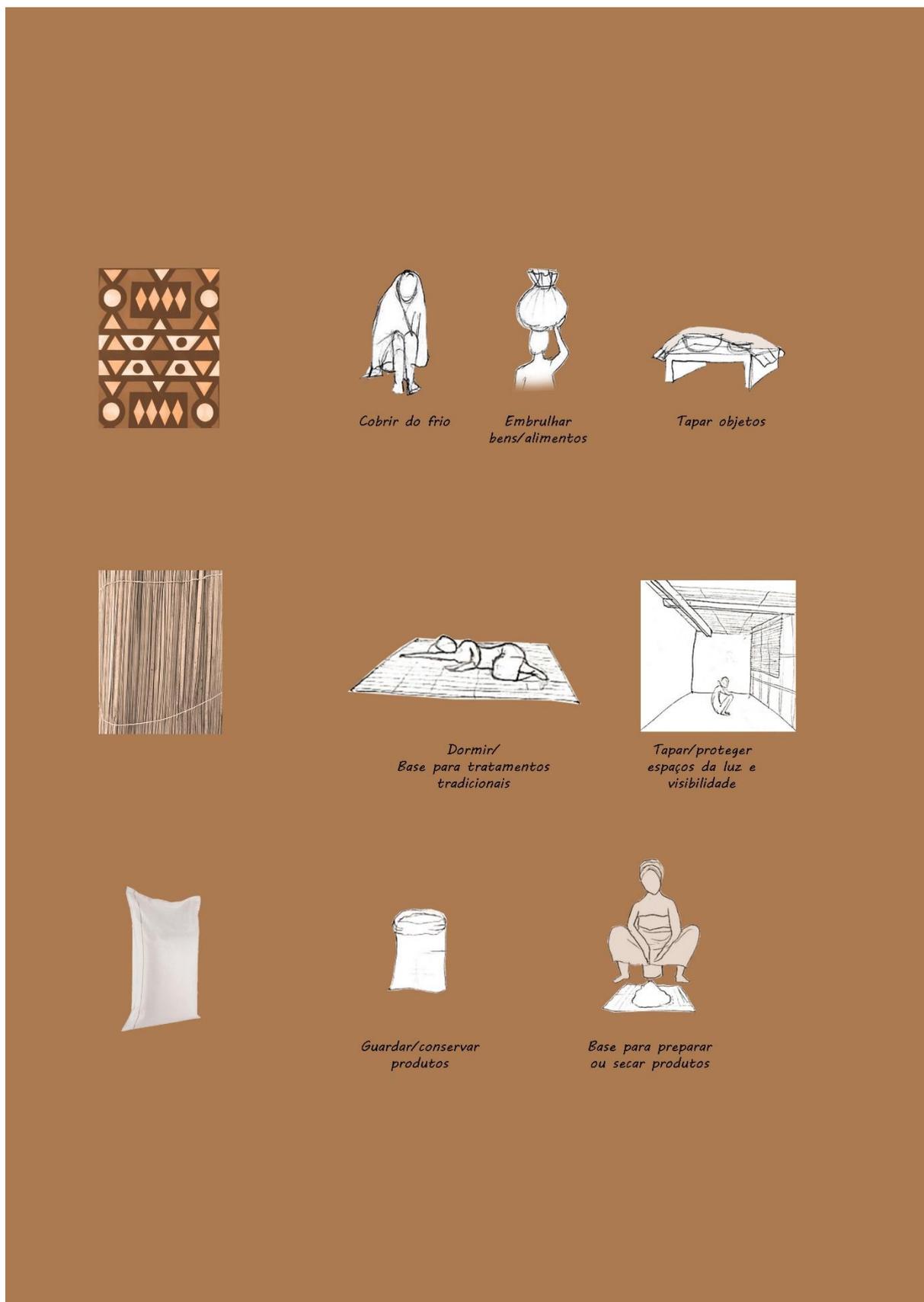


Figura 142. Usos de objetos domésticos em têxtil. Fonte: Autora.

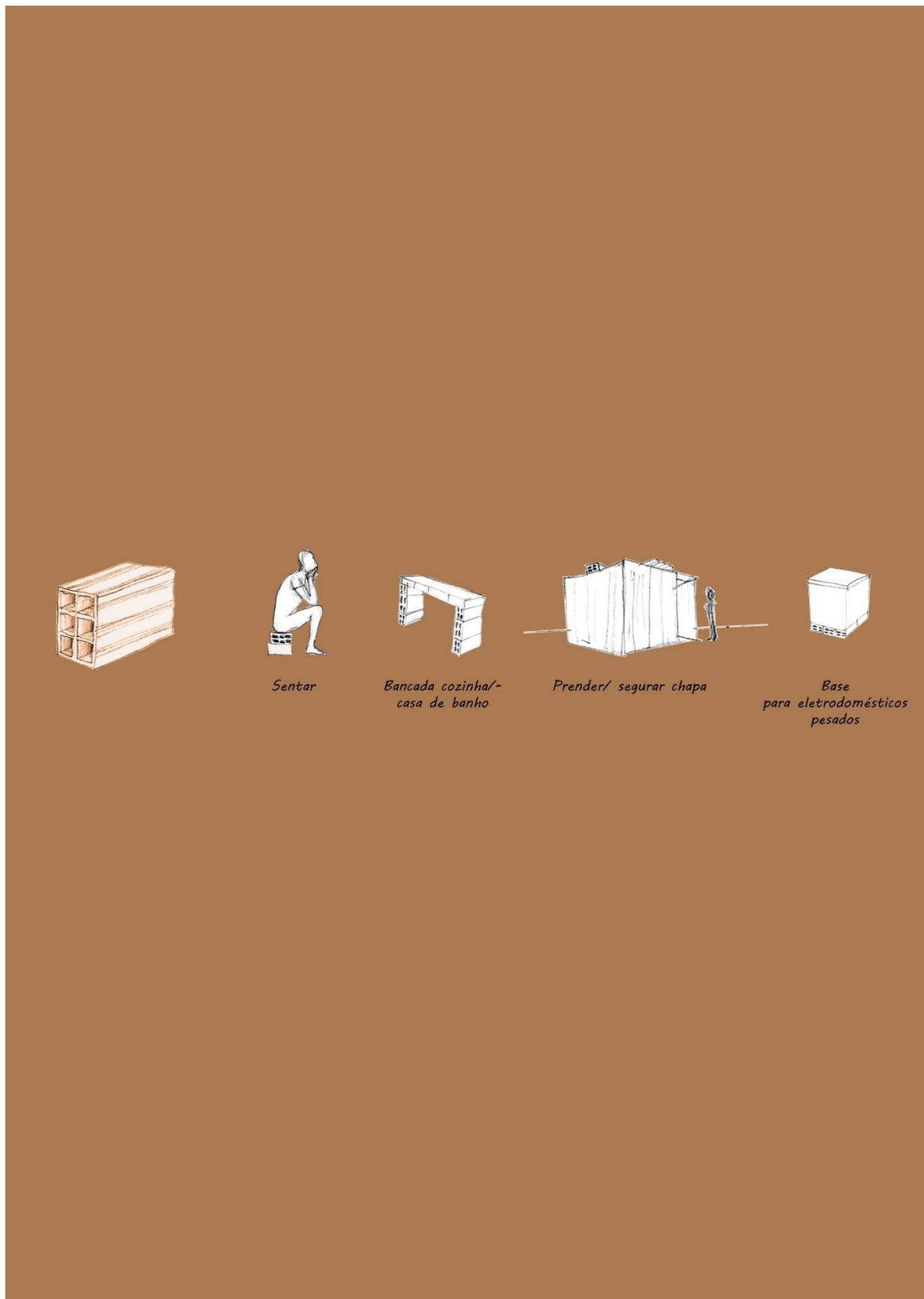


Figura 143. Uso doméstico do tijolo. Fonte: Autora.

Os objetos da vida quotidiana no espaço

As fotografias abaixo revelam gestos quotidianos que indicam vários aspectos: permanência indeterminada, uso constante dos objetos móveis e adaptabilidades face às necessidades básicas. Esta observação permite compreender o modo de habitar perante o construído e a organização dos objetos expressando intenções como uso contínuo e diversificado dos mesmos.



Figura 144. Objetos domésticos mais usados. Fonte: Autora.

Objetos móveis



- Alguidar
- Bidon
- Balde
- Cadeira
- Caixa de plástico
- Jarra

Figura 145. Composição de fotografias da Chicala com marcação do mobiliário móvel. Fonte: Autora.

Mobiliário - objetos semifixos



- Armários
- Colchão
- Espelho
- Cômodas
- Sofá
- Mesa
- Fogareiro

Figura 146. Composição de fotografias da Chicala com marcação do mobiliário semifixo. Fonte: Autora.

Objetos fixos ou elementos construídos



- Paredes
- Loiça sanitária
- Vãos
- Bancada da cozinha
- Armários cozinha
- Arca frigorífica

Figura 147. Composição de fotografias da Chicala com marcação do mobiliário fixo. Fonte: Autora.

Customizar os elementos construídos

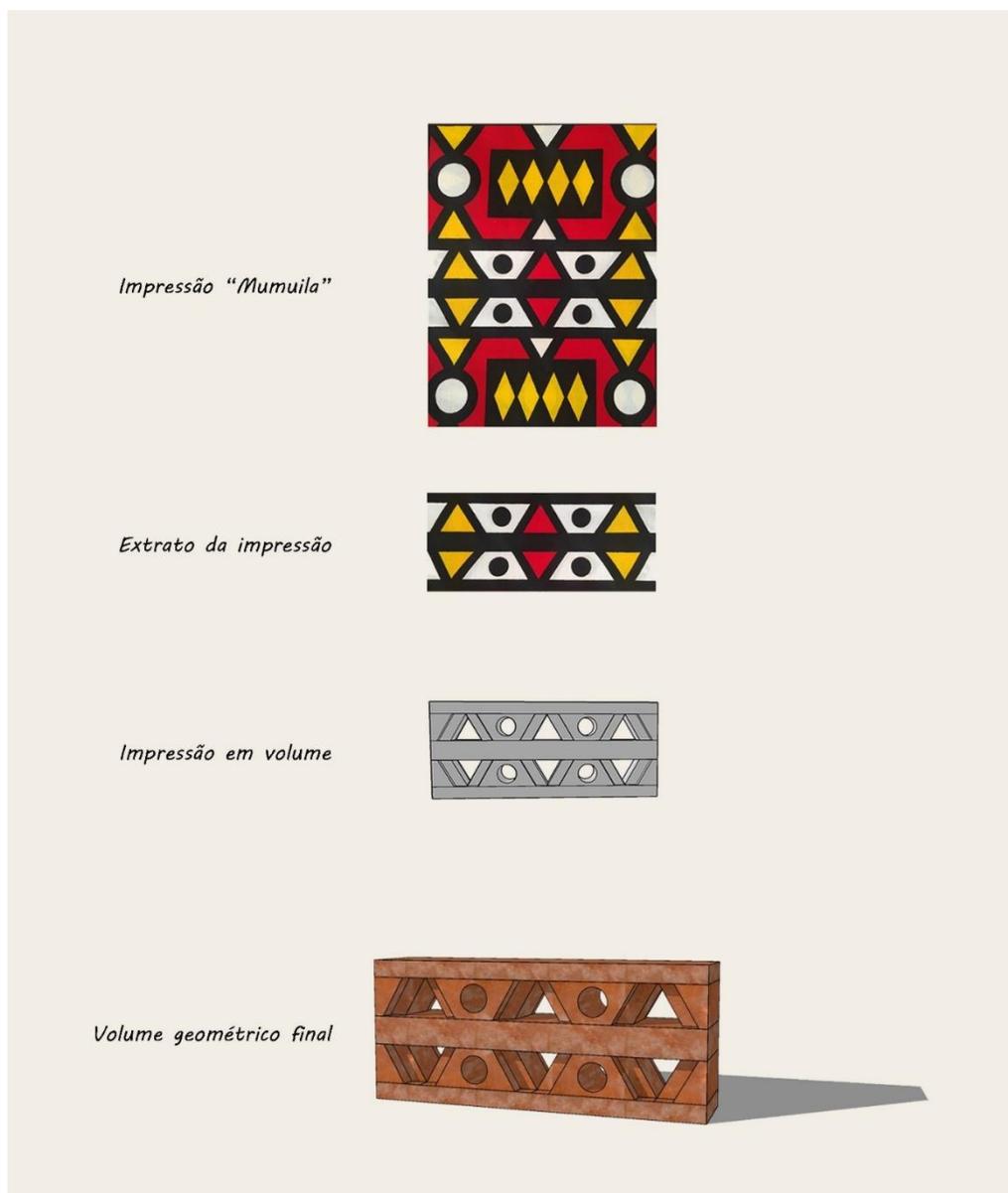


Figura 148. Customização das grelhas "cobogós" feita pela autora com inspiração na impressão de tecido Samakaka. Fonte: Taloua (Angolan fabric small patterns, 2020).

Samakaka é uma impressão originalmente criada na província da Huíla baseado em símbolos geométricos da tribo Mumuíla. A sua geometria servia para comunicação da tribo, representação do valor cultural e simbologia para distinguir o rei da tribo (Cinosanda, 2019). O ano de criação não foi registado, mas pelas cores correspondentes à bandeira de Angola, pode indicar a sua criação depois do período colonial. O tecido e a sua impressão são atualmente produzidos em fábricas têxteis de outros países.

A personalização de grelhas com base nos tecidos locais visa permitir alcançar soluções funcionais para os projetos de melhoramento, representando ao mesmo tempo aspectos culturais.

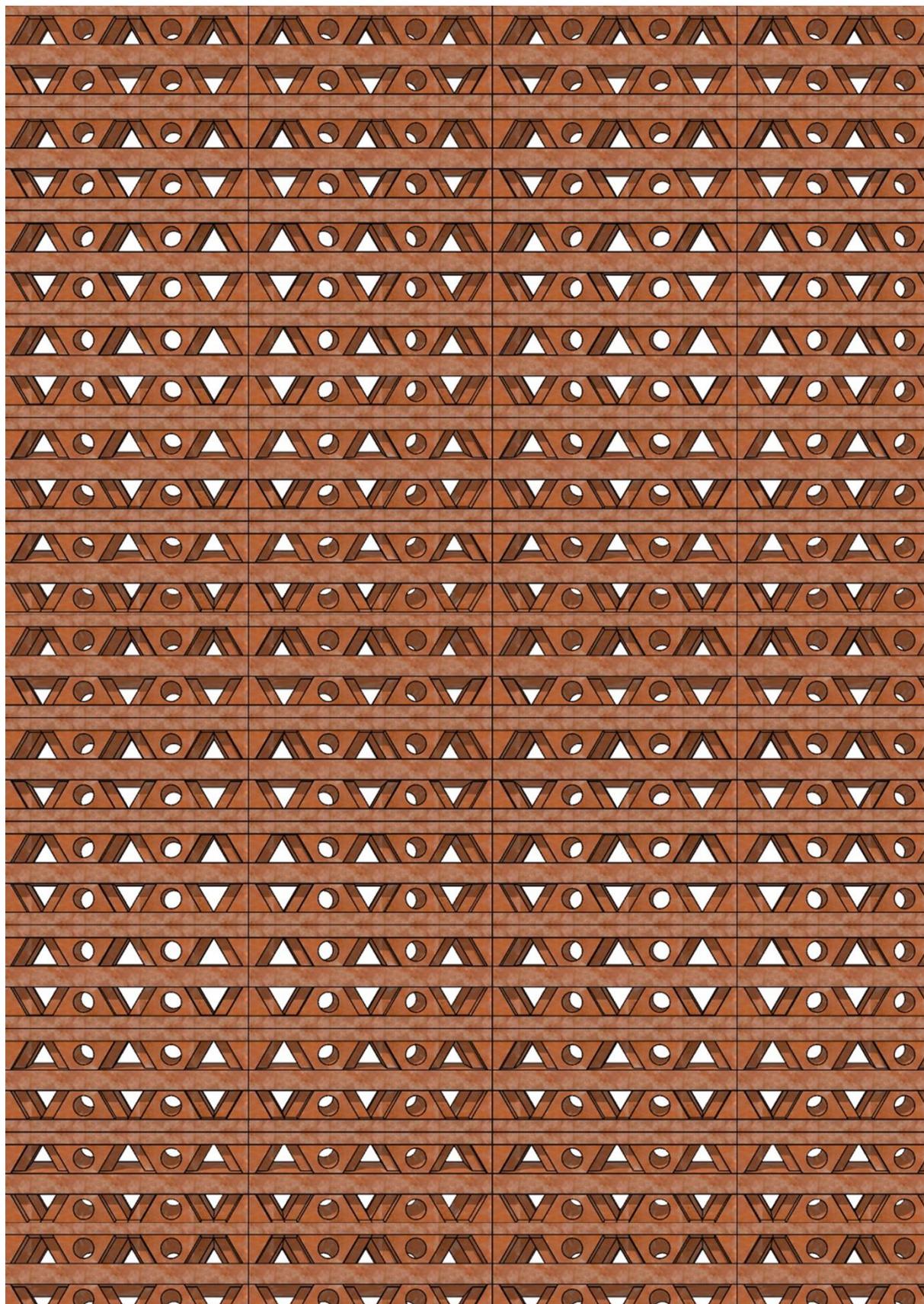


Figura 149. Grelhas personalizadas pela autora.

5.4 | ENSAIOS PROJETUAIS PARA MELHORIA DOS CASAS LEVANTADOS, 2020

Neste último ponto apresentam-se cinco ensaios de melhoramento das cinco casas levantadas pela autora na Chicala. Apontam-se nesta página os principais problemas identificados e alguns princípios para uma adequada intervenção de melhoramento nas habitações dos musseques, que inspiraram os ensaios realizados.

Problemas comuns nas habitações:

- Calor, poeira e mosquitos
- Pouca iluminação dentro da habitação
- Janelas e portas com sistema de proteção
- Falha de energia e de água corrente
- Infiltração da água da chuva
- Humidade e salitre
- Inundação derivada das chuvas

Alguns princípios para uma arquitetura habitacional sustentável nos bairros populares em Luanda:

- Construção de baixo custo (processo de construção *in situ*)
- Projeto e processo de construção participada/ participação ativa do proprietário da casa
- Sistema solar passivo (sombreamento, ventilação cruzada e incidência solar indireta a corrigir)
- Sistema de proteção dos vãos
- Sistema de energias renováveis

Caso 1 – Síntese da proposta

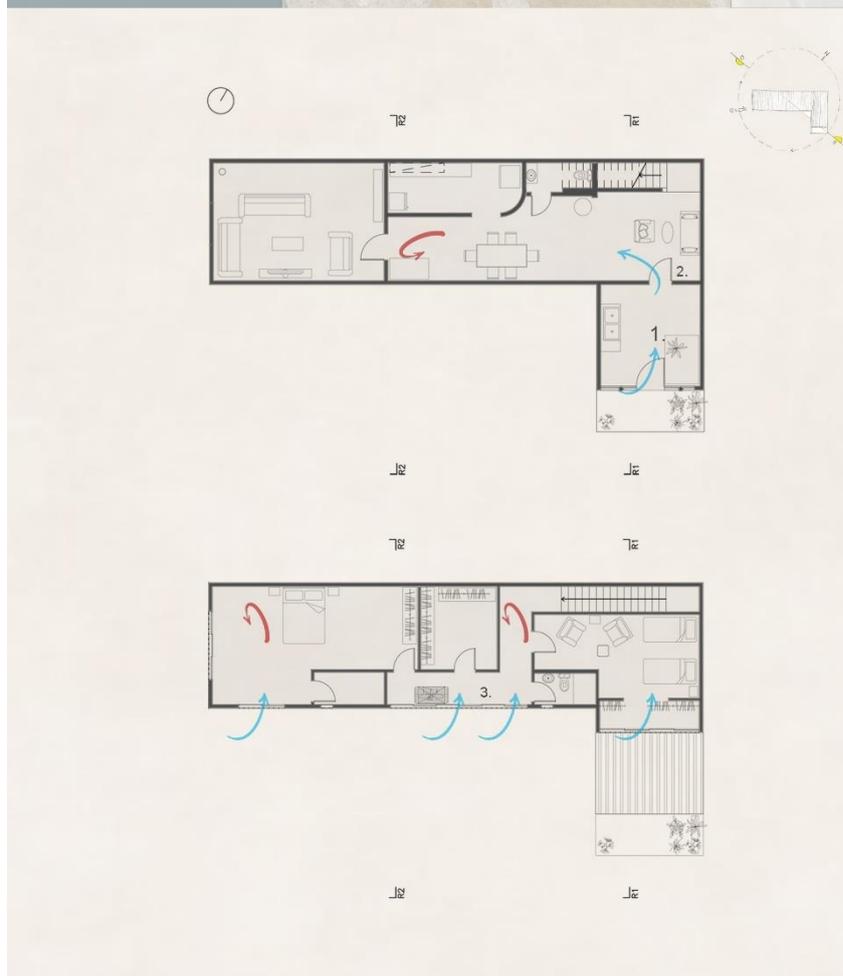
Trata-se de um caso com um conjunto de intervenções não intrusivas devido ao bom estado de conservação da casa. A habitação apresenta apenas vestígios de salitre no piso 0, o que indica alguma infiltração ou falta de incidência solar sobre o piso. Deste modo focou-se em trabalhar sobre o sistema de ventilação, saída de ar quente e fumos essencialmente pelo de sistema de vãos, com materiais de fácil acesso e económicos como o alumínio, cerâmica e terra crua. Foi proposta também uma forma de aproveitamento das águas da chuva para higiene ou irrigação das plantas evitando o consumo excessivo ou desperdício da água. As soluções advêm da preocupação concernente ao conforto térmico da casa reduzindo o consumo excessivo de ar condicionado propondo soluções mais sustentáveis, adaptáveis às faltas (falha de energia), económicas e que vão de encontro aos princípios e hábitos das famílias.



CASO 1 - EXISTENTE

Implantação - Existente

- Acesso à habitação entre ruelas.
- Habitações viradas para ruelas, forçam uma relação de vizinhança.
- Habitação atual sem quintal, apenas alpendre.



Planta do rés do chão - Existente

- Sem iluminação natural.
- Posição dos vãos não favorável de acordo à orientação solar.
- Poucos vãos devido à localização da casa.
- Espaço exterior não suficiente para as atividades diárias.
- Sem extração de fumo na cozinha.

Panta Piso 1 - Existente

- Quantidade de vãos suficientes para iluminar o piso.
- Maior incidência solar.
- Tratamento de roupa no corredor.



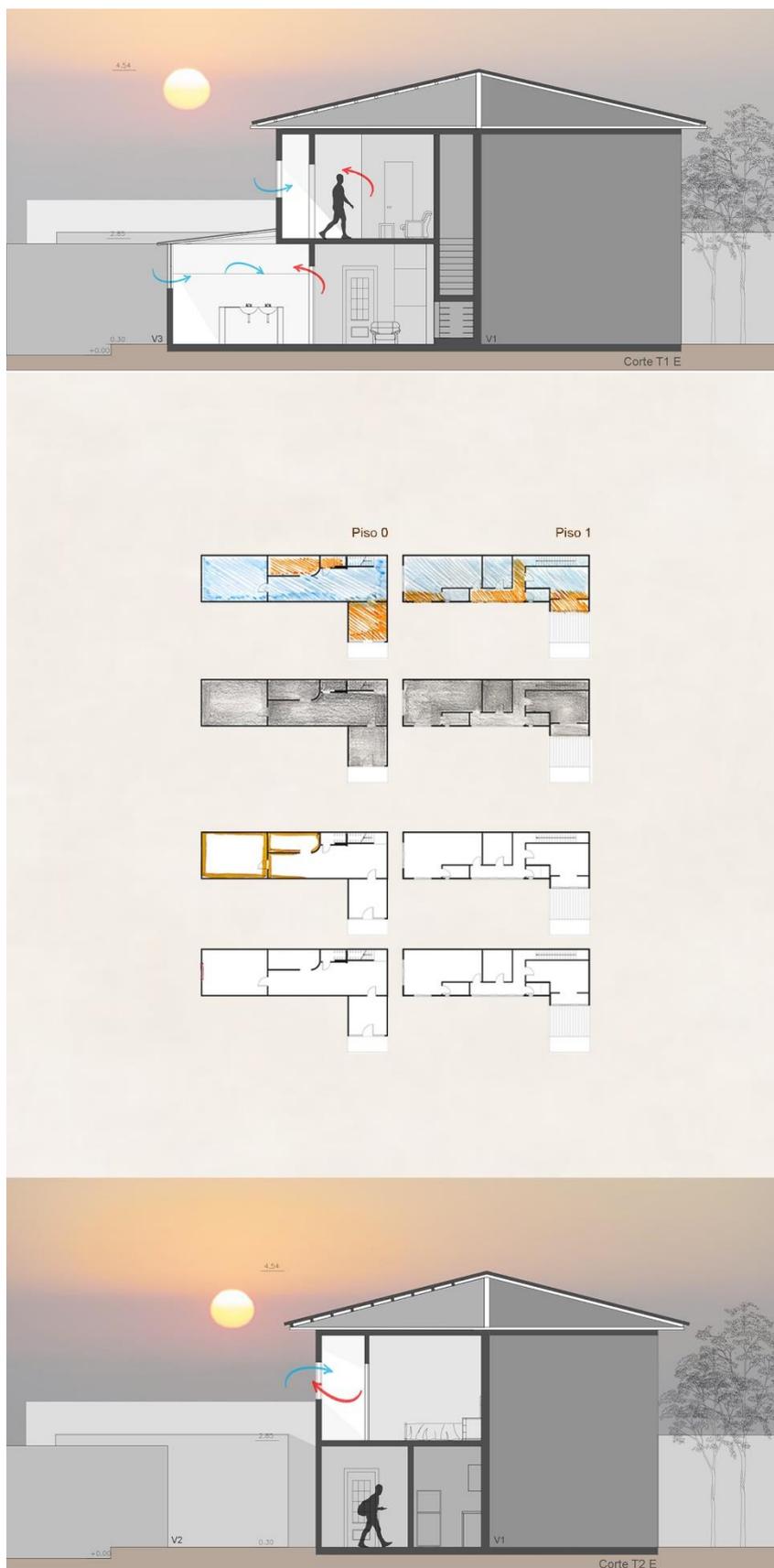
Imagens do local:

- Fig. 1 - Fachada principal da casa
- Fig. 2 - Fotografia da marquise (porta de entrada)
- Fig. 3 - Fotografia dos vãos do piso de cima.

Pontos fortes

- Número de vãos suficientes
- Boa iluminação no piso 1
- Orientação dos vãos razoável
- Vista da Fortaleza (Piso 1)
- Materiais conservados
- Variedade de espaços sociais

Figura 150. Painél 1, Proposta da Casa 1, Chicala 2020. Fonte: Autora.



CASO 1 - EXISTENTE

Corte T1 - Existente

- Entrada de ar fresco apenas pela marquise (rés do chão) e pela varanda no piso 1.
- Saída de ar quente pela mesma entrada de ar frio.
- Rés do chão com pouca iluminação natural.

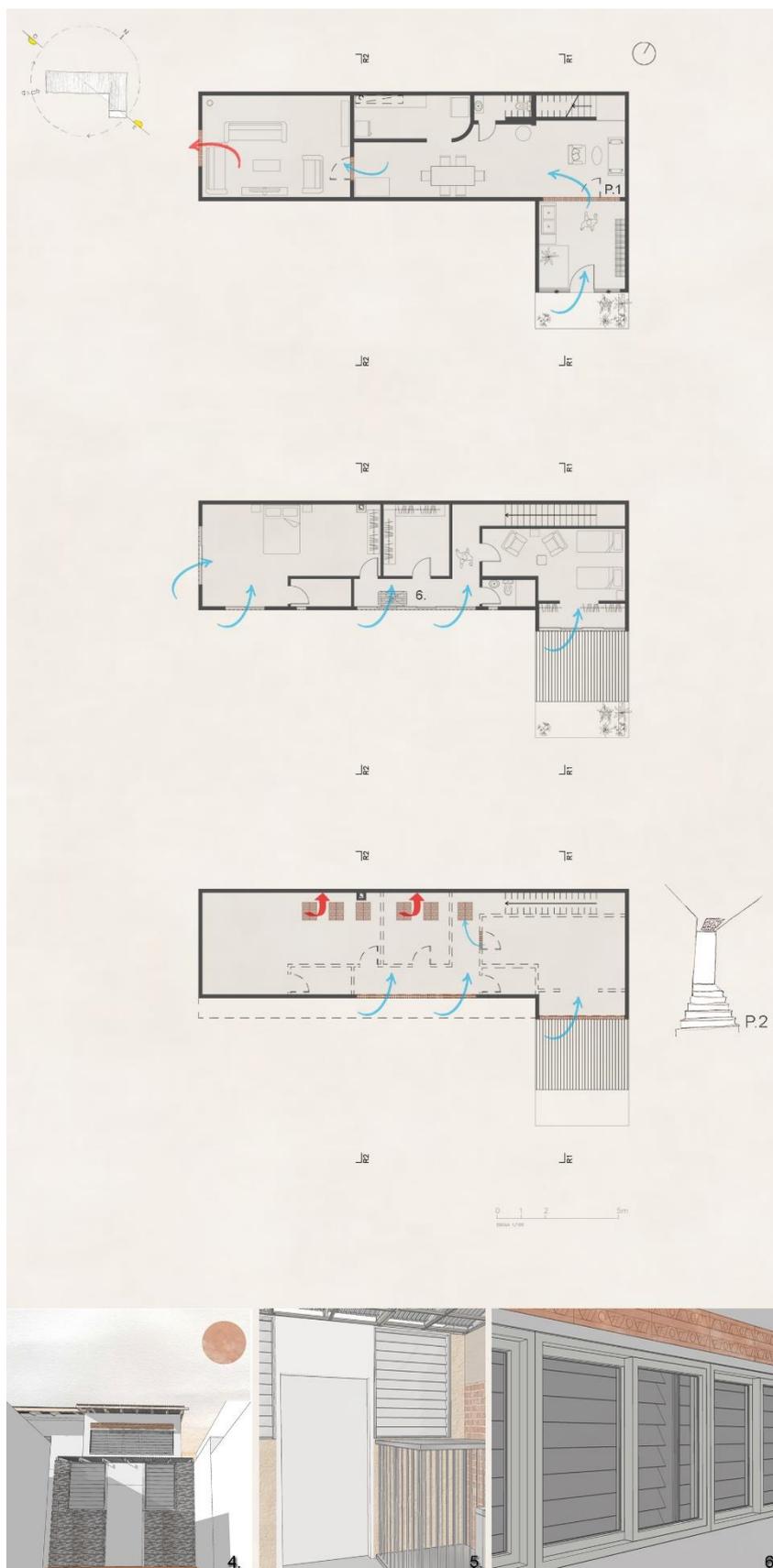
Planta de diagnóstico

- P1 - Planta de divisões quentes e frias
 - Divisão quente
 - Divisão fria
- P2 - Planta de iluminação natural
- P3 - Planta de vãos vedados/removido
 - Vão removido
 - Vão adicionado
- P4 - Planta de zonas com humidade
 - Humidade

Corte T2 - Existente

- Boa iluminação no piso 1.
- Sem extração de fumo da cozinha.
- Rés do chão sem ventilação natural interna.

Figura 151. Painél 2, Proposta da Casa 1, Chicala 2020. Fonte: Autora.



CASO 1 - PROPOSTA



Planta Rés do chão - Proposta. Altura de representação: 2m

- Aplicação de grelhas feita em terra crua sobre as portas para entrada de ar fresco no interior da casa a partir da marquise (entrada) até à sala. Ver pormenor P.1.
- Aplicação das grelhas sobre a janela e a porta da sala para a saída de ar quente.
- Fluidez de circulação na marquise.

Planta Piso 1 - Proposta

- Sistema de vãos alterados para brises na parte exterior, janelas de correr aproveitadas, forradas com rede mosquiteira. Ver figura (6.) ou pormenor P.5.
- Instalação de tubo para extração de fumo. Ver Corte T2 Proposta.

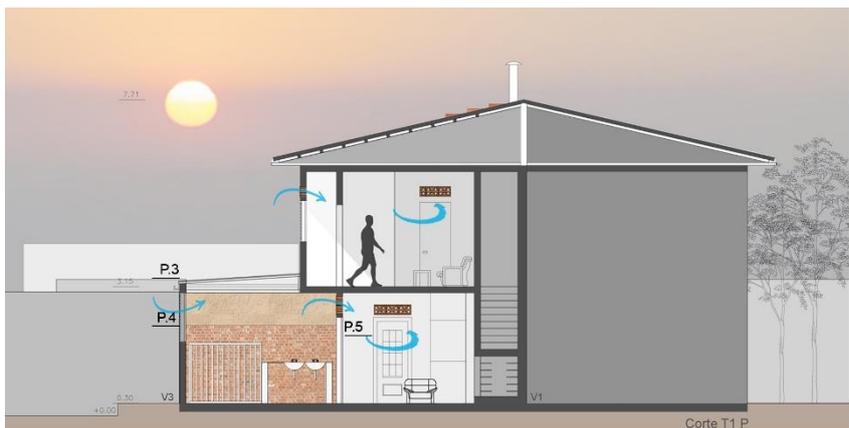
Planta Laje - Proposta. Altura de representação: 2m

- Aplicação de grelhas em terra sobre as janelas no piso 1, para entrada de ar fresco.
- Aplicação de grelhas em terra na laje da cobertura para a saída de ar quente. Ver pormenor P.2.

Perspetivas Proposta

- Fig. 4 - Proposta para a fachada principal da casa.
- Fig. 5 - Proposta para a marquise (porta de entrada).
- Fig. 6 - Proposta do sistema de vãos do piso de cima.

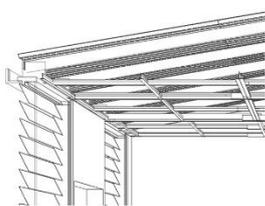
Figura 152. Painél 3, Proposta da Casa 1, Chicala 2020. Fonte: Autora.



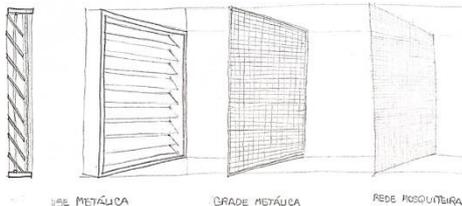
CASO 1 - PROPOSTA

Corte T1 - Proposta

- Aplicação de algeroz, sistema de captação da água da chuva. Estrutura em madeira para aplicação de rede mosquiteira no teto da marquise. Ver pormenor P.3.
- Iluminação controlada a partir dos brises.
- Entrada de ar a partir das grelhas acima da porta de entrada. Ver pormenor P.4 no corte T1P.



P.3



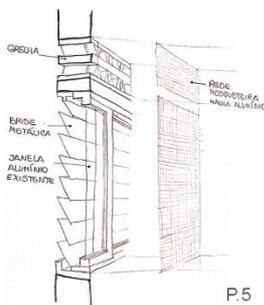
P.4

P.3 Pormenor da cobertura telha

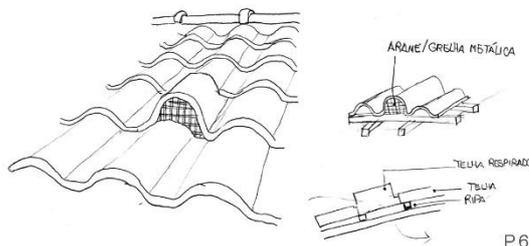
- Telhas metálicas existentes sobrepõem-se em novas grelhas de madeira de distanciamento entre 50cm que assentam sobre as paredes existentes.
- Aproveitamento do cano de escoamento em algeroz para irrigação das plantas.

P.4 Pormenor sistema de vão

- Representação do sistema de vãos da habitação: brises soleil, grade metálica e rede mosquiteira.



P.5



P.6

P.5. Pormenor do vão do piso 1

- Aplicação de grelhas sobre o sistema de vãos em brise soleil, para arejamento e arrefecimento, igualmente forrado por rede mosquiteira.

P.6. Pormenor da telha

- Aplicação de telhas respiradoras na cobertura protegidas por grelha metálica, permitindo a saída de ar quente proveniente do interior para as grelhas aplicadas na laje.



Corte T2 - Proposta

- Sistema de renovação de ar a partir de abertura de vãos (grelhas) na laje e telhas respiradoras.
- Iluminação controlada por intermédio dos brises e grelhas em terra (P.1).

Figura 153. Painél 4, Proposta da Casa 1, Chicala 2020. Fonte: Autora.

Caso 2 – Síntese da proposta

Este caso requer uma intervenção mais intrusiva devido a vários fatores como: desconforto térmico, infiltração, salitre, humidade e falta de iluminação. Implementaram-se soluções em várias partes da casa, tendo as grelhas contribuindo para a solução da maioria dos problemas. A aplicação de grelhas em terra sugere que sejam feitas com moldes em casa (pela comunidade ou pelos residentes) fornecendo um melhor sistema de ventilação cruzada entre as divisões da casa, renovação de ar, iluminação controlada e boa atmosfera. A sua aplicação exigiu remoção de partes de paredes existentes. A grelha constitui apenas uma solução construtiva já existente, mas representa e afirma a identidade cultural devido à sua forma e geometria.

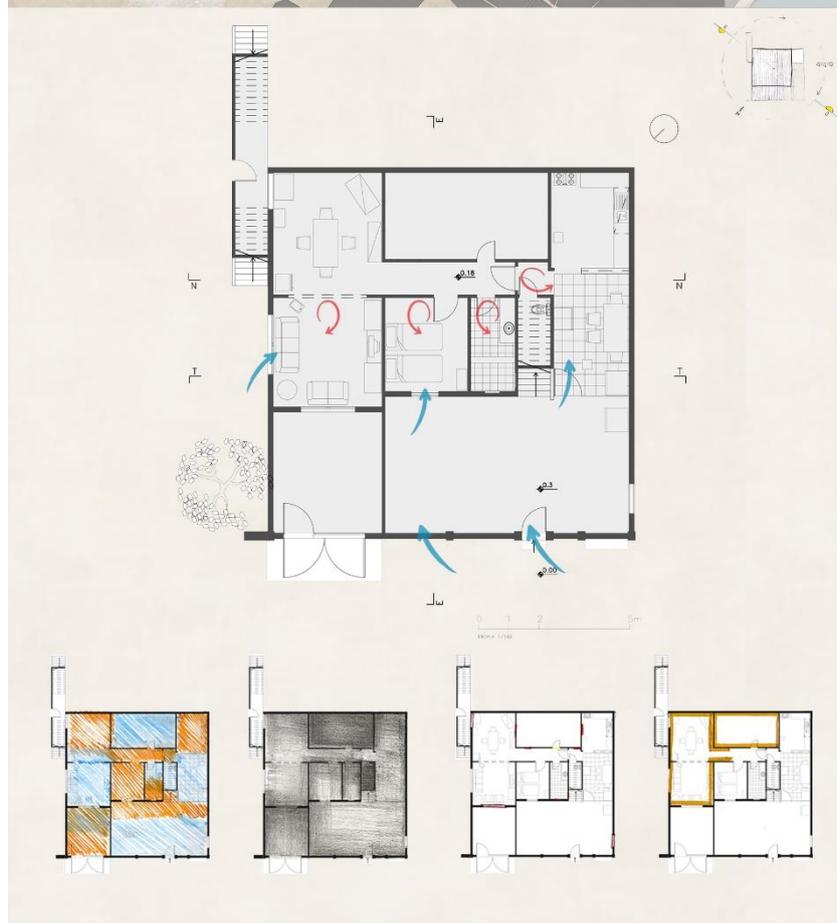
Para além da solução das grelhas, apostou-se na elevação da telha para permitir a entrada tanto de ar como de luz solar, incidindo sobre algumas divisões evitando humidade dentro de casa. Foram também introduzidas pequenas soluções que envolvem a parte funcional e simbólica da casa como organização espacial de algumas divisões; implementação de canteiro com plantas feito com tronco e cimento; reboco de paredes e balcão da casa feito com cimento ou terra crua com fibras; reutilização de materiais como o caso da base das camas e cabeceira feitas em caixas de plástico chamadas “grades de garrafa”. Com as soluções apresentadas procurou-se ir de encontro aos princípios acima indicados como de materiais e soluções sustentáveis, reutilizáveis e económicas.



CASO 2 - EXISTENTE

Implantação - Existente

Localização estratégica: frente à Av. Mas-salo de Amorim, do mar e do mercado de peixe).



Planta baixa - Existente

- Localização dos vãos favorável de acordo à orientação solar e ventos.
- Pouca iluminação natural no interior da casa.
- Pavimento atual em cimento bruto.
- Paredes com infiltração
- Compartimentos com pouca iluminação e ventilação natural.
- Separação da zona húmida da zona seca.

Planta de diagnóstico:

- P1 - Planta de divisões quentes e frias
 - Divisão quente (orange)
 - Divisão fria (blue)
- P2 - Planta de iluminação natural
- P3 - Planta de vãos vedados/removido
 - Vão removido (red)
 - Vão adicionado (yellow)
- P4 - Planta de zonas com humidade
 - Humidade (brown)

Imagem do local

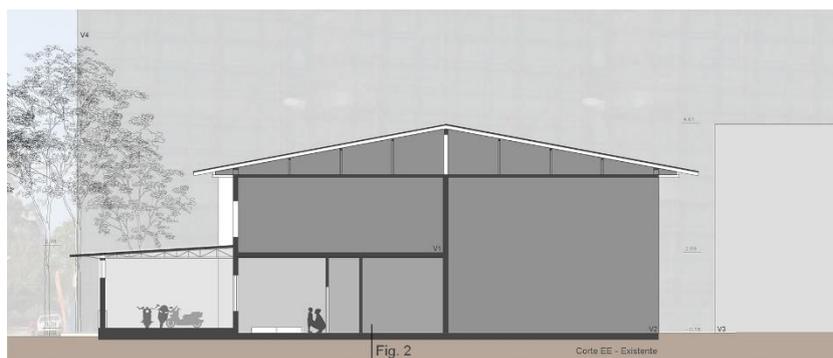
Fig. 1 - Fachada atual em muro alto, vedado por esteira e grades metálicas que escurece o quintal.



Pontos fortes:

- Quintal/Espaço exterior
- Cobertura em telha no quintal a aproveitar.
- Três zonas sociais.
- Separação de divisões das zonas húmidas e secas.
- Boa orientação dos vãos.

Figura 154. Painél 1, Proposta da Casa 2, Chicala 2020. Fonte: Autora.



CASO 2 - EXISTENTE

Corte TT - Existente

- Quintal com iluminação favorável
- Muro do quintal muito alto; pouca relação com o exterior.
- Compartimentos escuros (quarto dos filhos, corredor e quarto dos pais).
- Pouco arejamento.
- Casa sem renovação de ar.



Fig. 2

Fig. 3

Fig. 4

Fig. 5

Fotografias do local:

Fig. 2 - Quarto dos pais: com paredes por rebocar; teto por reabilitar; porta para recuperar.

Fig. 3 - Casa de banho: parede por rebocar; vão por gradear; sem saída de ar; pavimento a renovar.

Fig. 4 - Quarto dos filhos: ventilação suficiente; janela permanentemente fechada; colchão no chão.

Fig. 5 - Fotografia da sala: parede e teto por reabilitar; móveis por recuperar; roupas temporariamente instaladas na sala; colchão para os pais dormirem;



Corte NN - Existente

- Casa sem iluminação natural suficiente;
- Sem ventilação cruzada.
- Organização espacial pouco funcional (área privada entre as áreas sociais).

0 1 2 5m
ESCALA 1/100



Corte TT - Existente

- Três zonas sociais (quintal, marquise e sala)
- Vedação de vãos (janelas do quintal, grades da marquise, janelas dos quartos).
- Desnível para o interior da casa (riscos de alagamento das águas das chuvas ou *calemas*).

Figura 155. Painél 2, Proposta da Casa 2, Chicala 2020. Fonte: Autora.

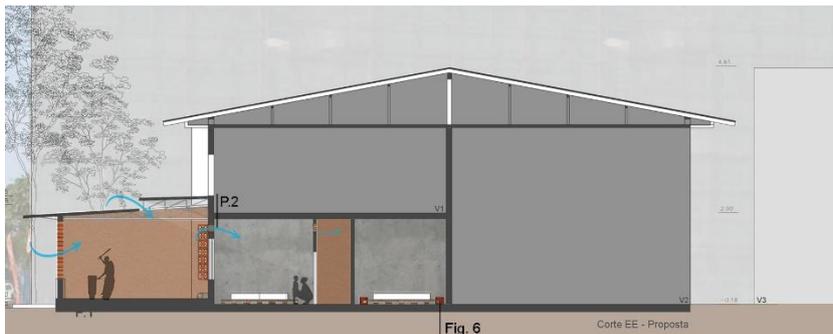


Fig. 6 Corte EE - Proposta

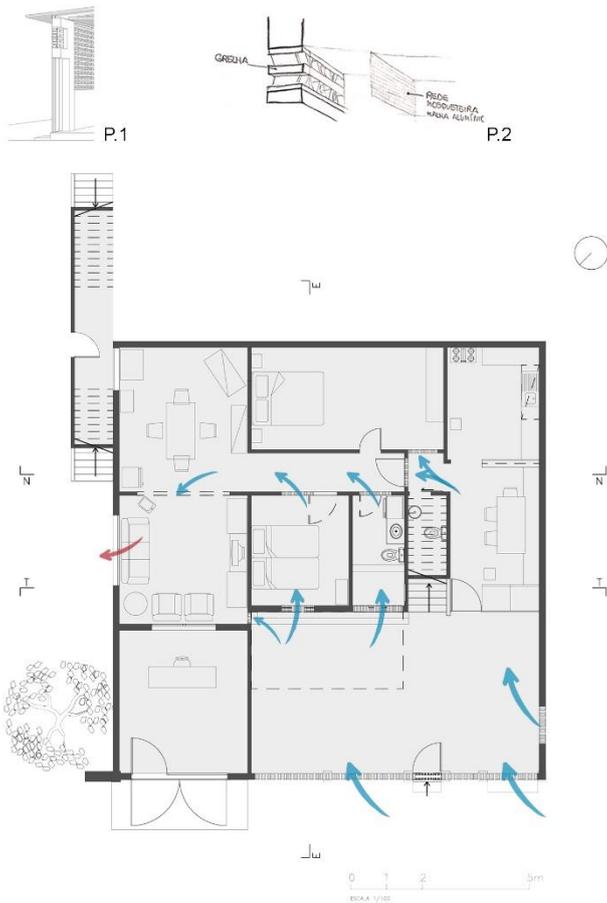


Fig. 7

CASO 2 - PROPOSTA



Corte EE - Proposta

- Aplicação das grelhas feitas em terra crua com 3% cimento, na parede da fachada e sobre vãos existentes para melhor arejamento e entrada de luz controlada para o interior da casa. Ver pormenor P1.
- Elevação de parte da cobertura para entrada de ar e iluminação natural.
- Reboco da casa em terra crua ou cimento para promover arrefecimento e arejamento no espaço.



Fig. 6

Fig. 6

- Reciclagem de paletes para base da cama.
- Caixa de plástico (grade) para banca de cabeceira.

P1. Pormenor da parede da fachada

Proposta da parede da fachada com o sistema de grelhas em terra crua.

P2. Pormenor do sistema de grelha

Grelha aplicada sobre a portas e janelas integram uma rede mosquiteira.

Planta baixa - Proposta. Altura de representação: 2m

- Novo sistema de vãos, do exterior para o interior permitindo o arejamento de acordo à orientação dos ventos (Sudoeste).
- Organização espacial na marquise permitindo maior fluidez de circulação.

Imagem proposta da fachada principal.

- Fig. 6 - Reaproveitamento das portas de madeira (principal) e de alumínio (comércio).
- Redução de muro em cimento da fachada para aplicação das grelhas em terra e reboco em terra com 3% de cimento.
- Aproveitamento do banco em cimento do lado direito da porta para plantas.

Figura 156. Painél 3, Proposta da Casa 2, Chicala 2020. Fonte: Autora.

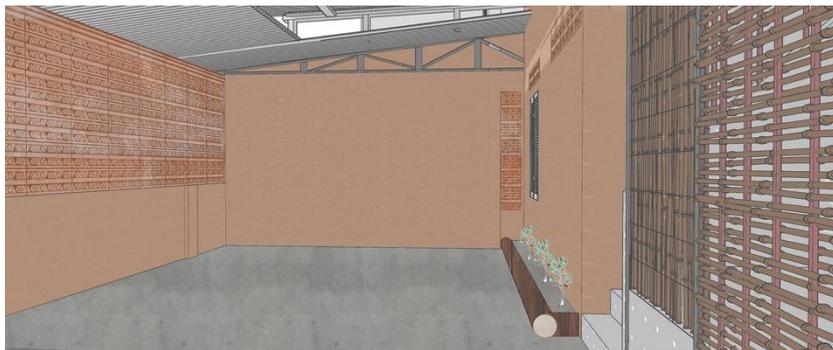


Fig. 8

CASO 2 - PROPOSTA

- Imagem proposta do quintal.**
- Muro em grelha feita em terra crua para permitir relação com a rua indireta.
 - Reaproveitamento das grades forradas com esteira na marquise para impedir visibilidade do interior da casa.
 - Grelha na parede que dá para a sala para a entrada de ar fresco direto.
 - Canteiro para plantas feito em cimento e tronco de árvore. Ver pormenor P.3 e P.4.

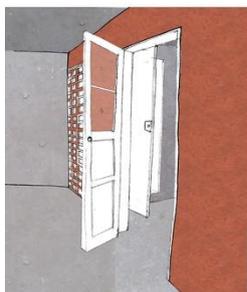


Fig. 9



Fig. 10

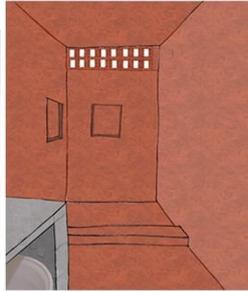


Fig. 11

Esquissos Proposta de compartimentos da casa:

- Fig. 9 - Quarto dos pais com arejamento devido as grelhas na parede viradas para a marquise. Reboco das paredes com terra e cimento.
- Fig. 10 - Grelha forrada com rede mosquiteira sobre janela do quarto dos filhos para arejamento do quarto. Ver pormenor P.2.
- Fig. 11 - Casa de banho com vãos vedados aproveitados para nichos. Grelha na parte superior da parede para permitir a circulação de ar.
- Paredes, pavimento e teto rebocado em terra e em cimento.



Corte NN - Proposta

- Parede da sala rebocada em terra crua.
- Balcão rebocado em terra crua.
- Banco da cozinha feito em madeira. Ver Planta proposta.
- Aproveitamento do armário da cozinha.
- Aplicação de grelhas no quarto dos pais. Ver figura 2 e 9.



Corte TT - Proposta. Virado para a Avenida Massalo de Amorim.

- Fig. 11 - Casa de banho.
- Fig. 10 - Quarto dos filhos.
- Abertura de vão para aplicação de grelhas adjacente ao sofá da sala para a entrada de ar fresco e saída de ar quente pela janela à direita.

Figura 157. Painél 4, Proposta da Casa 2, Chicala 2020. Fonte: Autora.

Caso 3 – Síntese de reflexão da proposta:

Embora se trate de uma casa mais pequena comparativamente aos casos anteriores, e atualmente apenas com um residente, exigiu intervenções significativas para a melhoria do espaço devido ao seu estado de conservação. O caso 3 apresentava patologias como salitre, humidade e infiltração devido a sua localização, a pouca incidência solar dentro de casa e às intervenções vizinhas que afetaram a casa.

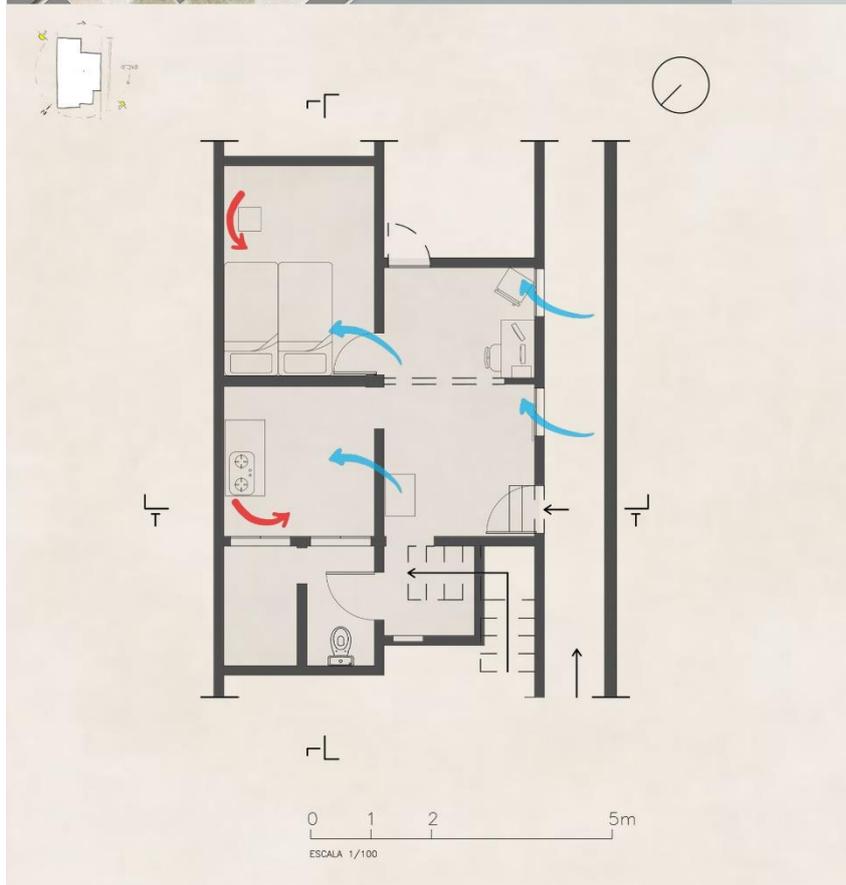
Embora com uma abordagem técnica semelhante aos casos anteriores, procurou-se neste caso focar no sistema de vãos para permitir a entrada de ar e de luz solar para dentro de casa por intermédio de materiais económicos como metal, a terra e garrafas de vidro (sem custos). Trabalhou-se também sobre tubagens metálicas (de fácil acesso e manuseio) para o sistema de extração de fumo da cozinha e outro para captação de águas das chuvas para higienização e irrigação do novo canteiro. Independentemente da frequência do uso de cada divisão, pretendeu-se melhorar o funcionamento das divisões através da organização espacial (movimento de paredes e de móveis) para que incite maior frequência e necessidade de uso, como o caso dos arrumos e casa de banho, promovendo mais comunicação entre as divisões (remoção da parede que dividia a cozinha do espaço comum), ampliando o espaço e promovendo um ambiente mais jovial. As restantes intervenções são a reutilização ou reciclagem de materiais como caixas de plástico (base da cama) e tambor metálico para lavatório.



CASO 3 - EXISTENTE

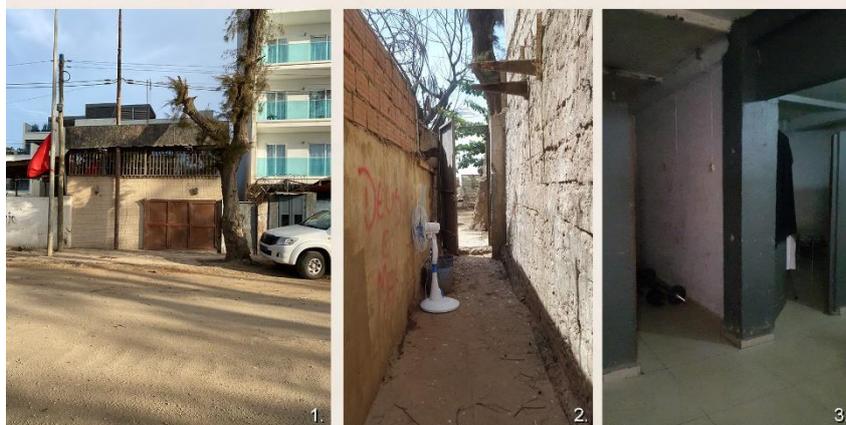
Localização - Existente

- Sobreocupação.
- Terreno sem quintal, apenas com beco de passagem.
- Localizado frente à estrada.
- Fachada frontal do terreno incide sol diretamente; posição da casa pouco favorável para a orientação solar.
- Disposição das casas dentro do lote impossibilita a relação com a vizinhança.



Planta baixa - Existente

- Sem quintal para atividades diárias.
- Sem arborização.
- Espaço pequeno ou pouco aproveitado.
- Cozinha sem extração de fumo.
- Ventilação natural insuficiente devido ao tipo de casa (cave).
- Sem ventilação cruzada.
- Iluminação do espaço insuficiente.



Imagens do local:

- Fig. 1 - Fotografia da fachada da casa.
- Fig. 2 - Fotografia do quintal/beco de acesso ao caso de estudo.
- Fig. 3 - Vista da porta de casa para o vão que dá acesso à cozinha e ao quarto.

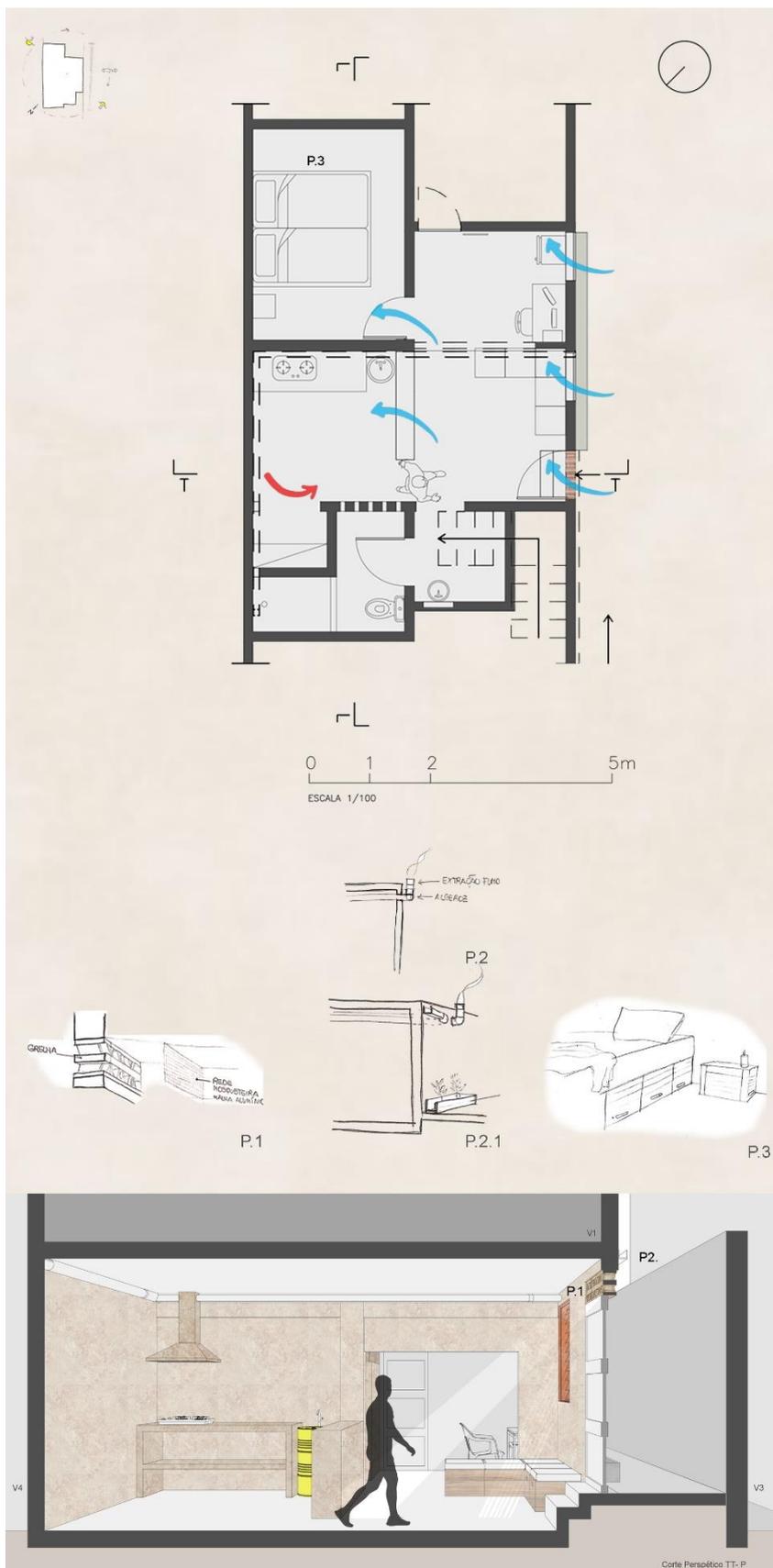
Pontos fortes

- Zonas húmidas separadas das secas.
- Vãos conservados.
- Open space (fornece maleabilidade).

Figura 158. Painél 1, Proposta da Casa 3, Chicala 2020. Fonte: Autora.



Figura 159. Painél 2, Proposta da Casa 3, Chicala 2020. Fonte: Autora.



CASO 3 - PROPOSTA

Planta baixa - Proposta

- Disposição de móveis e paredes com maior fluidez; maior movimentação espacial e coerência funcional.
- Implementação de grelhas sobre a porta de entrada para movimento de ar fresco todo o dia.
- Aproveitamento de vãos existentes.
- Implementação de despensa por intermédio da abertura de uma janela na cozinha; aproveitamento de parte dos antigos arrumos para o duche da casa de banho.
- Sistema de extração de fumo feito com tubo industrializado e chaminé feito à mão em terra. Ver pormenor P.2
- Captação de água da chuva por alge-roz para higienização da casa. Ver pormenor P.2.1.

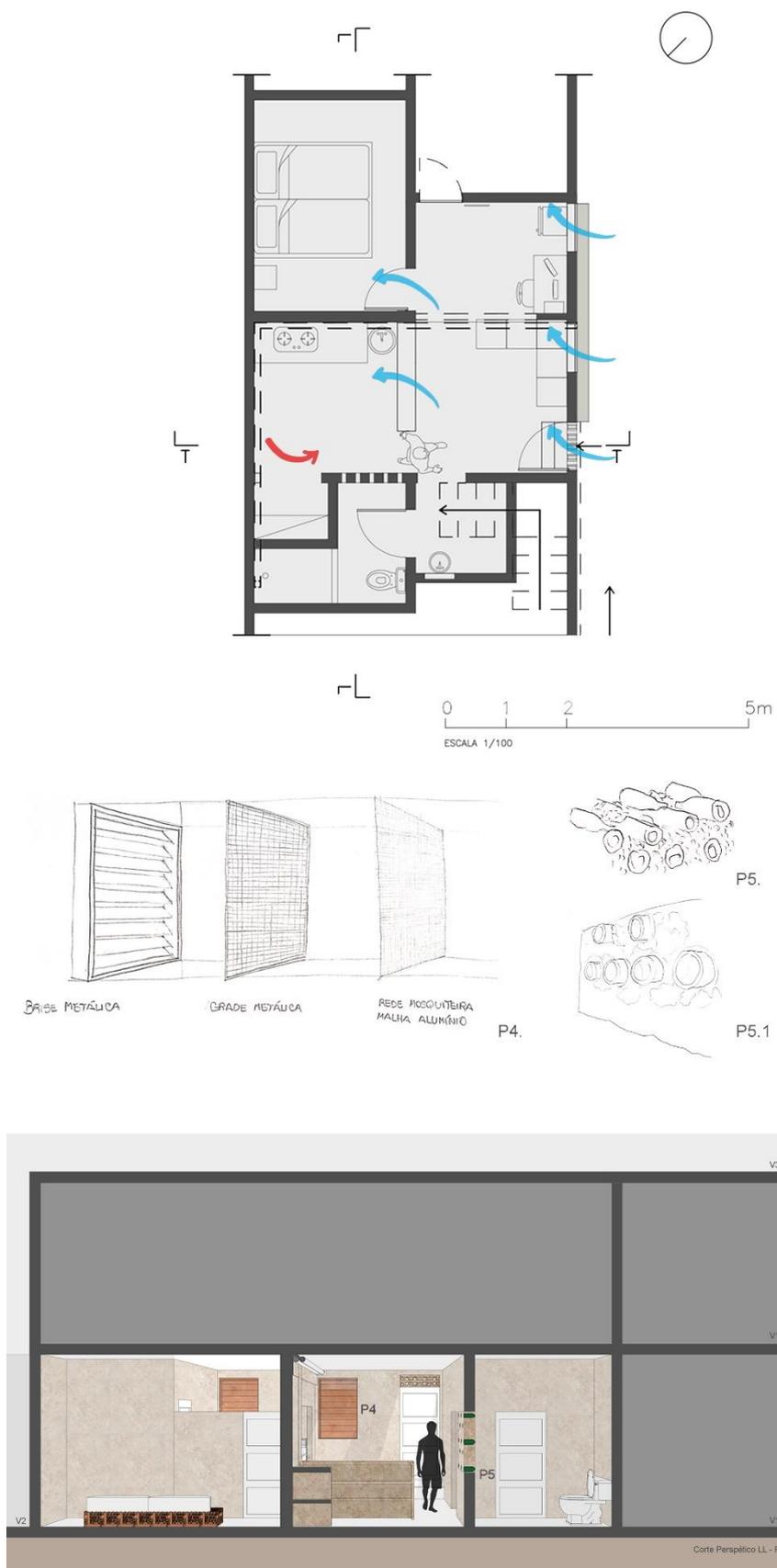
Pormenores - Proposta em esquisso

- P.1. Aplicação de grelha feita em terra crua para entrada de ar constante.
- P.2. Sistema de extração de fumo da cozinha
- P.2.1 Captação da água das chuvas para irrigação de plantas e higienização.
- P.3. Pormenor da base da cama feita em grades de garrafa reutilizadas (caixa de plástico). Ver (Fig.4).

Corte perspético TT - Proposta

- Demolição da parede divisória da cozinha para um balcão, criando relação entre a cozinha e o espaço social.
- Sistema de extração de fumo. Ver pormenor P.2 e P.2.1.
- Grelha sobre a porta de entrada para entrada de ar e luz. Pormenor P.1.
- Reboco em terra misturada com 3% de cimento e areia. Tonalidade clara da terra para proporcionar amplitude e iluminação no espaço.
- Bancada da cozinha feita em terra crua.
- Base para sofá em caixa de madeira.
- Lava loiça feito com tambor metálico reaproveitado.

Figura 160. Painél 3, Proposta da Casa 3, Chicala 2020. Fonte: Autora.



CASO 3 - PROPOSTA

Planta baixa - Proposta
 - Espaço mais iluminado pelos sistemas de vãos (grelha, brises e garrafas).
 - Base da cama feita com a junção de grades de plástico. Ver figura 4.

Fotografias tiradas pela autora:
 Fig. 4 - Fotografia de caixa/grade de garrafa.
 Fig. 5 - Fotografia de janela feita em garrafas de vidro. Fotografia da casa de garrafas, na Chicala 2.



Fig. 4 Fig. 5

Pormenores - Proposta em esquiso
 P3. Sistema de ventilação controlada e protetora com brises metálicas, revestidas com grade metálica para proteção e rede mosquiteira.

P5. e P5.1 - Garrafas aproveitadas, embutidas na mistura de terra e cimento para iluminação do espaço (entre a cozinha e a casa de banho).

Figura 161. Painél 4, Proposta da Casa 3, Chicala 2020. Fonte: Autora.

Casas 4 e 5 – Síntese das propostas e possíveis alternativas:

Ambos os casos apresentam situações muito sensíveis, determinando complexidade quanto à resolução por envolver problemas territoriais, construtivos e sociais. Sendo os abrigos construídos de forma ilegal, as soluções apresentadas não permitem total melhoria, a qual envolve questões legislativas sobre direito de terras.

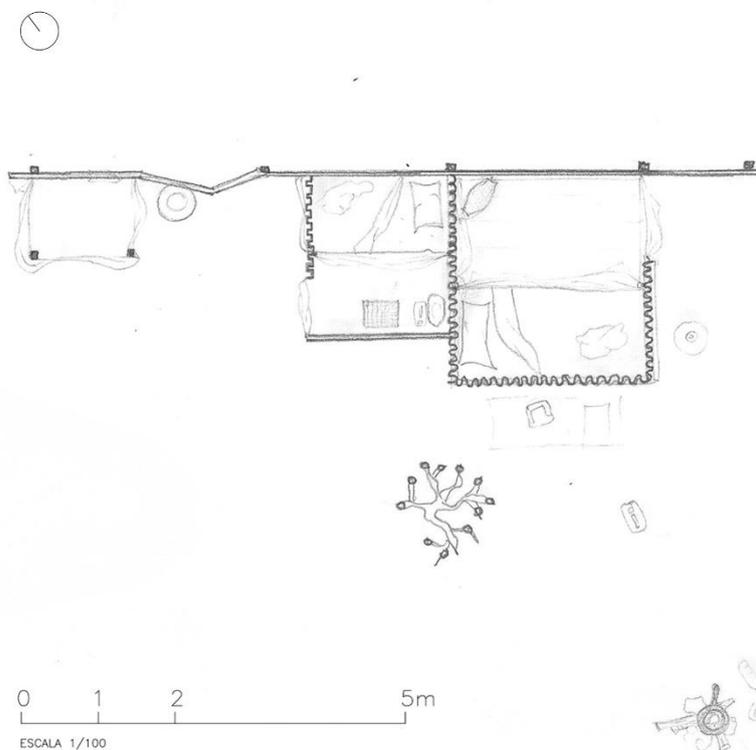
Com base na situação em que se encontram, procurou-se essencialmente intervenções de baixo custo ou sem custo, como a construção da casa em blocos de terra e fibra, apoiados nos paus existentes ou ainda paredes estruturadas por garrafas de vidro preenchidas por terra; reaproveitamento de chapas metálicas para portas; reciclagem de garrafas de vidro para iluminação dentro da casa, arborização para sombreamento e fonte de alimentação perto de casa; lonas existentes para captação da água da chuva pela árvore, caixas de plástico para base da cama, e algum recipiente para captação e depósito de água para higienização e irrigação das plantas. Tal como indicado nos princípios para uma boa arquitetura das casas populares de Luanda, estas intervenções podem ser feitas na sua totalidade pelos próprios residentes tal como os casos atuais.



CASO 4 - EXISTENTE

Implantação:

- Próximo à praia.
- Falta de controle.
- Sem acesso à infraestruturas existentes.
- Sem saneamento básico.



Planta existente:

- Materiais de construção não resistentes.
- Exposição às intempéries (vento, chuva e sol).
- Divisões com tamanhos insuficientes.
- Instalação sanitária apenas para banho.

Fotografias do local:

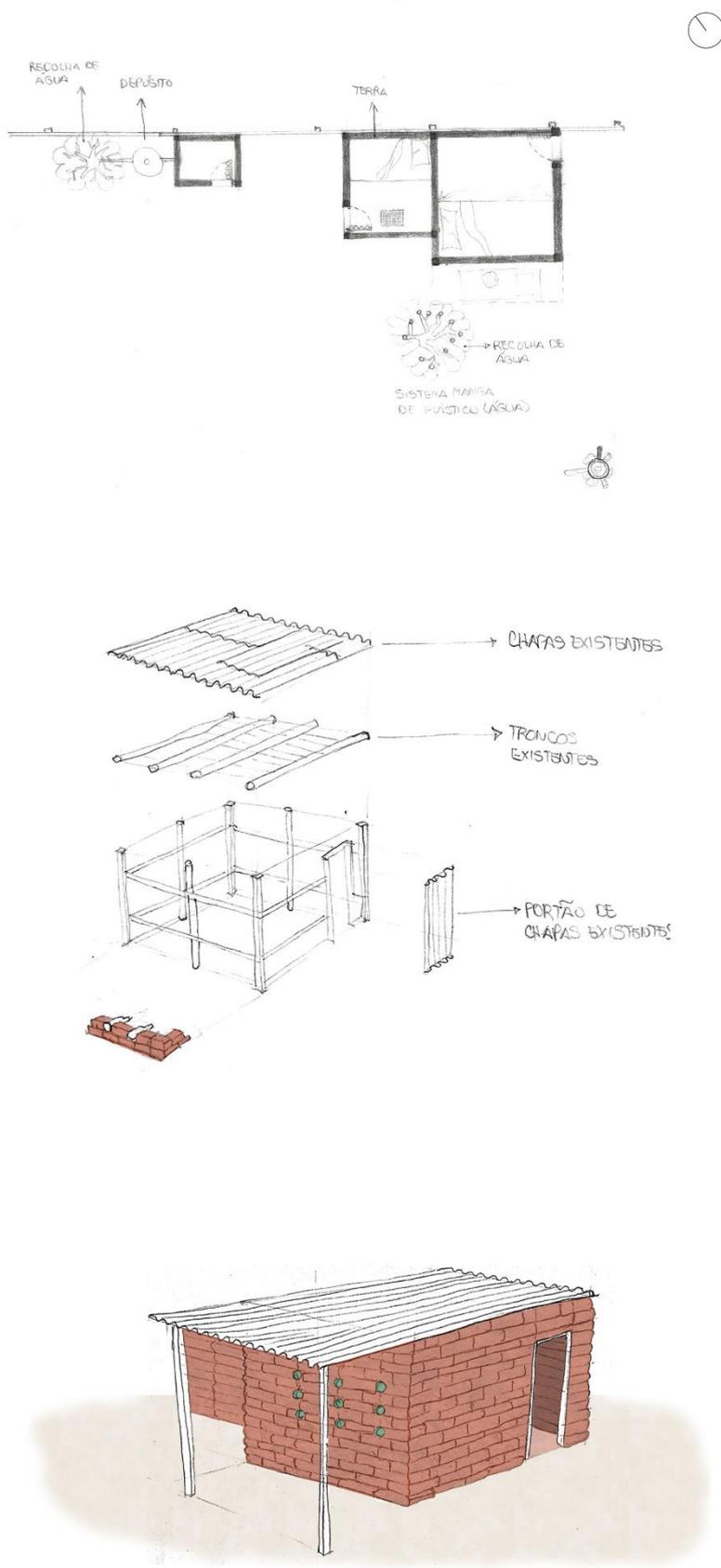
1. Vista da instalação sanitária e os quartos.
2. Fachada da zona de dormir dos pais.
3. Interior zona de dormir dos pais.
4. Vista da instalação sanitária.



Pontos fortes:

- Separação dos usos (serviço, social e privado).
- Distinção das divisões bem definidas.

Figura 162. Painél 1, Proposta da Casa 4, Chicala 2020. Fonte: Autora.



CASO 4 - PROPOSTA

Planta proposta:

- Divisões protegidas pelas paredes e portas feitas com chapas metálicas.
- Paredes em terra crua suportadas com o aproveitamento de paus existentes.
- Técnica feita com blocos de terra crua misturadas com 3% de cimento para aderência e durabilidade.
- Reutilização de materiais existentes como: paus, chapas e tecidos.
- Divisões mantidas valorizando a intenção dos habitantes.

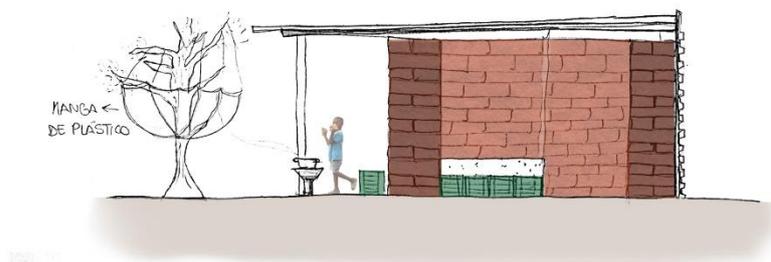
Pormenores Proposta:

- 1P. Aplicação de manga de plástico amarrados sobre os troncos das árvores para captação da água da chuva servindo de irrigação e higienização da casa (Guedes, s/d).
- 2P. Esquismo esquemático do sistema de construção tradicional em pau-à-pique. Blocos em terra.
- 3P. Garrafas embutidas entre os blocos de terra para iluminação no interior.

Esquismo da vista exterior:

- Extensão das chapas existentes na cobertura e paredes antigas, para proteção e sombreamento da zona social.

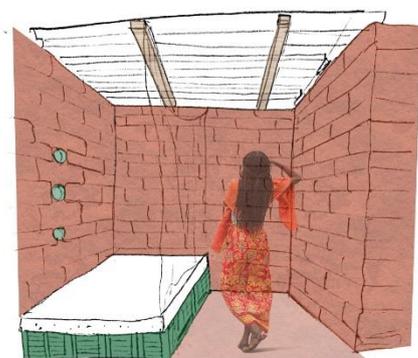
Figura 163. Painél 2, Proposta da Casa 4, Chicala 2020. Fonte: Autora.



CASO 4 - PROPOSTA

Vista Proposta:

- Extensão da chapa (alpendre) para proteção da zona social frente ao quarto dos pais.
- Aproveitamento da árvore existente para colocação de manga de plástico para captação de água das chuvas e sombreamento (Guedes, s/d).



Perspetiva Proposta:

- Caixas de plástico (caixa de grade) para servir de base do colchão.
- Suporte das chapas metálicas na cobertura em madeira reaproveitada para estruturação.

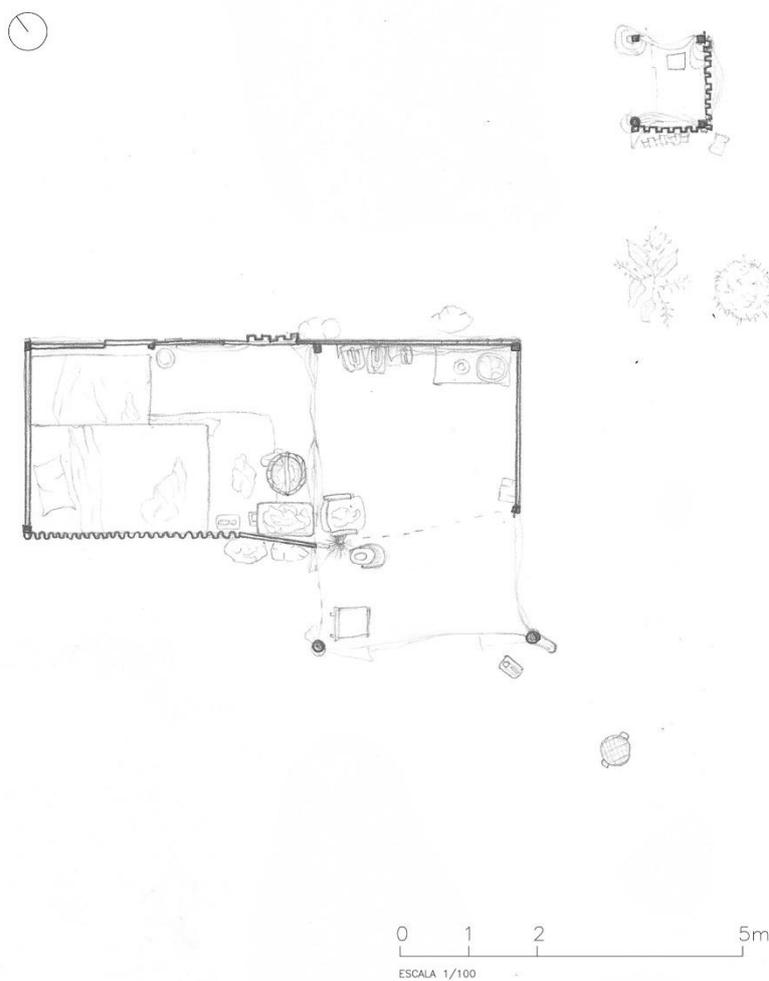
Figura 164. Painél 3, Proposta da Casa 4, Chicala 2020. Fonte: Autora.



CASO 5 - EXISTENTE

Implantação do local

- Próximo à praia.
- Falta de controle.
- Sem acesso à água e energia. Sem saneamento básico.



Planta existente

- Estrutura da habitação com materiais não sustentáveis.
- Exposição às intempéries (vento, chuva e sol).
- Identificação precisa das divisões apenas no espaço de dormir, de higiene e de cozinhar.
- Separação das zonas de serviço (casa de banho e cozinha) da zona privada ou social.

Imagens do local:

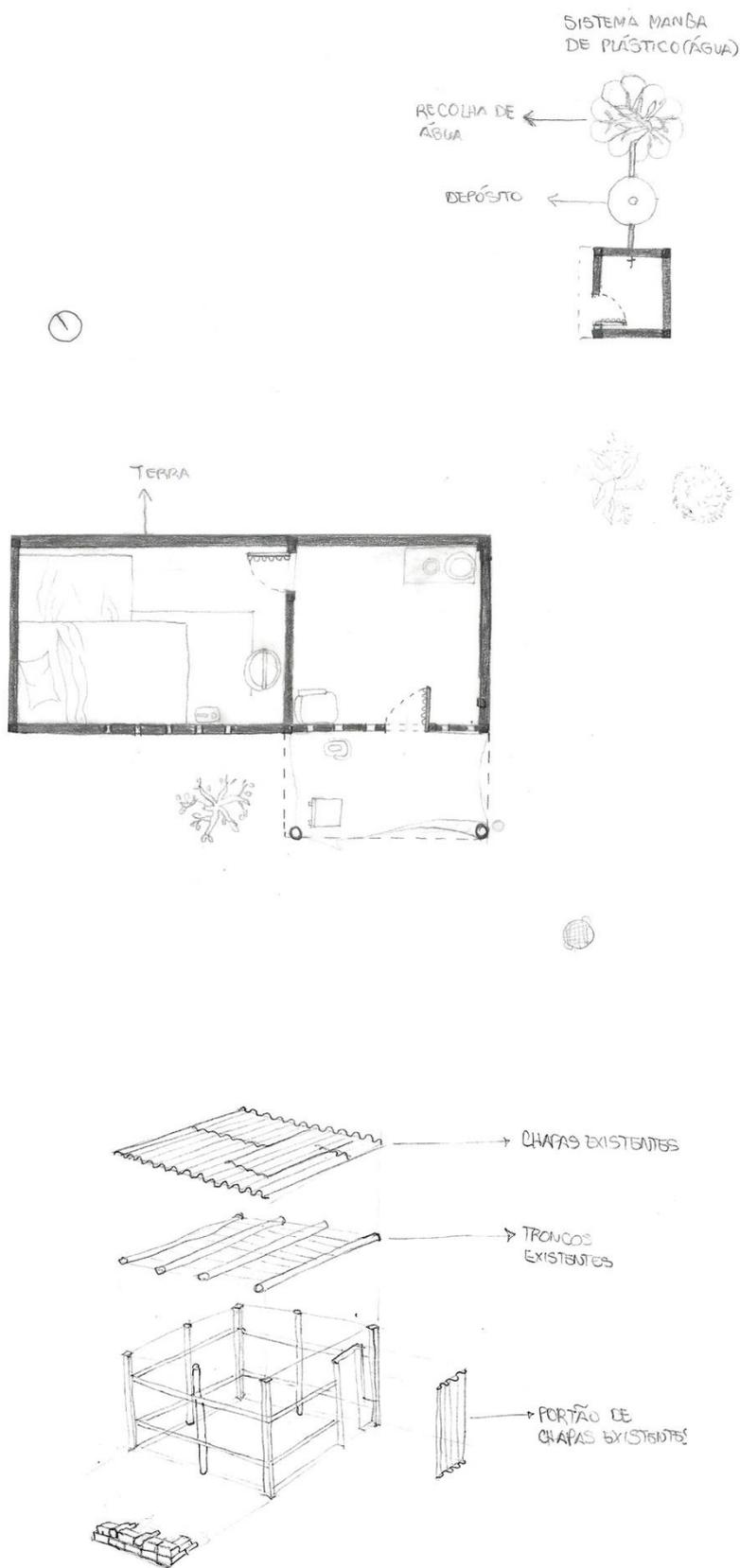
- Fig. 1 - Fotografia do exterior da habitação.
- Fig. 2 - Fachada frontal da habitação.
- Fig. 3 - Zona de dormir.



Pontos fortes:

- Boa disposição da casa com relação à orientação solar.
- Vãos bem localizados com relação aos ventos dominantes.
- Acesso rápido à praia e pesca.
- Integração de espaço social (alpendre) na habitação.

Figura 165. Painél 1, Proposta da Casa 5, Chicala 2020. Fonte: Autora.



CASO 5 - PROPOSTA

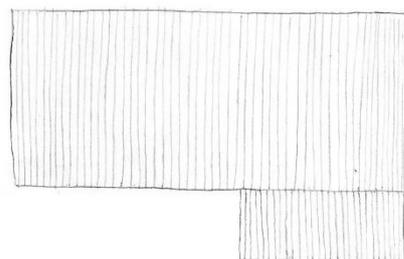
Planta Proposta:

- Reutilização de materiais existentes como: paus, chapas e tecidos.
- Paredes em terra crua suportadas com o aproveitamento de paus existentes.
- Técnica feita com blocos de terra crua misturadas com 3% de cimento para aderência e durabilidade.
- Divisões protegidas pelas paredes e portas feitas com chapas metálicas.
- Divisões mantidas valorizando a intenção dos habitantes.

Isométrica Proposta:

- Técnica de preenchimento de paredes em terra crua sustentadas em paus de madeira verticais e horizontais.
- Cobertura em chapa metálica reutilizada e sobreposta à estrutura de paus existentes.
- Sistema de vãos feitos em garrafas de vidro embutidas entre os blocos de terra.

Figura 166. Painél 2, Proposta da Casa 5, Chicala 2020. Fonte: Autora.



CASO 5 - PROPOSTA

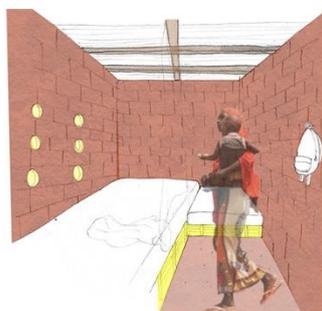
Cobertura Proposta:

- Aproveitamento de chapas metálicas existentes.
- Zona do alpendre protegida com chapas metálicas sustentadas pelos mesmos paus.



Perspetiva 1 - Proposta:

- Preservação das divisões.
- Zona da marquise protegida por parede.
- Algum relação entre o alpendre e a marquise por intermédio dos vãos.
- Implementação de uma árvore para sombreamento e arejamento no verão.
- Porta de entrada feita de chapas metálicas reaproveitadas.



P4.



P5.

Perspetivas 4 e 5 - Proposta:

- P4. Perspetiva do quarto dos pais. Vãos feitos com garrafas de vidro.
- P5. Vãos feitos com moldes de garrafa de vidro e partidos após a secagem.

Figura 167. Painél 3, Proposta da Casa 5, Chicala 2020. Fonte: Autora.

Outra forma de intervir sobre casas de chapa:

Sugere-se a alternativa de construção das casas feitas com garrafas de plástico, lama e fio barbante como se tem construído em Kaduna, Nigéria. Uma alternativa que visa reduzir a poluição ambiental derivada do número de garrafas de plástico deitadas diariamente para a construção de habitações com o terço a menos de custo comparativamente às habitações feitas em blocos de cimento ou terra (Pensar Contemporâneo, 2021).



Figura 168. (à esquerda) construção da casa com a técnica de garrafas de plástico (à direita) pormenor da construção. Fonte: Pensar Contemporâneo (2021) <https://www.pensarcontemporaneo.com>.

As garrafas embaladas, colocadas emparelhadamente umas sobre as outras e preenchidas com lama, podem, segundo a *DARE* (Desenvolvimento para energias renováveis³⁵), resistir à terramotos. Um projeto que tem o grande potencial de reduzir a escassez habitacional e simultaneamente o excesso de plásticos nas ruas.

Reflexão sobre os ensaios projetuais

Maleabilidade e adaptabilidade são características próprias das cidades e assentamentos informais em África. Após reflexões absorvidas da parte teórica sobre formas de abordagem nesses contextos conjuntamente com o trabalho de campo realizado, carregado de experiências, procura-se neste último capítulo uma parte reflexiva, como também sugestiva de como as famílias podem fazer com que o espaço vivido responda as suas necessidades com base nas possibilidades e considerando o seu modo de vida.

Mais do que objetos que preenchem um espaço, é a importância que eles têm sobre o modo de habitar e de cultura. Num contexto em que os acessos aos materiais construtivos são dificultados para a população de poucos recursos, o olhar para a arquitetura e princípios vernaculares - onde o material é local e se regenera - é fundamental para o incentivo de autoconstruções promovendo mais contacto e consciência sobre o ambiente e o espaço habitável.

³⁵ Renewable energies (texto original traduzido pela autora).

Este exercício empírico (que teve subjacente vários passos metodológicos explicados na introdução da dissertação) permitiu adquirir a percepção de todo o processo: do primeiro contacto com os habitantes à comunicação com o espaço em que habitam e à sugestão de ensaios de melhorias que se pretendiam elaborados com os habitantes. A casa só se torna casa quando o habitante a vive. O trabalho empírico permitiu perceber a diferença entre entrar para espaço habitável, onde nos primeiros segundos surge a pré-conceção, comparativamente ao contacto e interação com os habitantes ouvindo como eles vivem o espaço. A pré-conceção num olhar de arquiteto leva rapidamente a criar soluções sem entender as razões de ser, os motivos e consequências do estado atual da casa. Enquanto que a observação e interação tornam-se a chave para se identificar os prós e contras, o desenho permite exercitar as soluções. O esquisso permite pensar, e o desenho técnico permite tornar funcional com base quer em soluções já existentes, quer nas novas alternativas com base no que já foi criado, considerando os princípios de sustentabilidade.

Sendo o desenho e a imagem formas de comunicação, ambas se tornam um meio de proximidade e aproximação do arquiteto/investigador com o “construtor habitante”. Surge instintivamente maior interação pela sensação de identificação e tradução das questões vividas pelo habitante transcritas no papel, permitindo encontrar outros diagnósticos que eram desconhecidos. Este exercício que envolveu a leitura e a escuta, a escrita, o desenho, e a imagem, permitiu perceber a importância não só da técnica de observação e da exercitação de todos os sentidos, como também do poder da cor e das texturas a nível gráfico, o que é identitário na arquitetura em contexto africano.

Apesar do arquiteto procurar por inovação, em muitos dos casos os chefes de família preferem fazer o que já viram (embora nem sempre seja funcional), concluindo que a imagem de exemplos existentes torna a proposta mais credível. Este é, portanto, um dos desafios dos arquitetos, de criar tendo em conta a expectativa do habitante – entendido de técnicas de construção – soluções que remetam às suas memórias e experiências. Até então, ouvir a experiência do dono da casa, construtor e criador da própria habitação, torna todo o processo de criação mais interessante e menos complexo, porque partilhado.

CONCLUSÃO

A pesquisa teórica que antecede a pesquisa empírica visou desenvolver o conhecimento e a compreensão sobre o tema da arquitetura vernacular em contexto periurbano que despertou a curiosidade pela procura das soluções adequadas e pelo desenvolvimento da capacidade de resposta face as circunstâncias atuais. Os estudos sobre a arquitetura vernacular e sobre a urbanização acelerada permitiram compreender os traços fundamentais das casas, a sua adaptação ao modo de vida ou a inadaptação em contexto de aceleração da urbanização. Os casos de referência pesquisados e o leque de formas de abordagem para a melhoria da arquitetura vernacular permitiu identificar princípios e metodologias de intervenção mais adequados para os casos em estudo. A breve pesquisa sobre a urbanização de Luanda, a contextualização dos musseques e razões da sua expansão, bem como sobre as intenções de planos e projetos realizados por sectores públicos ou privados (com olhares e abordagens diferentes), sob a administração colonial e sob governo independente foi fundamental para entender os diferentes contextos dos casos de estudo.

A questão primordial que orientou esta pesquisa pretendia perceber se o próprio processo de investigação empírica pode influenciar na melhoria de condições de vida e habitação das famílias dos musseques populares autoproduzidos. Todo o processo de pesquisa empírica, posterior à pesquisa teórica, decorrido desde o levantamento por observação do local, ao contacto e interação com as pessoas no espaço habitado, às conversas e ao uso do desenho para traduzir o modo de habitar, favoreceu uma nova visualização e compreensão da casa pelos chefes de família (autores das construções) tanto a nível dimensional como espacial (relação dos espaços). Este processo de levantamento interativo fornece aos chefes de família um novo olhar exterior e atento a partir dos espaços de descanso percorridos pelo visitante e contribui para uma nova perceção sobre os espaços e os seus usos, enquanto a autoconstrução tende a induzir um olhar de dentro para fora.

Este processo de pesquisa interativa tem impacto nas famílias como também na autora, colocando-a numa posição de escuta em que o desenho é uma ferramenta de registo mas também de comunicação. O trabalho empírico torna-se uma permuta envolvendo a perceção e compreensão mútua sobre o modo de habitar das famílias, propondo melhorias que surgem da nova forma como as famílias passam a olhar para a sua casa.

A compreensão sobre o modo de habitar nos musseques populares autoproduzidos, sobre o contexto sociocultural e espacial, as suas características particulares, as suas adaptações e os desafios face às influências externas, permitiu identificar a persistência dos traços da arquitetura vernacular de origem rural em situação de urbanização acelerada em Luanda. Verifica-se que o modo de habitar está vinculado aos traços culturais implicando a persistência de práticas rurais em contexto de adaptação de práticas urbanas. As influências ocidentais, urbanas e contemporâneas são materializadas na adoção de novos objetos e usos mas o modo de habitar de matriz rural e popular permanece dominante, sendo a influência exterior sobretudo no campo da estética.

A resposta da arquitetura colonial, urbana, moderna ou contemporânea aos desafios habitacionais colocados nos assentamentos autoproduzidos, desinteressada pela compreensão do modo habitar dos musseques, introduziu maior diversificação a nível funcional da casa. Estas influências externas forneceram às famílias nos musseques, a maleabilidade para o uso de novas técnicas e materiais mas simultaneamente, criou uma rutura, devido ao modo como foram impostas num contexto que não integra as mesmas características socioculturais, levando ao abandono do desenvolvimento de técnicas locais e conduzindo à imposição das técnicas externas.

O estudo constatou a existência de pouco investimento na pesquisa para melhoria no modo de habitar nos musseques de Luanda, mas ao reconhecer alguns traços dominantes da arquitetura dos musseques, tipos, transformações e adaptações ao modo de vida, cultura e habitar permitiu propor formas diferentes de abordar e intervir neste contexto. Em todas as casas se identificaram três espaços dominantes: espaço de dormir, espaço de cozinhar e espaço para atividades domésticas diárias. Estas três funções principais foram sofrendo adaptações com a fusão da influência ocidental com a tradicional, como se verifica com a inclusão da marquise. A vontade de acompanhar o ritmo do modo de vida urbano contemporâneo e se inserir na vida urbana, traduz-se na multiplicidade de usos na mesma divisão espacial. Quando se inicia o processo de autoconstrução, a principal preocupação é incluir as três grandes divisões da casa acima indicadas - dormir, cozinhar, estar - conjuntamente com o espaço de higiene tradicionalmente separado da casa, incorporando-se outros usos e funções dentro das três divisões principais.

As casas nos musseques autoproduzidos mostram a persistência de práticas rurais num enquadramento urbano. Esta compreensão e o respeito pela intenção das famílias na construção e no modo de habitar a casa permitiu desenhar uma metodologia de intervenção acessível para melhoria das casas nos musseques populares autoproduzidos. Nas casas autoconstruídas, cada material escolhido, cada espaço, a sua diversidade de funções, a disposição dos móveis, contêm uma racionalidade que carece de compreensão, pois traduzem identidade e contêm o código para uma intervenção adaptada.

Para uma melhoria sustentável das casas como se pretendeu neste ensaio, a consciencialização sobre os impactos da casa no meio ambiente (traduzidas na melhoria do sistema passivo da casa e no sistema de energias renováveis) torna-se possível quando há um forte envolvimento dos residentes em todo o processo de melhoria e de construção, e se opta por materiais e técnicas de baixo custo, ou seja, construção local, com o uso ou reutilização de materiais locais. Uma melhoria ajustada da casa requer a compreensão das suas problemáticas e dos seus pontos fortes, transmitidos com quem nelas reside, com forte interação entre o arquiteto e os residentes, base de uma boa assistência técnica.

BIBLIOGRAFIA

- Abréu, B. L. (2017). *Resultados definitivos recenseamento geral da população e habitação*. Obtido de Docplayer: <https://docplayer.com.br/58513005-Resultados-definitivos-recenseamento-geral-da-populacao-e-habitacao.html>
- Afonso, L. (2015). Luanda. Estudo de Geografia Urbana, a reedição de uma obra clássica que chega em boa hora. Mulemba, 5 (10). *Revista Angolana de Ciências Sociais*. Obtido de: <https://doi.org/10.4000/mulemba.2143>
- Alexandre, L. (2016). *Luanda, da arquitetura vernácula ao séc. XXI. Uma tipologia de habitação para Luanda*. Dissertação de mestrado em arquitetura. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Furuto, A. (2010). A House in Luanda: Patio and Pavillion. Obtido em Novembro, 2019, de Archdaily: https://www.archdaily.com/85508/a-house-in-luanda-patio-and-pavillion-cristina-peres-diogo-aguiar-teresa-otto-tiago-andrade?ad_source=search&ad_medium=search_result_all
- Amaral, I. (1960). *Aspectos do Povoamento Branco de Angola*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Amaral, I. (1968). *Luanda. Estudos de geografia urbana*. Lisboa: s/e.
- Amaral, I. (1983). Luanda e os seus "muçiques" problemas de geografia urbana. Lisboa: *Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia*. Vol. XVIII nº36.
- Amaral, I. (2001). *Apontamentos sobre Luanda: uma cidade colonial imperfeita*. I. Raposo (org.) *Ur Cadernos* da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa: Cidades Africanas, 5 (pp.10-17).
- André, B. (2019). *Políticas habitacionais em Angola: O caso do programa novas centralidades em Luanda*. Programa de pós-graduação. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Architecture Sans Frontières-UK (2011). *Kenya*. Obtido de ASF-UK: <https://www.asf-uk.org/pages/83-kenya>
- Arquitetura na Periferia (s.d.). *Arquitetura na Periferia. O projeto*. Obtido em Agosto, 2020, de: <https://arquiteturanaperiferia.org.br/>
- Batalha, F. (1950). *A Arquitetura tradicional de Luanda*. Luanda: Edição Museu de Angola.
- Bettencourt, A. (2011). *Qualificação e reabilitação de áreas urbanas críticas*. Dissertação de mestrado em arquitetura. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa.
- Borges, K., Lopes, L., Cantuária, G., & Guedes, M. C. (s.d.). *Arquitetura Sustentável na Guiné-Bissau*. Lisboa: CPLP.
- Carneiro, I. (2015). O futuro que queremos. *Declaração final da conferência das nações unidas sobre o desenvolvimento sustentável* (p. 55). Obtido de Docplayer: <https://docplayer.com.br/22467-O-futuro-que-queremos.html>

- Chicala Site (2021). *História do Bairro*. Obtido de Observatório da Chicala: <https://chicala.site/historia/seculo-xix/>
- Chissola, A. (2015). *A Influência do processo de planeamento e gestão territorial na produção do espaço urbano*. Dissertação de mestrado em urbanismo e ordenamento do território. Lisboa: Técnico de Lisboa.
- Coelho, V. (2015). A classificação etnográfica dos povos de Angola (1ª parte). *Mulemba*, 5 (19). *Revista Angolana de Ciências Sociais*. Obtido de OpenEdition Journals: <https://doi.org/10.4000/mulemba.2143>
- Correia, M., Dipasquale, L., & Mecca, S. (2014). *Versus: Heritage for tomorrow: Vernacular Knowledge for sustainable architecture*. Florença: Firenze University Press.
- Costa, I. (2016). *Habitação autoconstrutiva em Luanda. Uma visão de intervenção nos musseques*. Dissertação de mestrado em arquitetura. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Moreira, P. (15, Maio, 2014). História pós-colonial de Luanda: O caso de Chicala. Comunicação apresentada no *Colóquio Internacional - Arquitectura ou Revolução*, organizado por DINÂMIA'CET-IUL, em Lisboa: ISCTE-IUL. Gravação obtido de: https://www.youtube.com/watch?v=r_qo-27rICk
- Estermann, C. (1960). *Etnografia no Sudoeste de Angola* (Vol. I). Vila Nova de Famalicão: Junta de Investigações do Ultramar.
- Fainstein, S. (2010). *The Just City*. Ithaca and London: Cornell University Press.
- Feijó, J. (2017). *Movimentos migratórios e relações rural-urbanas: estudos de caso em Moçambique*. Maputo: Alcance.
- Fonte, M. d. (2007). *Urbanismo e arquitetura em Angola - de Norton de Matos à evolução*. Dissertação para doutoramento em plano urbanístico. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Forjaz, J. (2005). Uma estratégia para o melhoramento e a reabilitação dos slums em Moçambique. I. Raposo (org.) *Ur Cadernos* da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa: Cidades Africanas, 5 (pp. 92-97).
- Foster, H. (1996). *The Return of the Real*. USA: Massachusetts Institute of Technology .
- Gameiro, A. (2005). O desafio urbano em Angola. I. Raposo (org.) *Ur Cadernos* da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa: Cidades Africanas, 5 (pp. 10-15).
- Grieger, A. (2012). *Only One Earth: Stockholm and the Beginning of Modern Environmental Diplomacy*. Obtido de The Environment & Society Portal: <https://www.environmentandsociety.org/arcadia/only-one-earth-stockholm-and-beginning-modern-environmental-diplomacy>
- Groundtruth Initiative (2021). *Our Projects*. Obtido de GroundTruth Initiative: <https://groundtruth.in/our-current-and-past-work/>
- Guedes, M. C., Pedro, B., & Silva, I. N. (2011). *Arquitetura Sustentável em Angola. Manual de boas práticas*. Lisboa: CPLP.
- Guerreiro, P. (2016). *O Kinaxixe - Colonização e memória na capital de Angola*. Obtido de Arquitetura e Design: <https://wsimag.com/pt/arquitetura-e-design/22465-o-kinaxixe>

- Guillaud, H. (2014). Socio-cultural sustainability in vernacular architecture. Em M. Correia, L. Dipasquale, & S. Mecca, *Versus: Heritage for tomorrow: Vernacular Knowledge for Sustainable Architecture* (pp. 51-62). Florença: Firenze University Press.
- Hall, E. T. (1966). *A Dimensão Oculta*. (M. S. Pereira, Trad.). Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Henriques, J. G., Batista, F., & Rezende, R. (2015). *Angola "Houve independência mas não descolonização das mentes"*. Obtido de Público: <https://acervo.publico.pt/mundo/noticia/houve-independencia-mas-nao-descolonizacao-das-mentes-1712736>
- Holm, M. J., & Kallehauge, M. M. (2015). *Africa - Architecture Culture Identity*. Louisiana: Lærke Rydal Jørgensen and Charlotte Glahn.
- Hulshof, M. (2015). Non-Lagos: The chinese impact on urbanisation in Africa. Em M. J. Holm, & M. M. Kallehauge, *Africa - Architecture, Culture Identity* (pp. 243-248). Louisiana: Lærke Rydal Jørgensen and Charlotte Glahn.
- Revista IPGUL, R. (2014). *Revista ipgul 06*. Obtido de Issuu: https://issuu.com/revistaipgul/docs/revista_ipgul_n06
- Jenkins, P. (2000-2002). *Investigating the Concepts of Legality and Legitimacy in Sustainable Human Settlement Development* (Vol. IV): *A case study of land use planning in maputo, Mozambique*. Edimburgo: Universidade Herriot-Watt.
- Jordana, S. (2010). *Vencedor do Concurso Uma Casa em Luanda / Pedro Sousa + Tiago Ferreira + Tiago Coelho + Bárbara Silva + Madalena Madureira*. Obtido de Archdaily: <https://www.archdaily.com/89798/a-house-in-luanda-competition-winner-pedro-sousa-tiago-ferreira-tiago-coelho-barbara-silva-madalena-madureira>
- KDI (2020). *The Kibera Public Space Project*. Obtido de Kounkuey: https://www.kounkuey.org/projects/kibera_public_space_project_network
- Lança, M. (2014). *Chicala. "Etnografia" arquitectónica de um bairro em desaparecimento*. Obtido de: Rede Angola: <http://www.redeangola.info/especiais/observatorio-da-chicala-2/>
- Guedes, M. C., Pedro, B., & Silva, I. N. (2011). *Arquitetura sustentável em Cabo-Verde. Manual de boas práticas*. Lisboa: CPLP.
- Marchina, F., & Fagilde, P. (2016). *Casa minha nosso bairro: projeto*. Obtido de Wix Site: <https://casaminhanossobair.wixsite.com/casaminha-pt/projecto>
- Martins, F. (2016). *O ordenamento do território em Angola - Uma tarefa em curso e um desafio futuro. Relatório*. Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- Martins, I. (2000). *Luanda a cidade e a arquitetura*. Dissertação para doutoramento em arquitetura. Porto: Faculdade de Arquitetura de Universidade do Porto.
- Martins, I. (2005). A Evolução de Luanda e o fenómeno da globalização. I. Raposo (org.) *Ur Cadernos da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa: Cidades Africanas*, 5 (pp. 10-15).
- Melo, V. (2008). *Planeamento e construção sustentáveis na periferia de Maputo. O bairro Mumemo 4 de Outubro no contexto da área peri-urbana da capital*. Dissertação de mestrado em planeamento e construção sustentável. Lisboa: Faculdade de Arquitetura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa.

- Miudo, F. (2020). *Luanda enfrenta conflitos arquitetónicos*. Obtido de ANGOP - Agência Angola Press: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2020/0/4/Luanda-enfrenta-conflitos-arquiteticos,99f011ce-90ca-4933-9d60-275ce7e7f8e5.html
- Monteiro, R. L. (1972). *A Família nos musseques de Luanda: subsídios para o seu estudo*. Luanda: Fundo de Acção Social no Trabalho em Angola.
- Moreira, P. (2018). *The neighbourhood is an endangered species. Investigating urban conflict and reciprocity between Chicala and Luanda, Angola*. Tese de doutoramento em arquitetura. Londres: London Metropolitan University.
- Moreira, P., & Martins, I. (2014). *Xikala: História e cultura Urbana de um Bairro de Luanda*. Lisboa: Paulo Moreira.
- Nações Unidas (2021). *Objetivos de desenvolvimento sustentável*. Obtido de United Nations: <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>
- Nações Unidas Angola (2018). *Evolução da Mancha Urbana*. Obtido de Nações Unidas Angola: <https://angola.un.org/>
- Nascimento, E. P. (2012). *Trajectoria da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao económico*. Relatório. Brasília.
- Nielsen, M. (2015). Invisible Worlds: Sub-saharan african cosmologies in a contemporary perspective. Em M. J. Holm, & M. M. Kallehauge, *Africa - Architecture, Culture Identity* (pp. 59-62; 20). Louisiana: Lærke Rydal Jørgensen and Charlotte Glahn.
- Oakes, T., & Price, P. (2008). *The Cultural Geography Reader*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Ocejo, R. (2013). *Ethnography and the city: Readings on doing urban fieldwork*. Nova Iorque: Routledge.
- Oliveira, F. F. (2016). *Plano Diretor de Luanda*. Obtido de pdgml.pdf - ipgul: <https://ipgul.net/media/attachments/2020/04/29/pdgml.pdf>
- Oppenheimer, J., & Raposo, I. (2007). *Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Edições Colibri.
- Paulo, A. B. (2017). *Gestão Sócio-espacial e ambiental dos bairros autoproduzidos consolidados ou em consolidação em Luanda*. Relatório de Estágio. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra.
- Pensar Contemporâneo (2021). *Casas nigerianas construídas com milhares de garrafas de plástico – 12x mais fortes que tijolos e resistentes a terremotos*. Obtido de Pensar Contemporâneo: https://www.pensarcontemporaneo.com/casas-nigerianas-construidas-com-milhares-de-garrafas-de-plastico-12x-mais-fortes-que-tijolos-e-resistentes-a-terremotos/?fbclid=IwAR1f7OIVBC7FtX7zuVYeGmgmsuKzgzlWH-SUYSbo_xfQd-tUVicUN_BmA3k
- Pieterse, E. (2015). Reaching for adaptive urbanism. Em M. J. Holm, & M. M. Kallehauge, *Africa - Architecture, Culture Identity* (pp. 129-133). Louisiana: Lærke Rydal Jørgensen and Charlotte Glahn.
- Pires, M. (2014). *Densificação vs retracção: que futuro para as áreas autoconstruídas de Luanda?*. Projeto final de mestrado em arquitetura. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

- Rao, V., de Boeck, F., & Simone, A. M. (2010). Urbanism beyond Architecture. Em N. Edjabe, E. Pieterse, N. Edjabe, & E. Pieterse (Ed.), *African Cities Reader: Pan-African Practices* (pp. 32-45). South Africa: Ntone Edjabe and Edgar Pieterse.
- Rapoport, A. (1969). House Form and Culture. Em A. Rapoport, *Alternative Theories of House Form* (pp. 18-45). Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
- Raposo, I., Salvador, C. (2004). *Habitar nos subúrbios de Luanda e Maputo*. Relatório de especialidade 5 de projeto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Lisboa: CEsa/ISEG/UTL.
- Raposo, I. (2011). *La modernidad ignorada: arquitetura moderna de Luanda*. Alcalá de Henares: Universidade de Alcalá.
- Raposo, I., Jorge, S., Melo, V., & Viegas S. (2012). Luanda e Maputo: inflexões suburbanísticas da cidade socialista à cidade-metrópole neoliberal. *Urbe, Revista brasileira de Gestão Urbana*. Obtido de SciELO Brasil: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/brDcxBXDRd8wQJL48NLMLsq/abstract/?lang=pt>
- Redinha, J. (1964). *A habitação tradicional angolana. Aspectos da sua Evolução*. Lisboa: Centro de Informação e Turismo de Angola.
- Redinha, J. (2009). *Etnias e culturas de Angola*. Luanda: Associação das Universidades de Língua Portuguesa.
- Santos, J. d. (s.d.). *Luanda d'outros tempos*. Luanda: Edição do centro de informação e turismo de Angola.
- Sardan, J. P. (2012, ed. francesa 1995). *A Política do terreno. Sobre a produção dos dados em socio-antropologia*. (Tradução de M. Samuel de La Politique du terrain. *Enquête*).
- Seeberg, M. (2015). The door opens From the outside. Em M. J. Holm, & M. M. Kallehauge, *Africa - Architecture, Culture Identity* (pp. 13-17). Louisiana: Lærke Rydal Jørgensen and Charlotte Glahn.
- Silva, C., & Sendroiu, I. (2014). *Fighting the Poor Instead of Poverty in Angola*. Obtido de Global Voices: <https://globalvoices.org/2014/02/05/poor-poverty-street-sellers-africa-economy-wealth-oil-angola/#>
- Sollien, S. E., Eskemose Andersen, J., da Costa, A. B., & Jenkins, P. (2010). *HomeSpace Maputo: Meanings and perceptions of the built environment in a rapidly expanding African city*. Artigo apresentado na conferência AEGIS "Living the African City". Basel, Suíça.
- Spencer, J. (2005). Cidades africanas pós-independência. I. Raposo (org.) *Ur Cadernos da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa: Cidades Africanas*, 5 (pp. 10-13).
- The Sanzala (2018). *Escola Kapalanga: Paulo Moreira Architects*. Obtido de The Sanzala: <http://thesanzala.com/2018/08/29/escola-kapalanga-paulo-moreira-architects/>
- The Sanzala (2019). *Prémio Kubikuz 2018: Vencedores da Categoria "Habitação Social Rural"*. Obtido de The Sanzala: <http://thesanzala.com/2019/11/13/premio-kubikuz-2018-vencedores-da-categoria-habitacao-social-rural/>

- Torres, M. (2018). *Casas para um planeta pequeno: (re)habitar luanda. Um projeto para a regeneração de musseques. O caso do bairro do Prenda*. Projeto final de mestrado em arquitetura. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.
- Toussaint, M. (2005). Arquitetura moderna e os trópicos. I. Raposo (org.) *Ur Cadernos* da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa: Cidades Africanas, 5 (pp. 10-13).
- Tovivich, S., & ASF-UK (2012). Participation. Em A. S. International, *Challenging Practice* (pp. 73-76). s/d: s/n.
- UNHABITAT (2009). *Planning Sustainable Cities*. Londres: Earthscan.
- UN-Habitat (2016). *Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III). Nova Agenda Urbana*. Quito, Equador: ONU-Habitat Moçambique.
- Vegas, F., Mileto, C., Guimaraens, G., & Navalón, V. (2014). Defining sustainable architecture. Em M. Correia, L. Dipasquale, & S. Mecca, *Versus: Heritage for tomorrow: Vernacular Knowledge for Sustainable Architecture* (pp. 35-41). Argélia: Firenze University Press.
- Venâncio, J. (2013). *O Bairro Prenda em Luanda. Entre o formal e o informal*. Dissertação de mestrado integrado em Arquitetura. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.
- Viegas, S. (2015). *Luanda, cidade (im)previsível?*. Tese de doutoramento em Arquitetura. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.
- Vieira, J. L. (2003). *Nosso Musseque*. Luanda: Editorial Carminho.

WEBGRAFIA

- Abdel, H. (2021). *Living in Dakar, A Study of Senegalese Housing & Future Development*. Obtido de Archdaily: <https://www.archdaily.com/955865/living-in-dakar-a-study-of-senegalese-housing-and-future-development?fbclid=IwAR0PY2RIIINnWxmDAvHi932KOWv6UoZ-RBM4LK7fBqb51odCeAQ7ld8vzBI>
- ANGOP (2017). *Auto construção dirigida no país no "bom caminho"*. Obtido de ANGOP: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/reconstrucao-nacional/2017/3/17/Auto-construcao-dirigida-pais-bom-caminho,d2db48f3-a414-45a4-a512-5a377d6dc66e.html
- ASF (2012). *Kenia Workshop 2011*. Obtido de ASF: <http://www.asf-uk.org/wp-content/uploads/2012/01/KEN11-WEBSITE.pdf>
- Blogue Raízes Bantu (2020). *A biblioteca virtual de Angola*. Obtido de Info-Angola: https://www.info-angola.com/index.php?option=com_content&view=article&id=2653:origem-bantu&catid=687&Itemid=1727
- Buala (2015). *Xikala - História e Urbanidade de Um Bairro de Luanda*. Obtido de Observatório da Chicala: <https://www.buala.org/pt/cidade/xikala-historia-e-urbanidade-de-um-bairro-de-luanda>
- Chicala Site (2021). *História e cultura urbana de um bairro de Luanda*. Obtido de Observatório da Chicala: <https://chicala.site/>
- Dilo, R. (2016). *Luanda Divisão Político-Administrativa*. Obtido de Topogis: <https://www.topogis-ao.com/single-post/2016/2/1/Luanda-Divis%C3%A3o-Pol%C3%ADticaAdministrativa>
- Governo de Angola (2015). *A História*. Obtido de Portal Oficial do Governo da República de Angola: <http://www.governo.gov.ao/historia.aspx>
- GreenSavers (2013). *Arquitectos portugueses ajudam a construir centro comunitário ecológico em Moçambique*. Obtido de GreenSavers: <https://greensavers.sapo.pt/arquitectos-portugueses-ajudam-a-construir-centro-comunitario-ecologico-em-mocambique-com-fotos/>
- Guimarães, R. d. (2010). *As vulnerabilidades nos musseques luandenses na década de 1960*. Obtido de Arquivo Anpuh Rogério Guimarães: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276562012_ARQUIVO_artigo_anpuh_rogerioguimaraes.pdf
- NLÉ (2020). *MFS I - Makoko Floating School, Lagos, Nigeria 2012*. Obtido de NLÉ: <http://www.nleworks.com/case/makoko-floating-school/>
- Paulo Moreira Architects (2016). *The Chicala Observatory 2013-16*. Obtido de Paulo Moreira Architects: <http://www.paulomoreira.net/research/the-chicala-observatory/>
- Portal de Angola (2020). *Obras do Hotel Panorama arrancam em 2019*. Obtido de Portal de Angola: <https://www.portaldeangola.com/2018/10/30/obras-do-hotel-panorama-arrancam-em-2019/>
- Revista Ipgul (2010). *Revista ipgul 03 - Luanda, Cidade Mundial*. Obtido de issuu: https://issuu.com/revistaipgul/docs/revista_ipgul_n03
- Revista Ipgul (2014). *Revista ipgul 06*. Obtido de Issuu: https://issuu.com/revistaipgul/docs/revista_ipgul_n06

Rogério, A. (2015). *Shopping ensombra Fortaleza de São Miguel*. Obtido de Rede Angola: <http://m.redeangola.info/especiais/shopping-ensombra-fortaleza-de-sao-miguel/>

TPA (2017). *Kilamba vai ser alargado-mais 10 mil casas nos próximos tempos*. Obtido em Abril, 2020, de TPA Web: <http://tpa.sapo.ao/noticias/sociedade/kilamba-vai-ser-alargado-mais-10-mil-casas-nos-proximos-tempos>

United Nations (2021). *What is the Kyoto Protocol?*. Obtido de United Nations Framework Conventions: https://unfccc.int/kyoto_protocol

World Commission on Environment and Development (2009). *Our Common Future: Report of the World Commission on Environment Development*. Obtido de Our Common Future pdf: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>

FONTES AUDIOVISUAIS

Atalanta, F. (2017). *Bioconstrução*. Obtido de Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=8ekHa-ey20&t=504s>

Builder, P. S. (2020). Primitive Skill Builder: Building The Most Beautiful Two Story Villa House With Swimming Pool (full). Obtido de: <https://www.youtube.com/watch?v=LnbQAHKsJHA&t=1413s>

Taikanji (2017). *Vivência de Bioconstrução - Barreamento*. Obtido de: <https://www.youtube.com/watch?v=f5Ch32UXt-k&t=1s>

Taloua (2020). *Angolan fabric small patterns*. Obtido de Etsy: https://www.etsy.com/listing/713426841/angolan-fabric-small-patterns-african?show_sold_out_detail=1&ref=nla_listing_details

Primitive Survival Tool (2019). *Make Ladders To Tree Hut*. Obtido de: https://www.youtube.com/watch?v=AZ_ZrISwLjs

Wild, T. S. (2020). *90 Day Of Build Groundwater Well ,House ,Gym Fish Pond And Millionaire Underground Swimming Pool*. Obtido de: <https://www.youtube.com/watch?v=ATBGsqpTz-4&t=803s>

LISTA DE ENTREVISTADOS PELA AUTORA³⁶

Membro da comissão de moradores Chicala 1

Otchali (18, Maio, 2021). Apresentação da Chicala.

Outros chefes de família

Apolinaro (18, Maio, 2021). Apresentação de serviços da Chicala.

Chefes de família cuja casas foram levantadas

Guedes, R. (20, Outubro, 2020). Apresentação dos serviços e casas na Chicala.

Lima, J. (07, Novembro, 2020). Apresentação da casa 2.

Nucho (12, Dezembro, 2020). Apresentação da casa 5.

Rodrigues, S. (14, Outubro, 2020). Apresentação da Chicala e casos de estudo.

Seculo, R. (12, Novembro, 2020). Apresentação da casa.

Susana (16, Dezembro, 2020). Apresentação casa 4.

³⁶ Nomes alterados.

ÍNDICE DETALHADO

AGRADECIMENTOS	2
RESUMO	4
ABSTRACT	5
ÍNDICE DE FIGURAS	8
ÍNDICE DE TABELAS	15
LISTA DE ABREVIATURAS	16
INTRODUÇÃO	1
1 SUSTENTABILIDADE DO HABITAT POPULAR EM CONTEXTO AFRICANO	8
1.1 ARQUITETURA VERNACULAR	9
1.2 URBANIZAÇÃO E EXPANSÃO DE BAIROS AUTOPRODUZIDOS	13
Urbanismo africano.....	14
1.3 DIMENSÃO SOCIO-ANTROPOLÓGICA	17
1.4 SUSTENTABILIDADE	18
1.5 CASOS DE REFERÊNCIA PARA UMA ARQUITETURA ADEQUADA EM CONTEXTO AFRICANO	20
NOTA FINAL - CONCEITOS E PRINCÍPIOS PARA UMA INTERVENÇÃO ADEQUADA NA PERIFERIA	25
2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DE LUANDA	28
2.1 APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE	28
2.2 EXPANSÃO URBANA E DEMOGRÁFICA DE LUANDA	32
2.3 INSTRUMENTOS JURÍDICOS E URBANÍSTICOS.....	39
2.4 DESALOJAMENTO, REASSENTAMENTO E REALOJAMENTO DOS HABITANTES DOS MUSSEQUES.....	46
O caso da Chicala	48
2.5 DIVERSIDADE DE MALHAS URBANAS E DE ASSENTAMENTOS POPULARES.....	51
3 PROJETOS HABITACIONAIS DE REFERÊNCIA EM ANGOLA, LUANDA	57
3.1 PROJETOS HABITACIONAIS DURANTE O PERÍODO COLONIAL.....	58
Habitações Unifamiliares nas décadas de 1950 e 1960	58
Projetos habitacionais da arquitetura moderna em Angola	60
Apropriação das habitações em banda, do Prenda – década de 1970	61
A experiência inovadora de autoconstrução assistida no Alto do Liro, 1970-1973	63
3.2 PROJETOS RECENTES.....	65

Projetos pós-independência	65
4 HABITAÇÕES POPULARES EM ANGOLA E NOS MUSSEQUES DE LUANDA	73
4.1 BREVE INTRODUÇÃO ÀS HABITAÇÕES VERNACULARES EM ANGOLA	73
4.2 HABITAÇÕES EM DOIS MUSSEQUES DE LUANDA: BOA ESPERANÇA E 11 DE NOVEMBRO	78
Bairro Boa Esperança (BE) – Contexto Periurbano	79
Descrição de quatro habitações do Boa Esperança	81
Bairro 11 de Novembro (11N) – Contexto pericentral.....	85
Descrição de quatro habitações do bairro 11 de Novembro	87
4.3 CHICALA: CASO DE ESTUDO	92
Casas da Chicala 1 e 2 – Breve caracterização socio-urbanística	97
Casas da Chicala estudadas por Moreira (2018)	102
4.4 Cinco casas da Chicala 1 levantadas pela autora, em 2020	106
5 REFLEXÕES FINAIS SOBRE A HABITAÇÃO DOS MUSSEQUES: TRAÇOS GERAIS E ENSAIOS.....	144
5.1 ALGUNS INDICADORES DAS CASAS ESTUDADAS	145
5.2 ALGUMAS NOTAS DOS ELEMENTOS DO “LOTE” E DA CASA	150
O “lote”	150
A casa: divisões e seus usos	153
A casa: vãos, materialidade e mobiliário	158
5.3 OBJETOS DO QUOTIDIANO E A SUA CUSTOMIZAÇÃO	160
Os objetos e os seus usos no espaço	160
Objetos fixos ou elementos construídos.....	169
Customizar os elementos construídos	170
5.4 ENSAIOS PROJETUAIS PARA MELHORIA DOS CASAS LEVANTADOS, 2020	172
Caso 1 – Síntese da proposta	173
Caso 2 – Síntese da proposta	178
Caso 3 – Síntese de reflexão da proposta:	183
Casas 4 e 5 – Síntese das propostas e possíveis alternativas:.....	188
CONCLUSÃO	197
BIBLIOGRAFIA	199
WEBGRAFIA	205
FONTES AUDIOVISUAIS	206
LISTA DE ENTREVISTADOS PELA AUTORA	207
ANEXOS.....	210

ANEXOS

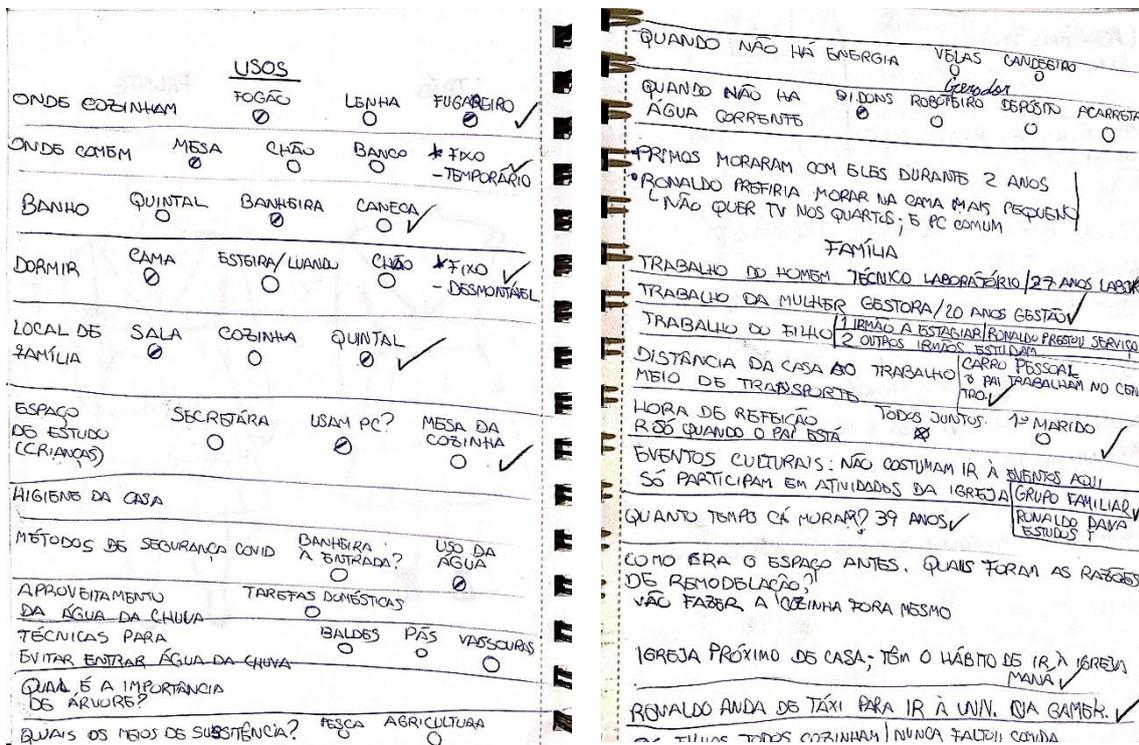


Figura 169. Inquérito de apoio ao trabalho de campo. Fonte: Autora



Figura 170. Planta de análise da casa 2, Chicala 2020. Fonte: Levantada pela autora



Figura 171. Corte perspético da Casa 2. Fonte: Autora.